

unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

ANNIE RANGEL KOPANAKIS

**O CONDOMÍNIO DE VIDRO: UM ESTUDO SOBRE SEGURANÇA URBANA NO
RESIDENCIAL DOS OITIS EM ARARAQUARA**



ARARAQUARA – S.P.
2016

ANNIE RANGEL KOPANAKIS

**O CONDOMÍNIO DE VIDRO: UM ESTUDO SOBRE SEGURANÇA URBANA NO
RESIDENCIAL DOS OITIS EM ARARAQUARA**

Trabalho de Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava

ARARAQUARA – S.P.
2016

Kopanakis, Annie
/ Annie Kopanakis - 2016
199 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) -
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus
Araraquara)

Orientador: Augusto Caccia-Bava

1. Segurança urbana. 2. Violência Urbana. 3.
Cidadania. I. Título.

ANNIE RANGEL KOPANAKIS

**O CONDOMÍNIO DE VIDRO: UM ESTUDO SOBRE SEGURANÇA URBANA NO
RESIDENCIAL DOS OITIS EM ARARAQUARA**

Trabalho de Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava

Data da defesa: 16/03/2016

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus de Araraquara

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. Carla Gandini Giani Martelli

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus de Araraquara

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. Mirlene Fátima Simões Wexell Severo

Centro Universitário Belas Artes de São Paulo

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

AGRADECIMENTOS

O sentimento de gratidão aos que contribuíram para que esse trabalho acontecesse é imenso. Não seria possível conter nessas linhas um agradecimento a todos os envolvidos nesse percurso. Entretanto, faço gosto em preencher esse espaço com alguns nomes que têm um profundo significado à alma dessa dissertação.

Agradeço ao Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava, pela orientação e acolhida ao longo desses anos, sempre suscitando e incentivando o espírito de investigação e pesquisa como ferramentas para construção de uma sociedade mais justa. E por permitir a realização dessa pesquisa, aceitando tal desafio.

Manifesto um especial agradecimento à Prof^{ra}. Dr^a. Carla Martelli, pelas preciosas contribuições a essa dissertação e por tê-la motivado em um momento importante.

À Prof^{ra}. Dr^a. Mirlene Severo, pelo contato acolhedor e produtivo que acompanhou minha formação como Cientista Social logo no início dessa jornada e que plantou sementes para muitas reflexões, algumas das quais aqui expressas.

Ao Prof. Dr. Vinícius Fernandes, pela escuta e pelas ricas contribuições às questões dessa dissertação.

A solicitude e as excelentes aulas sobre o capitalismo nas cidades do Prof. Dr. Rafael Orsi, cujas profícuas discussões impulsionaram esse estudo.

Ao Prof. Dr. Sérgio Fonseca, pelos questionamentos e apontamentos que foram construtivos a essa pesquisa e a minha formação dentro da academia.

Ao profissionalismo e dedicação dos funcionários da biblioteca e da secretaria de Pós-Graduação para com os alunos deste programa.

Um forte agradecimento ao professor e amigo Alexandre Santos, pelo conhecimento e apoio genuínos despendidos ao meu trabalho ao longo de toda esta jornada.

À colaboração e amizade de Jéssica e Luiz, que participaram ativamente da construção desta dissertação. Também à Paola, Natália, Daiane, Eulália e Luciana, pelo carinho, apoio e companheirismo ao longo desse processo.

Meus sinceros agradecimentos à Fernanda Kopanakis, que nutriu essa jornada com conversas magníficas, muitas das quais (re)despertaram o amor pela cidade e trouxeram encantamento a esse trabalho em momentos difíceis.

À Tatiana, pelo encontro e suporte que foram essenciais.

A compreensão, solidariedade e ternura de meus irmãos, Felipe e Carla, sempre presentes nessa empreitada.

Muito especialmente aos meus pais, Alexandre e Carmen, pela participação ativa neste processo, pelo apoio, fé e amparo incondicionais, presentes nos dias fáceis e difíceis e sem os quais nada disso seria possível.

Ao querido Paulo Victor, por me acompanhar ao longo de todas as etapas e transformações desse conturbado processo. Pelo companheirismo, carinho e dedicação infinitos que permitiram que essa dissertação fosse concluída.

Agradeço aos moradores do Residencial dos Oitis, que se dispuseram a colaborar com essa pesquisa e a dividir suas histórias comigo.

Ao pequeno J.

Sobretudo a Deus.

A cidade, onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está desse modo fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções. Essas, para se tornarem efetivas, supõem atenção a uma problemática mais ampla, pois o fato urbano, seu testemunho eloquente, é apenas um aspecto. Daí a necessidade de circunscrever o fenômeno, identificar sua especificidade, mensurar sua problemática, mas, sobretudo, buscar uma interpretação abrangente (SANTOS, 2008, p. 11).

RESUMO

RESUMO: A sociedade civil brasileira tem sido caracterizada, também, por sua violência urbana. Os estudos referentes ao tema apontam a existência de grupos e categorias sociais mais vulneráveis à esse tipo de violência. Para subsidiar políticas públicas de urbanização e segurança urbana de superação da violência, é importante o estudo das experiências de grupos familiares em conjuntos habitacionais populares, em especial suas experiências num condomínio que conta, em seu em torno, com a prática da violência, tornando-se território de reprodução da insegurança urbana familiar. O presente projeto se dirige ao estudo de famílias que vivem essa experiência, na condição de moradores do Condomínio Residencial dos Oitis, na cidade de Araraquara. A metodologia a se recorrer é a de estudo de caso de grupos, a partir de entrevistas. O resultado esperado é a identificação das capacidades desses grupos familiares, articuladas às unidades públicas governamentais, para enfrentarem a violência urbana local.

Palavras-Chave: Segurança Urbana. Violência Urbana. Cidadania.

ABSTRACT

ABSTRACT: Brazil's civil society has often been characterized by its urban violence. Studies on this theme indicate the existence of groups and social categories that are particularly vulnerable to this type of violence. In order to complement public urbanisation, urban security and anti-violence policies, it is important to study the experiences of family groups in popular housing. In particular, focus must be placed on their experiences in condominiums that are surrounded by violence and have become territories of urban insecurity for families. The present project examines families from the "Condomínio Residencial dos Oitis" in the city of Araraquara that are living through this experience of urban violence and urban insecurity. The primary methodology is the study of group cases obtained through interviews. The desired result is the identification of the capabilities of these family groups, which can then be communicated to local public government welfare units in order to address local urban violence.

Keywords: Urban Security. Urban Violence. Citizenship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de Estratégia do Modelo Espacial e Uso do Solo.....	101
Figura 2	Residencial dos Oitis identificado no Mapa de Estratégia do Modelo Espacial e Uso do Solo.....	102
Figura 3	Indicadores que compõem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social –IPVS .	103
Figura 4	Grupos do IPVS 2010 – setores censitários com mais de 50 domicílios	104
Figura 5	Mapa da cidade de Araraquara de acordo com o IPVS (2010)	105
Figura 6	Recorte do mapa de Araraquara com localização do Residencial dos Oitis.....	109
Figura 7	Localização do Residencial dos Oitis através de imagem de satélite.....	110
Figura 8	Vista aérea do Residencial dos Oitis no término das obras	110
Figura 9	Fachada dos apartamentos do Residencial dos Oitis em sua inauguração	111
Figura 10	Residencial dos Oitis (foto atual)	111
Figura 11	Planta dos apartamentos do Residencial dos Oitis	112
Figura 12	Localização do Residencial dos Oitis em Araraquara, segundo classificação de vulnerabilidade do IPVS (2010)	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Grau de Urbanização (Em %) – 1980-2014	100
Gráfico 2	Comparação da cidade de Araraquara com o Estado de São Paulo: Estado de São Paulo e Município de Araraquara – 2010	104
Gráfico 3	Situação dos Imóveis	115
Gráfico 4	Benefícios por Família.....	117
Gráfico 5	Número de Moradores por Apartamento.....	118
Gráfico 6	Escolaridade.....	119

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Aspectos metodológicos da pesquisa	16
2. MODERNIDADE LÍQUIDA, URBANIZAÇÃO E VIOLÊNCIA	23
2.1 Liquidez, medo e risco nas cidades modernas	24
2.2 Violência Urbana: análise conceitual	34
2.3 As periferias brasileiras	43
2.3.1 Retrospectiva histórica da construção das periferias brasileiras	45
2.3.2 O papel das políticas habitacionais na formação do espaço urbano no Brasil	49
3. (IN)SEGURANÇA URBANA.....	54
3.1 Espaços urbanos seguros e segurança urbana	54
3.2 Segurança Pública e o PRONASCI.....	66
3.2.1 Araraquara e o PRONASCI.....	70
4. OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL COMO FORMA DE PROMOVER A SEGURANÇA URBANA.....	72
4.1 O Sistema de Proteção Social no Brasil	74
4.1.1 O Sistema de Saúde no Brasil.....	77
4.1.2 O Sistema de Educação no Brasil.....	80
4.1.3 O Sistema de Assistência Social no Brasil	81
4.1.4 O Programa Minha Casa Minha Vida	84
4.2 Famílias, Comunidade e Poder Público.....	87
5. A CIDADE DE ARARAQUARA E O RESIDENCIAL DOS OITIS.....	97
5.1 A cidade de Araraquara e aspectos de urbanização.....	98
5.1.1 Perfil social dos habitantes	103
5.1.2 Os Sistemas de Proteção Social em Araraquara.....	107
5.2 O residencial dos Oitis.....	108
5.2.1 O Residencial dos Oitis: caracterização e problematização	108
6. A PESQUISA DE CAMPO.....	120
6.1 O serviço público de Assistência Social.....	123
6.2 O serviço público de saúde.....	130
6.3 O serviço público de educação	137
6.4 As famílias de moradores do Residencial dos Oitis	143
7. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE CONHECIMENTO SOBRE SEGURANÇA URBANA NO RESIDENCIAL DOS OITIS.....	155
7.1 A crítica à política habitacional de Araraquara	157

7.2 Insegurança, medo e estigma.....	160
7.2.1 A droga	165
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
REFERÊNCIAS	179
APÊNDICES	189
APÊNDICE A	189
APÊNDICE B.....	190
ANEXOS	193

1. INTRODUÇÃO

As cidades brasileiras encontram-se divididas por muros concretos ou invisíveis, que configuram espaços urbanos segregados onde as pessoas pouco se relacionam. O modo de vida urbano moderno apresenta algumas peculiaridades provenientes de fenômenos históricos e sociais que resultaram em cidades partidas.

Muitas características dessas cidades, como a distribuição espacial das moradias de acordo com a renda da população, são reflexos de um país construído sob a égide de um sistema colonial. E até os dias atuais, ele não conseguiu se desvencilhar de muitos de seus aspectos historicamente construídos, reproduzindo uma sociedade caracterizada pela desigualdade social.

Esse quadro, de desigualdade social, é o grande responsável pelos conflitos simbólicos e pessoais que acontecem nos espaços urbanos no Brasil, como a chamada violência urbana, que se tornou um conceito difundido e estudado no âmbito das Ciências Sociais nas últimas três décadas. Os estudos científicos voltados a esse tema perpassam a compreensão subjetiva da violência, alcançando também as fronteiras de apreensão de suas causas e manifestações concretas.

Os problemas urbanos que se constituíram na sociedade brasileira, como a falta de moradia para a população pobre, perduraram com o passar do tempo, e as medidas para resolver tais problemas foram muito proteladas. Ainda existem problemas seríssimos de infraestrutura urbana e moradias irregulares, e as questões fundiária e imobiliária estão longe de serem solucionadas.

Dentre eles, os riscos e violências nas cidades, relacionados com a chamada violência urbana, que é produtora de homicídios, assaltos, sequestros e roubos, são os que mais causam medo nos moradores das cidades. A população que mais sofre com essas violências é a das periferias, onde os índices de homicídios são muito mais elevados em comparação a outras regiões das cidades (MARICATO, 2003). Cabe mencionar que ainda são pouco numerosos os estudos que evidenciam índices relacionados à violência urbana no que se refere à causalidade desses delitos, o que justifica a importância de estudos nessa área (ADORNO, 2002).

O problema da moradia foi tratado por vários governos brasileiros a partir de formulações de políticas públicas habitacionais que nunca conseguiram se desvencilhar dos preceitos econômicos do sistema capitalista, onde o interesse financeiro sempre se sobrepõe às necessidades do povo.

Atualmente um programa habitacional se destaca: o Programa Minha Casa Minha Vida, criado pelo governo federal em 2009, com o objetivo de suprir o déficit habitacional no país. Contudo, o que se verifica ainda hoje, é que as moradias destinadas às classes sociais denominadas de subalternas, no sentido proposto por Antônio Gramsci, são construídas com materiais de baixa qualidade e projetadas em espaços afastados dos núcleos centrais das cidades, de modo a atender as expectativas do mercado imobiliário (GRAMSCI, 2002; MARICATO, 2009). “É por esse motivo, pelo fato de que os pobres não cabem nas cidades, que os conjuntos habitacionais têm sido construídos em terras baratas a longas distâncias” (MARICATO, 2009, p.1).

O aumento de conjuntos habitacionais populares nos últimos anos passou a ser relacionado ao crescimento da violência urbana nessas localidades, exigindo uma compreensão sobre essa associação entre violência urbana, vulnerabilidade social e políticas públicas de habitação, de modo a desconstruir os valores que propõe a criminalização da pobreza no Brasil. Uma das atividades notadamente inscritas nesses territórios de “moradias pobres” é o narcotráfico, que está associado ao aumento da criminalidade nas zonas periféricas e pobres (MARICATO, 2003; ROLNIK, 2014).

Alba Zaluar (2001) chama a atenção para o fato de pesquisas demonstrarem que a criminalidade é maior nas áreas onde há a presença do crime organizado, sobretudo do narcotráfico. E ainda menciona que a criminalidade tem aumentado nas cidades do interior do estado devido à sua ação, e que estas recebem menos atenção dos estudos científicos. No centro das experiências de vulnerabilidade social se encontram as famílias que residem nesses locais e que são profundamente afetadas.

Essa pesquisa se debruça sobre parte do espaço urbano da cidade de Araraquara, cidade interiorana que está entre as 23 maiores áreas urbanas do estado de São Paulo. Sem fugir do padrão dominante das cidades brasileiras, Araraquara apresenta um território segregado e dividido de acordo com a renda populacional. Nos últimos anos a cidade sofreu um intenso processo de urbanização, sendo palco de configurações que reproduzem na periferia situações de riscos urbanos, como as carências de serviços públicos (SPOSITO, 2004). Neste contexto um condomínio se destaca como território da insegurança urbana cotidiana, o Residencial dos Oitis, objeto de estudo desta pesquisa. O residencial tornou-se alvo de interesse a partir do momento em que sua face dicotômica, constituída pelo jogo de forças entre violência e cidadania, produziu um grito mudo de socorro para a cidade.

O Residencial dos Oitis é um complexo de moradias populares construído na forma de dezesseis pequenos prédios de quatro andares através do programa Minha Casa Minha Vida. Ele contemplou famílias com renda total entre zero e R\$ 1.395,00, inscritas no cadastro da secretaria de habitação e no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal (ARARAQUARA, 2012a). Após sua inauguração no ano de 2011, passou a apresentar problemas envolvendo a insatisfação dos moradores e violências diversas, como abuso sexual, prostituição infantil, aliciamento de menores para o narcotráfico, trabalho infantil, violência doméstica e tentativa de homicídio. Tais práticas foram identificadas através do trabalho de agentes públicos que atuam na região onde se encontra o residencial.

Através de sua imagem pálida, enjaulada e adornada de sacos de lixo, o Residencial dos Oitis se comunica com a cidade expressando que existem muitos problemas sociais que precisam ser resolvidos. O principal deles é a existência de muitas famílias sofrendo com esses problemas e sem nenhuma perspectiva de superação. Por ser um conjunto habitacional cercado por grades que não escondem as nuances de sua difícil realidade foi denominado condomínio de vidro.

Movida pelo interesse em compreender os problemas que se inscrevem nos espaços urbanos das cidades brasileiras, sobretudo nos que envolvem as populações mais vulneráveis que vivem em conjuntos habitacionais, esta pesquisa tem como “objetivo geral” estudar as condições de insegurança urbana no Residencial dos Oitis através das referências grupais familiares e políticas de moradores do referido residencial, observando também as referências dos agentes públicos locais que atuam dentro do Sistema de Proteção Social.

Os “objetivos específicos” da pesquisa consistem em caracterizar as condições de insegurança urbana em que vivem as famílias de moradores do Residencial dos Oitis, e em compreender a atuação de instituições públicas locais, através de seus agentes, no interior do residencial.

A presente pesquisa tem como hipótese que as práticas de violência urbana nessa região periférica, como em outras regiões semelhantes, são consequências de políticas frágeis de urbanização e de consolidação de direitos sociais, que juntas resultariam em uma ausência da promoção de segurança urbana local.

Os resultados esperados consistem na identificação da necessidade emergencial da implantação de políticas públicas específicas que objetivem o resgate da cidadania e da segurança urbana no interior do residencial.

Para tanto, esta dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo se chama “Modernidade líquida, urbanização e violência” e contém uma reflexão aprofundada sobre as transformações sociais da modernidade que ocasionaram um quadro de inseguranças e medos, fazendo com que os laços de interação humanos estejam cada vez mais fragmentados. A violência urbana aparece como um conceito difundido na atualidade, que vem expressar parte desses medos e receios perante a vida nas cidades modernas, e também caracterizar os problemas sociais que culminam em sociedades violentas como a brasileira, cuja desigualdade social foi herdada historicamente. Outro aspecto tratado neste primeiro capítulo é a retrospectiva histórica das periferias brasileiras, indicando os processos que contribuíram na formação do espaço urbano no Brasil da atualidade.

Por trás das reflexões e fundamentações teóricas deste primeiro capítulo está a intenção desta pesquisa em demonstrar que tanto a violência urbana quanto a segregação sócio-espacial das cidades brasileiras decorrem de um processo de exclusões e, também, da constante “falta de espaço” para as interações humanas e para a aceitação das diferenças. Sobretudo, para a compreensão de que a desigualdade social e o individualismo produzidos pelo sistema capitalista são os grandes propulsores do estilo de vida moderno que reproduz os espaços de acordo com os interesses de uma minoria interessada no mundo do dinheiro, em detrimento ao mundo da vida. A bibliografia utilizada para abarcar as questões expostas nesse primeiro capítulo reúne obras dos seguintes autores: Zygmunt Bauman, Raquel Rolnik, Ermínia Maricato, Alba Zaluar, Michel Misse e Nabil Bonduki.

O segundo capítulo, “(In) Segurança urbana”, trata o tema da segurança urbana, conceito difundido internacionalmente, e que em linhas gerais significa a interação entre os serviços públicos essenciais e as experiências de cidadania e solidariedade em prol do desenvolvimento humano e da segurança cotidiana. A segurança urbana conota a proteção diante da integridade da vida dos indivíduos e foge da tradicional definição de segurança pública, que muito já foi relacionada a medidas truculentas e injustas de criminalização da pobreza. Para tanto recorreu-se aos estudos de autores como: Augusto Caccia-Bava, Fernando Tenório Tagle, Mariano Ciafardini, Oscar Newman e Theodomiro Dias Neto.

O terceiro capítulo, chamado “O Sistema de Proteção Social como forma de promover a segurança urbana”, traz em suas linhas a exposição do que é o sistema de proteção no Brasil, quais suas diretrizes, áreas de atuação e objetivos. O sistema de proteção social é uma forma de promover a segurança urbana e abriga diversos programas sociais efetuados para dar conta de resolver problemas, como o que identificamos no Residencial dos Oitis. Além disso,

alguns serviços que compõe o sistema de proteção e atendem ao bairro do Residencial dos Oitis foram estudados nessa pesquisa de forma a colaborar com a compreensão das configurações da rede de serviços públicos que atendem o residencial. O referencial desse capítulo são documentos oficiais e estudos específicos dentro da literatura nacional sobre cada um dos sistemas de proteção.

O capítulo seguinte, “Araraquara e o Residencial dos Oitis”, corresponde à reprodução do cenário urbano da cidade de Araraquara e do Residencial dos Oitis e contém algumas informações e documentos relevantes para a compreensão desses espaços urbanos, sobretudo o do Residencial.

Por fim, os dois últimos capítulos trazem as análises e resultados desta pesquisa. O sexto capítulo corresponde à análise dos dados e entrevistas realizadas durante o trabalho de campo junto aos moradores do residencial e agente públicos locais, e recebe o título de “A pesquisa de campo”. Já o sétimo e último capítulo desta dissertação, intitulado “A construção social do conhecimento sobre segurança urbana”, contém o encontro entre a teoria estudada e os dados obtidos através das entrevistas semiestruturadas que produzem a chamada construção social de conhecimento, conforme será explicado na metodologia a seguir.

1.1 Aspectos metodológicos da pesquisa

Esta pesquisa será realizada com embasamento na prática metodológica de estudos em Ciências Sociais criado pelo sociólogo português Telmo Caria (1999). Este autor compreende o conhecimento como algo que é adquirido através de uma relação social entre os sujeitos pesquisadores e sujeitos pesquisados. Segundo Caria, os atores sociais merecem especial atenção das Ciências Sociais. Assim, é fundamental identificar suas capacidades reflexivas e críticas.

Em sua obra “Experiência etnográfica em Ciências Sociais” (1999), Telmo Caria faz a pergunta: “A quem se destina a ciência que se produz?” Desse modo, questiona o alcance das pesquisas científicas e destaca a relevância da colaboração dos atores sociais na produção de conhecimento. Sem menosprezar os estudos produzidos e divulgados unicamente dentro das academias de ciência (às quais o autor também atribui importância) Caria traz à tona em suas obras uma reflexão necessária sobre o compartilhamento dos conhecimentos construídos, para que eles não fiquem contidos em salas de aulas e ambientes acadêmicos, podendo chegar a outros lugares em que também produzam sentido e transformações (CARIA, 1999, p. 320).

Segundo Caria, o conhecimento é adquirido através da chamada relação social de investigação (RSI) entre os pesquisadores e sujeitos pesquisados. O autor chama de atores sociais os sujeitos, de forma a atribuir mais relevância a eles. Para Telmo Caria a metodologia é uma construção estratégica entre teorias e fatos que abordam determinado objeto. Esta pesquisa será realizada sob a perspectiva metodológica proposta por Caria e terá seu enfoque nas famílias que habitam o residencial dos Oitis, entendidas aqui como sujeitos do conhecimento derivado de suas experiências (CARIA, 1999; 2003).

Dessa forma, o pesquisador é um ator social que demonstra propriedade ao pensar fora da fronteira institucional universitária, quando está em seu lugar original, ao passo que, quando ultrapassa esses limites, suas capacidades e saberes ficam limitados por lidarem com culturas que não fazem parte do seu repertório de conhecimento. Essa é a fronteira intercultural que envolve a reflexividade do olhar sociológico, e que, nas palavras de Caria, “desenvolvem uma ciência da ciência” (CARIA 1999).

A Etnografia em Ciências Sociais engloba, em sua essência, as histórias de vida que produzem o conhecimento através da relação estabelecida entre os atores sociais que participam da pesquisa. Nesse momento é enfatizado o papel do pesquisador, que não desenvolve um papel unicamente restrito a observar, escutar e interagir, mas se relaciona por meio de perguntas que o orientem a alcançar as compreensões desejadas.

Mesmo que as perguntas destoem dos padrões de linguagem do grupo estudado, sua realização promove um momento de reflexão para pesquisador e pesquisados. O ponto chave dessa metodologia é que não se busca encontrar fenômenos que são inconscientes aos atores sociais. A produção de conhecimento torna-se concreta dentro dessa perspectiva que considera a subjetividade dos entrevistados como fundamento da construção dos saberes buscados (CARIA, 1999, 2003).

O conhecimento derivado da consciência dos sujeitos como método de produção de conhecimento, ou de apropriação científica da realidade já fora proposto por Marx, que toma a linguagem como a consciência prática. Desse modo são os homens reais, ou seja, os que vivem as relações de trabalho e do cotidiano em espaços como os periféricos, que produzem conhecimento sobre sua realidade e sobre as formas de vida que se levam nos espaços em que ocupam e habitam. O conceito de consciência utilizado por Marx foi retomado por Adam Schaff na década de 1970 e ainda permanece atual.

É ainda relevante mencionar que as teorias sociais originadas por pesquisas etnográficas contém a tradicional relação entre teoria e fatos e, também, o desenvolvimento da

intersubjetividade. Os fatos etnográficos partem da relação existente entre teoria e reflexividade, esta última contendo o aspecto intercultural atribuído à relação social de pesquisa. A reflexividade intercultural não se restringe a comunicação entre culturas distintas; ela se consolida através da relação social de pesquisa que se preocupa com as experiências que se desenrolam nas fronteiras interculturais (CARIA, 1999).

Dois aspectos ressaltados nas bases metodológicas propostas por Caria perante as experiências etnográficas em Ciências Sociais terão forte presença neste estudo: o valor do conhecimento teórico sobre o objeto estudado e o conhecimento produzido através da relação social de investigação entre os demais atores sociais que compõe esse estudo.

Esse autor não considera que as metodologias em ciências sociais sejam dependentes apenas da subjetividade, rejeitando também o naturalismo observacional. Ou seja, para ele a objetividade em Ciências Sociais não é um ato de neutralidade da observação. É a junção do estar no trabalho de campo, do pensar, e das teorias que permitem objetivar o conhecimento.

A etnografia é, portanto, uma relação que tem em comum as histórias de vida e a investigação, de modo a compreender a realidade. O pesquisador não se limita a observar, mas interage e faz perguntas que julgar importantes. Esse momento causa a reflexão nas duas partes que produzem o conhecimento, afetando tanto o pesquisador quanto os pesquisados. Assim, as teorias sociais desenvolvidas sob a luz da etnografia não estão limitadas à relação entre teorias e fatos, pois abarcam também o desenvolvimento da intersubjetividade. Esse aspecto da metodologia ficou bem nítido durante a realização das entrevistas, como está exposto no capítulo VI.

Sob esses parâmetros metodológicos, e com intuito de obter um arcabouço teórico sobre os temas a serem estudados, o primeiro momento da pesquisa envolveu o levantamento bibliográfico sobre os temas da violência e segurança urbana envolvendo bairros de periferias e conjuntos habitacionais populares no Brasil. Posteriormente, foram elaborados os roteiros de entrevistas semiestruturadas que trazemos nos anexos a esta dissertação, e que foram realizadas junto aos moradores do Residencial dos Oitis e aos agentes públicos locais, sendo eles: um psicólogo e dois assistentes sociais do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do bairro; um coordenador da escola pública; dois professores da creche pública; e três profissionais do Centro Médico Social Comunitário (CMSC) do bairro. Ao todo são nove sujeitos que ocupam posições distintas no bairro. Alguns, em decorrência de suas especialidades adquiridas em universidades, como psicólogo, assistente social, enfermeiro,

professor e diretor de escola pública. Também foram entrevistados catorze moradores do Residencial dos Oitis.

Na primeira inserção no território a ser estudado pretendeu-se identificar os profissionais que atuam no sistema de proteção do bairro e, por meio deles, saber dos atores sociais que moram no Residencial dos Oitis com maior disponibilidade de narrarem suas experiências cotidianas. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro foi o órgão público que deu maior suporte a esta pesquisa, pois seus profissionais têm uma relação próxima com as famílias de moradores.

Os diálogos estabelecidos foram constituídos a partir de entrevistas formalmente realizadas junto a esses agentes públicos e utilizadas para a compreensão da realidade do Residencial dos Oitis. Optou-se por realizar entrevistas semiestruturadas, envolvendo perguntas fechadas e abertas. Todas as entrevistas realizadas foram formalizadas através de um termo de consentimento livre e esclarecido e preservaram o anonimato das entrevistadas e dos entrevistados. A transcrição das entrevistas foi feita pela pesquisadora responsável e os dados obtidos constituíram o objeto da análise qualitativa desse estudo.

Para a elaboração dos roteiros de entrevistas semiestruturadas e o planejamento metodológico desta pesquisa recorreu-se a conceitos que foram fundamentais para a consolidação do projeto de pesquisa dentro da temática proposta.

A segurança urbana e a violência urbana aparecem nesta pesquisa como conceitos principais. Conforme encontra-se em Caccia-Bava (2006), no estudo intitulado “Sobre políticas locais de segurança para jovens”, os estudos sobre segurança vêm se consolidando na América Latina a partir do século XXI, período em que os estudos sobre a violência no Brasil avançaram. A busca de compreensão dos aspectos da insegurança urbana no residencial estudado ocorreu nos momentos das entrevistas com os agentes públicos locais e com os moradores. A segurança pública é formulada e praticada pelo poder público. Contudo, cabe a essa esfera política projetar a chamada “co-produção” da segurança, que é o fundamento do conceito de segurança urbana e envolve moradores de bairros periféricos das cidades e movimentos populares (CACCIA-BAVA, 2004b).

Foi utilizada a referência de família como instituição responsável pela garantia de direitos dos jovens e do seu processo de formação cultural inicial. Esses aspectos remetem à compreensão de que as políticas públicas voltadas às famílias devem ser projetadas pensando nos processos de formação cultural de seus integrantes, sobretudo na garantia e promoção de

seus direitos e formação da consciência de seus deveres. A capacidade de atuação política de todos deve ser ressaltada, exceção feita às crianças (CACCIA-BAVA, 2004a).

Espaço urbano e urbanização são outros dois importantes conceitos utilizados ao longo deste estudo, quando feita referência ao Residencial dos Oitis e às periferias brasileiras. Para tanto considerou-se a definição de David Harvey, onde a urbanização é o “conjunto espacialmente estabelecido dos processos sociais”. Trata-se de um processo social inscrito em um espaço onde atores sociais com as mais distintas intenções e práticas interagem através de padrões singulares de ação que se comunicam no espaço em que ocupam (HARVEY, 2001, p. 167-168).

A urbanização também estabelece determinados arranjos institucionais, formas legais, sistemas políticos e administrativos, hierarquias de poder etc. Isso também concede qualidades objetivadas à “cidade”, que talvez dominem as práticas cotidianas, restringindo cursos posteriores de ação. Finalmente, a consciência dos moradores urbanos influencia-se pelo ambiente da experiência, do qual nascem as percepções, as leituras simbólicas e as aspirações. Em todos esses aspectos, há uma tensão permanente entre forma e processo, entre objeto e sujeito, entre atividade e coisa. É tão insensato negar o papel e o poder das objetivações, da capacidade das coisas que criamos de retornar como formas de dominação, quanto é insensato atribuir a tais coisas, a capacidade relativa à ação social (HARVEY, 2001, p. 168).

Já o espaço, para Milton Santos, constitui-se num sistema de objetos e de ações que podem ser contraditórios e solidários, mas sempre estão articulados. Por sua vez, o espaço necessita ser compreendido em sua natureza e na intencionalidade das relações sociais que o habitam, tanto física quanto simbolicamente. Dessa forma, o espaço geográfico não é somente o físico, mas também a relação da sociedade com o espaço (SANTOS, 2007). De acordo com Milton Santos:

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. (SANTOS, 2012, p. 30-31).

Santos (2002) se refere ao esforço de encontrar uma definição única para espaço como uma tarefa árdua, já que considera um equívoco conter nessa palavra todas as demandas que ela detém e que são mutáveis, tratando-se de um conceito flexível que está mergulhado na historicidade dos acontecimentos que mudam conforme o decorrer do tempo e com a

localidade a que estão relacionados. Desse modo, fica evidenciado que o autor atribui ao espaço o significado de uma representação das relações sociais que ali habitam, estando essas relações compreendidas também no processo passado que transformou e produziu esse espaço, que é produto de práticas coletivas que reproduzem as relações sociais.

O espaço geográfico, para Santos (2002), é produzido e organizado pelos indivíduos vivendo em sociedade. Já o espaço social seria o recinto de vivência e de trabalho dos indivíduos, comportando menos ainda definições estáticas. E o território é o que precede a concepção do espaço: um grupo de pessoas utiliza um território específico e assim institui o espaço, o que torna o espaço geográfico um conceito ainda mais vasto e complexo, que abarca um conjunto de ações construídas e transformadas pelas relações sociais que são fatores determinantes de sua configuração.

Em síntese, o espaço urbano que é objeto desta pesquisa é concebido de acordo com Milton Santos, que o define como um local de transformações e interações humanas que merecem uma visão crítica, pois na sociedade brasileira privilegia-se o mercado financeiro e aspectos políticos que estão distantes dos interesses cotidianos e das expectativas e projetos dos grupos que o habitam. Essas características são perceptíveis nas cidades brasileiras, onde a ocupação do espaço se dá através de políticas públicas que acabam esbarrando em interesses que estão aquém da cidadania, tornando as estratégias de atuação pública permeáveis à intencionalidade financeira e mercantil do uso e ocupação do espaço. É o caso dos conjuntos habitacionais construídos em regiões afastadas das regiões urbanas mais povoadas e com maior demanda de serviços públicos. Os problemas dessa associação de interesses aqui explicitados emergem e, dificilmente, são resolvidos pelos órgãos públicos competentes.

O espaço compartilhado pelos cidadãos estudados é o palco da sociabilidade que, relacionada às questões sociais decorrentes de experiências violentas, produz construções simbólicas e estilos de vida. Nos mesmos espaços os grupos constituídos produzem estratégias de sobrevivência a partir das constantes experiências vivenciadas na urbanização das cidades. As experiências cotidianas trazem à tona o reconhecimento de sua dinâmica, e quando se busca compreender a periferia, a violência e a insegurança a reflexão tende a ir além da análise de dados estatísticos relacionados a índices educacionais, de rendas e outras referências econômicas.

Desse modo, as transformações ocorridas através da urbanização nos chamados espaços urbanos produziram cidades segregadas e muitos conjuntos habitacionais como o Residencial dos Oitis. Os fenômenos sociais e políticos que influenciam na formação das

periferias e na formação do residencial estudado serviram para compreender os problemas que atingem as famílias de moradores. A fala dos atores sociais, moradores e agentes públicos serviu para originar um conhecimento específico sobre esse território, a partir da experiência dos que vivem no cotidiano suas condições e contradições.

A teoria de Telmo Caria sobre as práticas metodológicas em Ciências Sociais serviu de horizonte para o planejamento deste estudo e, sobretudo, para a forma de compreender a relação com os sujeitos entrevistados. Afinal, tais encontros que se dão nos contextos científicos também são repletos da nossa humanidade e do cruzamento de fronteiras que nos modificam a cada interceptação de suas linhas simbólicas.

2. MODERNIDADE LÍQUIDA, URBANIZAÇÃO E VIOLÊNCIA

A violência é uma característica comum a diversas sociedades nos mais distintos tempos históricos, mas de acordo com Ciafardini (2008) é com o avanço da modernidade e do capitalismo que a violência se configura dentro do meio urbano e se associa a sistemas de poder. O fenômeno da violência urbana, tal como é conhecido na atualidade, possui raízes fincadas em um passado de dominações e injustiças que produziram sociedades desiguais e com problemas estruturais seríssimos, como a falta de moradias e de acesso às mínimas condições de sobrevivência.

O constante crescimento da violência, do desemprego e das sensações de insegurança dentro da modernidade a caracterizam como um tempo de medos e incertezas. A esse modo de vida em que há uma fragilidade das relações e vínculos diversos, incluindo aquele do homem com o espaço em que ocupa, Bauman denominou de modernidade líquida. Essa liquidez que remete à fluidez das interações que se esvaem facilmente é trazida, a todo o momento, nas obras do sociólogo e caracteriza a crítica do autor sobre a configuração das cidades modernas (BAUMAN, 2001).

Desse modo o medo, os riscos e as incertezas são sensações que se inscrevem na modernidade e acabam revelando uma sociedade insegura e cada vez mais individualizada. Outro aspecto que caracteriza as cidades modernas é a preponderância do valor econômico perante os valores humanos, fazendo com que gradativamente a vida urbana seja moldada dentro das necessidades do mercado.

Nesse capítulo tais questões serão abordadas de modo a ilustrar as sociedades modernas e capitalistas como propulsoras de um estilo de vida urbano fragmentado e nada interativo, onde as experiências coletivas encontram-se reféns desses medos e sensações que separam as pessoas e as vidas cotidianas dentro dos espaços urbanos.

Além da fragmentação simbólica e espacial, outro fenômeno tratado neste momento é o da violência urbana, que em muito se relaciona ao modo de vida nas cidades brasileiras, que apresentam um cenário bastante partido, tanto fisicamente quanto simbolicamente, tornando as práticas de violência um fenômeno também relacionado à produção dos espaços urbanos.

Ao fim deste capítulo está a discussão teórica relacionada à retrospectiva histórica das periferias brasileiras, de modo a ilustrar, sob um arcabouço teórico, as influências sociais e políticas que contribuíram para a configuração do espaço urbano no Brasil.

2.1 Líquidez, medo e risco nas cidades modernas

A violência e insegurança urbana são problemas existentes nos sistemas capitalistas, e consequentemente na modernidade. O capitalismo traz uma conotação socioeconômica que gera os problemas mencionados. Já a modernidade, por tratar-se de um período, remete também a aspectos socioculturais como a sociabilidade e pode ser entendida como uma instância que permite a existência de relações sociais violentas marcadas pela insegurança. Contudo, os dois problemas estão inscritos num mesmo processo (CIAFARDINI, 2008).

Para Ciafardini (2008) o capitalismo é um sistema que se origina na expropriação de capacidades humanas e foi fundamentado historicamente em sociedades onde ocorria a presença de distinções entre as classes sociais. Em tais sociedades era possível perceber como o exercício de direitos e poderes estavam nas mãos de uma minoria que comandava as formações sociais que integravam esse sistema. A primeira consequência do sistema capitalista é a transformação de servos ou escravos em pobres e desempregados.

Já para David Harvey (2009), o capitalismo é um sistema que atua buscando absorver o capital excedente através de meios lucrativos. O mecanismo de atuação do capitalismo vai sempre ao encontro do lucro e nunca ao das necessidades humanas. O processo de urbanização é um caminho para absorver o capital excedente, através do mercado e especulações imobiliárias que movimentam a economia mundial. Segundo Harvey:

A luta contemporânea para absorver o capital excedente em uma fase frenética da construção da cidade (basta olhar o crescimento das linhas do horizonte de Xangai, Mumbai, São Paulo e da Cidade do México) contrasta dramaticamente com um planeta mutante de favelas que proliferam. São essas cidades aquela combinação de nosso desejo íntimo? Constroem elas o tipo de pessoas que queremos ser? São elas as relações com a natureza a que nós aspiramos? (HARVEY, 2009, p. 16).

A liberdade passou a corresponder aos ensejos das forças políticas que presidem esse sistema capitalista, comandado por uma elite financeira que dita as regras do jogo nas cidades. São exemplares nessas cidades presididas por governos neoliberais, erguidas pelo movimento de absorção dos excedentes produzidos pelo capital, os efeitos da desigualdade, insegurança, medo e fragilidade das relações humanas, que atualmente são orientadas (ou desorientadas) por um ideal cada vez mais econômico e individualista. Dessa forma a criminalidade, a violência e o medo são fatores que caracterizam os tempos modernos e resultam em sociedades fragilizadas e imobilizadas pela sensação de insegurança.

O fato da pobreza, exclusão e miséria estarem associadas à modernização também traz outro aspecto importante dentro dessa crítica, que é a desigualdade social e a violência nas cidades modernas. A violência que opera sobre todos que estão sofrendo os efeitos da desigualdade se insere no processo que produz e reproduz a violência urbana (MACHADO, 2008).

Não é estranho que as primeiras leis penais da história moderna sejam voltadas para os pobres, as chamadas leis de controle social, que regiam sobre aqueles que saíram do campo e não encontravam meios de participarem da economia capitalista. Esse cenário foi sendo transposto com o tempo e resultou na configuração de muitas sociedades atuais. É desse modo que os primeiros efeitos da modernidade são as criações da pobreza e da criminalidade (CIAFARDINI, 2008). “Não saímos, com a Modernidade, da Era da violência. Chegamos, com sorte, a seu último nível, a seu estado mais sofisticado, um estado dentro do qual a guerra segue, latente” (CIAFARDINI, 2008, p.8).

A modernidade, juntamente ao consumismo se constitui como um momento de ruptura dos laços solidários, substituídos por relações fragmentadas que ocorrem com aqueles que vivem em sociedades capitalistas (BAUMAN, 2000, BECK, 2010, TAGLE, 2008). Os avanços tecnológicos, científicos e industriais levaram a modernidade a um estágio de evolução onde desenvolvimento e medo coexistem no tempo. Assim, a inferência de que tais progressos trariam aumento da segurança e qualidade de vida nas sociedades modernas foi fortemente contestada pelos frequentes desastres ambientais e sociais encontrados em todo o mundo.

Autores como Zygmunt Bauman e Ulrich Beck produziram sólida interpretação sobre os riscos e inseguranças da modernidade e demonstraram os efeitos colaterais dos avanços da modernização, baseando suas teorias em evidências e fatos históricos concretos. Nesse mesmo tom de crítica à modernidade, Mariano Ciafardini diz que “[...] a modernidade mente, a modernidade se levanta como sistema, denotando a desigualdade e a dominação explícita da antiguidade e levantando a bandeira da igualdade e da liberdade.” (CIAFARDINI, 2008, p.8). Ou seja, a modernidade não é um sucesso. O número crescente de desastres ambientais, as guerras, a fome, a miséria e a falta de moradia são problemas que atingem diversos países e sociedades ao redor do mundo e não foram superados com o avanço da modernidade (BAUMAN, 2000; BECK, 2010; CIAFARDINI, 2008).

Os medos e a carência de segurança são características inerentes ao modo de vida das cidades da modernidade, segundo Bauman (2001). Tais medos estão vinculados a diversos

fatores como a violência urbana, desastres naturais, epidemias, desemprego, e levam a sociedade moderna a demandar um sentimento generalizado de insegurança que se inscreve nas ações cotidianas e tem raízes históricas, conforme o trecho do autor destacado a seguir:

A modernidade começa quando o espaço e o tempo são separados da prática da vida e entre si, e assim podem ser teorizados como categorias distintas e mutuamente independentes da estratégia e da ação; quando deixam de ser, como eram ao longo dos séculos pré-modernos, aspectos entrelaçados e dificilmente distinguíveis da experiência vivida, presos numa estável e aparentemente invulnerável correspondência biunívoca. Na modernidade o tempo tem *história*, tem história por causa de sua “capacidade de carga”, perpetuamente em expansão – o alongamento dos trechos do espaço que unidades de tempo permitem “passar”, “atravessar”, “cobrir”- ou conquistar (BAUMAN, 2001, p.15-16).

Para Bauman, o Estado moderno sempre foi incumbido da função de promover a segurança e combater o medo que contagiava as populações. O sociólogo polonês chamou a atenção para um rompimento entre a modernidade sólida e modernidade líquida, cuja demarcação foi a redução do controle estatal, o grande propulsor dos medos modernos. Ainda segundo o autor, a modernidade sólida cuidava de substituir gradualmente os laços naturais entre os sujeitos por laços cada vez mais normatizados, através de instituições como os sindicatos e associações. Assim, as fragilidades das políticas públicas, somadas ao sentimento de vazio das relações sociais, não são exclusivamente o fator que impulsiona o quadro da violência na modernidade, pois a crise política e social tem a participação de agentes públicos e privados que atuam em ondas constantes de sua propagação (BAUMAN, 2001, 2009).

Sobre o tema da fragilidade dos laços sociais proposto por Bauman, Enriquez (2006) também afirma que os vínculos sociais encontram-se bastante fragilizados e, junto com o excesso da violência evidenciada nos tempos atuais, produzem uma sociedade carente de sentidos. O medo, as incertezas e inseguranças se inscrevem sobre a vida dos cidadãos modernos e são reconhecidos como ferramentas de autoconhecimento, o mesmo que pode levar ao reconhecimento de que algumas coisas precisam ser superadas e enfrentadas, tornando o homem um sujeito que além de psíquico também é um sujeito social. Dessa forma dá-se o caminho da autonomia do homem que permite a este uma projeção de futuro mais otimista.

Contudo, alguns fatores atuam como empecilhos para essa realização, como os interesses dos sujeitos integrantes do mercado e pelo poder aquisitivo, que o autor chama de “reino do dinheiro”, onde a razão econômica e instrumental vence a razão solidária. Esse é o quadro que retrata a modernidade: o capital em detrimento das relações humanas, os

interesses de mercado priorizados em relação às necessidades de muito grupos sociais. Não há muito espaço para a manifestação de solidariedade e interações sociais onde o “reino do dinheiro” ocupou o poder (ENRIQUEZ, 2006).

Veem-se cada vez mais pessoas que se voltam à sua própria identidade, que cuidam apenas de “si”, de sua vida privada, de seus investimentos cotidianos, de sua família. O homem, então, não se sente mais fazendo parte de uma espécie humana e não participa mais do trabalho da civilização. Considera os outros, apenas obstáculos ou objetos de prazer (ENRIQUEZ, 2006, p. 9).

Sobre a cooptação dos relacionamentos humanos autênticos pelo capitalismo, Bauman (2007) discorre que no momento em que a competição ocupa o lugar da solidariedade, a insegurança e medo sentidos pelos indivíduos aumentam e ganham um caráter cada vez mais individualista. Os laços que antes eram configurados de forma sublime pelas relações e suas dimensões humanas agora passam a ser normatizados, sendo embebidos nos preceitos de uma sociedade cada vez mais refém de um sistema contábil, deletério e cuja tendência é ser menos comunitário. “O medo está lá, saturando diariamente a existência humana, enquanto a desregulamentação penetra profundamente nos seus alicerces e os bastiões de defesa da sociedade civil desabam” (BAUMAN, 2007, p. 23).

Em uma de suas obras mais recentes, Bauman (2009) afirma que o capitalismo se expressa com mais intensidade nas grandes áreas urbanas, fazendo com que as cidades sejam moldadas de acordo com os preceitos desse sistema. As periferias em torno dos grandes centros ilustram esse fenômeno econômico e urbano. O autor trabalha no campo das possibilidades, onde os discursos e capacidades de ação dos atores sociais podem criar um novo capital social para modificar as estruturas que habitam e os rumos de sua história.

Nesse sentido, o Sociólogo Carlos Vainer contribui ao argumentar que a partir do planejamento dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro, surgiu uma nova concepção de cidade e de planejamento urbano. Para o autor, está sendo produzida a chamada cidade de exceção. Esta seria a imposição do capitalismo sobre o planejamento urbano, uma vez que os moldes em que são produzidos os espaços urbanos nas cidades têm origens no pensamento neoliberal. Tais formas de pensar o espaço, que vão ao encontro dos interesses de investimentos de mercado e de especulação imobiliária, têm se disseminado em todo o Brasil:

A cidade de exceção se afirma, pois, como uma forma nova de regime urbano. Não obstante o funcionamento (formal) dos mecanismos e instituições típicas da república democrática representativa, os aparatos institucionais formais progressivamente abdicam de parcela de suas atribuições e poderes. A lei torna-se passível de desrespeito legal e parcelas

crescentes de funções públicas do estado são transferidas a agências “livres de burocracia e controle político”. (VAINER, 2011, p. 10)

Desse modo os medos e inseguranças operam sobre sociedades que cada vez mais produzem e reproduzem um modo de vida cerceado pelo receio e pelo individualismo. “Os medos nos estimulam a assumir uma posição defensiva. Quando isso ocorre, a ação defensiva confere proximidade e tangibilidade ao medo” (BAUMAN, 2007, p. 15). Essa é a configuração das cidades modernas. Espaços fragmentados onde as desigualdades se inscrevem e representam também espacialmente seus desenhos peculiares que se projetam sobre o cotidiano da vida nas cidades:

Apesar de tudo que aconteceu com as cidades em sua história, não importa quão drasticamente se tenha alterado sua estrutura espacial, seu aspecto e seu estilo de vida, com o passar dos anos ou séculos, uma característica permaneceu constante: as cidades são espaços em que estranhos ficam e se movimentam em estreita proximidade uns dos outros (BAUMAN, 2007, p. 90)

A chamada evolução, ou avanços modernos, como as configurações das cidades e o acesso à tecnologia, têm influência direta nessa relação do homem com o mundo. E muitas vezes os avanços reconhecidos como refinamento do sistema capitalista não correspondem às necessidades reais das comunidades. Bauman coloca que em todo o mundo as cidades e os espaços estão fragmentados e divididos de acordo com os interesses dos mercados. Existe um afastamento entre as pessoas que é geográfico, econômico e também simbólico. Muitas vezes a distância entre as pessoas, embora pequena fisicamente, é social e economicamente grande demais para que haja uma interação ou aproximação entre elas (BAUMAN, 2009).

Por sua vez, Ulrich Beck constrói a teoria da sociedade do risco. Esta escapa ao evolucionismo utópico e traz uma crítica acirrada aos efeitos da modernidade nas sociedades. Para ele, os avanços científicos e industriais tornam-se um conjunto de riscos em iminência de explosão. Para além dos riscos técnicos e ambientais, Beck propõe que os riscos também atingem as condições de existência humana, expressas através da individualização, das desigualdades sociais, dos medos e incertezas, fatores que tornam a exposição do homem aos riscos uma contingência cotidiana. Para Beck, o risco está situado no meio de uma linha onde os extremos são a segurança e a destruição, e atinge a todas as camadas sociais (BECK, 2010).

Beck chama a segunda modernidade de modernidade reflexiva e a concebe como a fase de radicalização dos princípios da modernidade. Ao passo que a primeira modernidade foi o tempo do progresso, controle da natureza e avanços científicos, a modernidade reflexiva

é a fase em que tais avanços não podem dar conta de prever e controlar os riscos que ela mesma criou. O conceito de risco se relaciona ao conceito de modernidade reflexiva e é caracterizado pela forma sistemática de lidar com perigos e inseguranças advindas do próprio processo de modernização.

A modernização reflexiva é a marca essencial da mudança da sociedade industrial, no início de uma modernização autônoma. No entanto, com o ordenamento político e econômico intactos ocasionando uma deformidade desse momento que culmina na radicalização da modernidade, os riscos tornam-se evidentes em todos os setores das sociedades (BECK, 2000). Martucceli (1999) ainda ressalta que a questão da insegurança e outras tantas teorizações dos riscos, na sociedade atual, não são concebidas como simples fruto de uma distorção da modernidade, mas, ao contrário, são o próprio resultado de sua realização. A violência urbana contemporânea, portanto, pode se constituir como um resultado dessa realização da modernidade que a sociedade se revela incapaz de controlar.

Ainda na interpretação sobre a sociedade do risco realizada por Ulrich Beck existe o fenômeno denominado pelo autor de “efeito bumerangue”, que trata a questão dos riscos e inseguranças como algo que atinge a toda uma sociedade, incluindo classes dominantes e responsáveis por indústrias que destroem o meio ambiente, por exemplo. Para ele, em algum momento os efeitos dessas ações vão se tornar fenômenos sociais que prejudicarão a todos, sem distinção de classes, crenças e espaços, pois o bumerangue cumpre seu trajeto e volta aos seus agentes causadores. “Os atores da modernização acabam, inevitável e bastante concretamente, entrando na ciranda dos perigos que eles próprios desencadeiam e com os quais lucram” (BECK, 2010, p. 44). Em decorrência, apesar de as classes dominantes não estarem imunes ao risco, são as classes mais vulneráveis que costumam estar mais expostas aos riscos e suas consequências (JACONDIDO; ESLABÃO, 2015).

Nesse momento é possível estabelecer uma relação entre o quadro teórico acima exposto e a questão da violência nos bairros periféricos das cidades brasileiras. Nessa sociedade de riscos emergem fenômenos como o desemprego na sociedade brasileira, o estabelecimento de mercados informais, a precarização do trabalho e diversos fatores que contribuíram para a manifestação da violência urbana e insegurança, e que podem estar associados às transformações dos espaços urbanos de modo a produzir uma configuração espacial de segregação e exclusão social (ADORNO, 2002; CALDEIRA, 2000; MARICATO, 2003). Essa discussão será aprofundada nos subcapítulos seguintes. No entanto, é fundamental acentuar a correspondência entre a teoria do risco e a expansão da violência

relacionada à questão habitacional no Brasil. A desigualdade permanente no país e o ostensivo déficit de moradias são bases estruturais para muitos dos problemas que a sociedade brasileira enfrenta atualmente. Vem ao encontro desse grave contexto o efeito cumulativo do individualismo e da falta de interesse da gestão pública em promover a justiça social, criando uma situação que se traduz na violência e insegurança urbana vivenciada no Brasil.

A cidade contemporânea atinge seus moradores com investimentos urbanísticos e com o sentimento de medo, do que decorre a utilização de muros e equipamentos de segurança que acabam deixando os espaços cada vez mais individualizados. Dessa maneira, infere-se que o modo de vida contemporâneo reflete, na modernidade reflexiva, a falta de segurança na vida pública.

No entanto, as fragilidades das políticas públicas, somadas ao sentimento de vazio das relações sociais, não são exclusivamente fatores que impulsionam esse quadro da violência na modernidade. Essa crise política e social tem participações públicas e privadas através de agentes múltiplos que atuam em ondas constantes de propagação (BAUMAN, 2001).

Bauman também traz em seus escritos uma questão teórica que se debruça sobre a insegurança que assola os tempos modernos e relaciona o medo líquido-moderno à globalização, que define como nova ordem mundial caracterizada pelo descontrole e indeterminação (BAUMAN, 2000). O conceito de sociedade de risco de Ulrich Beck também tem muitas afinidades com o de globalização, pois busca ser uma referência abstrata para caracterizar diversas classes sociais e nações. Esses conceitos aderem às transformações da modernidade, pois no mundo coexistem pobreza e riqueza com muita intensidade.

Já para Bauman (2001), a sociedade contemporânea passa por processos que desgastam e fragilizam as relações sociais em suas dimensões humanas. Sendo assim, as instituições sociais perdem a sua solidez e é dessa forma que o sociólogo polonês denomina a modernidade, como líquida. Trata-se de uma metáfora do retrato dessas transformações que tornam as sociedades amorfas como os líquidos. A modernidade líquida é o tempo do desapego, do provisório, da insegurança e da mercantilização das relações, que se tornam fragilizadas.

A modernidade líquida é caracterizada por uma ausência de fronteiras claramente definidas, não permitindo separar o bem do mal, amigos e inimigos. Esse é o fator propulsor da crise de insegurança dos tempos atuais, demarcada pelo contraste entre as incertezas e o medo que fragilizam as relações humanas. O distanciamento entre pessoas dentro dos espaços aparece como uma medida de segurança e acaba conferindo às cidades as feições da

segregação. Em outro momento de sua obra, Beck incorpora os riscos econômicos e, assim como Bauman, fala sobre uma nova forma de vida pessoal e social inscritas nesse tipo de mundo, que se confronta a todo momento com esses riscos e inseguranças (BECK, 1999; BECK, 2010; BAUMAN, 2001).

Os muros surgem com cada vez mais intensidade, os encontros são mais limitados e restritos a lugares considerados seguros e as pessoas não interagem mais com facilidade. As cidades tornam-se espaços de insegurança, de medo e receios e seus espaços são “adornados” por guaritas, muros, câmeras de segurança, cercas, alarmes e o que mais as empresas especializadas em segurança podem oferecer àqueles que têm condições de comprar esses aparelhos que buscam reproduzir sensações de segurança (BAUMAN, 2000).

Em sua obra “Confiança e medo na cidade”, Bauman (2009) aponta ser possível afirmar que a insegurança moderna é fruto de um medo dos criminosos: “suspeitamos dos outros e de suas intenções, nos recusamos a confiar (ou não conseguimos fazê-lo) na constância e na regularidade da solidariedade humana” (BAUMAN, 2009, p. 16). Nesta obra é também tratada por Bauman a questão dos condomínios fechados, locais onde as pessoas com maior poder aquisitivo optam por morar, com intenção de garantir a própria segurança. Em sua investigação, o pensador polonês percorre o estudo da socióloga brasileira Teresa Caldeira sobre os condomínios privados de São Paulo. Estes são por ela expostos como promotores de uma tendência de segregação entre as pessoas. Através do estudo dessa socióloga sobre a cidade de São Paulo podemos notar como se constituem os territórios de insegurança urbana (CALDEIRA, 1996 apud BAUMAN, 2009).

Desse modo, as construtoras e incorporadoras optam por construir tais condomínios em locais considerados privilegiados, dando preferência aos bairros “nobres” e ocupados pelos habitantes com maior poder aquisitivo. Note-se que ao lado do Residencial dos Oitis, objeto de nosso estudo, está sendo construído um residencial nesses moldes. Essa constatação torna aquela localidade ainda mais interessante de ser estudada, pois revela um desvio do que predominantemente conhecemos: condomínios de luxo serem construídos longe das periferias.

[...] quanto mais o espaço e a distância se reduzem, maior é a importância que sua gente lhe atribui; quanto mais é depreciado o espaço, menos protetora é a distância, e mais obsessivamente as pessoas traçam e deslocam fronteiras. É sobretudo nas cidades que se observa essa furiosa atividade de traçar e deslocar fronteiras entre as pessoas (BAUMAN, 2009, p. 75).

As cidades são o grande palco onde as contradições das sociedades se manifestam. Os fenômenos decorrentes da globalização também se expressam nas cidades, assim como a sensação de insegurança que atinge países e cidades em todo o mundo. Embora a evolução das chamadas sociedades modernas tenha configurado o que hoje podemos considerar sociedades mais desenvolvidas e seguras, não devemos deixar de atribuir importância a esse fenômeno global. Claro que os avanços tecnológicos, contratuais e políticos das sociedades são acontecimentos que as transformam, na maioria das vezes, em lugares melhores de se viver; é o que a racionalidade humana e a capacidade de se organizar em sociedade produzem.

Em contrapartida, a evolução e a globalização a que todos os indivíduos estão hoje submetidos também produzem efeitos colaterais, como a sensação de insegurança e medo constantes. De acordo com Bauman (2009), tais medos se manifestam nas cidades e também na organização dos indivíduos, atingindo o próprio espaço familiar. Dessa forma, alguns grupos acabam se distanciando da vida coletiva e buscando espaços segregados. É o que acontece com a construção de imóveis em periferias afastadas do centro das cidades e em bairros que resultam de maior especulação imobiliária.

Bauman ainda propõe dois conceitos para ilustrar esses comportamentos dos indivíduos dentro das cidades que habitam: a “mixofobia” e a “mixofilia”, que também aparecem em sua obra “Tempos Líquidos”, de 2007. Para o autor, “mixofobia” seria o medo atribuído ao outro, a aquilo que lhe é estranho e desconhecido, “o medo de misturar-se”. Já a “mixofilia” demanda um comportamento contrário, tratando-se da aceitação e compreensão da diferença. A cidade passa a comportar, de forma simultânea, expressões de “mixofobia” e “mixofilia”, devido ao caráter ambivalente da vida urbana, fazendo com que a proporção de indivíduos que recusam os outros e os que são recusados aumente conforme o tamanho das cidades (BAUMAN, 2007; 2009).

Mixofobia e mixofilia coexistem não apenas em cada cidade, mas também em cada cidadão. Trata-se claramente de uma coexistência incômoda, cheia de som e fúria, mas, mesmo assim, muito significativa para as pessoas que sofrem a ambivalência da modernidade líquida. (BAUMAN, 2009, p. 48).

A “mixofobia” é uma reação altamente previsível e generalizada à impressionante, desagradável e enervante variedade de tipos humanos e estilos de vida que se encontram e se esbarram nas ruas das cidades contemporâneas, não apenas nas áreas oficialmente declaradas “distritos turbulentos” ou “ruas perigosas” (e por isso evitadas), mas em suas áreas “comuns” de residência [...]. À medida que a polivalência e a variedade cultural do ambiente urbano na era da globalização se estabelecem, com a probabilidade de se intensificarem, e não se atenuarem, com o decorrer do tempo, as tensões nascidas da perturbadora/ confusa/ irritante estranheza do

ambiente provavelmente continuarão estimulando impulsos segregacionistas. (BAUMAN, 2007, p. 92)

É importante atribuir à “mixofilia” a missão de aproximar os cidadãos entre si. Mesmo que com a “mixofobia” e “mixofilia” os encontros e desencontros sejam a todo momento reproduzidos nesse estilo de sociedade como esforços para que as estruturas sejam menos segregadas. Conforme discorre Bauman:

Dividir o espaço com estranhos, viver na sua indesejada e incômoda proximidade, é uma condição que os habitantes da cidade acham difícil, talvez impossível de escapar. A proximidade dos estranhos é seu destino, um *modus vivendi* permanente que deve ser diariamente examinado e monitorado, experimentado, testado e retestado, e (ao que se espera) colocado num formato que torna palatável o convívio com eles e tolerável a sua companhia. Essa necessidade é um “dado” inegociável; mas a forma pela qual os moradores da cidade se ocupam do atendimento de suas demandas é questão de escolha (BAUMAN, 2007, p. 91- 92)

Outro autor que refletiu sobre o comportamento do homem nos espaços urbanos foi o geógrafo Yi-Fu Tuan (1980), que trouxe em suas obras os conceitos de “topofobia” e “topofilia” para caracterizar os sentimentos de medo ou apego a determinados lugares, respectivamente. O geógrafo considera que os sentimentos que as pessoas manifestam pelos lugares por onde circulam são resultados de uma construção histórica, e por isso podem se transformar com o tempo. Dessa forma a “topofilia” pode se expressar como um sentimento profundo de afeição por um lugar. Em contrapartida, os estudos de Tuan mencionam que o sentimento de medo com relação aos lugares também é vivenciado pelas pessoas e se constitui numa ambivalência de significados no interior das relações sociais de reprodução, quando falamos de espaços e territórios compartilhados e habitados.

Além das explanações conceituais, Tuan discorre sobre a relação que indivíduos têm com alguns lugares, afirmando que tais relações derivadas do binômio indivíduo-lugar são construídas a partir de significações que são atribuídas aos lugares. Essa relação entre o homem e o espaço se dá, também, de forma, digamos, sentimental. De acordo com o autor, “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significados” (TUAN, 1983, p. 53). O homem conhece o espaço através das emoções nele sentidas. As lembranças e a consciência do passado vivido no lugar são fatores que atribuem intensidade a todo sentimento que cada pessoa atribui a um determinado lugar onde passou parte de sua vida (TUAN, 1980, 1983). Daí poderíamos afirmar que o lugar é uma construção subjetiva.

No caso do fenômeno da urbanização, ele remete à insegurança do mundo moderno. A cidade contemporânea atinge seus moradores com investimentos urbanísticos e com o

sentimento de medo, tendo por consequência a utilização de muros e equipamentos de segurança que acabam deixando os espaços cada vez mais individualizados e segregados. Desse modo, infere-se que o modo de vida urbano contemporâneo reflete a falta de segurança na vida pública.

Ainda assim, para Bauman, o que vai definir com mais firmeza as projeções das cidades e da vida urbana contemporânea são “as pressões globalizantes e o modo como as identidades locais são negociadas e remodeladas” (BAUMAN, 2009, p. 29; BECK, 2010).

Somada a essa colocação está o momento em que as pessoas passam a aceitar as limitações do alcance político, também por conta da fala de seus representantes que constantemente atribuem alguns problemas à falta de recursos financeiros, por exemplo. Claro que as discussões sobre economia e política envolvem um alcance ainda mais amplo e repleto de conceituações específicas. Mas é também fato que o sistema capitalista impõe algumas regras que interferem na vida das pessoas e na criação dos espaços. É nessa compreensão que esse estudo se detém, uma vez que “as cidades se transformaram em depósitos dos problemas causados pela globalização”. Já os representantes políticos dessas cidades encontram o desafio de alcançar soluções locais para “contradições globais” (BAUMAN, 2009, p. 32). Por fim, Harvey (2009) diz:

[...] a acumulação do capital não pode continuar sua trajetória corrente, abstratamente determinar nossos destinos e fortunas, ditar quem e o que somos e o que nossas cidades devem ser. Vale a pena lutar pelo direito à cidade. Ele deveria ser considerado inalienável. A liberdade da cidade ainda está para ser encontrada. (HARVEY, 2009, p 16-17)

Bauman ressalta ainda em suas obras a necessidade de se reconhecer os problemas de convivência e propor resoluções a eles. De fato, o distanciamento entre os moradores das cidades tem limites, pois compartilham a mesma estrutura geográfica e política. O autor justifica, a partir dessa constatação, que o encontro entre vizinhos deveria existir para se sobrepor a essa guerra urbana, velada e desvelada. Bauman reforça sua tese de que o convívio entre os homens é a chave para superar essa crise, pois as segregações espaciais e simbólicas não mediam esse conflito, apenas o acentuam (BAUMAN, 2009).

2.2 Violência Urbana: análise conceitual

A chamada “violência urbana” é uma manifestação daquilo que se procura tanto esconder, mas que extravasou seus espaços de confinamento. (MARICATO, 1997, p.3)

A violência é um fato universal e pode ser considerada nas sociedades atuais um mecanismo de consolidação das estruturas de poder, principalmente as que se enquadram fora da normatividade requerida pelas sociedades. Ainda pode ser caracterizada como todo resultado de uma ação que transforma o sujeito em objeto. A palavra violência, por definição, se remete a poder, dominação, ao ato de violar e agredir a algo ou alguém. Desse modo, não é uma palavra neutra, pois sempre envolve um autor (CHAUÍ, 2007; GULLO, 1998; MISSE, 2002).

Ao final dos anos setenta, autores como Michel Misse já tinham produzido alguns trabalhos sobre a temática da violência nas cidades. Mas foi a partir dos anos de 1980 que o tema da violência urbana ganha um enfoque mais aprofundado dentro do ambiente acadêmico. A crítica de Misse recaí sobre as teorias que procuram demonstrar que o crime se espalha por todas as classes sociais de maneira igual, sendo as classes mais pobres as mais perseguidas. Tais questões serão tratadas no decorrer deste subcapítulo. Os homicídios, sequestros, assaltos e demais tipos de violência criminal tornaram-se tão frequentes no Brasil que passaram a fazer parte da vida de todos os cidadãos, que em alguma medida sentiram medo, insegurança e se depararam com casos onde ocorrem tais violências (MARICATO, 1997; MISSE, 1995a).

A atenção sociológica para a questão da criminalidade foi evidenciada ao ser associada à proliferação do crime organizado, que passou a se destacar no final dos anos setenta do século passado com o tráfico de drogas, sobretudo de cocaína. O crime organizado optou por se instalar nas favelas e conjuntos habitacionais pobres, onde recruta pessoas para participar de suas atividades. Isso faz com que a associação entre crime e pobreza ganhe uma nova dimensão, diferente da encontrada nas ações policiais, tribunais e penitenciárias (MISSE, 1995a).

[...] a violência que hoje ocupa a nossa atenção é outra, a chamada “violência urbana”, com a qual quase ninguém simpatiza, e que aponta para a deterioração das redes de controle social e a emergência e rápida progressão do “crime organizado” na América Latina e no Brasil, particularmente aquele que se conecta com o tráfico internacional de drogas” (MISSE, 1995a, p.1).

Já Ermínia Maricato explica a violência urbana no Brasil como um processo de produção da desigualdade social aliado ao mercado imobiliário. Para ela, existe uma relação intrínseca entre o espaço urbano e a violência. As formas de produção do espaço não são

resultados de uma sociedade violenta, mas são propulsores de um processo de segregação que a produz (MARICATO, 1997).

De acordo com Zaluar (1999), a produção dos cientistas sociais brasileiros que se propunham a estudar a questão da violência até o final da década de 1990 exibiu diversos estudos que, em sua maioria, incluíam as organizações encarregadas de manter a ordem e combater o crime, sobretudo a polícia. Houve uma acusação de mau funcionamento daquelas organizações, em decorrência do aumento da criminalidade. Adiante surgiram poucos estudos que passaram a denunciar a vitimização de setores da população de acordo com raça, idade e gênero.

Nesse sentido, a violência costumeiramente é atrelada unicamente a atividades criminais, sob os olhares do sistema penal, e desconsiderando os demais aspectos que a compõe dentro no cenário brasileiro. O crime é um conceito jurídico que codifica a violência em leis penais. Contudo, alguns fenômenos socialmente percebidos como violentos não são considerados crimes pelo código penal. Também existem tipos de violência que são categorizadas como crimes, mas que não são situadas, de forma adequada, à legislação correspondente. Essa disparidade leva Sérgio Adorno a buscar o significado sociológico da violência e recorrer à definição de Alba Zaluar:

A dificuldade na definição do que é violência e de que violência se fala é o termo ser polifônico desde a sua própria etimologia. Violência vem do latim *violentia*, que remete a *vis* (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital). Esta força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente (ZALUAR, 1999 apud ADORNO, 2002, p. 8).

Ainda de acordo com Alba Zaluar (1999):

A principal questão em torno da violência é identificar se existem valores e direitos que levariam a infringir as liberdades individuais e coletivas de modo a manifestar a necessidade de limites. “Nem mesmo os cientistas sociais escapam de tais dificuldades e dilemas, o que parece claro quando se buscam os vários sentidos e os múltiplos usos que o termo teve na produção acadêmica do período” (ZALUAR, 1999, p.8-9).

Entretanto, desde os anos 1970 havia discursos que demonstravam que os verdadeiros problemas de violência estavam relacionados ao crescimento da miséria, do desemprego e da falta de serviços públicos. Esse pensamento originou o conceito de violência estrutural, que é

aquela voltada à dominação, exploração, segregação e exclusão, sendo diferenciada de outras formas de violência, como a doméstica e interpessoal (ZALUAR, 1999).

Já a violência urbana não está relacionada necessariamente a esses significados anteriores de violência, pois contém uma multiplicidade de eventos que estão relacionados com o modo de vida urbano e moderno das grandes cidades, incluindo as ações criminais, os homicídios, roubos, sequestros e também a negligência parental, violência doméstica, violência sexual, uso abusivo de drogas, a desigualdade social, a fome, entre outros. A violência urbana remete a um significado menos criminal e mais sociológico desses fenômenos que acontecem nas cidades e são caracterizados como violentos. Assim, fica patente a complexidade de tais eventos, que tem origens estruturais relacionadas ao modo de vida das cidades. Exemplos são o desemprego, que gera violência, e a segregação urbana que concentra de um lado os pobres e de outro os ricos, criando uma divisão que favorece a reprodução da violência (MISSE, 2002; ROLNIK, 2014; MARICATO, 1997).

É desse modo que em uma sociedade tão desigual a violência não se expressa somente através da criminalidade, mas também se apresenta como exclusão social, econômica, cultural, legal e ambiental. O conceito de violência está frequentemente relacionado à delinquência manifesta junto a grupos denominados pobres e marginais, muitas vezes assumindo a conotação classista proveniente de um modo de vida onde o patrimônio individual tem primazia frente à integridade de todos os seus membros (MARICATO, 1997). Ainda assim, a existência de algumas modalidades de violência que tem se destacado na sociedade brasileira: exemplos são o roubo, a extorsão e os homicídios dolosos, passando pela emergência da criminalidade organizada, das violações de direitos humanos e conflitos nas relações intersubjetivas, como as brigas entre vizinhos que se desdobram em fatalidades (ADORNO, 2002).

A sociedade brasileira lida cotidianamente com fatos onde há violência urbana, sendo reconhecida internacionalmente como uma sociedade violenta. De acordo com o “Mapa da Violência 2015”, cerca de cinco brasileiros morrem por hora no país vitimados por armas de fogo. A série histórica do Mapa da Violência, que realiza seus estudos desde o ano de 1980, registrou em sua última edição o maior número de assassinatos (WAISELFISZ, 2015).

A edição do ano anterior, que focou especificamente a violência contra jovens brasileiros, “Mapa da Violência 2014: Os Jovens do Brasil”, indicou que no ano de 2012 os jovens representavam 27% da população do país e foram a categoria vitimada com maior expressão, com registro de cerca de 53% dos homicídios ocorridos em todo território

nacional. E a maioria de mortes por homicídios se concentraram entre os jovens. Esse estudo estatístico traz a interpretação de que a violência urbana no Brasil tem sido um fenômeno importante e crescente, no que se refere às condições de vida da juventude (WAISELFISZ, 2014).

O alto índice de homicídios étnicos entre os jovens traz o dado preocupante de que o número de vítimas negras aumentou cerca de 30%, enquanto o número vítimas brancas declinou cerca de 30% entre o período de 2002 e 2012. Assim, o índice de vitimização da população jovem negra passou de 79,9% em 2002, para 168,6% em 2012, o que significa um aumento de 111%. Ainda segundo o estudo, algumas considerações a respeito desses dados alarmantes devem ser feitas: a pesquisa de 2011 do IBGE indica uma diferença de renda muito pronunciada entre as populações branca e negra do país, na qual a população branca tem uma renda cerca de 75% superior à da população negra. E a população negra, da periferia, conta com menos recursos de segurança e infraestrutura oferecidos pelo Estado. Por isso é expressiva a constatação de que:

Um segundo fator adiciona-se ao anterior. A segurança, a saúde, a educação, etc. são áreas que formam parte do jogo político eleitoral e da disputa partidária. As ações e a cobertura da segurança pública distribuem-se de forma extremamente desigual nas diversas áreas geográficas, priorizando espaços segundo sua visibilidade política, seu impacto na opinião pública e, principalmente, na mídia, que reage de forma bem diferenciada de acordo com o status social das vítimas. Como resultado, as áreas mais abastadas, de população predominantemente branca, ostentam os benefícios de uma dupla segurança, a pública e a privada, enquanto as áreas periféricas, de composição majoritariamente negra, nenhuma das duas (WAISELFISZ, p. 181, 2014).

Sérgio Adorno aponta que não existem dados nacionais que comportem análises aprofundadas sobre os crimes e violência urbana no Brasil; os únicos dados disponíveis tratam apenas de homicídios e não se baseiam em registros policiais. Inicialmente, o debate sobre a violência no Brasil foi promovido pelos defensores dos direitos humanos. Mas o fenômeno da violência atingiu níveis maiores de visibilidade pública no período de transição para a democracia. Ao longo desse período surgiram estudos que buscaram compreender as origens dessa violência urbana, que muitas vezes foi relacionada à pobreza, aparecendo como manifestação de lutas entre classes sociais (ADORNO, 2002).

Sendo assim, as modalidades de violência são constatadas por informações contidas em documentos como o Mapa da Violência e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que vêm demonstrando consecutivamente o cenário da violência no Brasil, onde preponderam assassinatos, estupros, violência doméstica e o homicídio de jovens, sobretudo negros e

moradores de periferias. Considerando que muitas das violências não são computadas por documentos oficiais, as faces da violência urbana ainda são muito veladas e encobertas na sociedade brasileira (ROLNIK, 2014; ADORNO, 2002).

Quanto às origens da reprodução dessa violência na sociedade brasileira, a história revela que ela foi originada sob as raízes de um sistema colonial e edificada sobre bases econômicas e políticas das monoculturas e propriedades rurais e sobre o trabalho escravo. Desde o princípio houve violências e explorações, além de uma nítida separação entre brancos e negros, sendo que os segundos ficaram na base da estrutura hierárquica que se constituía no Brasil colonial. Esse modelo de sociabilidade se enraizou no país, que até os tempos atuais vive uma situação de desigualdade social e territorial muito grande, e que vem se agravando na medida em que a sociedade se torna mais numerosa e complexa (ADORNO, 2002; MARICATO, 1997).

Logo que a sociedade foi se tornando mais complexa, os conflitos sociais revelaram-se mais salientes. É dentro desse cenário que a sociedade brasileira vem convivendo com a prática da violência em diversas modalidades: o crime comum, os homicídios, a violação de direitos humanos, os conflitos pessoais, o trabalho infantil, a exploração sexual e o narcotráfico, que é um dos grandes responsáveis pelo sentimento de insegurança coletiva que permeia nossa sociedade (ADORNO, 2002; ZALUAR, 1999).

As taxas de violência acompanham esse crescimento e se manifestam nessas várias modalidades. O narcotráfico recebe um enfoque especial dentre as violências urbanas citadas, pois estabelece um padrão desorganizado de sociabilidade entre as classes populares urbanas, promove o medo nas classes médias e altas, e enfraquece a capacidade de atuação do poder público. Sua força faz com que construa grande parte do “cenário de insegurança coletiva”. Além disso, é citado por diversos estudiosos do tema como consequência de uma sociedade desigual, com escassez de empregos e oportunidades, que abre espaço para os mercados ilícitos se instalarem (ADORNO, 2002; ROLNIK, 1999; CACCIA-BAVA, 2004b).

Para Ermínia Maricato é “impossível separar ambiente construído e sociedade”, pois o espaço é meio de produção e se forma a partir de mercados e apropriações, revelando os padrões de dominação que operam sobre a sociedade e que criam tensões entre os ocupantes das cidades. A desigualdade social se revela também nos espaços urbanos (MARICATO, 1997, p. 47).

Raquel Rolnik constatou em uma pesquisa sobre o programa “Minha Casa Minha Vida” que vários conjuntos habitacionais estavam sob controle de narcotraficantes ou de

milícias, que atualmente expressam uma cultura de violência fortemente conectada à sociedade brasileira. Contudo, a cultura dessa violência urbana não é exclusividade desses atores sociais, tampouco é circunscrita em seus territórios, pois tem uma matriz que muitas vezes começa no âmbito da esfera intrafamiliar – a violência doméstica, por exemplo –, e dali passa para o mundo social (ROLNIK, 2014). Nesse sentido, os estudiosos de agrupamentos de moradores de bairros periféricos, de baixa renda, podem estar convivendo, mesmo que de forma inconsciente, com redes locais de delitos.

Existem muitos estudos que buscam explicar as causas e origens da violência urbana no Brasil e no mundo, e a criminalidade e violência já foram relacionadas ao tráfico de drogas. Contudo, o tráfico e a violência são sintomas de uma mesma causa. Outras explicações, ao relacionarem violência e marginalização social, deram destaque à dificuldade encontrada por imigrantes em se habituarem às novas culturas e à modernidade. Tal viés não pode ser considerado verdadeiro, pois, sobretudo no Estado de São Paulo, a violência aumentou nos anos 1980, quando o êxodo rural e as taxas de crescimento populacional sofreram declínio (ROLNIK, 1999).

Outro argumento fortemente encontrado na literatura relaciona violência urbana e pobreza, atribuindo a esses dois fenômenos uma relação de causa e efeito. Tal explicação se apoia na constatação de que o aumento nos índices de violência aconteceu em épocas onde a pobreza se alastrou. A desigualdade social e a pobreza devem ser consideradas para explicar os índices de violência nas cidades, mas num outro sentido, o que indica que a exclusão territorial predispõe indivíduos e suas famílias a vulnerabilidades, abrindo assim espaço para a violência. Para ROLNIK (1999), a relação entre violência e exclusão territorial torna-se clara quando os dados sobre homicídios e índices de exclusão territorial são cruzados (ROLNIK, 1999).

A tese de que a pobreza é a causa da criminalidade ou do aumento da violência urbana já fora contestada por Misse (1995). Para o sociólogo, as teorias que estabelecem esse tipo de relação causal entre pobreza e criminalidade são encontradas no senso comum, trata-se de acusações perante as classes consideradas perigosas. Cabe pensar que se essa relação fosse verdadeira a maioria dos pobres seriam criminosos e não o são. E o fato de a maioria dos presos no Brasil serem pobres, negros e desocupados refletiria, também, um comportamento de parte das corporações policiais que associam pobreza e raça negra à criminalidade. Essa contradição entre a maioria de pobres que não são criminosos e presídios lotados de pobres

retrata uma questão subjetiva muito presente no seio da sociedade brasileira: a criminalização da pobreza (MISSE, 1995a).

Não é a pobreza que causa a violência, mas a desintegração dos laços sociais. Onde não há cidadania há espaço para as mais diversas formas de violências se instalarem. O desemprego, a fome, a falta de segurança, a necessidade de saúde, transporte e habitação são fatores que, por si, já são uma forma de violência urbana. Essa ausência de cidadania também abre espaço para a instalação do crime organizado, sobretudo o tráfico de drogas (MARICATO, 1997).

Para Zaluar (2002), existe um esforço dentro da academia em tentar explicar as origens da violência que assola as sociedades atuais, e também o seu aumento e repercussões dentro dos espaços urbanos. Dessa forma, esbarramos na tese de que a criminalidade é produto da pobreza. Tal alegação utilitarista, embora deva ser considerada, é demasiadamente crua para ser levada em conta como única explicação. A falta de proteção policial em regiões consideradas pobres, aliada à constatação de que a população pobre é a maior vítima de assaltos e assassinatos, corroboram com a compreensão de que esse fenômeno tem raízes nas políticas públicas de segurança urbana e outras. Quanto à violência ser considerada como algo cultural que está em expansão, a autora relata que ela é implícita a todas as sociedades, nos mais variados tempos históricos, de modo que cada uma das organizações sociais demanda regras próprias para conter a violência.

A disparidade de compreensões e opiniões levou pesquisadores do tema e forças políticas a reverem e estudarem seus argumentos, já que a associação entre pobreza e criminalidade trazia à tona mais problemas que soluções. O problema não se delimitava à pobreza, mas dizia respeito à criminalização dos pobres. Vale mencionar que a tese que atribui a mesma causalidade à pobreza e à criminalidade foi contestada em diversos estudos. Contudo, também é importante salientar que essa temática é motivo de debates dentro da comunidade científica (CARDIA; SCHIFFER apud ADORNO, 2002).

A violência urbana também acaba sendo um conceito que consegue demonstrar o desgaste das redes de controle social e a instalação, cada vez mais abrasiva, do crime organizado, sobretudo o tráfico de drogas. Assim, podemos notar que a pobreza não é, em si, a causa do aumento da violência urbana. Além disso, a violência nas cidades passou a ser caracterizada, no final do século XX, como expressão de um sentimento de insegurança, que acaba determinando muitas das práticas cotidianas (ALMEIDA, 2005; MISSE, 2006).

De acordo com Raquel Rolnik (2014), atualmente a violência integra a realidade brasileira. Contudo, existe uma ideia construída de que os lugares onde a violência existe com maior intensidade são os interiores das favelas. Essa visão decorre desde o tempo da República Velha – como será aprofundado no próximo subcapítulo –, onde tais formas de moradia são concebidas como locais de desordem e crimes. Tal concepção do espaço urbano leva a um ideário que acompanha o país há muito tempo: o de que retirar moradores desses locais e coloca-los em conjuntos habitacionais devidamente regularizados e murados acabaria com a violência urbana. A constatação de que existe a instalação do narcotráfico no interior desses residenciais e de que há chefes do tráfico exercendo o papel de síndicos desses condomínios permite compreender que o problema não é a favela, mas sim a própria violência.

Ou compreendemos o fenômeno da violência de forma mais ampla, como elemento que está entranhado na nossa sociedade e na nossa cultura, dentro e fora do Estado, em todas as classes sociais, na favela e nos condomínios de luxo, ou não conseguiremos enfrentar essa questão. A maior parte das vítimas, porém, continuará do lado mais fraco dessa corda (ROLNIK, 2014, p. 1).

A exclusão territorial produz uma cidade insegura, havendo uma concentração de serviços de qualidade nas zonas específicas onde vive a população de maior renda, enquanto as zonas mais pobres carecem desses serviços (ROLNIK, 1999; MARICATO, 1997).

As cidades brasileiras são cheias de contrastes, havendo, muitas vezes, condições urbanas bastante distintas em uma mesma cidade. Tais contrastes permanecem no tempo e caracterizam a realidade urbana de um Brasil permeado por desigualdades, e também revelam as diferenças existentes nas formas e no funcionamento das cidades. Nas periferias a urbanização não acontece, ou se dá de forma incompleta, o que ocasiona um urbanismo de risco, que é aquele marcado pela falta de segurança. Muitas moradias são construídas de forma irregular sobre terrenos íngremes que recebem construções frágeis. O urbanismo de risco atinge a cidade inteira, pois a concentração de riquezas e pobreza leva as cidades a um estado de insegurança em ambos os lados. “Portanto, a exclusão territorial na cidade brasileira é mais do que a imagem da desigualdade, é a condenação de toda a cidade a um urbanismo de risco” (ROLNIK, 1999. p. 100).

As mudanças estruturais na configuração de nossa sociedade comportam a hipótese de que os processos históricos abrigam violências que estão relacionadas ao uso e administração dos espaços, dos recursos, das terras e das administrações políticas vigentes ao longo dos anos. As cidades são muitas vezes territórios de desigualdades, de lutas constantes por direitos

mínimos de sobrevivência e de qualidade de vida satisfatória. Dessa forma, a desigualdade social é também um processo suscetível de culminar nas formas de violência que se registram neste estudo.

Violência, espaço e insegurança urbana são conceitos profundamente relacionados que demonstram que o fenômeno da violência urbana tem uma matriz na desigualdade social, territorial e econômica que assola a sociedade brasileira, uma sociedade em que a falta de moradia, de saneamento, de emprego, de comida, educação e inclusão social determinam um modo de vida onde muitas pessoas lutam diariamente pelo mínimo de reconhecimento e condições de uma vida digna. E enquanto o problema da desigualdade e da pobreza for tratado de forma amena por concorrer com o interesse dos grupos dominantes, que sempre tem privilégios, esse problema não encontrará a devida solução. A “guerra urbana” vivida no país é por direitos, por dignidade e pela cidadania.

A violência urbana repercute numa diversidade de eventos que estão integrados à vida nas metrópoles. O conceito de “violência urbana”, tal como utilizado nesta dissertação, permite atribuir um significado sociológico aos atos considerados como desagregadores e desestabilizadores dentro das cidades, pois os vincula a causalidades complexas que estão presentes no cotidiano da vida nas cidades.

A violência, como qualquer outro instrumento, pode, portanto, ser empregada racional ou irracionalmente, pode ser considerada boa ou má, justificada ou abominada. Uma coisa é certa: a crise institucional, o esgarçamento do tecido social, a difusão recente de práticas violentas em alguns setores da sociedade brasileira fizeram com que os intelectuais brasileiros repetissem o mote da “perda da inocência” e da inequívoca manifestação do lado negro do humano entre nós. Mesmo os que negam a ideia de que estamos fadados à violência, por ser ela o cerne da natureza humana, admitem que a igualdade não seria algo inerente ao espírito humano ou enraizado na sociedade brasileira; tampouco seria consequência inevitável do crescimento econômico e de qualquer “modernidade”. A ideia recorrente é a de que nem a democracia, nem a igualdade, nem a inclinação para a paz seriam inerentes à natureza humana ou à índole do brasileiro. Em outras palavras, o movimento nessa direção, caso parte de um projeto político almejado, dependeria de um processo de educação permanente para as novas formas de viver, de prestar contas, de construir formas democráticas e participativas de controle, de exigir a segurança como um bem coletivo ou público. Todavia, os espectros do desalento, do cinismo e da indiferença já haviam começado a nos rondar (ZALUAR, 1999, p. 14).

2.3 As periferias brasileiras

A população brasileira passa a exibir um crescimento urbano intensificado a partir dos anos 1960 e, com isso, a questão das moradias tem um maior destaque dentro do cenário

urbano, principalmente com o aumento do número de favelas em algumas das principais capitais brasileiras. A partir disso, as habitações pobres movimentaram um novo campo de estudos para tratar da questão habitacional no Brasil, que levou ao início dos estudos a respeito das favelas cariocas e também das periferias das regiões metropolitanas, sobretudo em São Paulo (ROSA, 2009).

Inicialmente os estudos acadêmicos sobre o cenário urbano brasileiro, estando integrados ao pensamento sociológico latino-americano das décadas de 1960 e 1970, consideravam a existência de uma cultura da pobreza e da marginalização, e estabeleciam que os pobres resistiam à integração à sociedade urbanizada. Contudo, os estudos sobre as periferias paulistas ocorridos adiante expuseram a superação desse pensamento, tomando como referência as teorias de acumulação capitalista para explicar as relações entre espaço urbano, moradias, Estado e pobreza (ROSA, 2009).

As periferias passam então a ser compreendidas como espaços urbanos onde muitas referências de uma ordem democrática estão ausentes: exemplos são o Estado, as leis, a cidadania, a ordem, os direitos e a cidade. Estas referências conceituais e normativas permitem conceber as favelas e periferias como categorias de análise e objetos de estudos, tornando-os conceitos que permitem abordar as cidades de uma maneira unificada e não dualista, evitando visões duais como cidade e favela ou centro e periferia. Rosa (2009) estabelece uma crítica a respeito dessa separação dos espaços urbanos, pois podem reduzir a complexidade das relações que se estabelecem nessas fronteiras.

A utilização desses conceitos permite uma análise que supera um caráter dualista, remonta uma realidade produzida de forma segregada durante séculos, e também traz à tona a indagação perante a capacidade de tais definições darem conta das multiplicidades de relações que ocorrem nas cidades e nos espaços chamados favelas e periferias. Para Rosa (2009), existe um problema relacionado à conceituação, pois ao seu olhar algumas categorias encontram-se saturadas e não atendem mais às novas transformações dos espaços urbanos.

Dentro dessa reflexão, a presente dissertação leva em consideração a complexidade e a diversidade existentes dentro dos espaços urbanos onde existem moradias destinadas a grupos familiares de baixa renda, como é o caso dos conjuntos habitacionais produzidos pelo programa “Minha Casa Minha Vida”. Cuida em denominar o território estudado como periferia, utilizando-se da definição proposta por Raquel Rolnik (2010), que remete o conceito de periferia à parte da população que não tem renda suficiente para suprir suas condições básicas de vida, entre elas a moradia. Desse modo, as regiões periféricas são constituídas por

habitações legalizadas ou não, que se caracterizam por abrigar os moradores mais pobres das cidades.

Podemos definir a periferia como “as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial”, pois, assim, este conceito ganha maior precisão e vincula, concreta e objetivamente, a ocupação do território urbano à estratificação social (ROLNIK e BONDUKI, 1879, p. 147).

O conceito de periferia foi forjado de uma leitura da cidade surgida de um desenvolvimento urbano que se deu a partir dos anos 1980. Esse modelo de desenvolvimento privou as faixas de menor renda de condições básicas de urbanidade e de inserção efetiva à cidade. Essa talvez seja sua principal característica, migrada de uma ideia geográfica, dos loteamentos distantes do centro. Mas é preciso lembrar que a periferia é marcada muito mais pela precariedade e pela falta de assistência e de recursos do que pela localização. Hoje há condomínios de alta renda em áreas periféricas que, claro, não podem ser considerados da mesma forma que seu entorno, assim como há periferias em áreas nobres da cidade (ROLNIK, 2010).

Nesse contexto, as periferias brasileiras são compreendidas como lugares afastados dos centros urbanos e local das moradias da população pobre. Elas inscrevem-se na configuração do espaço urbano brasileiro através de sucessivos acontecimentos históricos e políticos que serão abordados neste capítulo.

2.3.1 Retrospectiva histórica da construção das periferias brasileiras

A retrospectiva histórica da construção das periferias brasileiras começa com a constatação de que o Brasil reflete, em seu território, inúmeras condições advindas da relação com a metrópole europeia. O modo como as terras brasileiras foram tomadas e distribuídas resultou em uma ocupação desigual, que prevalece desde o período colonial (séculos XVI ao XIX) até os dias atuais.

Há um elo entre o passado e o presente na formação dos espaços urbanos no país, que foram modificados e transformados a partir de acontecimentos históricos ligados à escravidão. Ao final do século XIX, com a abolição do trabalho escravo no Brasil, os negros que trabalhavam no campo começaram a migrar para a cidade. Junto a isso, imigrantes europeus chegaram ao Brasil para trabalhar nas indústrias que surgiam, o que aumentou o contingente populacional nos centros urbanos e, conseqüentemente, a demanda por moradia, trabalho e serviços (MARICATTO, 1997).

Segundo MARICATTO (1997) essa conjuntura, com problemas relacionados à falta de moradias e ao trabalho assalariado era, até então, inédita, e levou os governos a financiarem a construção de habitações coletivas. Por essas razões, o novo poder republicano

realizou uma reforma urbana no Rio de Janeiro no início do século XX onde foram demolidos inúmeros prédios, ocasionando a expulsão de muitas famílias pobres de suas moradias, e culminando na formação dos primeiros subúrbios e favelas. A partir desses acontecimentos as periferias, as favelas e bairros pobres passaram por transformações, intervenções políticas e, ainda hoje, são espaços urbanos segregados e permeados pela violência (MARICATTO, 1997).

A Lei de Terras nº 601 do ano de 1850 foi fator determinante para essa mudança no cenário brasileiro. Nessa época, ao determinar que as terras apenas poderiam ser obtidas através da compra, impediu que os trabalhadores pobres adquirissem terras (BRASIL, 1850). A partir da promulgação da lei, o valor comercial é atribuído a frações do território brasileiro. E após o aperfeiçoamento das normas que regeriam essa nova modalidade de bens, forma-se o mercado imobiliário no país. Além do poder aquisitivo muito restrito ou inexistente, a propriedade legal também passou a ter exigências normativas que afastaram a população pobre do mercado imobiliário formal (REIS, 1994 apud MARICATTO, 1997).

Note-se que o patrimonialismo fomentou, durante muito tempo, o poder político no Brasil. As elites políticas brasileiras foram consolidadas através da estrutura de um regime político oligárquico e carente de articulações com as classes subalternas. Essa estrutura política e social foi abalada pela proclamação da República Federativa, que substituiu o regime monárquico. Inicia-se assim um período de modernização e industrialização do país, embora a economia tenha continuado nas mãos dos grandes proprietários de terras e produtores de café, situação que perdurou até a crise de 1929 (ADORNO, 2002; MYNAIO, 2006).

Já na década de 1940, durante a crise habitacional foi criada a Fundação da Casa Popular (FCP), uma das estratégias pioneiras de políticas habitacionais para população de baixa renda, que também reunia interesses políticos e empresariais. Como a Segunda Guerra Mundial provocou o encarecimento dos materiais importados para construção civil e os capitais excedentes, nesse período, contribuíram para a especulação imobiliária, a população mais pobre se via incapacitada de adquirir um imóvel. Existia um embate nítido entre a indústria privada de construção de moradias destinadas para as classes mais abastadas e a necessidade de habitações para a população carente que se situava fora desse mercado (MELLO, 1990).

Segundo Feltran (2007), outro período de destaque para compreender a construção das periferias e seus impactos políticos foi o período da ditadura militar. A ditadura militar

delimitava fronteiras entre grupos que deveriam ser banidos e grupos que eram legitimados para a convivência pública. O Estado cuidava de manter essa fronteira sempre presente e reprimir os grupos que o desagradassem, o que impedia a pluralidade da representação social.

Os grupos constituídos nas periferias urbanas emergiram nesse contexto histórico, e reivindicavam melhorias sociais. Os movimentos sociais, que se formaram a partir dessas iniciativas, acabaram retratando uma realidade social em que as relações sociais ainda não estavam consolidadas no horizonte da cidadania. Esse espaço, onde tais segmentos da população puderam expressar publicamente seus interesses e expor suas identidades, permitiu o reconhecimento daquilo que Feltran aponta, na expressão de Habermas, como sendo a “contraesfera pública”. A partir de então são criadas possibilidades de uma construção democrática inovada (AVRITZER, 1994; FELTRAN, 2007).

A repercussão desse processo gerou visibilidade para esses movimentos sociais de caráter popular, que até então eram impedidos pela ditadura militar. Estabelecia-se assim uma articulação entre Estado e movimentos sociais, que demarcou uma estratégia de democratização política, além de conferir aos movimentos populares créditos na construção da democracia brasileira. Após vinte anos de vigência dessa configuração social, outros caminhos expõem a desigualdade social e a contradição com o Estado de direito. Conforme explana Feltran:

Ao contrário do aprofundamento da democracia às relações sociais, o período democrático recente foi marcado pela explosão da violência e aumento do desemprego estrutural, especialmente nos grandes centros urbanos, onde a sociabilidade pública sofreu restrição importante. Os movimentos populares sentiram na pele esta contradição. Como atores políticos instituídos, estes movimentos tiveram ambientes públicos cada vez mais estáveis para atuar. Conforme o tempo passava, os marcos legais se tornavam mais progressistas, os canais de relação com o Estado mais numerosos e melhor instituídos, e apareciam possibilidades reais de participação efetiva na formulação de políticas públicas setoriais. Como organizações sociais das periferias urbanas, entretanto, estes mesmos movimentos passaram a conviver com a instabilidade de um tecido social cada vez mais inseguro, tanto pelas novas formas de trabalho, cada vez menos afeitas a garantir direitos, quanto pela explosão da violência, que apareceu cada vez mais próxima dos cotidianos (FELTRAN, 2007, p. 5).

A população da periferia era nomeada como perigosa e marginalizada, o que exemplifica algumas das divergências provenientes de lugares distintos de análise. Essas populações das periferias trabalhadoras, a partir do seu ganho no cenário político, passam a impulsionar a sociedade para novas compreensões a seu respeito, o que repercutiu em análises acadêmicas sobre disputas de poder político. Assim, para a realização de estudos sobre o

cenário político da época, passou a ser necessário estudar as periferias. Tal condição levou antropólogos, sociólogos e cientistas políticos a darem atenção especial a esses territórios nas cidades. A análise do momento político foi inevitável: justiça social e democracia foram temas que imperaram no estudo das periferias. Dessa forma a construção da democracia deveria se pautar pela inclusão das periferias e suas demandas nas agendas políticas fundadas na igualdade social. Apesar disso, essas alternativas foram retiradas do debate público, ou não tiveram o merecido comprometimento governamental (FELTRAN, 2008).

Desde então, o país apresentou um considerável crescimento urbano que ainda perdura. As regiões pobres exibiram um aumento relativo, sendo que as periferias das metrópoles evidenciaram um crescimento maior do que os núcleos centrais. Ao longo do século XX, a “suburbanização” foi intensificada e ressaltou as diferenças entre o centro e a periferia. Esse processo contribuiu para tornar ainda mais expressivo o distanciamento entre esses espaços sociais. O centro foi constituído como local onde a demanda de serviços públicos e privados seria intensa, e as atividades que atingem essa localidade seriam valorizadas (MARICATO, 1997, 2000; SPOSITO, 2004).

E a periferia ficou situada no contraponto dessa realidade. A nosso ver, o ponto crucial para a compreensão dessa estruturação em retrospectiva histórica é que existe uma profunda relação entre homicídios e bairros onde os índices de educação, renda familiar, condições de moradia e saúde são baixos. O que novamente justifica o interesse em explorar o debate sobre a violência urbana, preponderantemente nesses territórios (MARICATO, 1997, 2000; SPOSITO, 2004; ROLNICK, 2010).

A periferia também é atingida pela lógica do mercado, tornando-se alvo de uma desvalorização objetiva e simbólica pela ausência de serviços que demandariam a mesma qualidade dos que são encontrados nas regiões centrais das cidades. A verticalização das cidades pode ser considerada um dos primeiros movimentos relevantes que corresponderam aos interesses imobiliários nas cidades médias, como Araraquara, e produziu mudanças nos espaços de convivência social (SPOSITO, 2004; TELLES, 2010).

Dadas as relações de poder e dominação vigentes, o cenário social e político brasileiro manteve uma constante desigualdade social, embora seja destacável que o crime e a violência sejam mais intensificados nos territórios onde vivem as populações mais pobres. Conforme já mencionado, essa é uma das razões pelas quais não se pode tomar essa realidade como a causalidade da violência urbana e seu crescimento exponencial nos últimos tempos. Trata-se de uma análise que, ao abrigar uma multiplicidade de fatos, supera a questão da pobreza em si

e se detém nesse contexto histórico que reproduz conflitos e injustiças (ADORNO, 2002; MYNAIO, 2006). A pesquisa de campo e as entrevistas realizadas junto a moradoras do bairro são esclarecedoras dessa lógica.

2.3.2 O papel das políticas habitacionais na formação do espaço urbano no Brasil

Paralelamente aos acontecimentos históricos e sociais da urbanização brasileira, outro aspecto que também contribuiu para a formação do espaço urbano no país em sua configuração atual foram as políticas habitacionais. As heranças de um modelo social dominador e excludente, como os do século XIX, se manifestaram na política nacional. Durante muito tempo a população pobre do país foi tratada pelos órgãos públicos como problemas a serem eliminados. Esta postura se tornou evidente com a reforma higienista no Rio de Janeiro no século XX.

Após o golpe de 1964 instalou-se no Brasil uma crise de moradias que fomentou a criação do Banco Nacional de Habitação. Esta medida intencionava criar uma política de financiamento em caráter permanente, que acabou por consolidar as empresas de construção civil habitacional no país. Durante o período de vigência do BNH foi financiado um número bastante expressivo de habitações, tanto para as classes populares quanto para as classes médias, atingindo quase cinco milhões de moradias, das quais apenas um terço foi destinado à população com baixa renda. Contudo, esta produção habitacional não supriu a necessidade de um país que experimentava um momento de intensa urbanização a partir da metade do século XX (BONDUKI, 2008; MARICATTO, 1997).

Essas políticas habitacionais formalizadas deram espaço apenas para obras que contassem com financiamentos, excluindo a população mais pobre desse tipo de iniciativa. No momento em que esses sistemas foram criados destacava-se a preferência de que os grandes conjuntos habitacionais fossem construídos em zonas periféricas. Esta escolha se dava em consequência do baixo custo para aquisição de terras para a construção civil, que não contavam com a estrutura de serviços públicos necessários para atender à nova demanda que surgia. Além disso, também não eram considerados os aspectos ambientais e culturais de cada região onde os projetos se instalariam, reproduzindo sempre a mesma fórmula em todos os espaços urbanos (BONDUKI, 2008).

Após o término do regime militar em 1985, havia um clima de expectativa para que uma nova política habitacional fosse criada. O que aconteceu, porém, foi a extinção do BNH

em 1986. O fim do BNH culminou num vácuo na história da política habitacional no país. Assim, até a criação do Ministério das Cidades, em 2003, a política habitacional brasileira esteve nas mãos de sete ministérios distintos que por sua vez fragmentaram as políticas de habitação (BONDUKI, 2008).

Segundo BONDUKI (2008), é importante salientar que a Caixa Econômica Federal passou a ser o agente financeiro do SFH, adquirindo algumas de suas antigas funções e criando outras, que tiveram como característica um controle rígido do crédito, o que trouxe dificuldades à produção de habitações. Posteriormente, nas décadas de 1980 e 1990 a economia sofreu oscilações e ocorreram novas intervenções no mercado imobiliário através de ações governamentais junto aos municípios e estados. Essa fase ficou conhecida como pós-BNH e foi caracterizada como a transição entre o período em que a estratégia nacional para a habitação fracassou e o momento em que aconteceu essa organização alternativa dos municípios, que mais tarde foi acentuada pela constituição de 1988, que passou a tratar a habitação como competência dos governos federal, estaduais e municipais.

Os financiamentos da habitação com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FGTS, voltam a acontecer em 1995. No ano seguinte, a Secretaria de Política Urbana divulgou o documento da Política Nacional de Habitação, que passava a conter novas diretrizes que se baseavam numa nova visão de políticas habitacionais. A partir do ano de 1996 o sistema de financiamento de moradias foi impulsionado também pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), estando subordinado à regulação pública na esfera do Sistema Financeiro da Habitação (BONDUKI, 2008; CARDOSO, 2013).

O cenário internacional passou por crises importantes entre os anos de 1994 e 2002, atingindo o Brasil e levando o Governo Federal a tomar medidas severas, como a limitação do endividamento público, o que restringiu os empréstimos do FGTS para a construção de habitações nos municípios. O programa Pró-Moradia, vigente à época, foi suprimido e com isso os financiamentos foram praticamente extintos. Para substituir esse programa que fracassava, foi criado o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que se destinava à população com renda entre 3 a 6 salários mínimos. Era gerido pela Caixa Econômica Federal, que repassava o crédito para as construtoras que, por sua vez, repassavam as obras concluídas para a Caixa, que ficava responsável por transferir a posse às famílias vinculadas aos programas habitacionais populares. Essa medida conseguiu reduzir o valor dos financiamentos sem comprometer as reservas do FGTS (CARDOSO, 2013).

De acordo com Cardoso (2013), o governo de Luiz Inácio Lula da Silva traz uma proposta habitacional denominada Projeto Moradia, que propunha, dentre diversas coisas, a implementação do Sistema Nacional de Habitação, envolvendo, também, as administrações dos estados e municípios, que deveriam atuar conjuntamente (CARDOSO, 2013).

O processo de mudanças e aperfeiçoamento dessas políticas perdurou e ocorreu a normatização desses planos governamentais. Dessa forma, em 2001 o Estatuto da Cidade é promulgado após 13 anos de debate parlamentar, sendo aprovado pelo Congresso Nacional e pela presidência da república através a Lei federal no 10.257, de 10 de julho de 2001. Este estatuto teve um papel fundamental na regulamentação das questões sociais relacionadas à habitação no Brasil e seus programas governamentais (CARDOSO, 2013).

O Estatuto da Cidade vem reafirmar muitos dos princípios já existentes na Constituição da União e retoma a função do poder público no planejamento e regulamentação das questões urbanas. Após a aprovação do Estatuto da Cidade, os municípios foram incumbidos de criar políticas de desenvolvimento urbano locais, levando em consideração a função social das propriedades e o direito à cidade (CARVALHO, 2001; ROLNIK, 2015).

Tal avanço nas diretrizes e normas do planejamento urbano das cidades contribuiu para que o sentido individualista atribuído à ocupação das cidades fosse revisto, dando espaço para uma preocupação mais voltada ao coletivo. Dessa forma, as políticas públicas passaram a ser orientadas com vistas a democratizar o acesso às moradias e à urbanização das cidades, garantindo que a ocupação do espaço fosse feita de forma a propiciar melhor qualidade de vida a todos os cidadãos, e ainda respeitando o meio ambiente. A grande importância do Estatuto da Cidade está em definir a função social da propriedade e da cidade através de mecanismos legais. O resgate da democratização do planejamento urbano caracteriza um rompimento, mesmo que tênue, com um passado histórico onde a ocupação das terras brasileiras era feita de forma indiscriminada, patriarcalista e individualista (CARVALHO, 2001).

A grande crítica feita por Ermínia Maricato (2003) destaca que o Estatuto da Cidade demanda dois contrapontos: o primeiro é o da formulação da lei de regulamentação da propriedade urbana, bastante coerente e necessária. O outro diz respeito à resistência do poder público e demais segmentos da sociedade, que não fazem cumprir as leis para não ferirem seus próprios interesses. Ou seja, o Brasil evoluiu no sentido da criação de leis e medidas para o replanejamento urbano, mas sem enfrentar o poder oriundo das classes dominantes, que ainda sobressai diante dos interesses da maioria.

No ano de 2007 é criado o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), com o objetivo de investir em diversas áreas, incluindo a infraestrutura das cidades e habitação (BONDUKI, 2008). Conforme consta no documento do Ministério das Cidades (2010):

O PAC é um programa que tem como propósito o crescimento econômico, o aumento dos postos de emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira, alcançados por meio de um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infraestrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos ao crescimento. As medidas do PAC estão organizadas em cinco blocos: investimentos em infraestrutura; melhora do ambiente de investimento; medidas fiscais de longo prazo; desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; e estímulo ao crédito e ao financiamento (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010, p. 32).

E no ano de 2009, durante o governo Lula, foi lançado o Programa “Minha Casa Minha Vida”, cujo objetivo era reduzir o déficit habitacional do país por meio da concessão de incentivos à produção e compra de novas unidades habitacionais. Esse programa foi construído para atender a três faixas de renda, sendo que a mais baixa abarca pessoas que possuem de zero a 1.600 reais. A primeira fase desse programa se deu entre 2009 e 2011, e teve como meta a construção de um milhão de moradias. A segunda fase do programa iniciou-se em 2011 e exibiu como meta a construção de mais dois milhões de moradias previstas para serem entregues até o final de 2014 (ROLNIK et al, 2015).

O Programa “Minha Casa Minha Vida” demanda critérios de elegibilidade dos beneficiários, de modo a priorizar os que vivem em maior vulnerabilidade social. São critérios do PMCMV:

É elegível apenas pessoa física que: não seja proprietária ou promitente compradora de imóvel residencial; b) não tenha sido beneficiada, a qualquer época, com subsídios oriundos dos recursos orçamentários da União ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, destinados à aquisição de unidade habitacional; c) não seja detentora de financiamento imobiliário ativo em qualquer localidade do território nacional; d) não seja proprietária, cessionária, arrendatária dos programas do Governo Federal. O processo seletivo será executado pelo poder público local (exceto no atendimento feito pelas entidades) detentor dos cadastros de demanda, mediante aplicação de critérios nacionais, estabelecidos pelo Ministério das Cidades, após a realização de consulta pública, e critérios locais, objetivando que o resultado da seleção contemple as especificidades regionais. Os critérios nacionais são: a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres; e b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar. [...] As famílias selecionadas deverão estar inscritas ou ter suas informações atualizadas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). As informações constantes no CadÚnico servirão, durante o processo seletivo, para a identificação de todos os integrantes da família beneficiária, evitando, dessa forma, o atendimento de famílias não elegíveis ou que não possuam os

critérios de priorização [...]. Para além do processo seletivo, o programa prioriza o atendimento de idosos e pessoas com deficiência, obrigando que, no mínimo, 6% das unidades habitacionais sejam destinadas a esse público. Esse atendimento mínimo se dá por meio de uma reserva de 3% das unidades para idosos e de 3% de unidades habitacionais para pessoas com deficiência (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010, p. 56).

Contudo, existem diversas críticas a esse programa. Segundo o “Observatório das Metrôpoles” (2015), o que se constatou foi que a primeira etapa do programa cumpriu parte de sua meta de oferecer um milhão de casas à população com renda de até dez salários mínimos, pois até o final de 2010 já haviam sido formalizados os contratos de um milhão de moradias, mas apenas 23% foram entregues.

Em se tratando da projeção dos espaços periféricos das cidades brasileiras, é importante ressaltar a participação efetiva das construtoras. Estas escolhem os terrenos onde serão construídas as habitações, e avaliam a viabilidade do que para elas é um negócio lucrativo. Essa avaliação fica direcionada ao custo do metro quadrado e às exigências da legislação a respeito da infraestrutura habitacional, conforme aponta Rolnik et al. (2015):

O desenho do programa é um fator determinante para a reprodução do padrão periférico da moradia da população de baixa renda no país. O protagonismo das construtoras na proposição de projetos e na seleção de terrenos relega a inserção urbana dos empreendimentos a uma questão de relevância secundária, senão inexistente. Embora alguns municípios assumam um papel mais ativo no planejamento da oferta de habitação popular e na alocação de terrenos para essa finalidade, o programa consolida um modelo em que a oferta de habitação se transforma fundamentalmente num negócio, sendo orientada por uma lógica em que a maximização dos ganhos das empresas se torna a principal condicionante do modo como os terrenos são escolhidos e de como os projetos são elaborados (ROLNIK et al, 2015, p. 131).

O Programa “Minha Casa Minha Vida” e suas diretrizes serão discutidos com maior profundidade no capítulo que trata sobre o sistema de proteção social. É ainda importante ressaltar que, atualmente, esse programa possui um grande impacto na sociedade brasileira, mesmo com os problemas apontados por estudiosos do tema. Existe, com o avanço desse programa habitacional, um progresso bastante significativo na obtenção de moradia por parte da população pobre no Brasil. Por fim, fica evidente que o Brasil ainda está na presença de um quadro urbano onde as desigualdades sociais são pronunciadas, seja por razões sócio históricas ou políticas. E para compreender as nuances da violência e insegurança urbana que se inscrevem nesses territórios, como o do Residencial dos Oitis, será necessário compreender os vínculos entre aspectos que estão relacionados ao modo de vida das cidades brasileiras modernas.

3. (IN)SEGURANÇA URBANA

A sociologia contemporânea tem produzido diversos estudos que estabelecem uma relação entre a expansão dos espaços urbanos e o crescimento da violência e insegurança nas cidades brasileiras. Os territórios das periferias pobres das cidades tendem a serem considerados os mais violentos. Tal caracterização se torna explícita quando comparados com as regiões das cidades onde moram grupos de renda média e alta. As sensações de medo e insegurança têm se constituído como temas alvo das políticas públicas de segurança no país. Estas serão abordadas neste capítulo de modo a contribuir para o aprofundamento do conceito de segurança urbana.

A literatura sobre o tema da insegurança urbana em conjuntos habitacionais revela que os moradores desses locais sofrem com a questão da criminalidade instalada nesses espaços urbanos, sendo um dos problemas mais sérios que atinge a qualidade da vida urbana. Tal sentimento de insegurança que surge nas cidades brasileiras, somado ao aumento da violência, modificam o comportamento de seus habitantes. O uso dos espaços fica comprometido quando não há segurança para a população, e o sentimento de insegurança é um determinante para que comportamentos relacionados ao medo se tornem um modo de vida nas cidades (VIEIRA, 2002).

Conforme evidenciado no capítulo anterior, a preocupação com a segurança tem alcance mundial. As cidades brasileiras retratam a violência de diversas formas, incluindo uma produção dos espaços que segrega grupos e projeta uma cidade que atende ao interesse de minorias. As barreiras impostas pela cidade acabam interferindo na convivência dos cidadãos, tanto entre si, quanto com o meio em que habitam. A sensação de medo e insegurança contribui para intensificar esse problema, impulsionando uma configuração das cidades e espaços que, no caso das metrópoles brasileiras, torna-se evidente nos centros e nas periferias. A partir do momento em que existe falta de proteção cotidiana da integridade da vida de pessoas que coabitam determinados espaços, podemos falar em insegurança urbana (CACCIA-BAVA, 2004b).

3.1 Espaços urbanos seguros e segurança urbana

O conceito de segurança urbana é recentemente encontrado nas políticas públicas internacionais e traz uma visão mais abrangente do que é, ou deveria ser, o sistema de

segurança nas cidades. No Brasil, outra referência que aparece nas discussões atuais sobre segurança são os chamados “espaços urbanos seguros”. Ambos são pouco evidenciados dentro das políticas públicas de segurança e dos estudos sobre segurança pública no país, que recentemente têm dado maior ênfase a esses modos de compreender e produzir a segurança, atribuindo a esses temas uma relevância igual a aquela dada pelas comunidades internacionais.

A segurança pública, durante muito tempo, foi e ainda é associada às forças policiais e aos dispositivos de punição e repressão. Contudo, diante de uma necessidade de reformulação desses sistemas, de modo a incluir outros aspectos da vida urbana que também configuram a segurança, foram aparecendo conceitos e novas formas de planejar a segurança pública, que consideram aspectos que não se restringem a políticas repressivas.

A concepção de espaços públicos ocupados com segurança como forma de prevenção e redução da criminalidade é o escopo das discussões teóricas desde os anos 1950. A partir desse marco, o espaço urbano passa a ser compreendido como propulsor ou inibidor de delitos. O pensamento sobre espaços urbanos seguros surgiu na Europa e tomou proporções globais a partir do ano de 1996, quando ocorreu a primeira Conferência Internacional do Crime *Preventions Through Environment Design*, no Canadá. As teorias que tratam do conceito de espaços urbanos seguros concebem o espaço público como um fator de interferência na segurança da população. Nessas, a relação entre cidadãos e espaço fundamenta a compreensão da noção de segurança pública. (SOUZA; COMPANS, 2009, RICARDO; SIQUEIRA; MARQUES, 2013).

Também a partir da década de 1950, o problema da criminalidade associado a moradias populares é retratado em âmbito internacional com mais afinco. Contudo, no Brasil não existem muitas pesquisas que comparem o aumento da criminalidade em conjuntos habitacionais com os índices totais das cidades e índices nacionais do crime (VIEIRA, 2002).

As experiências desenvolvidas dentro de países da América Latina e Europa para a criação de “espaços urbanos seguros” são delimitadas às zonas urbanas de maior vulnerabilidade e se concentram nesses bairros. A escola de Chicago, constituída nos Estados Unidos da América, é reconhecida como a pioneira nesse debate que envolve a projeção da relação entre espaço urbano e prevenção da criminalidade, e considerava a influência do espaço físico como determinante no comportamento dos indivíduos e comunidades que neles vivem (VIEIRA, 2002).

Ao lidarmos com pesquisas que envolvem conjuntos habitacionais periféricos que apresentam índices altos de criminalidade e foram precursoras do conceito de espaços urbanos seguros, é importante mencionar alguns autores e obras que contribuíram muito para a fundamentação desse modo de compreender a segurança urbana.

A obra do arquiteto e urbanista Oscar Newman, publicada em 1972 e chamada *Creating Defensible Space* tem especial destaque nesse momento, pois foi uma das pioneiras ao estudar o tema da insegurança em conjuntos habitacionais na cidade de Nova Iorque. Newman cria o conceito de “espaços defensáveis” a partir da observação de um conjunto habitacional com 2.740 moradias destinadas a usos coletivos que, pouco tempo após sua criação, começou a apresentar problemas de segurança e degradação (NEWMAN, 1996).

Algumas das moradias estudadas eram compartilhadas por mais de uma família e Newman percebeu que nessas moradias os problemas se intensificavam, ao passo que em outras onde existiam uma ou duas famílias o espaço era apropriado pelos moradores e não havia os mesmos sinais de depredação e violência. Nelas os moradores exerciam um maior controle das pessoas que circulavam nas ruas próximas às suas casas. Sendo assim, o arquiteto concluiu que os espaços que não eram apropriados eram depredados.

A partir dessas observações, realizou um estudo relacionando a arquitetura das residências e às possibilidades de controle do espaço proporcionadas por cada uma delas. Desse modo, concluiu que os conjuntos habitacionais que possibilitavam um maior controle do espaço, como os que tinham janelas voltadas para a rua e espaços compartilhados por menos famílias, eram mais seguros e melhor cuidados pelos moradores. Também concluiu que os espaços mais inseguros seriam aqueles dos edifícios verticais mais altos, onde moram muitas famílias que compartilham os espaços, têm muitos pontos sem visibilidade e são distantes da rua (NEWMAN, 1996).

O conceito de espaço defensável proposto por Newman (1996) recebeu muitas críticas por defender o controle por parte dos moradores, o que poderia significar uma segregação ou isolamento deles em relação à cidade, mas também iluminou o problema da insegurança urbana com a atenção científica voltada a esse fenômeno.

Jane Jacobs, escritora e ativista política americana, que também se deteve sobre o estudo da segurança nas cidades e trouxe à tona a discussão sobre espaços urbanos seguros, caminha no mesmo sentido de Newman ao desenvolver o conceito de “olhos da rua”. Este conceito se volta para a vigilância natural que as pessoas fazem nas cidades a partir das janelas de suas casas e trajetos cotidianos. Ou seja, os espaços seguros devem contar com

edifícios que permitam a possibilidade de contato visual entre seu interior e o espaço público. Contudo, os dois estudiosos do tema da segurança urbana têm visões distintas, já que Jacobs defende a interação entre as pessoas nas cidades e entre desconhecidos como fator primordial para a produção de espaços seguros. “O principal atributo de um distrito urbano próspero é que as pessoas se sintam seguras e protegidas na rua em meio a tantos desconhecidos” (JACOBS, 2000, p. 30).

Desse modo, os espaços urbanos seguros foram concebidos como medidas estruturais do planejamento dos espaços urbanos e conjuntos habitacionais. Há um momento na discussão sobre o conceito de espaço urbano seguro em que o tema da segurança urbana é tratado no âmbito de olhares que escapam ao das ações policiais, transitam pela arquitetura e, atualmente, se debruçam sobre as questões econômicas, culturais e sociais de forma mais aprofundada. Note-se que a bibliografia sobre o tema da criminalidade em conjuntos habitacionais periféricos e de população pobre é encontrada com mais incidência na literatura internacional e é produzida, em sua maioria, por arquitetos, juristas e órgãos de segurança pública.

Segurança pública e segurança urbana são conceitos que estão relacionados, porém têm definições distintas. “A segurança urbana é um conteúdo da segurança pública”, é o conjunto de medidas dos serviços públicos, privados e da sociedade civil que são projetados sobre os espaços no sentido de tornar a vida cotidiana assistida e protegida dentro de suas necessidades primordiais (FERNANDES, 2008, p.5).

O conceito de coprodução da segurança urbana remete-se à mesma definição e reforça a necessidade da atuação mútua entre os atores e serviços sociais, com finalidade de projetarem, conjuntamente, estratégias de enfrentamento e prevenção da insegurança urbana (CACCIA-BAVA, 2004b).

Uma forma atual de identificação dos aspectos relevantes da segurança urbana se dá através do reconhecimento da pluralidade de olhares e significados produzidos e expressos pelos cidadãos, inclusive os que se enquadram como integrantes das chamadas minorias. Sobre essa compreensão acerca dos papéis do Estado como fiador da segurança urbana, vale observar a fundamentação apresentada por Caccia-Bava (2004b) no ensaio “Direitos civis dos jovens e a insegurança urbana”:

[...] torna-se imperativo a superação da utopia da segurança pública, como ações ofertadas pelos que detém o poder do Estado e projetar, metodicamente, a coprodução da segurança urbana, envolvendo grupos e categorias sociais de moradores dos bairros periféricos das cidades, movimentos populares e de massa, organizações não-governamentais

ecológicas, de defesa de crianças e adolescentes, de defesa das mulheres, de formação de jovens, de defesa da pluralidade étnica e de combate à discriminação racial e outras formas de discriminação (CACCIA-BAVA, 2004b, p.47).

A segurança urbana, portanto, é conceituada como um projeto conjunto da sociedade civil e de suas instituições, e direcionada ao poder público, de modo a atribuir a diversos atores sociais a participação em projetar a segurança. Outro aspecto fundamental desse conceito é a importância dada à ideia de prevenção. Talvez seja esse o maior destaque da segurança urbana perante a segurança pública: políticas e estratégias que deslocam-se das ações punitivas e repressoras e trazem à política de segurança pública um novo olhar.

Segundo o jurista Theodomiro Dias Neto (2006), da década de oitenta em diante o termo segurança urbana passa a ser interpretado através do conceito de “nova prevenção”. Contudo, a prevenção e as políticas públicas de segurança são muitas vezes associadas a práticas repressivas, envolvendo ações policiais. Para que a prevenção seja situada dentro das políticas de segurança urbana, de forma coerente com seu significado, é necessário pontuar algumas questões sobre essa problemática, embasadas sob uma visão que escapa dos limites dos sistemas Penais e de Segurança Pública.

A concentração de políticas repressivas ao crime dentro do Sistema Penal não é e nunca será a única forma viável de enfrentar esse problema tão visível na sociedade brasileira. A discussão sobre a temática da segurança urbana dentro do Sistema Penal abarca a intenção de alguns especialistas e agentes públicos de implantar, nesse sistema, práticas comunitárias e políticas de prevenção e enfrentamento da violência urbana através de uma atuação conjunta e criativa dos sistemas políticos e da sociedade civil (NETO, 2006).

Conforme explanado no capítulo anterior, a violência urbana não é uma exclusividade das ações criminais. Assim, a sensação de insegurança se manifesta em diversos lugares e de diferentes formas que ultrapassam muito as barreiras da criminalidade. Insegurança e violência também estão relacionadas a fatores sociais, como a exclusão, fatores esses que devem ser compreendidos pelo Sistema de Justiça Penal. As causas da insegurança urbana costumam estar relacionadas a um local e aos problemas que são vivenciados nele, que podem ser de diversas ordens. Tal situação justifica que a discussão sobre violência pense os espaços urbanos (NETO, 2006).

O problema da insegurança e da criminalidade envolvendo conjuntos habitacionais já foi retratado em países como Estados Unidos da América e Inglaterra, locais onde também se demonstrou existir uma alta taxa de abandono de grupos integrados a moradias populares.

Esse dado converge com informações obtidas sobre o Residencial dos Oitis, onde muitos apartamentos foram abandonados ou invadidos. A alternativa encontrada por aqueles países foi a demolição dos conjuntos habitacionais problemáticos, o que no Brasil é improvável de acontecer devido ao fato de essas moradias serem propriedades privadas e não públicas (VIEIRA, 2002). E também porque essa medida não é uma solução para o problema dos moradores e retrata a mesma política higienista que tomou conta do cenário brasileiro na época da demolição dos cortiços no Rio de Janeiro. Portanto, há uma grande necessidade de identificar os problemas vividos por moradores desses conjuntos habitacionais e buscar estratégias de enfrentamento da insegurança urbana.

Alguns pensadores europeus estabelecem uma relação entre o crescimento exponencial do fenômeno da violência e o fim da Segunda Guerra Mundial. De acordo com Fernando Tenório Tagle, “a polícia se tornou apática” para enfrentar o crime e, nesse período, ela estava mais preocupada em combater os dissidentes dos respectivos governos, o que resultou na permanência de sistemas penais nada eficientes (TAGLE, 2008, p.4).

Trazendo a discussão para o Brasil podemos observar que, de fato, o Sistema Penal, muitas vezes, se encarrega de combater e expurgar da sociedade os dissidentes, aqueles que contrariam o que é esperado pelas instituições políticas e pelo do sistema capitalista. Um exemplo a ser mencionado é a característica da população carcerária nos países da América como Estados Unidos da América, México e Brasil, que é constituída, predominantemente, de negros e pobres. Na Europa dos anos de 1990 a população que passou a ocupar os presídios foi de imigrantes de outros continentes. Esses dados remetem à compreensão de que as sociedades que conhecemos são etnocêntricas (TAGLE, 2008).

Segundo dados do levantamento nacional de informações penitenciárias, existem cerca de 300 presos para cada 100 mil habitantes no Brasil. O número de presos durante o primeiro semestre de 2014 correspondeu a mais de 600 mil e esse número é muito superior às 377 mil vagas que existem dentro do sistema penitenciário brasileiro, chegando ao total de um déficit de 231.062 vagas. Isso ilustra, com fidelidade, a superlotação dos presídios brasileiros e a falência do Sistema Penal (BRASIL, 2014).

Os dados levantados pelo “Mapa da Violência 2015” corroboram com a interpretação do cenário brasileiro ao apontarem que cerca de cinco brasileiros morrem por hora no país vitimados por arma de fogo. Conforme já mencionado, a série histórica do “Mapa da Violência”, produzida desde o ano de 1980, registrou em sua última edição o maior número de assassinatos no País, demonstrando o crescimento exponencial da violência nas cidades

(WAISELFISZ, 2015). Os dados sobre homicídios e violência envolvendo policiais e a população da periferia não são facilmente retratados, mas não podem deixar de aparecer nesse momento em que tentamos discorrer sobre a temática da segurança urbana. Adorno (2002) faz uma crítica com relação aos estudos nacionais que expõem os índices de homicídios sem retratar suas causas ou análises de “registros policiais”, o que faz com que as informações sejam sempre insuficientes para configurar a violência no país.

Além disso, a expressão “polícia apática”, conforme exposta por Tagle (2008), só poderia corresponder à realidade do Brasil depois de feita essa retratação. O policiamento é insuficiente para cumprir com sua função prevista dentro das leis de Segurança Pública, porém, em muitos casos, é ostensivo e repressor. A característica de sua ação depende de qual “interesse” está sendo “ferido” pelos que chamaríamos de dissidentes da ordem estabelecida.

É dentro desse contexto dos interesses políticos que Tagle (2008) afirma que as políticas penais foram criadas no período da Segunda Guerra para reprimir os dissidentes. Tal postura deixou de lado as razões fundamentais que deveriam reger o Sistema Penal, pois para ele não importava se haviam roubos, assassinatos e demais crimes; de fato, o alvo das políticas de segurança pública eram aqueles que transgrediam as normas e de alguma forma ameaçavam interesses políticos. Pareado a esses acontecimentos, a globalização e o capitalismo avançado fluíram a ponto de interferirem no mundo todo. O principal resultado disso foi a produção de uma sociedade pós-moderna, que se realiza através de uma estética individualista na qual as pessoas passam a viver em “tempos líquidos”, de acordo com a teoria de Bauman (2009).

Nesse momento, destaca-se a afirmação de Tagle: “a política serve para conjurar a violência. Quando se realiza a política, emergirá a violência”. Para ele, a política é desenvolvida entre grupos com interesses distintos que privilegiam aqueles que consideram como seus semelhantes (TAGLE, 2008, p. 5). Assim, podemos ler a história da sociedade brasileira como uma relação desigual de forças que envolvem os excluídos e os favorecidos politicamente. A exemplo disso segue outra colocação de Tagle:

A política surgirá numa guerra, qualquer que ela seja, entre um grupo que será derrotado e um grupo vencedor. E o grupo que busca um pacto, que pede em prol da política é o grupo derrotado. Levanta-se a bandeira branca e se diz: pactuemos! E claro, a paz e o que se negocia, desde muito é a sobrevivência em troca da servidão: “Não me mates que te servirei!” E assim tem sido até nossos dias... Daí, os vencedores do pacto político, produzirem o antônimo da comunidade. E esse antônimo é a imunidade. Isto é, alguns serão imunes às consequências do pacto político. Os demais viverão suas consequências. Qual será a forma dessa consequência? O Direito Penal (TAGLE, 2008, p. 5).

O Direito Penal seria, assim, o pilar dos pactos políticos, e dessa forma pode ser concebido como uma prática igualmente etnocêntrica. Para elucidar esse raciocínio, Tagle propõe a compreensão de duas formas de exclusão social: a primeira seria a assimilação, que significa “Te incluo, se deixas de ser o que és”. Ou seja, te assimilo. E a segunda seria a eliminação, ou seja, “Nem sequer, pensamos em ti. Te elimino” (TAGLE, 2008, p. 5; TAGLE, 2002).

Para o Direito Penal tudo se direciona segundo a denominada Teoria da Pena, que apresenta duas versões utilitárias. A primeira versão da Teoria da Pena é chamada de prevenção geral, onde a pena é expressa em codificações. A prevenção geral se desdobra em dois fins e um dos fins é a prevenção geral negativa, que intenciona intimidar a sociedade para que não ocorram delitos (TAGLE, 2008; NETO, 2006). O outro fim é chamado de prevenção geral positiva, que revela à sociedade o que acontece ao indivíduo que comete um crime. A prevenção geral positiva, por sua vez, também contém outra concepção que é chamada de prevenção especial, que apresenta a ideia de prevenção. Mas, nesse caso, é direcionada ao indivíduo e não à comunidade em geral, com a intenção de que o indivíduo que cometeu algum delito não seja reincidente.

A primeira prevenção que emerge nas sociedades modernas é a prevenção especial positiva, que espera que o sujeito se readapte. Contudo, a política de eliminação que surge em meados do século XX, nos anos sessenta, concebe os presídios como locais para incapacitar os “delinquentes”, o que torna essas políticas excludentes e etnocêntricas. Esse é o retrato dos presídios brasileiros que detém uma população carcerária ajustada ao perfil dos excluídos socialmente (TAGLE, 2008; NETO, 2006).

A solução para essa situação seria a promoção de políticas inclusivas e, para que essas possam existir em alguma sociedade, é importante que antepõemham a qualquer pacto político a categoria da dignidade.

Dignidade nesse discurso significa reconhecer ao outro como diferente, o que é distinto, além de considerar que esse outro tem os mesmos direitos que eu tenho. Caso contrário, nunca teremos consenso, porque, por lógica, a exclusão sempre será consequência da identidade (TAGLE, 2008, p. 6).

Outra crítica que Tagle (2008) faz com relação aos sistemas de segurança envolve os paradoxos da sociedade civil. Exemplar neste sentido é o cidadão que, ao mesmo tempo em que reclama da segurança, é capaz de comprar um artefato roubado, impulsionando a

ocorrência de outros delitos. Tais delitos são cometidos em diversos territórios e estão inseridos dentro de uma razão econômica, assim como o controle do delito.

Dessa forma, as estratégias de prevenção devem considerar, num primeiro momento, o território urbano a que se destinam e suas peculiaridades. Muitas das causas atribuídas ao sentimento de insegurança são relatadas por cidadãos como problemas estruturais dos lugares que habitam, como a falta de iluminação, acúmulo de lixo, deterioração do patrimônio público e de muros e paredes, ou seja, aspectos que estão muito ligados à participação efetiva do poder público (NETO, 2006; VIEIRA, 2002). O Residencial dos Oitis é um exemplo de território urbano onde o acúmulo de lixo é um problema grave.

Em relação ao policiamento comunitário, quando as demais políticas públicas que atendem a um território se dispõem a conversar, é possível fazer emergir uma série de medidas que podem conciliar uma atuação conjunta desses serviços no sentido de melhorar a qualidade de vida e a sensação de segurança dos cidadãos. Nesse momento, a participação da sociedade civil é fundamental para que sejam levadas em consideração suas opiniões e experiências. Esse é o escopo da segurança urbana. E, dentre as experiências de policiamento comunitário que podem ser exaltadas, está a metodologia do “policiamento orientado aos problemas”, que necessariamente envolve a participação da comunidade e da polícia, em conjunto, para pensar estratégias de enfrentamento aos problemas existentes. Como destacado a seguir:

A associação entre os dois modelos oferece uma ideia mais tangível de “comunidade”, sem dúvida, mais adequada à realidade dos grandes centros urbanos. Não há pretensão de homogeneidade de valores, “comunidade” é um grupo de pessoas que dividem o interesse por um problema: a recuperação de uma praça, a construção de um centro comunitário, a prevenção de atos de vandalismo na escola ou a ineficiência de um determinado serviço público. A expectativa é que a somatória de experiências bem sucedidas de mobilização social em torno de problemas concretos possa, ao longo do tempo, contribuir para melhorar o relacionamento entre polícia e sociedade e fortalecer os níveis de organização da sociedade (NETO, 2006, p. 8).

Tal idealização não deve trazer a intenção de impor um modelo de sociedade sem problemas de insegurança ou violência, uma vez que esses conceitos podem ter significados distintos para grupos distintos. O que se pretende é “viabilizar a convivência democrática entre distintas expectativas de autonomia em um mesmo espaço territorial” (NETO, 2006, p. 9). As políticas públicas democráticas só podem receber o mérito de seu significado se forem constituídas pelo poder público e comunidade. Não há coerência em projetar políticas de

modo a sobrepô-las em uma comunidade de forma imposta e pré-concebida (CIAFARDINI, 2008).

A violência urbana está profundamente relacionada à falta de esperança, à criminalização da pobreza e à desigualdade social, porque são esses os fatos sociais que levam pessoas à necessidade de obter, de forma ilícita, muitas coisas que são difíceis ou impossíveis de obter de forma lícita. A natureza dos crimes e da violência está intrinsecamente ligada, na maioria das vezes, à intenção de obter um estreitamento entre as classes sociais. O que significa que a modalidade dos crimes urbanos, em países periféricos, acompanha o desenvolvimento da sociedade capitalista. Essa é a razão máxima das políticas de segurança que objetivam medidas repressivas e punitivas não serem eficientes para resolver o cenário da insegurança urbana no país (NETO, 2006; TAGLE, 2008; CACCIA-BAVA, 2004b; MACHADO, 2008).

O tráfico de drogas cumpre o papel de fornecer aos jovens e demais interessados a possibilidade de adquirirem poder econômico, o que torna essas atividades ilícitas mais convidativas aos que vivem em mundos periféricos. Assim, “a natureza desses crimes está simetricamente ligada a esses fatores, que acompanham a sociedade capitalista, a exclusão, a miséria, a desigualdade e a falta de sonho e de esperança” (MACHADO, 2008, p.4). Essa situação denota ainda mais responsabilidade das políticas públicas serem eficazes no enfrentamento da criminalidade através da superação das condições de pobreza e desigualdade social. Ainda como esclarece Machado:

[...] ou enfrentamos essa causa poderosíssima, que atravessa a formação social brasileira desde cedo, a exclusão, a desigualdade, o latifúndio, a miséria, o patrimonialismo, a violência do Estado, ou não erradicamos a violência e continuaremos prendendo os pobres, administrando a miséria, matando os pobres. (MACHADO, 2008, p. 5)

Adiante será demonstrado com mais precisão o cenário do Residencial dos Oitis, que é preenchido por moradores que aderiram ao trabalho do tráfico de drogas, além de muitos também tornarem-se usuários. Esses foram problemas retratados com muita incidência pelos moradores entrevistados e pelos agentes públicos que atuam no bairro do Jardim Iguatemi, indicando que essa associação entre periferia, pobreza e atuação do tráfico de drogas também se repete no território estudado.

Continuando o tom próspero perante os possíveis caminhos de superação da insegurança urbana no Brasil, Bohórquez (2008) conta que Bogotá é uma cidade exemplo para compreender a segurança urbana, pois para ela o bom ou mau funcionamento da

segurança está relacionado com a cultura. O exemplo utilizado pela jurista é o da cultura cidadã, uma estratégia que envolve práticas pedagógicas de inserção da cultura em todos os âmbitos da cidade, e que cuidou de diminuir a violência e índices de criminalidade em Bogotá.

Ou seja, a cidadania e o acordo entre os cidadãos superaram as regras normativas que regem a cidade, que até então não eram respeitadas. Os avanços na promoção da segurança urbana em Bogotá envolveram melhorias no trânsito e na redução de índices de violência simplesmente através do pacto entre os cidadãos, que adquiriram consciência dos resultados de suas práticas e acordaram em agir de modo a garantir essas melhorias para a vida urbana (BOHÓRQUEZ, 2008). Bogotá é um caso reconhecido internacionalmente devido ao sucesso da política de segurança urbana implantada, além de ser modelo para algumas políticas brasileiras atuais. Também foi citado dentro da Secretaria de Segurança Pública em Araraquara como uma estratégia importante a ser adotada e repensada dentro do contexto brasileiro.

Caccia-Bava (2004b) também busca apresentar bases alternativas quando menciona que:

Talvez devêssemos partir do reconhecimento de que se pode construir a civilidade, ou a incivilidade, desde o momento em que cada cidadão, de qualquer idade, se dirige a outro, seja ele autoridade pública, ou seu igual, dependendo dos valores políticos e culturais que integram o conteúdo das relações sociais. Podemos sugerir, também, atenção igual às práticas de apropriação de bens e serviços públicos para a reprodução social, para evitar que se realizem sob a forma de degradação ambiental, de descaracterização cultural dos espaços urbanos ou rurais, ou ainda, como agressões a territórios florestais (CACCIA-BAVA, 2004b, p.51).

Como também acrescenta:

Se o bairro é um espaço inseguro, moradores poderiam se reunir na perspectiva de identificarem as bases da insegurança, nas ruas, nas praças, nas vias públicas, entre outros espaços construídos. Em caso da insegurança se estender para além dos muros das escolas, e dos bairros, a polícia militar e as guardas civis deveriam ser ouvidas e opinar, solidariamente, em encontros com representantes de associações de moradores e de escolas dos bairros periféricos. (CACCIA-BAVA, 2004b, p. 54).

Podem ser diversas, como evidenciado, as forças que cuidam de segregar ou integrar os cidadãos nas cidades. Desde as envolvidas em práticas políticas e em projetos econômicos, mas também, pelo caráter conciliador dos agentes públicos que perpetuam, de forma contraditória, essas práticas em suas ações cotidianas. O fator desagregante nas sociedades acaba obedecendo a um fluxo que poderia se denominar por automatizado. Desse modo, cabe

também à academia expor essas manifestações contingentes das sociedades modernas e líquidas e propor reflexões, que mesmo aparentemente ingênuas, são possivelmente um passo importante para começar a desconstruir esses padrões “quebradiços” de sociedade.

Perante o problema da criminalidade em conjuntos habitacionais é preciso buscar as alternativas de superação desse fenômeno. Alguns estudiosos do tema defendem que a resolução dessa problemática está na promoção de programas sociais; no cumprimento de leis e planos governamentais já existentes, mas que não se cumprem e não são implantados nos municípios, como é o caso do estatuto da cidade; na diminuição da desigualdade social e em políticas públicas de segurança que atualmente se desdobram na repressão policial e prevenção da violência urbana (TAGLE, 2008; CIAFARDINI, 2008; NETO, 2006). Outra justificativa para o mesmo fenômeno está no planejamento arquitetônico desses conjuntos habitacionais no Brasil, que podem contribuir, ou não, para que os territórios sejam propensos a tornarem-se seguros ou inseguros.

Os projetos habitacionais no Brasil foram traçados com a intenção de suprir a necessidade básica de moradia que atinge a maior parte da população, mas foram produzidos de forma mecânica, como se um desenho técnico já trouxesse e apresentasse caminhos de superação de vulnerabilidades sociais. Aspectos como segurança, territorialidade, interação social e simbolismo estético não foram considerados. Outro fator negligenciado foram as diferenças socio-culturais das pessoas, pois o estilo de moradia imposto por essas configurações espaciais dos conjuntos habitacionais não leva em consideração os estilos de vida exercidos, até então, pelos novos moradores. Essa condição é, aparentemente, um fator que aumenta os problemas para essas moradores, criando brechas onde se inscreve a criminalidade evidenciada nesses espaços (VIEIRA, 2002).

Os conceitos de segurança urbana, de espaços urbanos seguros e suas diretrizes já estão sendo integrados às políticas públicas de segurança no país, mesmo que apenas em caráter normativo, pois muitas políticas não foram ainda implantadas nos municípios. Contudo, reconhecidamente trata-se de um progresso. Durante muito tempo as instituições estiveram fechadas a essa compreensão da segurança como uma metodologia pluralista, no sentido da necessidade de integrar diversos setores da sociedade ao seu planejamento e articular toda uma rede de serviços públicos.

3.2 Segurança Pública e o PRONASCI

A segurança pública é estabelecida pela Constituição Federal Brasileira como “um dever do Estado e direito e responsabilidade de todos”, o que remete à compreensão de que não é uma incumbência exclusiva do poder público. A sociedade civil também é chamada a coproduzir e pensar a segurança pública e a desempenhar um papel fundamental para o sistema democrático. A Constituição também instituiu os órgãos responsáveis pela segurança pública: a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Ferroviária Federal, as Polícias Civis Estaduais, as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros (BRASIL, 1988).

No decorrer dos anos 1990 o tráfico de drogas se instaurou nas favelas brasileiras e criou nas cidades um território de reprodução da violência. O crime organizado se consolidou a partir da entrada da cocaína colombiana no Brasil, e, logo que se instalou na favela, muitos “donos de boca” disputaram espaços, dando início a facções que disputavam o comércio de drogas e o controle dos territórios. Essa nova realidade que se sobrepôs ao país trouxe para os anos 1990 uma nova forma de percepção da violência, pois passaram a existir confrontos armados dentro das cidades. Essa é a razão dos anos 1990 serem um marco importante para a sociedade brasileira, pois é a partir desse momento que novas formas de violência urbana são reconhecidas nos espaços, e que emergem as primeiras tentativas efetivas de se criar um sistema de proteção no país (ZALUAR, 1985).

Sendo assim, os debates sobre segurança pública passaram a acontecer no Brasil a partir da década de 1990, quando as taxas de criminalidade aumentaram e demandaram a necessidade de planejar o enfrentamento desse problema. Em 1994, o governo Federal apresentou as primeiras iniciativas de propostas para a segurança pública durante a campanha eleitoral de Fernando Henrique Cardoso. A proposta se chamou programa “Mãos à Obra”, e sugeria a aproximação das esferas de governo para projetar a segurança pública em nível nacional. Também eram objetivos desse programa aperfeiçoar o sistema de justiça e o sistema penitenciário. Contudo, essas propostas só foram formalmente oficializadas no ano 2000, durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso. Assim surge o Plano Nacional de Segurança Pública, que embora tímido, trouxe à tona as discussões sobre segurança pública na esfera federal e estadual de forma a não tratá-la somente no âmbito das forças policiais (BALLESTEROS, 2014).

Com o aumento da violência urbana e da sensação de insegurança já no início do século XXI, em 2003, durante o governo Lula, foi lançado o Projeto Segurança Pública para o

Brasil. Dessa vez o planejamento contou com a participação da sociedade civil, assim como proposto pela Constituição Brasileira. A partir desse momento outras violências também foram reconhecidas como objetos de enfrentamento da segurança pública, como a violência contra minorias e a violência doméstica. Tal projeto não foi efetuado em toda a sua extensão devido aos gastos que significava ao governo federal, e permaneceu mais restrito à formação e capacitação de profissionais da área de segurança (SOARES apud BALLESTEROS, 2014).

Adiante foi criado o PRONASCI, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Após os sucessivos confrontos com o Primeiro Comando da Capital – PCC no ano de 2007, esse programa surge como medida de enfrentamento da violência, mas dessa vez fazendo emergir políticas públicas de segurança em trabalhos relacionados à prevenção e à atuação efetiva da sociedade civil (SOUZA E COMPANS, 2009).

O PRONASCI foi instituído pela Lei 11.530 de 24 de outubro de 2007, e tem como objetivo “articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas” (BRASIL, 2007). Ainda segundo essa lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, a ser executado pela União, por meio da articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando à melhoria da segurança pública. (BRASIL, 2007)

O PRONASCI surgiu como uma medida frente à necessidade de um novo modelo de política pública que compreendesse a realidade brasileira atual e propusesse resoluções para falta de segurança no país. Esse programa tentou, em alguma medida, reproduzir o que foi feito em Bogotá. Inicialmente foi realizada uma parceria entre o Ministério da Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2003, visando implementar o Projeto Segurança Cidadã. Seu objetivo era amenizar a situação de violência no Brasil, tendo como pressuposto que a segurança é um direito que cada cidadão tem de transitar em espaços urbanos seguros. Esse conceito de “segurança cidadã” é adotado por agências internacionais, e remete à questão da segurança como um esforço focado nos cidadãos e nas comunidades, de modo a propô-la como uma responsabilidade da coletividade (SOUZA E COMPANS, 2009).

O PRONASCI estabelece 94 ações que tem foco nos jovens com idade entre 15 e 29 anos e que vivem em situações de vulnerabilidade social, abarcando também as mulheres e os

profissionais que atuam nos órgãos de segurança pública. As ações desse programa se dividem em estruturais e locais. As ações estruturais consistem na modernização das instituições de segurança pública e do sistema prisional; na valorização dos profissionais da segurança pública e de agentes penitenciários; no enfrentamento da corrupção policial e do crime organizado. Já as ações locais incluem programas como Territórios da Paz; Integração do Jovem e da família; Segurança e convivência (BALLESTEROS, 2015; SOUZA E COMPANS, 2009).

O modo como foi planejado o PRONASCI determinou que os municípios seriam incluídos como integrantes do sistema de segurança. Inicialmente, esse programa deveria ser implantado em 11 regiões metropolitanas consideradas como as mais violentas do país, incluindo o Estado de São Paulo (BALLESTEROS, 2014).

A execução desse programa é feita de forma descentralizada, através de convênios, contratos e acordos que podem ser celebrados entre municípios, estados, organizações não governamentais e órgãos internacionais. Cabe ao governo federal financiar os projetos que estejam dentro das diretrizes preconizadas pelo PRONASCI e colocar em prática os projetos que fazem parte do programa. Para que um estado ou município possa aderir ao PRONASCI é necessária a criação de um gabinete de gestão integrada, que tem a função de reunir a sociedade civil e as demais instituições responsáveis pelas políticas de segurança pública de modo a articular as intervenções que objetivem a prevenção da violência e a promoção de segurança (BALLESTEROS, 2015).

Também é fundamental que os municípios possuam estrutura pública para a manutenção do programa, que haja a participação social, a divulgação das ações do PRONASCI e que os conselhos comunitários de segurança sejam efetivos. O repasse de verbas federais está condicionado a esses aspectos (BALLESTEROS, 2015).

Dentre os projetos de ações locais do PRONASCI estão dois programas que contaram com grande investimento governamental: o “Mulheres da Paz” e o “Protejo”. O programa “Mulheres da Paz” foi instituído pela Lei nº 11.530/2007 e pelo Decreto nº 6.490/2008, e tem como objetivo promover o empoderamento feminino através da capacitação de mulheres atuantes nas comunidades, que podem se constituir como mediadoras sociais e multiplicadoras de ações cuja função principal é a de atuar em redes de prevenção de violências comuns. E o projeto de Proteção de Jovens em território vulnerável (PROTEJO) também foi instituído pelo governo federal no ano de 2007 pela Lei nº 11.530/2007, e tem como objetivo principal identificar e acompanhar jovens com idade entre 15 e 24 anos, que

vivem em situação de risco ou vulnerabilidade familiar e social. O projeto em questão envolve jovens que saíram do sistema prisional ou estão cumprindo medidas alternativas, visando desenvolver, junto a eles, a promoção de cidadania, da qualificação profissional e da inclusão social para prevenção da violência.

A segurança pública não é legalmente uma responsabilidade dos municípios, mas muitas práticas internacionais apontam que a participação dos governos municipais é fundamental para a garantia da segurança dos cidadãos e para a realização de políticas preventivas. Para aderir a essa tendência, o Governo Federal tem incentivado os municípios e os incluiu no Programa do PRONASCI (BALLESTEROS, 2015).

Seguindo esta tendência, o Brasil tem apresentado algumas experiências voltadas à redução do risco e ao aumento dos fatores de proteção social dirigidas, dando especial ênfase a grupos em situação de vulnerabilidade, como jovens, mulheres e moradores de periferias. Para estimular essas iniciativas, o Governo Federal incluiu os municípios como membros do SUSP e definiu-os como participantes do PRONASCI, ampliando seu acesso aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (BALLESTEROS, 2015 e 2014).

Até hoje, as políticas de segurança pública não foram concebidas através de processos avaliativos e detêm um caráter centralizador, ficando limitadas ao planejamento político em esferas restritas às negociações e, portanto, construídas sob a influência direta de gestores públicos e políticos. Essas políticas não são fundamentadas a partir de prévias análises e diante de um processo participativo (BALLESTEROS, 2014).

Ainda é fundamental reconhecer que as práticas preventivas dentro das políticas de segurança pública, embora estejam ganhando espaço, não são tidas como prioridades no que se refere aos problemas da violência urbana (BALLESTEROS, 2014):

A dicotomia entre políticas preventivas e repressivas nas políticas de segurança pública é apresentada pelos governantes como “a escolha de Sófia”, figurando não só como uma questão ideológica, mas também sendo apresentada como uma decisão administrativa: seja pelo argumento de que as verbas são limitadas e é preciso fazer opções nos dispêndios financeiros, seja porque ainda não foram encontradas (ou não se propuseram a encontrar) estratégias que conciliem as duas vertentes de forma harmoniosa e eficiente, optando-se, então, pela de maior repercussão e familiaridade: o uso da força (BALLESTEROS, 2014, p. 18).

De acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dentro das gestões de segurança pública existe a dificuldade em conseguir articular toda a rede que trabalha nessa perspectiva e, principalmente, a falta de uma diretriz normativa que estipule

todas as funções, responsabilidades e ações de cada órgão de segurança (BALLESTEROS, 2014).

A questão da moradia envolve um caráter subjetivo da formação dos indivíduos e de suas comunidades. As relações são permeadas por histórias, apropriações, conhecimentos e culturas que fazem essas experiências humanas serem repletas de subjetividade, características que, até então, têm sido desconsideradas pelas políticas públicas, que tratam da produção de conjuntos habitacionais e de seus problemas como insegurança urbana.

O conceito de segurança urbana destoa do padrão de considerar as políticas públicas como estratégias mecânicas de produzir e assegurar os espaços, pois traz consigo o que talvez seja a principal forma de superação desse conflito da sociedade moderna: a compreensão dos problemas de insegurança urbana como fatores sociais que devem ser pensados coletivamente.

3.2.1 Araraquara e o PRONASCI

No ano de 2009, Araraquara foi um dos doze municípios que aderiram ao PRONASCI e assinaram convênio com a União através do Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Segurança Pública. O objetivo do convênio assinado, conforme consta no documento oficial CONVÊNIO SENASP/MJ Nº 185/2009, é a cooperação dos participantes para instalar e implementar o Centro Integrado de Controle de Operações (CCO), coordenado pelo Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M), onde estão reunidos os órgãos da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária, Bombeiros, Guarda Municipal, Defesa Civil, Companhia de Energia e Central de Ambulâncias.

O Gabinete de Gestão Integrada Municipal é o responsável pela gestão e monitoramento das vias e prédios públicos por meio da instalação de câmeras de vídeos em pontos estratégicos. Estas visam à captação de imagens, gerenciamento e despacho de ocorrências verificadas por esse método de monitoramento, de acordo com o plano do PRONASCI. No que cabe à gestão integrada de segurança pública e a implementação de ações de prevenção da violência, indicaram bases para as seguintes ações:

Instalação com garantia de pleno funcionamento do Gabinete de Gestão Integrada Municipal; elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Pública; formação continuada de guardas municipais; estruturação e implementação do Conselho/ Fórum Municipal de Segurança Pública e de Conselhos/ Fóruns Comunitários de Segurança Pública; garantia através de medidas de urbanização e recuperação de equipamentos os chamados “espaços públicos seguros”; promoção dos direitos humanos,

considerando as questões de gênero, étnicas, raciais, orientação sexual e diversidade cultural; compartilhamento das informações necessárias para a execução do programa; garantia de Infraestrutura e apoio logístico ao Programa; compartilhamento das ações de política social e de segurança nas áreas conflagradas; mobilização dos mecanismos de comunicação e informação para incentivo à participação social e divulgação do Programa; priorização e implementação, em consonância com o MJ, com os ministérios parceiros e com o governo do estado a execução dos programas: Território de Paz, Integração do Jovem e da Família e Segurança e Convivência; instituição de mecanismos que garantam a conscientização e o acesso das comunidades e dos jovens ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, através dos Programas “Canal Comunidade”, “Monitoramento Cidadão” e “Geração Consciente”; implementação, nas políticas municipais de segurança pública, ações garantidoras dos direitos das mulheres vítimas de violência (CONVÊNIO SENASP/MJ Nº 185/2009).

Dentre as ações citadas, conforme constatado através do nosso contato com agentes públicos da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Araraquara, foram poucas as efetivamente implantadas, se restringindo à implantação do Gabinete de Gestão Integrada e do Centro Integrado de Controle de Operações (CCO). As demais ações, principalmente as que envolvem o contato de agentes públicos com a população da cidade e estratégias de prevenção dentro dos programas do PRONASCI, não foram implantadas na cidade de Araraquara. Também obtivemos a informação que o Conselho de Segurança de Bairro (CONSEG) ainda não existe no bairro do Jardim Iguatemi e sua implantação estaria sendo estudada. Tais constatações apontam um possível caminho de enfrentamento da violência urbana na cidade de Araraquara, sobretudo no Residencial dos Oitis, envolvendo a existência das demais políticas do PRONASCI e demais práticas de segurança urbana.

4. OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL COMO FORMA DE PROMOVER A SEGURANÇA URBANA

A proteção social pode ser definida como o conjunto de ações integradas aos sistemas institucionalizados que as sociedades criam para proteger sua população. Sendo assim, estão relacionadas a ela as práticas de segurança e proteção que objetivam a promoção da cidadania. Como política de Estado, a proteção social se estabelece de formas distintas, dependendo do contexto político, do grau de desenvolvimento da sociedade e das lutas dos trabalhadores, que por sua vez apresentam particularidades diante dos riscos sociais que devem ser combatidos. Ela também depende das igualdades almejadas (CDES, 2009).

Entre o final do século XIX e a segunda metade do século XX, novas relações foram constituídas entre sociedade civil e Estado, sobretudo nos países europeus. O sistema de proteção social passa ser estabelecido através da atuação do Estado como promotor da regulação e justiça social. As políticas oriundas do período pós-guerra, como o Estado de bem-estar social, são exemplos desse novo vínculo que passa a ser estabelecido entre o poder público e a sociedade civil. Em síntese, nesse momento o Estado passou a ser responsável por buscar soluções para os problemas que atingiam as sociedades (POCHMANN, 2004).

Na Europa ocidental, assim como nos países desenvolvidos, os sistemas de proteção surgiram de forma ampla e universalizada. Já nos países de capitalismo periférico, como é o caso do Brasil, a proteção social encontra mais desafios e, inicialmente, foi estruturada junto às instituições de assistência social e na previdência social.

Nos países ocidentais e capitalistas os sistemas públicos de proteção social surgiram como uma busca de enfrentamento das questões sociais. Esses sistemas buscaram transformar os problemas existentes na sociedade em questões da esfera política. É certo que o Estado teve um papel importante nos países capitalistas periféricos, contribuindo para a expansão e reprodução do capital no sentido de promover a modernização. Já o sistema de proteção social, além de contar com a atuação dos setores privados, também promoveu o que pode ser chamado de filantropia estatal. Esta considera as políticas sociais não como um direito, mas como uma medida voltada a amenizar os problemas que as situações de pobreza ocasionam no país (POCHMANN, 2004).

Os sistemas de proteção social surgem como formas institucionalizadas e constituídas pela sociedade para proteger seus membros. Nesses sistemas podem ser incluídas as formas seletivas de redistribuição e distribuição de bens materiais, culturais e de cuidados. É

importante ressaltar que nem sempre esses sistemas foram função do Estado, pois no século XIX a proteção primária era praticada principalmente pelas famílias e comunidade, pela assistência religiosa, pela filantropia e por outras organizações da sociedade civil que também faziam essa função, cabendo ao Estado interferências esporádicas (POCHMANN, 2004).

Atualmente, o avanço da legislação, que envolve artigos como os Estatutos do Idoso (2003) e da Criança e do Adolescente (1990) contribuíram para normatizar as prestações de serviços sociais, trazendo consigo normas para a atuação do poder público, privado e da sociedade civil, de modo a atribuir um caráter descentralizado às políticas sociais. Contudo, esse avanço ainda não é suficiente para cobrir o vácuo da dívida histórica que o modelo de sociedade colonial e capitalista criou e continua produzindo no Brasil. A desigualdade social é evidenciada também no cumprimento do sistema de proteção social, que costuma alcançar, com mais dificuldade, a parte pobre da população brasileira. Os sistemas de Saúde Pública, Habitação, Assistência Social, Segurança, entre outros, até hoje não têm sido eficazes para atender as expectativas da população, associadas aos direitos já constituídos (POCHMANN, 2004; TEIXEIRA, 2013).

Esses contornos das políticas sociais brasileiras, que atuam na perspectiva de dividir as responsabilidades sociais entre as instituições responsáveis pela saúde, segurança pública, educação e assistência social, são características evidenciadas em muitos países que vivem sob modelos liberais de proteção social e estão situados na periferia do capitalismo. As transformações que envolvem a iniciativa privada, o poder público, a sociedade civil e o mercado acabam contribuindo para limitar a atuação do Estado a um papel normatizador, fiscalizador e financiador. Sobretudo, contribuem para que os interesses do sistema capitalista não sejam atingidos e comprometidos. É o caso das políticas habitacionais brasileiras, que envolvem fundamentalmente a atuação dos governos federal, estaduais e municipais, e ainda atendem aos interesses dos sistemas financeiros dos bancos, que financiam e dão suporte para essas operações. Por fim, as grandes construtoras e empreiteiras também marcam presença nesses sistemas e assim celebram esse vínculo que realiza interesses para além das moradias.

As políticas sociais, em especial as de Seguridade Social e as demais que formam o sistema de proteção social, são essenciais na efetivação dos direitos sociais, que convivem numa conjuntura que os afirma formalmente, mas sua garantia é remetida para um misto de público e privado que compromete sua efetivação, sua universalização (POCHMANN, 2004, p. 279).

4.1 O Sistema de Proteção Social no Brasil

A proteção social é um conceito amplo que surge no Brasil no início do século XX para estabelecer normas e diretrizes institucionalizadas da sociedade. Ela visa a organização da sociedade e a proteção da população, e abriga, assim, um sistema de segurança contra riscos e danos sociais e individuais que influenciam diretamente a vida dos cidadãos.

Os anos trinta podem ser considerados o marco inicial do surgimento do sistema de proteção no Brasil. Nesse período ocorreram transformações sociais, políticas e econômicas que foram responsáveis pela transição das bases produtivas da economia agroexportadora para a urbano-industrial. Por conseguinte, emergiram os primeiros traços de políticas sociais, desenhados por um Estado que passa a assumir o papel de responsável por políticas públicas como educação, saúde, habitação e previdência social. O período que antecede a década de 1930 era retratado por sistemas de trabalho que herdaram fortes características da escravidão (POCHMANN, 2004).

A revolução de 1930 se mostrou capaz de interferir no jogo político que vigorava no Brasil à época e ocasionou um processo de centralização política e administrativa que fortaleceu o Estado nacional, tornando possível que o governo federal assumisse o planejamento e regulamentação de muitas políticas públicas. Ao Estado foram atribuídas quatro funções de destaque nesse período: gerar infraestrutura básica, adequar as estruturas institucionais à indústria, fornecer insumos básicos e criar um sistema de captação e distribuição de poupança. É a partir desse momento que o sistema nacional de proteção social começa a ser implantado no Brasil (POCHMANN, 2004).

Paralelamente a isso, a crise de 1929 gerou no Brasil o avanço das atividades produtivas, pois enfraqueceu o modelo econômico de exportação agrária e fortaleceu a economia em outros setores internos do país. Esse crescimento econômico também foi propulsor do avanço no sistema de proteção brasileiro. As expansões urbana e industrial aumentaram muito a produção nacional, sendo precursoras de uma nova estrutura produtiva no Brasil. A legislação trabalhista e os esquemas previdenciários foram então institucionalizados, e foi a partir daí que o Estado de bem-estar social passou a ser uma possibilidade. A consolidação desse sistema de proteção nacional foi intensificada no auge da ditadura militar, desde 1964.

Na década de 1980 existiram movimentos políticos e sociais que lutaram pela redução da desigualdade social no país e pela integração dos considerados excluídos do estatuto da

cidadania. Tais lutas contribuíram para a construção do contexto que levou à formulação da constituição de 1988, um segundo momento chave para a consolidação do sistema de proteção brasileiro. A constituição de 1988 foi um pilar construído politicamente e permitiu que o Estado emergisse e promovesse intervenções efetivas e permeadas pelo alargamento dos direitos sociais e da proteção social. As intervenções em questão contribuíram para que a responsabilidade pública fosse ampliada, sendo retirada da esfera privada a exclusividade no enfrentamento de vários problemas. O período após a Constituição Federal de 1988 amplia a proteção social, tornando-se um marco da construção de um sistema de proteção universal e inclusivo que expressou, do ponto de vista jurídico-normativo, a abertura democrática no país (CDES, 2009).

A análise da Proteção Social brasileira torna-se mais coerente se o seu primeiro passo situar o Brasil na periferia econômica do mundo globalizado. O caráter de país que vive uma modernidade periférica, apesar dos avanços conseguidos ao longo do século XX, deixou enraizado em nosso solo problemas estruturais graves como a conservação de uma enorme parte da população em situação de pobreza e de trabalho precário. A exclusão social no Brasil está diretamente ligada à concentração de poder. “Assim, democratizar a democracia e avançar no modelo econômico que garanta expansão produtiva constituem bases necessárias para o sistema de proteção social que possa no Brasil romper com o ciclo estrutural de apartação social” (POCHMANN, 2004, p. 15).

O caminho na luta contra a desigualdade e a pobreza é a expansão do sistema de proteção social. A proteção social não é efetiva se baseada apenas na distribuição da renda, pois a realização dos direitos pessoais também é muito importante. O acesso a esses direitos deve ocorrer através dos serviços públicos prestados à população. As políticas de saúde, educação e assistência social são ressaltadas nesse contexto e reduzem a necessidade das pessoas precisarem utilizar parte da sua renda para adquirir serviços privados (GALBRAITH apud CDES, 2009).

O Sistema de Proteção Social brasileiro configura-se como uma complexa rede de distribuição e redistribuição de renda, aplicando significativas parcelas do Produto Interno Bruto (PIB) em ações e programas sociais. E os objetivos das políticas sociais são: a geração de oportunidades e resultados para indivíduos ou grupos sociais e a garantia de segurança em situações de vulnerabilidade ou dependência. Mas, para que esses objetivos sejam viabilizados, uma rede bastante complexa de tributos e recursos são mobilizados como forma de subsidiarem os projetos públicos de ação social. Dessa forma, o Sistema de Proteção Social

se constitui através da interação entre políticas públicas de diferentes órgãos do governo, seja dentro da seguridade civil, social ou econômica. (CDES,2009).

Entretanto o Sistema de Proteção Social brasileiro foi estruturado com base na doutrina do Estado de Bem-Estar Social dos países avançados, com características corporativistas e meritocráticas. Esse modelo entende que cada pessoa deve resolver suas próprias necessidades a partir do trabalho. Dessa forma, a política social se comporta como um complemento às instituições voltadas à realização das políticas econômicas, de modo a corrigir a ação do mercado. Dentre os aspectos históricos e estruturais que deixam seus resquícios no sistema de proteção brasileiro, está a centralização política e financeira das ações sociais do governo, a privatização e, principalmente, a exclusão da participação popular nos processos de decisão (VIANA; MACHADO, 2008).

Como mencionado, as políticas de proteção social emergiram no Brasil com a finalidade de atenuar as disparidades sociais oriundas de um processo histórico que gerou desigualdades sociais extremas e consolidou um sistema de mercado livre, que acentuou e acentua, ainda, tais problemas. O meio de proteger os cidadãos desses mecanismos de produção da desigualdade social e insegurança foi a participação do Estado, que busca prover serviços e bens que a renda dos cidadãos brasileiros, obtida pelo trabalho, jamais conseguiria acessar. Essa intervenção pública perante as forças do mercado, através do sistema de direitos e de políticas sociais, foi fundamental para a consolidação do sistema de proteção brasileiro, pois as leis passaram a ser construídas e praticadas para além da lógica do mercado. Apesar disso a proteção social, por si só, não consegue superar a pobreza e desconstruir os padrões que proliferam a desigualdade social (VIANA e MACHADO, 2008).

Atualmente, o Sistema de Proteção Social brasileiro abraça diversas políticas públicas nas áreas de saúde, educação, assistência social, infraestrutura social (onde se inclui a habitação, o transporte coletivo e o saneamento), acesso à Justiça e segurança cidadã, cultura e defesa dos direitos humanos. Tal conjunto de políticas públicas que formam esse Sistema é responsável por proteger a sociedade civil, oferecer segurança e proteção aos seus cidadãos e combater as desigualdades sociais (CDES, 2009).

As principais políticas públicas atuais da rede de proteção social brasileira são: a política de valorização do salário mínimo e os rendimentos do trabalho, o Regime Geral de Previdência Social e Benefícios de Prestação Continuada, o Programa Bolsa Família, o Seguro Desemprego, o Sistema Único de Saúde, a Educação, o Programa Minha Casa, Minha Vida e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (CDES, 2009).

Com vistas a compreender de forma mais aprofundada a atuação dos agentes públicos em um território urbano específico da cidade de Araraquara, o Residencial dos Oitis, esta pesquisa deu ênfase nos sistemas de saúde, educação e assistência social. Levamos em consideração que esses serviços atuam, através de seus agentes públicos, diretamente com a população de moradores desse conjunto habitacional e atendem às famílias como unidades fundamentais para a prática dessas políticas públicas.

4.1.1 O Sistema de Saúde no Brasil

Embora a história da política de saúde no Brasil seja anterior à década de 1930, sendo um elemento fundamental da construção do Estado Novo na Primeira República, foi a partir desse marco que a política de saúde passou pelas mais importantes mudanças, como a projeção das instituições nacionais e a formação de ministérios (VIANA; MACHADO, 2008). Ao longo do tempo os sistemas de saúde pública no Brasil foram sofrendo importantes transformações, que os levaram à sua configuração atual.

Os sistemas de proteção social passaram por crises entre os anos 1970 e 1980, mas, nesse período, os sistemas de saúde foram também contemplados com importantes avanços técnicos e científicos, tornando-se cada vez mais complexos. A reação às mudanças levou o setor de saúde a ocupar uma posição de destaque na economia, gerando empregos e também requerendo do Estado muitos investimentos. Isso fez com que houvesse um crescimento dos estudos de análise da política de saúde, que reforçaram a prática de avaliação dos programas de saúde e o pensamento epidemiológico como pilares desses planejamentos das políticas de saúde pública (VIANA; MACHADO, 2008).

A constituição de 1988 instituiu o Sistema Único de Saúde no Brasil; a partir daí houve mudanças substanciais para a caracterização da proteção social no país. Muitas dessas mudanças foram impulsionadas pelas lutas que requisitavam a promoção a saúde (VIANA; MACHADO, 2008).

Com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), o modelo de atenção à políticas de saúde específicas, como a do combate a AIDS, sofreu um grande avanço. Mas foram as ações da atenção básica as que mais se destacaram e expandiram, sendo inseridas nesse projeto que previa um sistema de saúde baseado nas diretrizes fundadas na universalidade e integralidade da atenção, tornando a política de atenção primária abrangente (VIANA; MACHADO, 2008).

As unidades básicas de saúde podem existir em diferentes formatações, que devem ser adequadas a cada região de acordo com suas necessidades, dividindo-se em sete tipos:

1) unidade de Saúde da Família: unidade pública específica para prestação de assistência em atenção contínua programada nas especialidades básicas e com equipe multidisciplinar para desenvolver as atividades que atendam às diretrizes da Estratégia Saúde da Família do Ministério da Saúde.[...]; 2) posto de saúde: unidade destinada à prestação de assistência a uma determinada população, de forma programada ou não, por profissional de nível médio, com a presença intermitente ou não do profissional médico; 3) centro de saúde/unidade básica de saúde: unidade para realização de atendimentos de atenção básica e integral a uma população, de forma programada ou não, nas especialidades básicas, podendo oferecer assistência odontológica e de outros profissionais de nível superior. A assistência deve ser permanente e prestada por médico generalista ou especialistas nessas áreas. Pode ou não oferecer Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia (SADT) realizados por unidades vinculadas ao SUS e pronto atendimento 24 horas; 4) unidade móvel fluvial: barco/ navio, equipado como unidade de saúde[...]; 5) unidade terrestre móvel para atendimento médico/odontológico: veículo automotor equipado, especificamente, para prestação de atendimento ao paciente; 6) unidade mista: unidade de saúde básica destinada à prestação de atendimento em atenção básica e integral à saúde, de forma programada ou não, nas especialidades básicas, podendo oferecer assistência odontológica e de outros profissionais, com unidade de internação, sob administração única.[...]; 7) ambulatórios de unidade hospitalar geral: o município deve garantir em seu orçamento recursos para a construção, ampliação e reforma das suas unidades. (BRASIL, 2009)

O Programa de Saúde da Família foi implantado pelo Ministério da Saúde em 1994, e no ano de 2006 foi afirmado pelo governo como estratégia fundamental para a reorganização da atenção básica por meio da portaria nº 648, de 28 de Março de 2006, se consolidando como estratégia prioritária para reorganização da atenção básica no Brasil, sendo o primeiro nível da atenção à saúde no SUS.

Mais adiante, em 2011, o governo estabeleceu uma nova portaria revogando aquela de 2006. Trata-se da Portaria Nº 2488/2011, que aprovou a Política Nacional de Atenção Básica para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Essa mudança ocorreu para não considerar mais o sistema de saúde básica como um programa, e teve como objetivo modificar o modelo de assistência onde predominava o atendimento emergencial a saúde.

Uma fundamentação importante desse serviço é a composição da equipe multiprofissional que atua nos postos de saúde, a chamada Equipe de Saúde da Família, formada obrigatoriamente por médico generalista ou especialista em Saúde da Família, enfermeiros generalistas ou especialistas em Saúde da Família e Agentes Comunitários de

Saúde. Ainda podem fazer parte dessa equipe multidisciplinar os profissionais de Saúde Bucal (BRASIL, 2012).

Sobre as atribuições dos membros das equipes de Atenção Básica, conforme estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, destaca-se os seguintes aspectos: “a definição do território de atuação e de população sob responsabilidade das UBS e das equipes; a programação e implementação das atividades de atenção à saúde de acordo com as necessidades de saúde da população e a realização da atenção à saúde na Unidade Básica de Saúde, no domicílio, em locais do território (salões comunitários, escolas, creches, praças, etc.) e outros espaços que comportem a ação planejada” (BRASIL, 2011).

Esses avanços relacionados à atenção básica em saúde são caracterizados principalmente por promoverem atendimentos fora do ambiente hospitalar através da implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. Estas atuam em territórios específicos e trabalham a prevenção e promoção dos cuidados em saúde, como reabilitação e recuperação. Isso faz com que a cidade, os bairros e as famílias sejam vistas com mais clareza pelo setor de saúde no país.

Desde o surgimento do Programa de Saúde da Família, que agora recebe o nome de Estratégia de Saúde da Família, emergem preocupações mais específicas com relação à prevenção de doenças e a promoção de saúde. Outro aspecto bastante relevante é que a família também torna-se objeto de atenção. Sendo assim, a família passa a receber atenção dos agentes públicos de saúde no ambiente em que vive, fazendo com que a compreensão da saúde seja ampliada e seu local de moradia seja visitado de forma permanente.

Essa modalidade de atendimento atribui relevância as famílias, que a partir do momento em que têm sua unidade considerada dentro do Sistema de Saúde recebem maior atenção por parte das políticas públicas. Quando um membro da equipe multidisciplinar de saúde tem contato direto com uma família, muitos problemas podem ser identificados e encaminhados para a rede de proteção, que, por sua vez, pode trabalhar em conjunto na perspectiva de superá-los. A aproximação entre agentes de saúde e famílias é fundamental para o funcionamento do Sistema de Proteção, e traz contribuições para a produção de segurança urbana.

Outro aspecto relevante à política de atenção básica é a necessária associação entre ela e a política de desenvolvimento urbano, pois saneamento, transporte e habitação influenciam intensamente as condições de vida da população. Isoladamente o Sistema de Saúde não consegue atender as demandas da complexidade urbana atual. Além disso, o planejamento e o

financiamento da saúde devem levar em conta tais demandas da vida urbana (VIANA; MACHADO, 2008).

4.1.2 O Sistema de Educação no Brasil

Assim como as demais políticas do sistema de proteção que se consolidaram a partir dos anos de 1930, o sistema nacional de educação também foi impulsionado nesse período. Em 1930 surge o Ministério da Educação e Saúde Pública, que era responsável por desenvolver atividades que iam muito além das relacionadas à educação, como saúde, esporte, educação e meio ambiente. Nesse período, os assuntos ligados à educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça. Posteriormente, com o avanço das trajetórias políticas, os ministérios foram separados e a Educação passou a ter uma pasta política unificada, assim como a saúde.

Essa junção permaneceu até 1953, quando o surge o Ministério de Educação e Cultura, o MEC. Em 1961 foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que diminuiu a centralização do MEC, fazendo com que os órgãos municipais ganhassem mais autonomia. Em 1971 surge uma nova LDB que determina o ensino como obrigatório para as faixas de idade dos sete aos 14 anos. No ano de 1985 é instituído o Ministério da Cultura e, em 1992, uma lei federal transformou o MEC no Ministério da Educação e do Desporto. Foi no ano de 1995 que o MEC passou a órgão governamental responsável pela área da educação exclusivamente (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) mais recente foi promulgada em 1996 e trouxe importantes mudanças às leis anteriores, como a inclusão da educação infantil (creches e pré-escola) no sistema educacional. A formação adequada dos profissionais da educação básica também foi priorizada com um capítulo específico para tratar do assunto.

O Ministério da Educação é hoje responsável pela política nacional de educação; educação infantil; educação em geral, que abarca o ensino fundamental, o ensino médio, o ensino superior, a educação de jovens e adultos, a educação profissional, a educação especial e educação à distância, mas não lida com o ensino militar; avaliação, informação e pesquisa educacional; pesquisa e extensão universitária; magistério; assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015).

Ao lidar com os deveres de promover a educação e de pactuar com o sistema de proteção brasileiro, a escola ocupa um espaço importante, pois estabelece relações fundamentais com a população atendida. Muitos dos problemas oriundos do cotidiano dos alunos são revelados através do contato com agentes públicos das escolas, como professores, coordenadores, diretores, que através da sua capacidade de atuação junto a esses alunos e famílias podem constituir um meio de prevenção ou de enfrentamento aos riscos. Tal potencialidade torna a instituição escolar um pilar importante para a segurança urbana.

4.1.3 O Sistema de Assistência Social no Brasil

A Assistência Social no Brasil só foi reconhecida como direito social através da Constituição Federal de 1988. Todavia, no período que antecede a esse marco aconteciam intervenções assistencialistas do poder público e da sociedade civil, sempre permeadas por um pensamento que criteriosamente separava os direitos da caridade praticada. Até 1930, as questões relacionadas à pobreza, vulnerabilidades e desigualdade social eram trazidas para a sociedade e tratadas como casos de polícia, sendo “solucionadas” através de ações repressivas. Em 1938 houve o primeiro marco da regulamentação da Assistência Social no País com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social, que estabelecia um vínculo entre entidades filantrópicas, figuras da elite e Estado (MESTRINER, 2001).

Durante muito tempo as ações voltadas às necessidades da maioria da população brasileira, ou seja, aos pobres, eram ofertadas por organizações filantrópicas que dificultavam a compreensão sobre quem seria o real responsável por efetuar ações de assistência social. De acordo com o Programa Nacional de Assistência Social (MDS, 2005), atualmente os critérios para traçar as políticas de Assistência Social devem sempre considerar as pessoas, as suas circunstâncias e seu primeiro núcleo de apoio, a família. A proteção social requer que as políticas públicas se aproximem o máximo possível do cotidiano da vida das pessoas, porque é dentro das experiências cotidianas que estão os riscos, as vulnerabilidades e as violências. A unidade sociofamiliar também contém dados da realidade e das necessidades e recursos de cada domicílio. Dessa forma, dentro da Assistência Social existe uma relação entre as pessoas e os territórios que ocupam, condição que atribui a esse serviço a característica de socioterritorial.

Em 1993 a política de Assistência Social foi unida ao campo da Seguridade Social, o que a inseriu na política de Proteção Social que é regulamentada através da Lei Orgânica de

Assistência Social (LOAS). Assim, passou a ser compreendida como responsabilidade do Estado e principalmente como um direito. Como política de Proteção Social, a Assistência Social deve garantir alguma segurança, como a de sobrevivência, de acolhida e de convívio ou vivência familiar (BRASIL, 1993).

Associados à segurança e com vistas à sobrevivência estão o rendimento e a autonomia. À segurança de rendimentos cabe garantir às pessoas renda suficiente para sua sobrevivência. Como segurança da acolhida está a provisão de necessidades como alimentação, vestuário e abrigo, de modo que o objetivo desse trabalho seja o de criar meios de propiciar autonomia às pessoas e famílias atendidas, para que atinjam uma situação em que possam proporcionar as condições primordiais a si mesmos. Em algumas situações em que não é possível estabelecer essa autonomia, a Assistência Social também prevê formas de agir. Exemplos são os casos em que uma criança necessita ser separada da família e acolhida pelo município por razões da violência doméstica, ou o de um idoso que não tem condições de trabalhar (MDS, 2005).

A segurança do convívio, ou segurança da vivência familiar remete à política de Assistência Social através do trabalho de recuperar ou estabelecer vínculos familiares que são considerados fundamentais à vida em sociedade. Essa segurança considera que através das relações humanas o indivíduo “cria sua identidade e reconhece sua subjetividade”, pois as construções culturais, civilizatórias, coletivas e cidadãs também se estabelecem através dessas relações societárias (MDS, 2005, p. 32).

Assim, faz parte dos objetivos da política nacional de Assistência Social prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem. E também contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais em áreas urbana e rural, assegurando que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, garantindo assim a convivência familiar e comunitária. É ainda dever da política de Assistência Social assegurar a proteção social básica e a proteção social especial (MDS, 2005).

O Programa de Proteção Social Básica trabalha de forma aprofundada a prevenção dos riscos através de estratégias que contribuam com o desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Os serviços de Proteção Básica consideram a família como unidade de referência e promovem um conjunto de serviços locais que objetivam a convivência, a socialização e o acolhimento de famílias cujos vínculos

familiares e comunitários não foram rompidos. Os benefícios socioassistenciais também se enquadram na modalidade da Proteção Básica, como o Bolsa Família, Renda Cidadã e outros. Todos os serviços e benefícios da Proteção Social Básica devem ser articulados com as demais políticas públicas locais, sempre visando a superação das vulnerabilidades reconhecidas, o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos e a prevenção de situações de risco. Ainda é importante mencionar a necessidade da articulação com os serviços de Proteção Especial, sempre que necessário.

Esses serviços de Proteção Básica são executados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) ou em outras unidades de Assistência Social. O CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, que fica localizado em áreas de vulnerabilidade social que abrangem um total de até mil famílias por ano. Faz parte das funções do CRAS a organização e coordenação da rede de serviços socioassistenciais locais. O CRAS atende a famílias e indivíduos no contexto comunitário. É importante ressaltar que o trabalho direcionado às famílias deve considerar a diversidade das configurações familiares e também as funções básicas da família, como: prover a proteção e a socialização de seus membros, construir vínculos afetivos e mediar as interações de seus membros com outros órgãos do Estado (MDS, 2005).

São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam: a convivência, a socialização e o acolhimento para famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho. Alguns serviços se destacam, como o Programa de Atenção Integral às Famílias, o Programa de Inclusão Produtiva e o Projeto de Enfrentamento da Pobreza. Há, ainda, os Centros de Convivência para Idosos e os Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visam o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças. Existem também os serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Por fim, temos os programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, como os centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos (MDS, 2005, p. 36).

Além de ser responsável pelo desenvolvimento do Programa de Atenção Integral às Famílias – com referência territorializada, que valorize as

heterogeneidades, as particularidades de cada grupo familiar, a diversidade de culturas e que promova o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários –, a equipe do CRAS deve prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, bem como se articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância da exclusão social na produção, sistematização e divulgação de indicadores da área de abrangência do CRAS, em conexão com outros territórios. (MDS, 2005, p. 35)

A Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial orientada a famílias e a indivíduos que se encontram em situação de risco porque tiveram seus direitos violados e, por isso, essa especificidade de serviço destina-se a atender àqueles que já foram ou estão sendo vítimas. Incluem-se aqui negligência familiar, violência doméstica, abandono, pobreza, trabalho infantil, abuso e exploração sexual, entre outros. O sistema de Proteção Especial subdivide-se em serviços de proteção de média e alta complexidade. Dentre os serviços de média complexidade está o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). O CREAS, assim como o CRAS, é uma unidade pública que visa atender através de serviços especializados famílias e indivíduos. Contudo, diferentemente do CRAS, o foco desse serviço de Proteção Especial é atender a casos de ameaça ou violação de direitos dentro de um espaço de acolhimento que possa fortalecer os vínculos familiares, sociais e comunitários, com objetivo de reconstruir as relações familiares, de modo que o grupo familiar possa superar as situações de vulnerabilidade e desempenhar seu papel como provedor e protetor dos direitos fundamentais de seus membros (Lei nº 12.435/2011).

A atenção desta pesquisa volta-se prioritariamente ao Sistema de Proteção Social Básica, pois é essa modalidade de serviço socioassistencial que atua especificamente no território onde está localizado o Residencial dos Oitis. Trata-se de um serviço que alcança diretamente as famílias de moradores desse conjunto habitacional, e que se pauta na perspectiva da prevenção para que situações de vulnerabilidade social não cheguem a evoluir para formas mais drásticas de violência (MDS, 2011).

4.1.4 O Programa Minha Casa Minha Vida

Em 2009 é criado o Programa Minha Casa Minha Vida com intuito de ampliar o mercado habitacional popular, contemplando famílias com renda de até 10 salários mínimos. O principal objetivo desse programa era construir um milhão de moradias em um prazo curto. Nesse projeto, os créditos passaram a contar com juros menores e serem distribuídos em maior quantidade. Para atender aos estados de forma integral, o Programa Minha Casa Minha

Vida contou com dados de estimativa do déficit habitacional de cada região e, dessa forma, os investimentos foram proporcionais a esse déficit (MARICATO, 2011). Em 2011 foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida 2. Este previa construir milhões de moradias, sendo que 60% seriam destinadas à população de baixa renda (BRASIL, 2013)

O Programa Minha Casa Minha Vida tem sido displicente com as reais necessidades populacionais dos centros urbanos, pois sua diretriz tem deixado de lado as conquistas que remetem ao direito à cidade, à moradia e à cidadania. Um dos aspectos mais problemáticos desse empreendimento governamental é o estímulo dado às construtoras para a construção de habitação popular, através de financiamentos facilitados, fazendo com que o interesse das empresas privadas ultrapassasse os reais interesses e necessidades da população mais pobre das cidades. Esse novo mecanismo de construção do espaço urbano reproduz, fortemente, o impulso da especulação imobiliária por sofrer influência dos agentes do mercado imobiliário. A situação se torna evidente pelo fato dos conjuntos habitacionais serem construídos em zonas urbanas inadequadas (MARICATO, 2011; ROLNIK, 2015).

Desde a consolidação do projeto Minha Casa Minha Vida em 2009, houve um rompimento com alguns dos ideais previstos pelo PAC de 2007. Um exemplo de ideal deixado de lado é o esforço em preconizar um desenvolvimento urbano que considerasse a cidade como um todo, demonstrando a preocupação de atender a toda a população em todos os espaços urbanos de forma democrática. Logo no início do Programa Minha Casa Minha Vida foram estabelecidas relações comerciais com as onze maiores empresas responsáveis pela construção de moradias no Brasil. Isso fez com que as moradias populares fossem planejadas através de um viés economicista, visando atender os agentes do mercado (MARICATO, 2011).

Os conjuntos habitacionais populares continuaram e continuam a ter uma característica de isolamento. Esse choque de interesses fica ainda mais evidente quando passa a ocorrer a ampliação dos atendimentos originalmente projetados a famílias com renda entre 0 a 3 salários mínimos, que correspondem aos 90% do déficit de moradias no país, para então passar a atender também famílias com renda entre 7 a 10 salários mínimos. As classes médias mais uma vez ocupam espaço em políticas públicas que originalmente deveriam atender às famílias de baixa renda. A esse movimento em específico, o do confronto de interesses entre as reais necessidades das cidades e o mercado empresarial da construção de moradias, MARICATO (2011) chama de retrocesso.

Em relação aos procedimentos cabíveis à implantação do Programa Minha Casa Minha Vida nos municípios, é importante mencionar que quando construtoras são envolvidas, o crédito para custear a construção é requerido à Caixa Econômica Federal - CAIXA - e se enquadra em três faixas de renda: até R\$ 1.600,00, até R\$ 3.275,00 e até R\$ 5.000,00. As parcelas do financiamento são estipuladas conforme a renda, sendo que para a população com renda até três salários mínimos seria de R\$ 50,00. Este é considerado um valor simbólico, pois o programa intencionava um subsídio integral para essa faixa (BRASIL, 2015).

Basicamente o procedimento nos municípios se dá da seguinte forma: o governo estadual ou municipal assina o Termo de Adesão com a CAIXA, que analisa toda a documentação do planejamento proposto; a CAIXA contrata a operação e acompanha o trabalho da construtora contemplada pelo programa. As diretrizes para aquisição e alienação dos imóveis estão definidas na Portaria do Ministério das Cidades nº 168, de 12.04.2013 e Portaria do Ministério das Cidades nº 363, de 12.08.2013 (BRASIL, 2013).

De acordo com as especificações do governo federal, o apartamento construído dentro do Programa Minha Casa Minha Vida deve contar com uma sala, uma cozinha, uma área de serviço, um banheiro e dois dormitórios. O prédio deve ser projetado em quatro pavimentos, com dezesseis apartamentos por bloco (existe a opção de projetar um conjunto habitacional com até cinco pavimentos e vinte apartamentos por bloco). A área da unidade deve ser de 42 m², e a área interna de 37 m². Os projetos elétricos, hidráulicos, pisos e revestimentos dos cômodos também são especificados nas cartilhas que orientam a construção e projeção dos conjuntos habitacionais através do programa “Minha Casa Minha Vida” (BRASIL, 2015).

Não foi encontrado nos manuais disponíveis qualquer referência ou orientação a respeito da quantidade ideal de moradores por metro quadrado nos apartamentos ou casas construídos por esse programa governamental. Tampouco foi conhecida alguma diretriz nesses documentos que relacione o número de integrantes de uma família ao espaço das moradias construídas. Esse questionamento foi feito junto à secretaria de habitação de Araraquara, e a resposta obtida é que o número de integrantes por família não é critério de avaliação para concessão de habitações pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Sob esse ponto de vista recai a crítica de que os apartamentos projetados são ocupados por famílias numerosas que acabam reproduzindo uma das formas da violência urbana, a chamada indigência habitacional.

4.2 Famílias, Comunidade e Poder Público

Conforme evidenciado na discussão sobre a Política de Proteção Social brasileira, a instituição familiar vem sendo tratada com bastante relevância dentro das políticas públicas que compõe a rede de proteção brasileira. É o caso das políticas de Saúde Pública, Educação, Habitação e Assistência Social, que trazem estratégias de atuação direcionadas especialmente às unidades familiares.

Além disso, o interesse em tratar as famílias como objeto de estudo, juntamente às políticas públicas voltadas a esses grupos, parte do reconhecimento de que a família é a instituição estratégica fundamental no que tange à prevenção ou superação da insegurança urbana. O elo entre família, comunidade de moradores e poder público, quando bem estabelecido, pode ser forte referência de combate às mazelas sociais que identificamos ao longo do trabalho de campo.

Constituída com base nas relações de parentesco cultural e historicamente determinadas, a família inclui-se entre as instituições sociais básicas. Com o desenvolvimento das ciências sociais, ampla bibliografia internacional tem analisado suas diversas configurações e destacado sua centralidade conforme a reprodução demográfica e social. A família é apontada como elemento-chave não apenas para a “sobrevivência” dos indivíduos, mas também para a proteção e a socialização de seus componentes, transmissão do capital cultural, do capital econômico e da propriedade do grupo, bem como das relações de gênero e de solidariedade entre gerações (CARVALHO; ALMEIDA, 2003, p. 109).

Torna-se importante mencionar que tais planejamentos e ações do Sistema de Proteção que visam trabalhar as famílias, no sentido de promover sua autonomia para solucionar os problemas instalados em seu seio, correm o risco de considerar a família como única instituição responsável pelo reestabelecimento de uma sociedade sem problemas sociais, ou seja, de atribuir à família a responsabilidade por problemas que estão muito além da sua capacidade (TEIXEIRA, 2013).

Responsabilizar a família por problemas que são estruturais no Brasil, como o da violência e insegurança urbana, é incorrer num erro imediato, assim como direcionar a ela todo o enfoque da superação dos problemas sociais que atingem a sociedade brasileira como um todo. Desse modo, a intenção que precisa ser clareada é a de que a atuação do poder público, isto é, de um Estado que se compreenda e seja compreendido como responsável pela promoção de cidadania e superação da insegurança urbana, é fundamental. E as famílias, junto aos demais serviços públicos do Sistema de Proteção e a sociedade civil podem se

associar para pensar estratégias de coprodução da segurança urbana. Agiriam em conjunto, mas respeitando suas responsabilidades e limitações. Cabe mencionar que uma família com poucos recursos econômicos, vítima da reprodução da violência doméstica e da ausência de proteção dificilmente conseguirá propiciar um bom ambiente de desenvolvimento e de educação para seus membros.

A pobreza no Brasil é a grande responsável pela situação de vulnerabilidade em que vivem muitas famílias. O estudo de Barros, Henrique e Mendonça (2000), “Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável”, já mencionava o fato de que o Brasil não é um país pobre, mas tomado por injustiças e desigualdades. No entanto, seus recursos diversos podem ser utilizados para reverter esse quadro. Porém, o que observamos quinze anos depois da publicação do estudo é que muitas políticas públicas foram feitas com intuito de reduzir os índices de pobreza, mas não foram suficientes para romper com a enorme desigualdade social brasileira.

As famílias brasileiras pobres ainda permanecem vulneráveis nos dias atuais, e não há meios de superar a violência urbana sem superar a pobreza. Esse problema é considerado pelas políticas de Assistência Social, conforme evidenciado no trecho a seguir, retirado do “Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social”:

Assim, é importante se reconhecer que o próprio contexto social, político, cultural e econômico – marcado, por vezes, pela dificuldade de acesso a direitos, pela desigualdade social estrutural, violência urbana, consumismo, desemprego, miséria e exclusão – pode ter relação com os riscos observados no território onde as famílias vivem e convivem, imprimindo tensões sobre as relações familiares e comunitárias (MDS, 2011, p. 33).

No momento em que a família se torna menos presente e capaz de obter uma renda satisfatória, as políticas públicas de redistribuição de renda tornam-se ainda mais necessárias, não somente na direção dos ricos para os pobres, mas também entre as gerações. Hoje, ainda são o instrumento mais eficiente de promoção de políticas sociais e uma das poucas ações efetivas para a busca de um equilíbrio social, pois não têm interesses que competem com o de instituições privadas, que colocam os lucros acima do bem-estar de uma população. No entanto, o que podemos observar no Brasil é que o Estado não desempenha seu papel de provedor, ao passo que os setores privados conseguem obter cada vez mais recursos e distribuí-los de forma a privilegiar somente as classes médias e dominantes (DOWBOR, 2015).

Ao falar sobre segurança e de sua importância, também devemos nos posicionar sobre a segurança econômica de uma família como uma dimensão importante. Nesse sentido, o raciocínio de Dowbor (2015) se mostra esclarecedor quando ele associa a fragilidade das famílias, os recursos públicos e a lógica do sistema financeiro presente no país. A necessidade de ter uma fonte de renda ou uma segurança econômica é vivenciada por todos. Dessa forma as poupanças surgem de diversas formas. E dentre as poupanças bancárias que alimentam os bancos, alimentando também um vasto mecanismo de investimentos pelo próprio banco e pelo governo federal, os recursos financeiros são amplos, mas destinados a coisas que não atingem a população mais necessitada, ou quando atingem o fazem numa proporção bem inferior àquela que seria possível (DOWBOR, 2015).

Os bancos ganham uma massa de dinheiro que provém de nossos impostos. Em 2012, ganharam com isso 213 bilhões de reais. Para ter uma referência, isso representa quase 5% do PIB e cerca de 8 vezes o que se distribui sob a forma de Bolsa Família, que tira 50 milhões de pessoas da pobreza. A massa de dinheiro transferida para os bancos vai para poucas famílias, na realidade um grupo restrito de rentistas – termo que designa alguém que ganha dinheiro com dinheiro, não com produção. É dinheiro que poderia ser transformado em melhor educação, mais saúde, expansão das infraestruturas, e, obviamente, bem-estar das famílias, razão inicial pela qual pagamos impostos (DOWBOR, 2015, p. 17).

Ao refletirmos sobre as taxas de juros, fica ainda mais clara a disparidade existente entre pessoas com poderes aquisitivos muito diferentes. Quem não tem condições financeiras e precisa comprar um imóvel acaba se utilizando de empréstimos, e conseqüentemente de altíssimas taxas de juros, de forma a fazer com que as parcelas sejam compatíveis com seu ganho. Porém, o valor a ser pago no final da quitação é muito superior ao valor do produto. Isso dá nome ao que o autor chama de pedágio financeiro, pois o produtor ganhará pouco pela venda do produto, o comprador comprometerá sua capacidade de compra por um longo período, e a instituição financeira ficará com o grande lucro sem ter produzido nada. Isso envolve a capacidade de consumo das famílias, que passam a gastar sua renda com dívidas (DOWBOR, 2015).

Sobre esse contexto recai a crítica de que as políticas públicas no Brasil aliam o acesso a políticas sociais a mecanismos financeiros que se destinam a outros propósitos e enriquecem cada vez mais os mais ricos. Tal arranjo justifica que a alteração do quadro brasileiro de miséria tenha acontecido ao mesmo tempo em que a desigualdade permanece. A desigualdade social pode impactar as famílias de duas formas. A primeira ocorre quando uma família demasiadamente pobre consegue ter dinheiro para comprar coisas que lhe faltam, havendo um

aumento de sua qualidade de vida. A segunda se dá quando uma família tem uma renda que lhe assegure adquirir tudo aquilo de que precisa, assim, o aumento da renda não interfere no consequente aumento de bem-estar. Quando o cenário passa a retratar esse mesmo fenômeno com famílias demasiadamente ricas, acontece de o aumento da renda acabar servindo para “comprar” força política e poder, provocando desequilíbrio nas instituições democráticas em nossa sociedade (DOWBOR, 2015).

Assim, a desestruturação da família e a forma como acontece a urbanização faz com que as políticas públicas sejam o meio mais eficaz de promover uma transformação social, de modo a garantir às famílias uma comunicação entre gerações que possa ser fonte de segurança. Segundo Dowbor, existe a necessidade de que o planejamento urbano e social seja feito de forma normativa, visando combater os interesses cada vez mais individualistas que permeiam nossa sociedade. Ou, parafraseando Bauman, trata-se de uma medida necessária para criar barreiras de contenção para nossa sociedade líquida, que se comporta como uma grande avalanche (DOWBOR, 2015; BAUMAN, 2003).

Nesse momento cabe mencionar o artigo de Tfouni e Moraes (2003) “A família narrada por crianças e adolescentes de rua: a ficção como suporte do desejo”, que propõe um estudo dos discursos narrativos, interpretados através da teoria psicanalítica lacaniana. O estudo colaborou para a compreensão de que crianças e adolescentes idealizam um modelo de família. Neste modelo, os sentimentos de segurança e proteção estão presentes quando existe uma boa condição socioeconômica na família e, também, quando há um membro que desempenhe atitudes e demonstrações de cuidados e afeto. É possível concluir, portanto, que uma condição socioeconômica favorável e cuidados são fatores importantes para que crianças e adolescentes se sintam seguros.

A instituição familiar pode ser considerada a primeira fonte básica de atenção à saúde, o que justifica a criação de políticas públicas de cuidado a famílias através do cuidado comunitário. O papel do Estado em promover a saúde pública é incontestável, porém não podemos deixar de considerar que a família também tem responsabilidades e que estas devem ser compartilhadas de acordo com o alcance de cada instituição, seja a familiar ou a estatal (SERAPIONI, 2005).

Outro aspecto fundamental acerca desse tema é a transformação que o conceito de família sofreu ao longo do tempo na sociedade ocidental. Segundo estabelecido no Artigo 266 da Constituição Federal de 1988, “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (BRASIL, 1988). Junto a isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei

Orgânica da Assistência Social e o Estatuto do Idoso também conceituam a família e seus membros como sujeitos de direitos. E a família, que antes era também caracterizada como unidade de produção, foi sofrendo modificações com os avanços da urbanização e industrialização (CARVALHO; ALMEIDA, 2003).

O conceito de família tem recebido maior atenção por parte dos programas governamentais, e hoje não se restringe às pessoas que têm laços consanguíneos. Agora a família é considerada como uma instância que se origina também por afinidade, relações afetivas e vínculos provenientes de relações entre pessoas que criam laços de convivência que muitas vezes geram obrigações mútuas, ou por relações decorrentes da convivência em um mesmo espaço. Contudo, ainda é comum a compreensão limitante e lesiva de que a família se forma apenas em decorrência de uma relação entre pessoas com laços consanguíneos (MEYER; KLEIN; FERNANDES, 2012).

Essas autoras desenvolveram um estudo na cidade de Porto Alegre, a partir de programas governamentais de inclusão social que têm a família como foco. O ensaio “Noções de família em políticas de ‘inclusão social’ no Brasil contemporâneo” revela aspectos importantes sobre o modo como as políticas públicas abordam e conceituam as famílias brasileiras que vivem em situações de vulnerabilidade social (MEYER; KLEIN; FERNANDES, 2012).

A concepção de família pode conter uma diversidade de configurações que em nada alteram as influências que a instituição familiar possui junto a cada um de seus membros. A responsabilidade das famílias como referência da formação de crianças e jovens e para a reprodução da cidadania é um tema ainda bastante estudado na comunidade científica, que hoje já apresenta um denominador em comum: a constatação de que a família é um organismo formador de indivíduos para a vida em sociedade. Para as autoras, as políticas públicas direcionadas para as famílias são compreendidas como “artefatos centrais de organização social”, posição que atribui a esse mecanismo de atuação pública todo o caráter normativo pertinente (MEYER; KLEIN; FERNANDES, 2012).

Os meios de avaliar as políticas públicas direcionadas às famílias devem considerar as relações de poder que podem emergir desses programas. Quando é proposto a uma família que ela viva de certo modo, com um caráter imperativo e pouco mediado pelos agentes públicos, pode ocorrer uma violência causada pela própria política pública em questão. Em contrapartida, a real necessidade da existência dessas estratégias de atuação pública junto a comunidades carentes, por exemplo, pode surtir muito efeitos positivos quando as ações

direcionadas à promoção de informação, saúde e educação indicam melhoras na qualidade de vida dessas famílias.

O estudo das autoras tem atribuído uma atenção especial às questões do gênero e vulnerabilidade ao trazer um questionamento perante as políticas públicas, no sentido de estarem aumentando ou mantendo a vulnerabilidade social ao lidarem com as famílias mediante concepções naturalizadas de família. Estas, além de restringirem as famílias concretas a um ideal estereotipado, também as condicionam a viverem de acordo com padrões não condizentes com suas reais necessidades, as que justificam a presença de programas e atuações governamentais voltadas a elas (MEYER; KLEIN; FERNANDES, 2012).

Também estudaram a atuação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Porto Alegre por desenvolverem o Programa de Atenção Integral à Família, que está dentro do Sistema Único de Assistência Social, através do Sistema de Proteção Social Básica. Como mencionado anteriormente, esta pesquisa também se faz presente nesse mesmo órgão público de Araraquara, responsável por atender aos moradores do Residencial dos Oitis, o chamado CRAS do CECAP. A rede de proteção básica desenvolve ações que vão desde o cadastramento das famílias para que sejam direcionadas a programas governamentais – caso se enquadrem nos quesitos necessários, como no caso do Programa Bolsa Família –, até o trabalho de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e trabalhos de prevenção a situações de risco (MEYER; KLEIN; FERNANDES, 2012).

De acordo com o documento da Política Nacional de Assistência Social (2004), a proteção básica da Assistência Social deve considerar os diversos arranjos familiares como referências para sua atuação com as famílias e também inferir que a família tem deveres e responsabilidades com seus membros, conforme explicitado no texto a seguir:

Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. O grupo familiar pode ou não se mostrar capaz de desempenhar suas funções básicas. O importante é notar que esta capacidade resulta, não de uma forma ideal e sim de sua relação com a sociedade, sua organização interna, seu universo de valores, entre outros fatores, enfim, do estatuto mesmo da família como grupo cidadão” (MDS, 2005, p. 35)

Há ainda outra denominação comumente utilizada pelos serviços de assistência social, a de família desestruturada, que seria aquela família que não proporciona condições para o

desenvolvimento saudável de suas crianças, recebendo essa denominação por diversos motivos. Estes abarcam a falta de uma figura materna ou paterna em um lar, as ocasiões em que ocorrem violência doméstica e outras violações de direitos humanos.

Ainda de acordo com as autoras Meyer, Klein e Fernandes (2012), os documentos dos programas direcionados às famílias reconhecidas por seus agentes como pobres ou desestruturadas parecem estar utilizando um conceito abrangente de família, reconhecendo-as através de relações que estão além de laços consanguíneos e também incluindo noções de gênero e raça/cor. Além disso, há ênfase no fato de que o reconhecimento da família passa pela apropriação de cada agente público que trabalha nessa rede de atenção às famílias. Esse reconhecimento é pautado pela própria história de vida dos agentes e de seus aprendizados.

Dentre as transformações que a família brasileira vem passando ao longo do tempo está a da pessoa de referência da família, na qual a presença da mulher tem ganhado força. A matricialidade sociofamiliar aparece com destaque dentro da Política Nacional de Assistência Social devido à compreensão de que para a família poder prevenir ou proteger seus membros ela deve estar amparada em condições ideais. O estudo de Meyer, Klein e Fernandes também apontou para essa nova configuração familiar em que sobressai a figura da mulher como uma tendência brasileira, e salientou o papel do Estado em lidar com essa demanda, conforme exposto na passagem a seguinte:

Assim, paradoxalmente, o mesmo Estado que reduz seu papel de provedor de bens e serviços precisa educar e qualificar mulheres dos grupos sociais menos favorecidos para que elas possam, então, assumir com a competência esperada essa posição de produtoras de “inclusão social” das crianças e dos jovens que integram seus núcleos familiares (MEYER; KLEIN; FERNANDES, 2012, p. 446).

Quando nos debruçamos sobre estudos que promovem a discussão aprofundada do conceito de família na sociedade ocidental contemporânea, praticamos o mesmo exercício que julgamos necessário fazer perante as políticas públicas que atendem a essa categoria. Compreender a complexidade e as múltiplas dimensões a que o conceito de família pode representar é fundamental para que a violência não seja reproduzida também nas formas de práticas de intervenções públicas.

Também para Dowbor (2015) as mudanças que acontecem nas sociedades com o passar dos anos atingem a família que, por sua vez, demonstra a mudança de sua estrutura em outras dinâmicas sociais. Ao mesmo tempo em que a família se fragiliza, a comunidade e a solidariedade social também o fazem, pois são fenômenos interligados.

Uma questão permanece: como a sociedade atual pode encontrar meios de se organizar de forma a superar essa crise? Bauman (2003) fala da ausência de sentidos nas sociedades modernas; Dowbor discorre sobre a necessidade de dar sentido às coisas, sentido que foi se perdendo ao longo do caminhar de nossa sociedade capitalista, conforme lemos na passagem a seguir:

De certa maneira, o sentido das coisas se resgata em uma articulação mais ampla dos diversos universos – do indivíduo, da família, da comunidade, do trabalho, das esferas econômicas, políticas e culturais. Os sentimentos de perda de iniciativa e de controle sobre nossas vidas, de individualismo feroz, de vale-tudo por dinheiro, são particularmente absurdos, pois o enriquecimento da sociedade permitiria, justamente, dispormos de mais tempo para a família e de mais convívio social em clima menos violento (DOWBOR, 2015, p. 21).

Emerge a necessidade da sociedade, como um organismo sólido, atuar de forma a repensar sua estrutura e propor alternativas que sejam realizadas de forma coletiva. É dessa forma abstrata e já fora das grades desse mundo que pode-se criar e recriar a forma de se relacionar em comunidade:

E temos, obviamente, de fechar o imenso fosso social que o processo capitalista está gerando entre ricos e pobres. Não haverá paz social, não haverá tranquilidade nas ruas, não haverá convívio enriquecedor nas comunidades enquanto dezenas de milhões de pessoas continuarem em uma miséria dramática e revoltante. E a família? A família tem justamente de ajudar na reconstrução desse entorno econômico, social, urbanístico, trabalhista e cultural que a viabilize. Não bastam discursos ideológicos de que a família é o esteio da sociedade. É preciso viabilizá-la, e com isto viabilizar a própria sociedade desnordeada que criamos (DOWBOR, 2015, p. 25).

De acordo com Bauman (2003) a palavra comunidade, além de expressar um significado, tem o poder de nos remeter a sensações. Para ele, comunidade é um conceito que representa uma coisa boa, um sentimento de pertencer a um lugar e de poder contar com a colaboração mútua das pessoas que ali estão. Em linhas mais brandas, Bauman diz que comunidade “é o tipo de mundo que não está, lamentavelmente, ao nosso alcance – mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir” (BAUMAN, 2003, p. 9).

Com o surgimento do modo capitalista de produção foi evidenciado o primeiro rompimento abrupto de uma comunidade, pois a transformação do trabalho, que antes era destinado à subsistência de uma família, passou a atender outros objetivos, não mais aquele de obter alimentos e o que mais fosse necessário dentro de uma casa ou comunidade. Praticamente o mesmo fenômeno está acontecendo com as famílias. O sistema capitalista

passa a transformar o que antes era chamado de esforço em trabalho destinado a obtenção de lucros. Estes, por sua vez, são destinados à manutenção de algo que escapa à simplicidade das relações do homem com seu esforço, com o meio em que habita e com outros homens. As interações passam a obedecer a outro critério, passam a se liquefazer e esvair-se na perda de sentidos (BAUMAN, 2003).

Os sentidos dados às relações humanas sofreram modificações que foram custosas. Num primeiro momento, entramos em conflito com nossos próprios impulsos de nos relacionarmos com o mundo de forma a atender nossos desejos e necessidades. O resultado disso foi que o mundo se preencheu de pessoas frustradas, vazias de si mesmas. A identidade torna-se, então, a forma de substituir a comunidade, e Bauman trata a procura por uma identidade como a busca pela diferenciação. Esta busca, ao mesmo tempo em que tende a separar as pessoas, confere a elas a sensação de pertencimento (BAUMAN, 2003).

A comunidade, para Bauman, pode ser compreendida de acordo com o modo como foi construída e com as pessoas que ela contém. Dessa forma, a comunidade das elites é fortemente distante e diferente da comunidade dos pobres e excluídos. Desconstruir tais comunidades é um processo simples dentro de uma modernidade líquida onde os vínculos com a comunidade são voláteis. Por outro lado, outras comunidades são formadas de maneira instantânea e com base no consumo imediatista. Bauman considera os chamados guetos como lugares de onde não se pode sair, ou seja, são espaços onde a perda da liberdade é inerente aos marginalizados e excluídos. O gueto não consegue tornar-se uma comunidade por ser estigmatizado e visto por muitos como uma zona desqualificada dentro da cidade (BAUMAN, 2003).

De certa forma, as comunidades são organizações restritas e permeadas por significados que vão além do que reconhecemos atualmente. O real sentimento de identificação com um grupo e com um local é algo que está se extinguindo nas sociedades modernas. Assim o conhecimento sobre isso, por estar se dissipando, é buscado diariamente em movimentos de mãos que tentam alcançar e agarrar algo que lhes é necessário, porém desconhecido.

Bauman fala da liquidez de nossos tempos e de nossas relações, ao ponto de chegar à discussão que abriga nosso reconhecimento histórico no mundo e no tempo. Trata-se de uma identidade percebida de forma subjetiva, mas que é parte do nosso quebra cabeça enquanto humanos permeados pelas mais infundáveis questões, elas também subjetivas (BAUMAN, 2003). É assim que o autor polonês revela a importância da comunidade real como meio de

autorreconhecimento e de transformação do homem na vida em sociedade. Em comunidades reais as relações são autênticas e sólidas, não há comunidades reais onde se vive em tempos líquidos.

Isso posto, retomemos a questão do protagonismo das famílias dentro de suas comunidades. Trata-se da instituição responsável pela formação de seus membros, juntamente a outras instâncias como as educações formal e informal. É necessário que os vínculos sejam intensificados e que as políticas de proteção social sejam aperfeiçoadas, no sentido de conferir aos seus agentes públicos uma formação condizente com o papel que vão desempenhar junto a famílias vulneráveis.

Para viabilizar essa construção que propomos é fundamental que família, comunidade e poder público estejam engajados num mesmo objetivo. Acreditamos que o problema com o qual lidamos seja imenso, e que a possível solução esteja mais atrelada à disposição de tempo e interesse. Tempo de convivência e de permanência, um tempo onde as políticas públicas, através de seus agentes, se disponham a conviver lado a lado com famílias que necessitam de sua atenção, de forma a objetivar a formação de comunidades com autonomia e direitos assegurados.

5. A CIDADE DE ARARAQUARA E O RESIDENCIAL DOS OITIS

Sem fugir de um padrão dominante que caracteriza as cidades brasileiras e suas periferias urbanas, Araraquara detém um cenário urbano que acusa problemas de segregação sócio espacial e violência urbana que atingem todo o território brasileiro. A expansão urbana da cidade de Araraquara foi pautada por interesses econômicos e o padrão de formação dos espaços urbanos da cidade foi evidenciado através das distinções entre centro e periferias e entre ricos e pobres, que se inscrevem nos espaços urbanos obedecendo a um padrão de separação territorial (VALE, 2005).

Dentro dos bairros da cidade de Araraquara está o Jardim Iguatemi, onde fica situado o Residencial dos Oitis. Não foram encontradas informações específicas envolvendo a história de formação desse bairro; sobre esse aspecto, as informações obtidas neste estudo foram recolhidas através do contato e de entrevistas realizadas com dois moradores antigos do bairro.

Para ilustrar o panorama urbano, social e político da cidade de Araraquara e do Residencial dos Oitis, inicialmente o presente capítulo compreende a caracterização da cidade de Araraquara e expõe alguns dados relevantes, como o perfil demográfico da população e alguns dos sistemas de proteção existentes no município. Num segundo momento, o capítulo volta-se ao Residencial dos Oitis e apresenta suas características e demais dados obtidos através de documentos oficiais que contribuem para a análise e para o estudo sociológico dos problemas que existem nesse espaço urbano.

Os serviços públicos presentes no bairro, e que atendem aos moradores do conjunto habitacional também foram expostos neste capítulo e compõem parte da discussão sobre a atuação dos sistemas de proteção social nessa localidade.

Os conteúdos expostos neste momento visam fornecer dados e informações que contribuam para a reflexão sobre a situação social presente da cidade de Araraquara e, sobretudo, do Residencial dos Oitis. Além de dados estatísticos, foram levantados documentos oficiais que permitiram a análise mais aprofundada da realidade desse conjunto habitacional, como o panorama de apartamentos evadidos, o índice referente à escolarização dos moradores e o número de integrantes por apartamento.

Desse modo ficam concentrados nesta parte da dissertação as informações e estudos que contribuem para um desenho específico do Residencial dos Oitis em sua relação com o bairro do Jardim Iguatemi e com a cidade de Araraquara.

5.1 A cidade de Araraquara e aspectos de urbanização

Araraquara é uma cidade do interior paulista com uma extensão territorial de 1.003,625 km². De acordo com o censo demográfico de 2010 a população da cidade correspondia a 208.662 habitantes e, segundo estimativas do IBGE, a população estimada da cidade¹ no ano de 2015 corresponde a 226.508 habitantes. Dentre os municípios brasileiros, Araraquara encontra-se na 14^o posição do índice de desenvolvimento humano (IDH), sendo considerada uma das melhores cidades brasileiras para se viver conforme o referido estudo.

Tratando-se da urbanização da cidade de Araraquara, destaca-se o período que se iniciou nos anos 1940, quando a população urbana atingiu os mesmos números da população rural, ultrapassando-a em meados dos anos 1950. Nesta década a cidade apresentou um ritmo de crescimento e de expansão urbana acelerado devido ao desenvolvimento econômico da região, principalmente no ramo citro-sucroalcooleiro. Nesse mesmo período o espaço urbano passou a ser valorizado e os proprietários de terras rurais passaram a praticar o comércio de terras, transformando áreas rurais em lotes urbanos (CINTRÃO, 2004 apud VALE, 2005).

Adiante, principalmente após a década de 1980, foram surgindo novos bairros periféricos através de loteamentos populares e de núcleos residenciais formados pela população de baixa renda. Esse período iniciou uma expansão urbana bastante difusa que se pronuncia até os tempos atuais (VALE, 2005). O crescimento urbano foi contínuo e o Censo demográfico de 2010 apontou que cerca de 97% da população de Araraquara (202.504 mil pessoas) está vivendo em centros urbanos; no Estado essa taxa foi de 95,9% (IBGE, 2010).

Sobre o bairro do Jardim Iguatemi – onde situa-se o Residencial dos Oitis – foram obtidas, como já relatamos, informações junto a dois moradores antigos que moram na região há 20 e 30 anos e que participaram de entrevistas. De acordo com eles inicialmente existiu o bairro do CECAP I nessa região de Araraquara, posteriormente surgiu o CECAP II e então o bairro do Jardim Iguatemi. Os bairros estão situados numa antiga zona rural que foi sendo urbanizada ao longo dos anos.

[...] Tem história aqui. Na minha casa se acordava, abria a janela, o cavalo estava lá dentro, a vaca, o boi. Quer dizer que quando eu mudei aqui, isso aqui era sítio, não tinha asfalto na rua. Você ia trabalhar e punha um sapato num pé e levava um na bolsa, se chovesse era melhor você ir de bota (MORADOR BAIRRO 1).

¹ As estimativas da população residente nos municípios brasileiros foram elaboradas com base na projeção para cada município e incorpora os resultados dos parâmetros demográficos calculados com base nos resultados do Censo Demográfico 2010 e nas informações mais recentes dos registros de nascimentos e óbitos.

[...] Antigamente aqui era só CECAP I, então era um pessoal que foi mudando aqui logo no comecinho, depois foi feita a CECAP II, [...] Depois teve o Iguatemi lá em cima. (MORADOR BAIRRO 1).

Os moradores entrevistados relataram que, para eles, a sensação de segurança nos bairros mudou quando o Residencial dos Oitis surgiu na região. A mudança foi sentida com maior intensidade na localidade da praça que fica situada entre os bairros e é uma zona de passagem constante dos moradores locais. Segundo os entrevistados a praça tornou-se uma zona de insegurança.

Chegou uma época aí que minha filha mais velha, passando na praça, eles cobraram pedágio. [...] Chegou de ela vim brincar com a pequena e eles pedirem pra ela sair da praça, que estava atrapalhando a venda deles, o negócio deles. E ela teve que sair da praça (MORADOR BAIRRO 2).

Sobre o tema, se estendeu o primeiro morador entrevistado:

Olha, antigamente quando a gente saía eu tinha que atravessar a praça para ir ao mercado, [...] o comércio é para lá. Eu ia sem problema, sem medo, sem receio nenhum, [...] Depois do Oitis, eu não atravesso mais aquela praça, porque eu não sei, eu tenho medo! Uns falam que eles cobram pedágio, outros falam isso. Para mim, nunca aconteceu, mas você olha, você nunca viu, você volta para trás. Mudou muito o geral da praça depois deles aqui, porque você passou a não conhecer mais, vamos pôr, como o problema do seu bairro. Porque a gente passava ali e já sabia quem era quem, conhece até a família, agora você não sabe quem é, você não sabe o que eles vão fazer. E como eles mesmos já destroem tudo, eles quebram todas as lâmpadas, depois é escuro. Então como é que você vai para cima, ou lá no mercado. Eu não vou sete horas da noite no mercado, e eu ia antes, porque eu sabia quem eu ia encontrar ali, agora eu não sei (MORADOR BAIRRO 1).

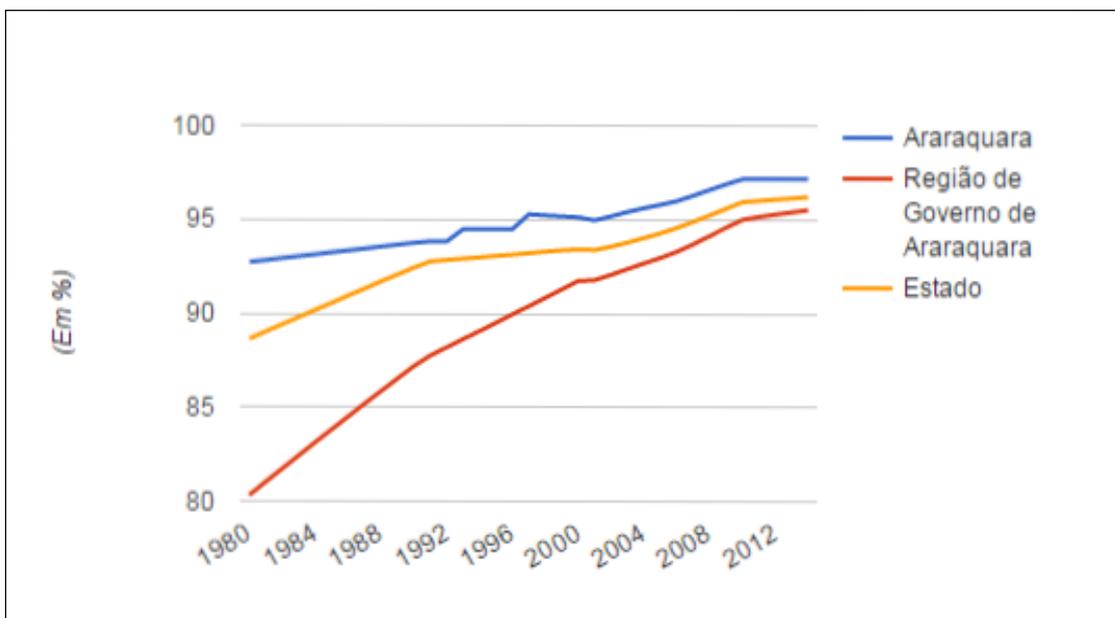
Quanto às condições de habitação da cidade de Araraquara, destacam-se os seguintes dados: no ano de 2010 cerca de 73,8% dos domicílios eram próprios e 20,3% eram alugados. A densidade de habitantes por domicílio, no mesmo ano, foi de 3,04 habitantes, enquanto que no Estado foi de 3,22 habitantes por domicílio (IBGE, 2010). No ano de 2013, 88,89 % dos domicílios em Araraquara foram considerados “com espaço suficiente²”. E 96,69% dos domicílios foram considerados “com Infraestrutura Interna Urbana Adequada³”.

² Proporção de domicílios com pelo menos quatro cômodos, sendo um deles banheiro ou sanitário, sobre o total de domicílios permanentes urbanos. Este é o tipo de moradia considerado de composição mínima, para execução das funções básicas a toda moradia. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Fundação Seade (2013).

³ Proporção de domicílios que dispõem de ligação às redes públicas de abastecimento (água e energia elétrica) e de coleta (lixo e esgoto), sendo a fossa séptica a única exceção aceita no lugar do esgoto, sobre o total de domicílios permanentes urbanos. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Fundação Seade (2013).

Em 2014, Araraquara apresentou um grau de urbanização de 97,16%⁴, de acordo com dados disponibilizados pelo SEADE. A comparação com os demais anos anteriores está demonstrada no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Grau de Urbanização (Em %) – 1980-2014



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Fundação Seade

A história de Araraquara foi demarcada por uma política urbana pautada no mercado imobiliário, que orientou o crescimento da cidade. Dessa forma, Araraquara é caracterizada por um modelo de expansão horizontal em praticamente todas as suas extremidades, que são tomadas por loteamentos, sendo que a verticalização da cidade se dá nos centros urbanos (VALE, 2005).

O primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana e Ambiental de Araraquara foi oficialmente instituído através da Lei Complementar nº 350 de 27 de dezembro de 2005. No ano de 2014, a cidade de Araraquara teve um novo Plano Diretor.

Em 2011, ano em que foi construído o Residencial dos Oitis, estava em vigor o plano diretor de 2005. Este documento preconizava que a implementação da política urbana devia contemplar a inclusão social, a participação democrática e a cidade moderna. Dessa forma, através da elaboração de um plano diretor formalmente constituído, a cidade passou a contar

⁴ Percentual da população urbana em relação à população total. É calculado, geralmente, a partir de dados censitários, segundo a fórmula: Grau de Urbanização = (População Urbana / População Total) x 100. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Fundação Seade (2013).

com diretrizes e normas para seu planejamento, que estão diretamente ligadas ao planejamento urbano (PLANO DIRETOR DE ARARAQUARA, 2005). O território do Residencial dos Oitis, seguindo as considerações do Plano Diretor de 2005, foi situado em uma Zona Predominantemente Residencial (ZOPRE), como uma área especial de interesse urbanístico (AIEU). As ZOPREs são áreas urbanas destinadas ao uso residencial, onde predominam habitações unifamiliares e multifamiliares com densidades populacionais variáveis. O território do Residencial dos Oitis, seguindo as considerações do Plano Diretor de 2005, está indicado nas figuras abaixo:

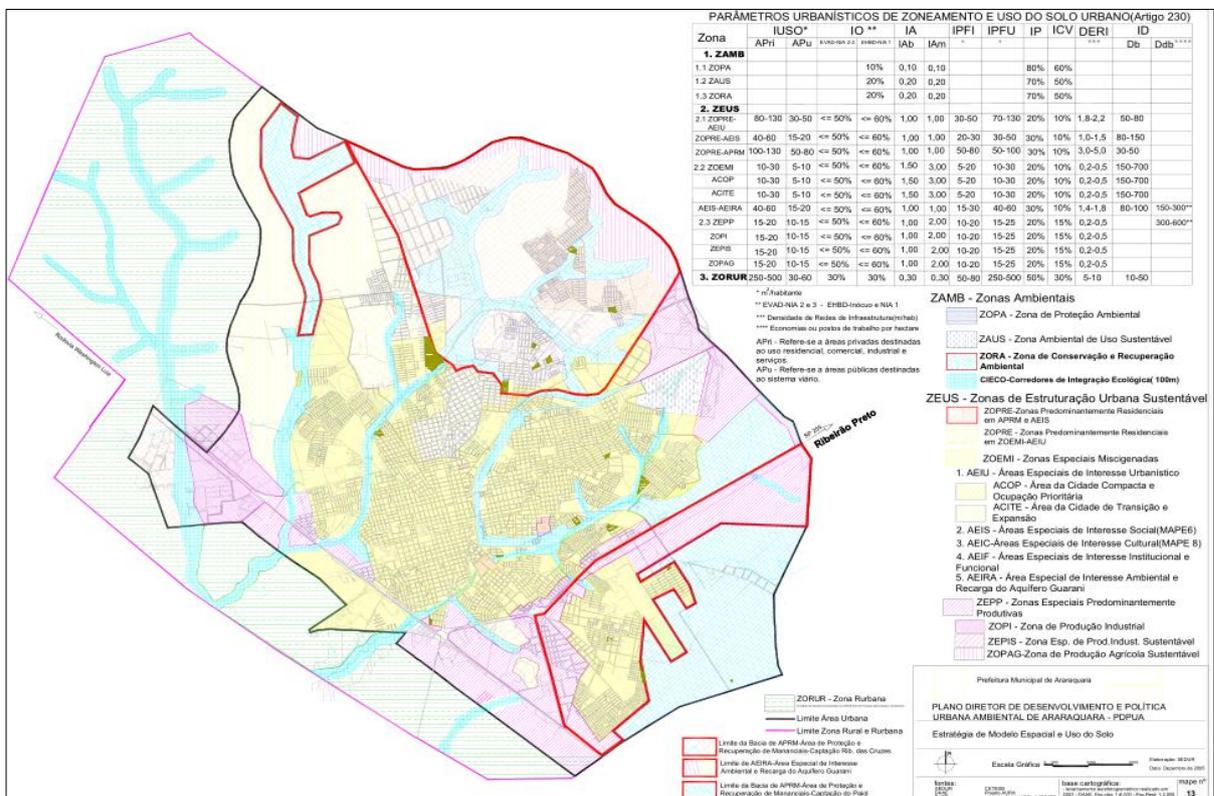
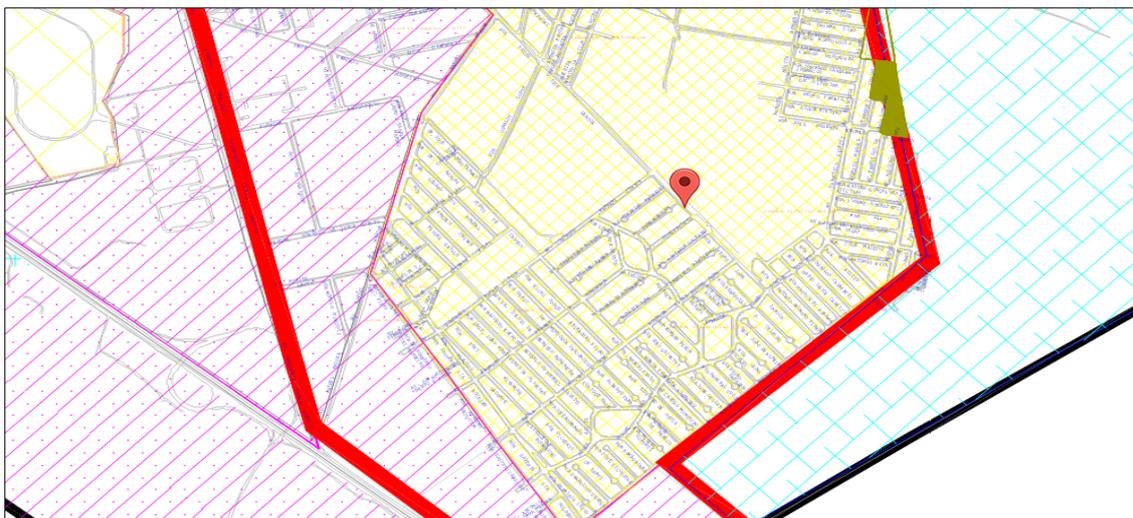


Figura 1 - Mapa de Estratégia do Modelo Espacial e Uso do Solo

Fonte: Plano Diretor de Araraquara (2005)

Figura 2 - Residencial dos Oitis identificado no Mapa de Estratégia do Modelo Espacial e Uso do Solo.



Fonte: Plano Diretor de Araraquara (2005).

Fonte: Plano Diretor de Araraquara (2005)

Em Araraquara, as políticas habitacionais realizadas pela Secretaria Municipal de Habitação devem seguir as diretrizes dos Programas do Governo Federal. Através do Programa Minha Casa Minha Vida foram criadas 1292 unidades habitacionais entre os anos de 2010 e 2011. Está em andamento mais um projeto habitacional que contará com 1432 unidades habitacionais. A relação existente entre as habitações construídas através do Programa Minha Casa Minha Vida em Araraquara está exposta no quadro abaixo⁵.

Ano	Empreendimento	Nº de unidades habitacionais	Bairro	Situação
2013	Valle Verde	1.992	Selmi Dey V	Em processo
2011	Laura Molina	1.361	Selmi Dey V	Processo concluído
2011	Residencial dos Oitis	256	Iguatemi	Processo concluído
2010	Residencial São Rafael II	498	São Rafael II	Processo concluído

Os critérios para o sorteio das moradias construídas através do Programa Minha Casa Minha Vida foram questionados junto à Secretaria Municipal de Araraquara, que explicou que o processo obedece aos critérios do Cadastramento Único – conforme já exposto em capítulos anteriores –, que identifica a renda, a presença de membros com deficiências, de mulheres consideradas “arrimo de família”, dentre outros. As pessoas com maiores pontuações nos critérios do CadÚnico têm prioridade nos sorteios. Também foi questionada a quantidade de

⁵ Os dados foram obtidos junto à Secretaria Municipal de Habitação de Araraquara.

membros por moradia, ou seja, se há um limite para o número de pessoas que vão morar em determinada casa ou apartamento. A resposta obtida foi que não há.

5.1.1 Perfil social dos habitantes

Com relação às condições de vida dos habitantes da cidade de Araraquara, destaca-se o estudo do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) do ano de 2010. Segundo dados do IPVS 2010⁶, a renda domiciliar média da população correspondeu a R\$ 2.696,00 naquele ano. O mesmo estudo apontou que cerca de 10% dos habitantes de Araraquara tinham uma renda correspondente a até meio salário mínimo per capita.

O IPVS cuidou de dividir as zonas da cidade de Araraquara em sete grupos, de acordo com o índice de vulnerabilidade das populações locais, conforme os quadros abaixo:

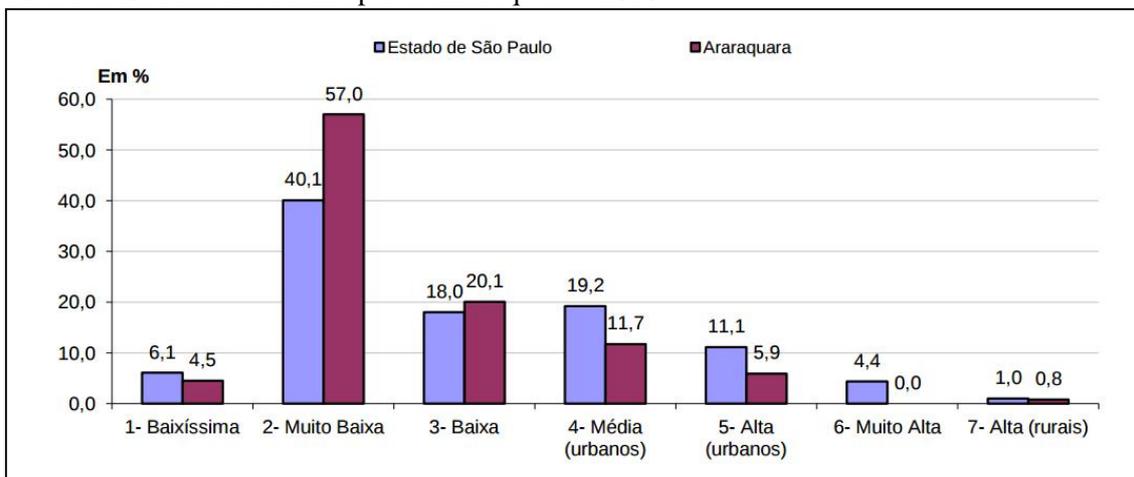
Figura 3 - Indicadores que compõem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS

Indicadores	Total	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social						
		1 - Baixíssima	2 - Muito baixa	3 - Baixa	4 - Média (urbanos)	5 - Alta (urbanos)	6 - Muito alta (aglomerados subnormais)	7 - Alta (rurais)
População (nº abs.)	206.787	9.271	117.934	41.483	24.215	12.174	-	1.710
População (%)	100,0	4,5	57,0	20,1	11,7	5,9	-	0,8
Domicílios particulares	68.625	3.712	40.114	13.601	7.183	3.544	-	471
Domicílios particulares permanentes	68.587	3.711	40.095	13.588	7.179	3.543	-	471
Número médio de pessoas por domicílio	3,0	2,5	2,9	3,0	3,4	3,4	-	3,6
Renda domiciliar nominal média (em reais de agosto de 2010)	2.696	5.512	2.921	2.207	1.643	1.412	-	1.154
Renda domiciliar <i>per capita</i> (em reais de agosto de 2010)	897	2.226	997	724	487	411	-	318
Domicílios com renda <i>per capita</i> de até um quarto do salário mínimo (%)	1,9	0,2	1,1	2,2	4,1	6,2	-	9,8
Domicílios com renda <i>per capita</i> de até meio salário mínimo (%)	10,4	2,3	7,2	12,1	19,7	25,6	-	38,2
Renda média das mulheres responsáveis pelo domicílio (em reais de agosto de 2010)	1.090	2.544	1.177	817	583	525	-	562
Mulheres responsáveis com menos de 30 anos (%)	13,1	25,2	9,0	20,8	10,4	18,3	-	9,3
Responsáveis com menos de 30 anos (%)	12,5	18,7	9,0	19,9	12,2	18,7	-	7,6
Responsáveis pelo domicílio alfabetizados (%)	96,2	99,2	97,4	96,5	91,0	91,0	-	84,7
Idade média do responsável pelo domicílio (em anos)	48	49	51	42	46	42	-	49
Crianças com menos de 6 anos no total de residentes (%)	6,9	4,6	5,5	8,9	8,6	10,8	-	7,3

Fonte: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, 2010.

⁶ A versão de 2010 do IPVS começou a ser feita através da análise do questionário do Censo de 2010, selecionando variáveis associadas ao conceito de vulnerabilidade e pobreza, posteriormente os grupos foram ordenados em sete divisões que retratam as zonas de vulnerabilidade das cidades estudadas. O IPVS pode ser considerado um indicador que compreende a segregação espacial, como algo maléfico aos centros urbanos, por ser propulsora e mantenedora da desigualdade social (IPVS, 2010).

Gráfico 2 - Comparação da cidade de Araraquara com o Estado de São Paulo:
Estado de São Paulo e Município de Araraquara – 2010



Fonte: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, 2010.

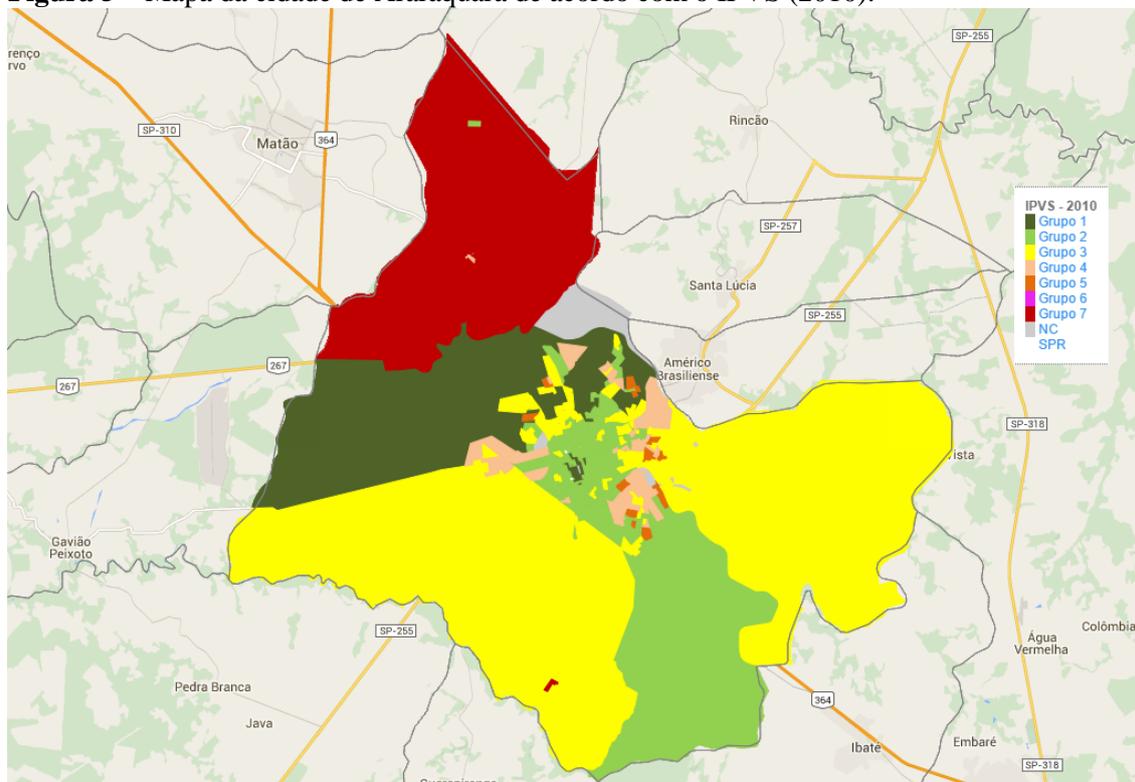
De acordo com o IPVS de 2010, Araraquara aparece diferenciada segundo esse indicador:

Figura 4 - Grupos do IPVS 2010 – setores censitários com mais de 50 domicílios

Grupos	Dimensões		IPVS2010	Situação e tipo de setores por grupo
	Socioeconômica	Ciclo de vida familiar		
1	Muito alta	Famílias jovens, adultas e idosas	Baixíssima vulnerabilidade	Urbanos e rurais não especiais e subnormais
2	Média	Famílias adultas e idosas	Vulnerabilidade muito baixa	Urbanos e rurais não especiais e subnormais
3	Média	Famílias jovens	Vulnerabilidade baixa	Urbanos e rurais não especiais e subnormais
4	Baixa	Famílias adultas e idosas	Vulnerabilidade média	Urbanos não especiais e subnormais
5	Baixa	Famílias jovens em setores urbanos	Vulnerabilidade alta	Urbanos não especiais
6	Baixa	Famílias jovens residentes em aglomerados subnormais	Vulnerabilidade muito alta	Urbanos subnormais
7	Baixa	Famílias idosas, adultas e jovens em setores rurais	Vulnerabilidade alta	Rurais

Fonte: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, 2010.

Figura 5 – Mapa da cidade de Araraquara de acordo com o IPVS (2010).



Fonte: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, 2010.

De acordo com as informações do IPVS 2010, o grupo 1 foi considerado como o de baixíssima vulnerabilidade e reuniu cerca de 9.721 pessoas com rendimento médio nos domicílios de R\$5.512,00, o que correspondeu à época a somente 4,5% do total da população. A idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 49 anos e os menores de 30 anos correspondiam a cerca de 18,7%. As mulheres chefes de domicílios com menos de 30 anos correspondiam a 25,2% do total, e as crianças menores de seis anos eram cerca de 4,6% da população deste primeiro grupo.

O grupo 2, denominado grupo de vulnerabilidade muito baixa, integrava 117.934 pessoas que correspondiam a 57% do total da população estudada. O rendimento médio dos domicílios foi de R\$ 2.921,00. A idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 51 anos e 9% das pessoas tinham menos de 30 anos de idade. As crianças com menos de 6 anos equivaliam a 5,5% do total da população.

O grupo 3, considerado como o grupo de vulnerabilidade baixa, abrigou 41.483 pessoas, atingindo 20,1% do total. O rendimento médio dos moradores desse grupo correspondeu a R\$ 2.207,00. A idade média dos moradores responsáveis pelos domicílios era de 42 anos, e os menores de 30 anos correspondiam a 19,9% das pessoas. Cerca de 20,8% das

mulheres deste grupo tinham idade igual ou inferior a 30 anos, e as crianças menores de 6 anos correspondiam a 8,9% do total da população.

O grupo 4 foi apontado como o grupo de vulnerabilidade média nos setores urbanos e congregava cerca de 24.215 pessoas, totalizando 11,7% do total. O rendimento nominal médio dos domicílios dentro desse grupo era de R\$1.643,00. A idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 46 anos e os menores de 30 anos representavam 12,2% da população deste grupo. Cerca de 10,4% das mulheres chefes de domicílio tinham até 30 anos e a porcentagem de crianças com menos de 6 anos correspondia a 8,6% do total da população.

Já o grupo 5 foi considerado como o grupo de vulnerabilidade alta no setor urbano e somava 12.174 pessoas (5,9% do total). O rendimento nominal médio nesse grupo foi de R\$ 1.412,00. A idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 42 anos e os menores de 30 anos correspondiam a 18,7%. Cerca de 18,3% das mulheres chefes de domicílio tinham até 30 anos e as crianças com menos de 6 anos de idade chegava a 10,8% do total.

O grupo 6 foi denominado o grupo de vulnerabilidade muito alta e aglomerados subnormais. Segundo o IPVS 2010, Araraquara não apresentou zonas que obedecessem aos critérios que as encaixassem nesse grupo. Por fim, o grupo 7, denominado grupo de vulnerabilidade alta nos setores rurais abrigou cerca de 1.710 pessoas, totalizando 0,8% do total. O rendimento nominal médio dos domicílios dentro desse grupo foi de R\$1.154,00 e em 38,2% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. A idade média dos responsáveis pelos domicílios foi de 49 anos e os menores de 30 anos correspondiam a 7,6% das pessoas desse grupo. As mulheres chefes de domicílio com idade igual ou inferior a 30 anos eram 9,3% do total. Já as crianças com menos de 6 anos correspondiam a 7,3%. Desse modo o IPVS 2010 indicou as condições de vida dos habitantes de Araraquara.

Com relação aos índices de violência, existem poucos documentos oficiais que retratam a realidade de Araraquara e demais municípios do interior paulista. A maioria dos estudos se restringe às esferas estaduais e nacionais. De acordo com o relatório da Secretaria de Direitos Humanos, que produz o IHA (Índice de Homicídios na Adolescência), a cada 1.000 adolescentes que completaram 12 anos em Araraquara no ano de 2012, 0,61 não chegaram aos 19 anos de idade (MELO & CANO. Org., 2014). Segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, em 2014 Araraquara apresentou o índice de 8,56 homicídios a cada 100 mil habitantes. Quanto ao sistema prisional, Araraquara tem capacidade para 1061 presos, e em dezembro 2015 atingiu o número 1142 presos, correspondendo a 0,50% da população total da cidade (SAP, 2015).

5.1.2 Os Sistemas de Proteção Social em Araraquara

No que diz respeito aos sistemas de proteção de assistência social, saúde e educação, em Araraquara temos o seguinte panorama de serviços públicos: O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que está relacionado com a proteção social básica, e conta com oito Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), instalados em áreas de vulnerabilidade social alta. As áreas de abrangência dos CRAS atendem a 71 bairros e possuem cerca de 25 mil famílias referenciadas. O CRAS que abrange o bairro do Jardim Iguatemi, onde está situado o Residencial dos Oitis, é o chamado CRAS Beatriz Rama Porsani, localizado no bairro do CECAP. Quanto aos serviços de proteção social especial, Araraquara possui um Centro de Referência Especializado de Assistência Social, o Serviço de Plantão Social, uma Casa Transitória (serviço de albergue para moradores de rua) e um Centro Pop (Centro Especializado de Atendimento à População de Rua) (ARARAQUARA, 2015).

Em relação à rede de municipal de saúde, existem 43 estabelecimentos de saúde em Araraquara, conforme dados do IBGE (2014). Dentre os estabelecimentos de saúde, existem dez Centros Médicos Sociais e Comunitários (CMSC), sendo o que o Residencial dos Oitis é atendido pelo CMSC Jardim Iguatemi “Enf.^a KimikoYuta”, localizado próximo ao residencial, no bairro do Jardim Iguatemi. Há dezenove Equipes de Saúde da Família (ESF) localizadas no município. Contudo, não há serviço de ESF direcionado ao bairro do Jardim Iguatemi e, conseqüentemente, aos moradores do Residencial dos Oitis. Os serviços de emergência estão divididos em seis unidades distintas. A rede de atenção à saúde mental conta com seis modalidades de serviços, incluindo o CAPS –AD (Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas). Por fim, a cidade conta com uma maternidade localizada na região central (ARARAQUARA, 2015).

Sobre o sistema público educacional de Araraquara, os dados apontam que dentro da rede municipal existem 41 creches e 14 escolas municipais de ensino fundamental, um núcleo de educação para jovens e adultos e três centros de educação complementar. Já a rede estadual comporta 30 escolas de ensino fundamental e médio e uma universidade pública estadual⁷.

⁷ Informações obtidas através de contato com agentes administrativos das secretarias municipais e estaduais de educação da cidade de Araraquara.

5.2 O residencial dos Oitis

O Residencial dos Oitis tornou-se objeto de interesse de pesquisa ainda no ano de 2013, quando, como orientadora social do Cento de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) de Araraquara, passei a percorrer todo o território da cidade para a realização do serviço de Abordagem Social⁸.

Dentre todas as zonas periféricas (ou não) da cidade, o Residencial dos Oitis foi o local que causou mais impacto. O medo narrado por alguns profissionais em trabalhar no residencial foi alvo de interesse, mas não é a questão mais grave a ser exposta quando falamos sobre o Residencial dos Oitis. O ponto crucial que despertou atenção foi o modo como as pessoas vivem ali dentro. É como se o muro que separa os quatro prédios fosse também simbólico, dando a impressão de que o Residencial dos Oitis tivesse sido sitiado na cidade.

As crianças que moram no Residencial são vistas brincando numa área totalmente descuidada e suja. O uso de drogas acontece ao ar livre, frente a todos os moradores e a quem se aproxime das grades. A grande quantidade de lixo e de sujeira acumulados dentro do Residencial acaba se tornando um “adorno” compatível com sua imagem no bairro do Jardim Iguatemi. Tudo isso é visto por todos os transeuntes, dando força à denominação utilizada, “condomínio de vidro”, por conter grades que apenas separam-no do resto da cidade de forma simbólica, pois seus problemas são expostos escancaradamente.

Foram essas as situações que serviram de motivação para a realização desta pesquisa: tornar um espaço urbano marginalizado, como o do Residencial dos Oitis, foco de interesse público e acadêmico, e conferir a essa problemática toda sua importância dentro da sociedade em que vivemos.

5.2.1 O Residencial dos Oitis: caracterização e problematização

O residencial dos Oitis é um conjunto habitacional da cidade de Araraquara, localizado à rua Pedro José Larocca, nº 2.865, no bairro Jardim Iguatemi, situado na região sul da cidade. É constituído por dezesseis prédios de quatro andares comportando o total de 256 apartamentos, sendo a área de cada apartamento correspondente a 43,03 m².

⁸ O serviço de abordagem social é realizado por uma equipe de educadores sociais que identifica famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social em espaços públicos, como: trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de crack e outras drogas e demais situações que caracterizem a violação de direitos humanos (MDS, 2015).

Figura 7 – Localização do Residencial dos Oitis através de imagem de satélite.



Fonte: Google Maps¹¹.

Figura 8 - Vista aérea do Residencial dos Oitis no término das obras.



Fonte: Jornal O Imparcial¹².

¹¹ Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/place/Av.+Pedro+Jos%C3%A9+Laroça+-+Jardim+Santa+Marta,+Araraquara+-+SP>> modo satélite. Acesso em: 7 jul. 2015

¹² Disponível em: <<http://www.jornaloimparcial.com.br/v2/?menu=&tpconteudo=artigo&id=1680&idc=3.>>

Acesso em: 22 jun. 2015

Figura 9 - Fachada dos apartamentos do Residencial dos Oitis logo em sua inauguração.



Fonte: Fotografia: Sergio-Pierri, 2011¹³.

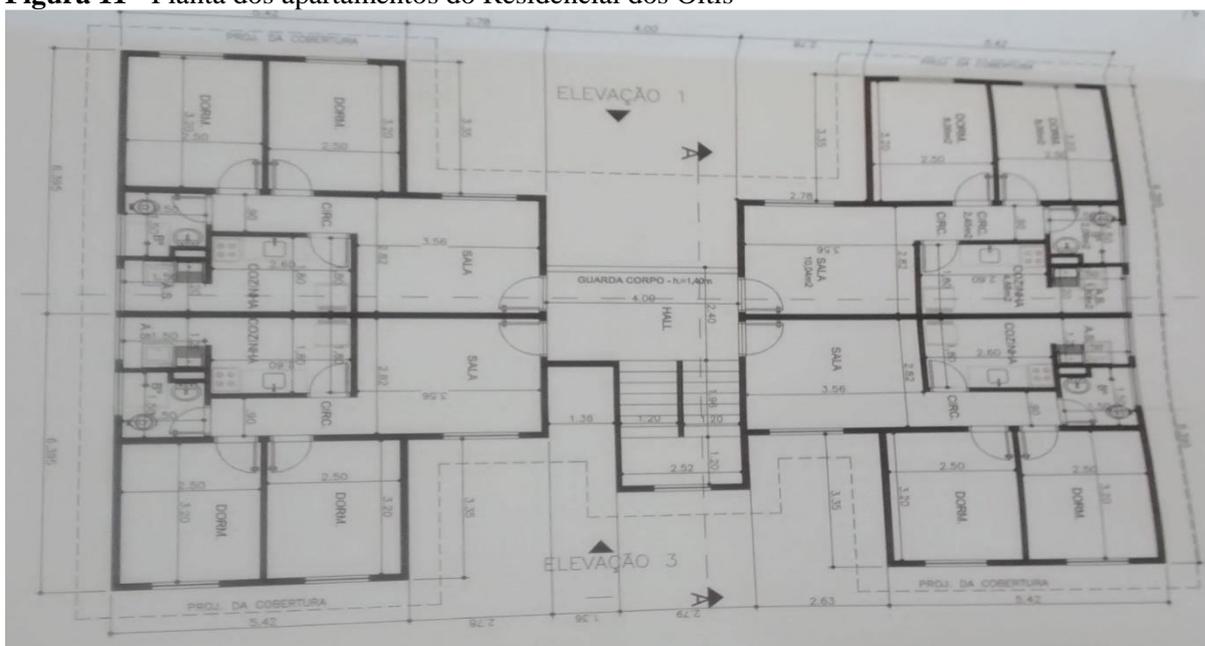
Figura 10 - Residencial dos Oitis (foto atual)



Fonte: Fotografia tirada pela autora.

¹³ Disponível em : <<http://www.jornaloimparcial.com.br/v2/?menu=&tpconteudo=artigo&id=2036&idc=3.>>
Acesso em: 7 jul. 2015

Figura 11 - Planta dos apartamentos do Residencial dos Oitis



Fonte: Fotografia tirada pela autora.

Quanto aos sistemas de proteção atuantes no bairro do Jardim Iguatemi na área de educação, saúde e assistência social existem: uma escola estadual, uma creche municipal, um Centro Médico de Saúde Comunitária e um CRAS. O CRAS está localizado no bairro do CECAP e atende aos bairros Conjunto Habitacional Victório De Santi I; Conjunto Habitacional Victório De Santi II; Jardim Altos de Cecap I; Jardim Altos de Cecap II; Jardim dos Industriários; Jardim Rafaela Amoroso Micelli; Jardim Regina; Jardim Santa Adélia; Jardim Santa Marta; Parque Cecap I; Parque Cecap II; Parque Residencial Iguatemi e Vila Bonilha.

Já em relação à vulnerabilidade social do Bairro, ele está situado em uma zona de vulnerabilidade baixa, conforme dados do IPVS 2010 expostos através do mapa abaixo:

públicos presentes na reunião foram: a implantação e divulgação de programas educacionais e cursos profissionalizantes e a ampliação do horário de atendimento do CRAS.

O resultado dessa reunião também foi noticiado no site da Prefeitura de Araraquara, e ainda no ano de 2012 a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social realizou um mapeamento das famílias que moravam no Residencial dos Oitis a fim de obter um diagnóstico que apontasse para as demandas de serviços sociais que pudessem ser realizados pela prefeitura de Araraquara visando atender às necessidades dos moradores. No mesmo ano, a Prefeitura implantou um CRAS para atender aos moradores do bairro do Jardim Iguatemi e outros próximos e realizou outra intervenção no interior do residencial, com a duração de um dia, com o objetivo de apresentar e informar aos moradores sobre cursos profissionalizantes e serviços públicos da cidade (ARARAQUARA, 2012a; 2012b; 2012c). Contudo, ao que esta pesquisa permitiu verificar, os horários estendidos do CRAS foram criados e depois suspensos devido à falta de adesão dos moradores e de segurança para os profissionais.

A situação problemática envolvendo o condomínio levou alguns membros do Poder Público a proporem, no local, a instalação de um posto policial que buscava projetar a prevenção da violência urbana dentro do Residencial. No início do ano de 2014 dois jornais importantes da cidade noticiaram manifestações de moradores do residencial que reivindicavam a atenção do poder público para os problemas que sofrem no local onde moram com suas famílias (CHRISPIM, 2013; CHRISPIM, 2014).

Muitas das informações obtidas junto a membros de órgãos públicos contatados para fornecer dados que subsidiariam esta pesquisa são confidenciais e não puderam ser expostas aqui, pois são documentos oficiais.

De acordo com informações obtidas junto ao GGI (Gabinete de Gestão Integrada), os problemas de segurança pública que atingem o Residencial dos Oitis também são identificados em outros conjuntos habitacionais em cidades distintas, que obedecem ao mesmo formato arquitetônico. Esta característica levou esse tipo de projeto a ser considerado um fracasso nas políticas habitacionais. O prefeito de Araraquara confirmou essa constatação em uma entrevista onde disse: “Não haverá outro Oitis em Araraquara.” A mesma frase foi proferida por diversos membros do Poder Público durante a realização desta pesquisa (CHRISPIM, 2014).

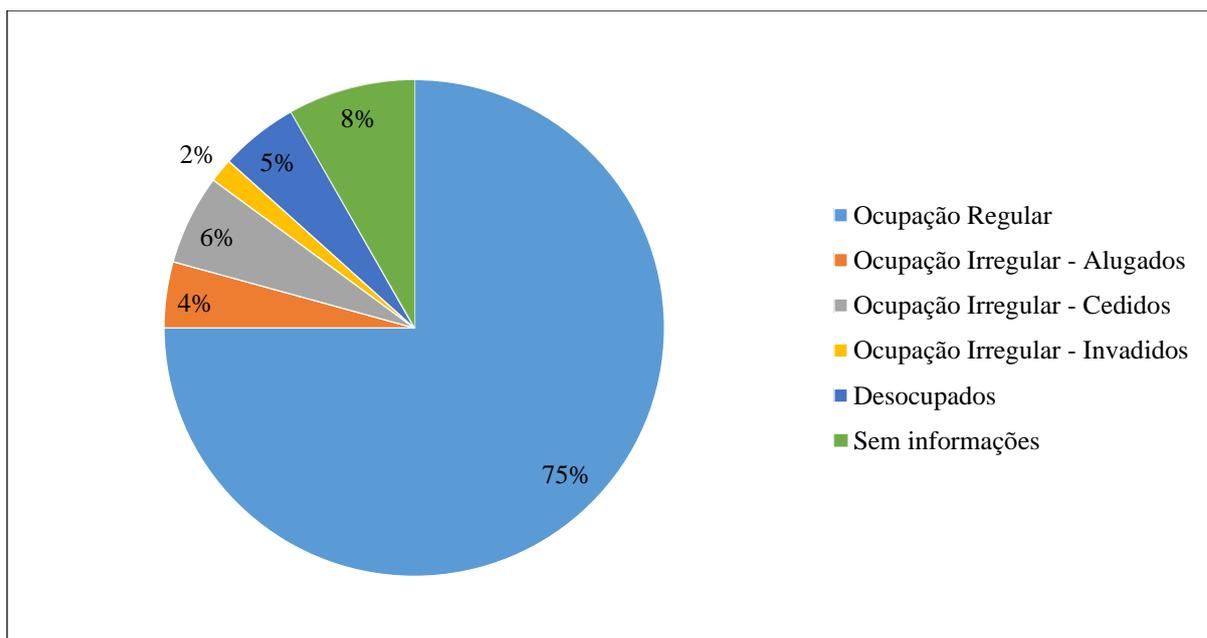
O medo dos agentes públicos em adentrarem o residencial foi constatado durante a realização desta pesquisa e será tratado adiante, no capítulo específico que contém a análise das entrevistas semiestruturadas junto a agentes públicos. Inicialmente havia a intenção de

serem realizadas entrevistas com o síndico do condomínio. No entanto, recolhi relatos de que os síndicos que ocuparam o cargo sofreram ameaças e deixaram o cargo com rapidez. Durante o período em que esta pesquisa foi realizada não houve um síndico no Residencial nos Oitis. Atualmente, a portaria encontra-se depredada e o controle dos visitantes é feito pelos próprios moradores.

No ano de 2014 a Secretaria de Assistência Social realizou um levantamento da situação habitacional envolvendo os 256 apartamentos do Residencial dos Oitis. O levantamento foi proveniente de decisões tomadas em reunião que envolveu o Ministério Público, a Secretaria Municipal de Habitação, a Caixa Econômica Federal e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Os dados foram obtidos através de visitas domiciliares realizadas por 34 agentes públicos que consultaram os moradores e vizinhos para obter as informações sobre a situação dos imóveis quanto à ocupação. O levantamento permitiu constatar que 192 apartamentos estão em situação regular, ou seja, ocupados pelos moradores contemplados através do sorteio da secretária de habitação; 30 apartamentos encontram-se em situações irregulares, qualificados em três modalidades: alugados, cedidos e invadidos; 13 apartamentos estavam desocupados e 21 apartamentos encontraram-se fechados no momento do levantamento, não sendo obtidas informações dos moradores. Os dados obtidos estão expostos no gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Situação dos Imóveis



Situação do Imóvel	Total de Apartamentos
Ocupação Regular	192
Ocupação Irregular – Alugados	11
Ocupação Irregular - Cedidos	15
Ocupação Irregular- Invadidos	4
Desocupados	13
Sem informações	21

No ano de 2014 não existiam informações a respeito da ocupação de 21 apartamentos e existiam 33 apartamentos fora das normalidades previstas no programa habitacional do Residencial dos Oitis. Assim sendo, prevaleceu o número de apartamentos cedidos.

O levantamento ainda constatou que 97 famílias estão em situações irregulares quanto ao CadÚnico, principalmente em relação à atualização de dados sobre novas composições familiares (filhos e companheiros).

O relatório aponta ainda que oito meses depois da realização do levantamento habitacional, uma moradora procurou a equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social para informar que retornou ao seu apartamento que se encontrava invadido no momento do levantamento. Segundo a moradora o local era “imorável” e atualmente está “morável” (Relatório Interno da Assistência Social, 2014).

As famílias de moradores do Residencial dos Oitis, em sua maioria, recebem benefícios do governo para complementação de renda. Existem quatro tipos de benefícios atendendo as famílias do referido residencial: Renda Cidadã, Bolsa Família, Ação Jovem e Benefício de Prestação Continuada (BPC). O Renda Cidadã¹⁴ é um programa estadual de transferência de renda que fornece apoio financeiro direto às famílias com renda mensal per capita de até um quarto do salário mínimo, o valor do benefício corresponde a 80 reais mensais por família. O Bolsa Família¹⁵ é um programa federal de transferência de renda para famílias que vivem em situações de pobreza ou extrema pobreza e possuem renda per capita de até 154 reais mensais. Já o Ação Jovem¹⁶ é outro programa de transferência de renda destinado aos jovens estudantes com idades entre 14 e 24 anos, no valor de 80 reais ao mês por pessoa que possua renda familiar de até um quarto de salário mínimo per capita. E o

¹⁴ Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/rendacidade>

¹⁵ Disponível em: <http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp>

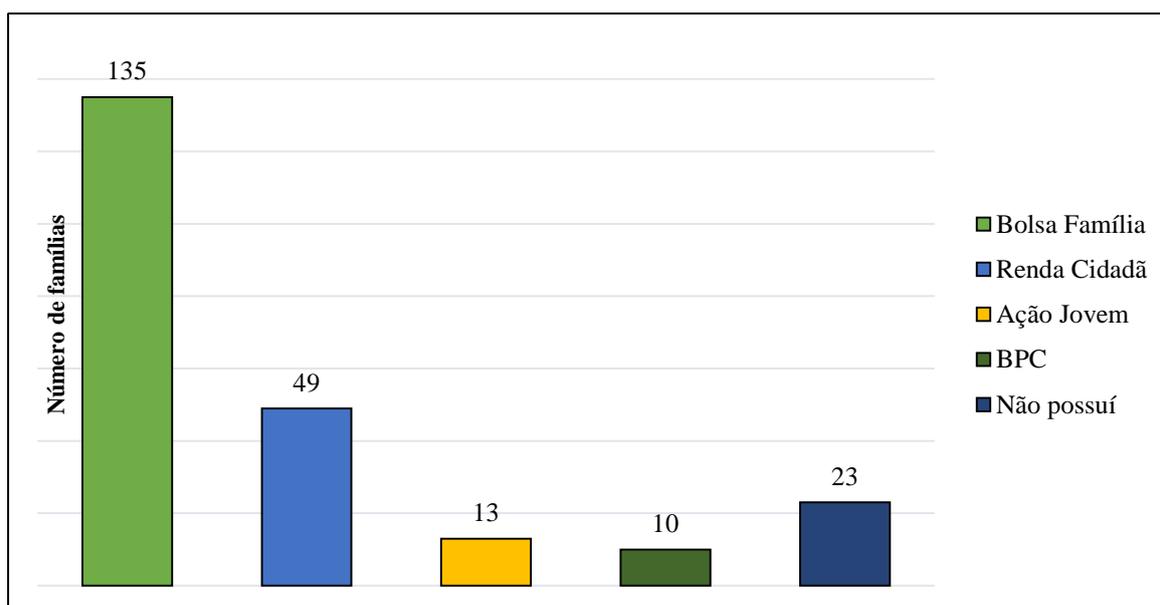
¹⁶ Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/acaojovem>

BPC¹⁷ é um benefício vinculado à Política de Assistência Social que permite a transferência de renda correspondente a um salário mínimo por mês ao idoso com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência de qualquer idade que comprovem a impossibilidade de promover a própria manutenção por meios próprios ou de sua família.

De acordo com um levantamento feito pelo CRAS no ano de 2014, cerca de 84 famílias do Residencial dos Oitis recebem o benefício do Bolsa Família; 6 famílias recebem o Renda Cidadã e 8 famílias recebem o BPC como únicos benefícios. Ainda de acordo com o mesmo levantamento, 33 famílias recebem conjuntamente o benefício do Bolsa Família e do Renda Cidadã; uma família recebe o bolsa família e o BPC; 4 famílias possuem o Bolsa Família e o Ação Jovem; 8 famílias possuem o Bolsa Família junto ao Renda Cidadã e ao Ação Jovem; 2 famílias possuem o Bolsa família somado ao Renda Cidadã e ao BPC; e uma família possui os quatro benefícios: Renda Cidadã, Ação Jovem, BPC e Bolsa Família. O mesmo levantamento apontou que 48 apartamentos ficaram sem informações e não têm fichas de atendimento da unidade do CRAS. O número de famílias que não possuem benefícios segundo o levantamento foi de 23 famílias. Contudo, considerando que algumas famílias não tiveram suas informações disponibilizadas no levantamento, esse número não pode ser considerado real.

A situação dos benefícios de transferência de Renda das famílias de moradores do Residencial dos Oitis está demonstrada no gráfico abaixo.

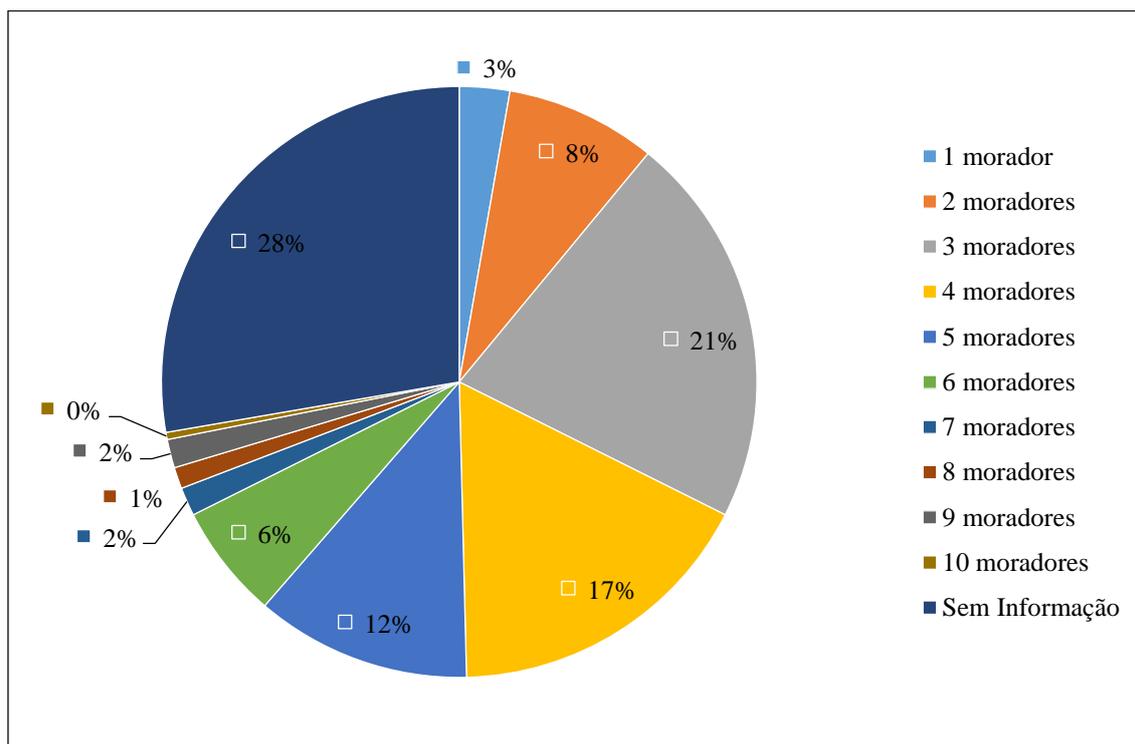
Gráfico 4 – Benefícios por Família



¹⁷ Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/bpc-beneficio-prestacao-continuada>

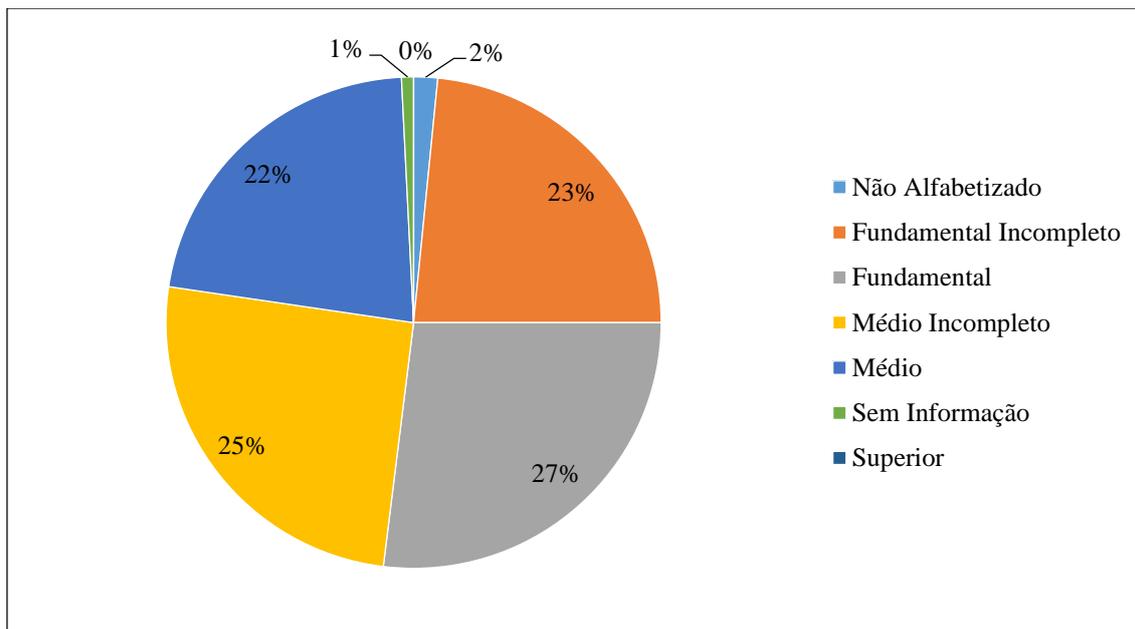
O mesmo levantamento permitiu constatar o número de integrantes por família vivendo em cada apartamento do Residencial dos Oitis em que foi possível coletar os dados. Segundo as informações obtidas, a maioria das famílias concentra um número de 3 a 5 moradores por apartamento. Conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 5 – Número de Moradores por Apartamento



A Secretaria Municipal de Habitação disponibilizou os dados referentes a escolaridade dos moradores do Residencial dos Oitis contemplados através do sorteio do CadÚnico. As informações obtidas tratam dos adultos considerados chefes de família e demonstraram a seguinte situação:

Gráfico 6 - Escolaridade



A situação de escolaridade dos moradores revela que entre os contemplados com os apartamentos não há pessoas que tenham cursado o ensino superior. Tratando-se do ensino fundamental, 60 moradores o possuem incompleto e 69 o completaram. Já quanto ao ensino médio, 56 moradores completaram essa etapa de ensino e 65 o possuem incompleto. A maioria dos moradores do Residencial dos Oitis não completou o ensino médio, dado que revela a baixa escolaridade no conjunto habitacional.

Dessa forma foi possível constatar que os problemas envolvendo o Residencial dos Oitis tomaram proporções públicas por conta da exposição midiática e pela participação do Poder Público no planejamento de ações para enfrentá-los. Os problemas do residencial também são foco de estudos acadêmicos. Contudo, o que nos movimenta neste estudo sobre o residencial é a constatação de que aqueles problemas envolvendo as famílias de moradores do Residencial dos Oitis ainda permanecem.

6. A PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi concretizada através da análise das entrevistas realizadas junto a nove agentes públicos do bairro Parque Residencial Iguatemi, que atuam nos sistemas de Assistência Social, Saúde e Educação, e quatorze moradores integrantes de famílias que moram no Residencial dos Oitis. O roteiro de entrevistas semiestruturadas foi elaborado de modo a orientar a relação social de investigação perante os temas estudados. Sendo assim, os conceitos de violência e segurança urbana estiveram presentes nas questões.

Para Minayo (2012) pesquisas que envolvem métodos qualitativos, como esta, devem ser realizadas em duas partes: a compreensão dos conceitos e teorias que fundamentam a investigação e o processo de análise dos dados. Para a autora, fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, “numa perspectiva em que esse tripé se condicione mutuamente: o modo de fazer depende do que o objeto demanda, e a resposta ao objeto depende das perguntas, dos instrumentos e das estratégias utilizadas na coleta dos dados” (MINAYO, p.622, 2012). Ainda segundo a autora:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 22-23).

A análise qualitativa trata da compreensão a partir dos dados obtidos e da subjetividade dos atores sociais, pois as teorias sociais desenvolvidas através de pesquisas de campo, como a etnografia em ciências sociais, estão relacionadas ao desenvolvimento da intersubjetividade (MINAYO, 2012; CARIA, 2003).

O verbo principal da análise qualitativa é compreender. Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento. Para compreender, é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total. Mas também é preciso saber que a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere (MINAYO, 2012, p. 623).

Através da Relação Social de Investigação proposta por Caria (1999, 2003), estabelece-se uma metodologia capaz de produzir o conhecimento, este sendo fruto da relação social entre pesquisador e pesquisados. Esta proposta foi seguida na realização das entrevistas

semiestruturadas com agentes públicos e moradores do Residencial dos Oitis. A pesquisa de campo é capaz de conferir aos atores sociais visibilidade suficiente para que operem dentro da fronteira intercultural entre pesquisador e pesquisados, e participem do processo de reflexividade intercultural, de modo a produzir um conhecimento que atue como um mecanismo de promoção da cidadania e de mudanças que caminhem no sentido de transformar um contexto social ruim em uma realidade melhor (CARIA, 2003).

É desse modo que Caria enfatiza a questão da visibilidade de grupos, a exemplo daqueles formados pelas famílias de moradores do residencial dos Oitis, como um meio que possibilita a eles serem atores sociais capazes de produzir o conhecimento que pode contribuir para mudanças.

De facto, a etnografia em Ciências Sociais pode fazer reconhecer e dar visibilidade pública e social a realidades multiculturais e identitárias, de forma a contrariar as práticas monoculturais dominantes de discriminação sócio-cultural e os preconceitos racistas, classistas ou sexistas (CARIA, 2003, p.9).

As entrevistas foram sistematizadas através de análise temática dirigida a compreender os objetivos desta pesquisa, ligados aos conceitos de violência e segurança urbana. As temáticas que orientaram a construção de conhecimento desta pesquisa foram aquelas relacionadas aos sistemas de proteção social no bairro do Jardim Iguatemi, a violência e segurança urbana no Residencial dos Oitis, e demais assuntos ou conceitos que emergiram ao longo da pesquisa de campo, como o tráfico de drogas e o estigma (MINAYO, 2004 e 2001).

A análise foi iniciada com a ordenação e classificação do material resultante das entrevistas, que foi disposto em categorias que vão ao encontro dos objetivos da pesquisa. Esse momento envolveu uma leitura minuciosa das entrevistas, e é denominado por Minayo como a lógica interna dos atores. Trata-se do momento em que o pesquisador alcança o sentido das falas dos atores sociais e de sua contextualização empírica. Adiante, no capítulo VI, é apresentada a análise propriamente dita do material recolhido, que estabelece a relação entre a teoria e a experiência etnográfica em Ciências Sociais (MINAYO, 2001; 2012).

As perguntas direcionadas aos agentes públicos e famílias de moradores buscaram a construção do conhecimento relacionado aos seguintes aspectos: a atuação dos serviços de saúde, educação e assistência social junto às famílias de moradores do Residencial dos Oitis; a caracterização das condições de insegurança urbana no interior do residencial e suas perspectivas de superação.

Algumas dificuldades foram vivenciadas durante a pesquisa de campo no Residencial dos Oitis e no Bairro. Devido à incidência de violência no bairro houve a orientação, por parte dos agentes públicos, para que as entrevistas fossem realizadas dentro da unidade do CRAS. Sendo assim, o CRAS foi a primeira referência institucional desta pesquisa.

No CRAS ocorreram reuniões socioeducativas com moradores dos bairros abarcados por esse serviço. Ali foram conhecidos alguns moradores do Residencial dos Oitis que posteriormente foram convidados a participar das entrevistas. Devido ao baixo número de moradores do residencial estudado que participavam dos grupos, alguns moradores tomaram a iniciativa de convidar colegas para as entrevistas. Os próprios moradores entrevistados orientaram a pesquisadora a não frequentar o residencial sozinha. Desse modo foi possível atingir o número de 14 entrevistas formalmente realizadas dentro da unidade do CRAS.

Outro aspecto relevante deste momento da pesquisa foi o pedido unânime dos moradores e dos agentes públicos para que fosse preservado o anonimato dos entrevistados. Sendo assim, para resguardar a identidade dos entrevistados esta dissertação não identifica a função profissional dos agentes públicos, sua idade, ou qualquer outra característica que pudesse expô-los.

O primeiro momento da análise das entrevistas compreende um estudo sobre a fala dos agentes públicos que atuam no bairro Jardim Iguatemi. Ao todo foram realizadas nove entrevistas junto aos agentes públicos, sendo três em cada serviço público. As entrevistas estão discriminadas da seguinte forma: os agentes públicos do CRAS estão identificados como: AP CRAS 1; AP CRAS 2 e AP CRAS 3. Os agentes públicos de saúde foram identificados como: AP SAÚDE 1; AP SAÚDE 2 e AP SAÚDE 3. E os agentes públicos do sistema educacional como AP EDUCAÇÃO 1; AP EDUCAÇÃO 2 e AP EDUCAÇÃO 3.

Através das entrevistas realizadas com agentes públicos foram levantados os aspectos mais relevantes que contribuem para este estudo sobre segurança urbana. Os agentes públicos foram questionados sobre a atuação dos serviços aos quais se inserem; a participação em políticas preventivas; a qualidade das políticas habitacionais; a segurança urbana e violência urbana no interior do residencial.

O segundo momento da análise das entrevistas abarca a fala dos catorze moradores entrevistados, identificados nesse estudo com as referências: MORADOR 1, MORADOR 2, indo até o MORADOR 14. Os moradores representantes de famílias do Residencial dos Oitis participaram das entrevistas semiestruturadas e foram abordados sobre temas relacionados com a atuação do sistema de proteção social (educação, saúde e assistência social), com as

condições de violência e insegurança urbana e com a existência de políticas preventivas atuando diretamente junto aos grupos familiares de moradores do referido residencial.

Sendo assim, o momento da análise exposto neste capítulo identificou os aspectos mais relevantes sobre a temática estudada presentes na fala dos entrevistados. O conteúdo das entrevistas foi exposto de forma fidedigna, respeitando as opiniões emitidas por cada entrevistado. Para priorizar a fala objetiva dos entrevistados, não coube fazer interpretações teóricas. Estas fazem parte do próximo capítulo, onde o encontro entre teoria e prática ganha o espaço da análise.

6.1 O serviço público de Assistência Social

A pesquisa de campo iniciou-se no CRAS. Após sua apresentação, foram acompanhadas algumas oficinas socioeducativas junto a moradores das regiões atendidas por esse equipamento, e que eram mediadas por um assistente social. Os agentes públicos da proteção social básica que se dispuseram a participar da pesquisa contribuíram com informações sobre os demais serviços públicos que existem no bairro do Jardim Iguatemi e que atendem às famílias do Residencial dos Oitis. Também trouxeram suas percepções a respeito da atuação do CRAS e dos problemas existentes no residencial dos Oitis. Posteriormente foram realizadas as entrevistas na unidade do CRAS. Ao todo, foram entrevistados três agentes públicos do CRAS, dois assistentes sociais e um psicólogo.

Segundo os agentes públicos entrevistados, o serviço de proteção básica foi integrado ao território de abrangência do Residencial dos Oitis devido à situação de vulnerabilidade social que se instalou nesse conjunto habitacional. Contudo, para um dos agentes públicos entrevistados o CRAS seria instalado nesse espaço urbano de Araraquara mesmo sem a presença do Residencial dos Oitis, por tratar-se de uma zona periférica vulnerável.

Quando questionados sobre os problemas identificados e trabalhados por eles no Residencial dos Oitis, disseram que consistiam em: violência doméstica, negligência familiar, evasão escolar, maus tratos aos animais, furtos, condições precárias de higiene, brigas entre vizinhos, prática de relações sexuais em áreas comuns, mas, sobretudo, o consumo e tráfico de drogas. O tráfico e o consumo de drogas foram mencionados em vários momentos das entrevistas e considerados o maior problema existente no referido residencial pelos entrevistados. Com relação a tais problemas destacam-se as seguintes falas:

[...] tem crianças lá que têm uma saúde muito mais precária [...] a gente atende criança que teve sarna, que era de lá, justamente pela questão da higiene do próprio residencial (AP CRAS 1).

[...] ele acabou se tornando um ponto de tráfico, de drogradição muito forte, então isso gera sim uma insatisfação muito grande dos moradores [...] (AP CRAS 1).

[...] sempre vêm famílias aqui que os filhos estão presos, os filhos ou mataram ou atiraram em alguém [...] (AP CRAS 2).

As mulheres também são destacadas como vítimas de violência doméstica e como responsáveis pela maioria das unidades familiares do conjunto habitacional, que tem a característica de ser ocupado por mulheres solteiras que desempenham o papel de “chefes de família”. O medo dessas mulheres de procurarem ajuda e então sofrerem violência de seus companheiros agressores foi relatado através da fala de um agente público. Outro aspecto importante é a baixa escolaridade dessas mulheres, referida como fator determinante para resistência à adesão aos grupos de atividades do CRAS. A questão de gênero e violência foi relatada por dois agentes públicos, dentre os três entrevistados.

[...] se você vai fazer uma atividade que exige leitura ou escrita existe uma recusa muito grande delas, justamente por esse nível de escolaridade muito baixo, se você vai fazer uma atividade cultural [...] existe essa questão de “ah eu não sei fazer”, “eu não consigo fazer”, existe isso porque são mulheres que tiveram uma inserção muito pequena na escolaridade. Depois já tiveram filhos e às vezes esses filhos já tiveram filhos, já se envolveram com drogas, então a escolaridade é uma questão muito séria (AP CRAS 1).

A dificuldade de participar dos grupos de apoio, convivência e fortalecimento de vínculos do CRAS também foi entendida, segundo outro agente público, como uma banalização da violência:

[...] elas não vêm muito, é como se fosse algo normal pra elas, não é só da mulher do Residencial dos Oitis, existe todo um perfil da mulher agredida e tudo o mais [...] a questão do tráfico é uma das que mais pesam pra elas, a violência é algo que eu percebo que ficou um pouco pequeno, que pra elas, tanto pra criança, quanto com a mulher, quanto com animal, seja quem for, é algo banal, é algo que se banalizou lá dentro (AP CRAS 3).

Com vistas aos problemas mencionados pelos agentes públicos e dado que o perfil das famílias é de vulnerabilidade, o Residencial dos Oitis tornou-se prioridade de atendimento no CRAS para dois dos três agentes públicos entrevistados.

Já para um dos agentes públicos não há distinção entre os moradores do Residencial dos Oitis e demais moradores dos bairros atendidos. Ele menciona que a demanda dos moradores do Residencial dos Oitis pelo CRAS é por eles vinculada ao interesse por programas assistencialistas.

Nós reparamos que locais que não são do Residencial dos Oitis são mais abertos ao serviço de convivência, independente do vínculo de benefício ou não. Tanto de transferência de renda direta como indireta. Então eles são muito mais acessíveis, eles aderem muito mais aos grupos, não há nenhum tipo de troca de benefício nem nada. Já quando [...] a gente vê que é do residencial, [...] vê que: “Ah, mais é do bolsa família? Eu vou receber? É do renda cidadã? É só pra vir aqui? A gente repara que tem um pouco mais desse caráter (AP CRAS 3).

Por conta dos problemas mencionados, existiu um período em que o CRAS realizou atendimentos no Residencial dos Oitis em horários alternativos. Essa ação do serviço de proteção básica foi originada de uma reunião envolvendo membros do Poder Público. Ela buscava projetar ações que visassem solucionar os problemas enfrentados pelos moradores do conjunto habitacional. Inicialmente foram propostos grupos de apoio socioassistencial dentro do condomínio. Os grupos chegaram a se reunir por um curto período de tempo e essa prática foi interrompida devido à falta de adesão dos moradores. Desse modo, a atuação do CRAS com as famílias de moradores do Residencial dos Oitis passou a acontecer dentro do equipamento, isto é, das salas de reunião técnica. Segundo os agentes públicos, atualmente o CRAS atende a 60% das famílias de moradores do Residencial.

Quando questionados a respeito de políticas e estratégias de prevenção da violência junto às famílias do residencial, informaram que não há uma política direcionada exclusivamente à população de lá. Existem trabalhos de prevenção que são direcionados a todas as famílias atendidas pelo CRAS e existe uma dificuldade em conseguir que as famílias atendidas apresentem resultados positivos perante a atuação do CRAS em políticas preventivas. Sobre o tema da prevenção destacam-se as seguintes falas:

[...] ainda que o CRAS tenha uma política de prevenção é muito pouco o que a gente consegue fazer na forma preventiva, que essa família já vem com uma história, já vem com nível de vulnerabilidade muito alto, ainda que você não consiga trabalhar diretamente essas vulnerabilidades, a gente tenta ao máximo trabalhar, senão com os pais, as crianças para que elas tenham um futuro diferente, mas é muito complexo, não existe muita é... um limite muito grande dentro das políticas públicas ainda nessa questão (AP CRAS 1).

[...] essa questão aparece no atendimento de acolhida, numa reunião socioeducativa com os grupos, mas falar assim “nós vamos reunir o Oitis para estar conversando com a gente sobre alguma questão específica, sobre a questão da violência urbana”, não que eu tenha tido notícia (AP CRAS 1).

[...] Nós trabalhamos como um todo, né? A prevenção da violência, a prevenção que for [...]. Existe sim as reuniões com a população em geral [...], mas não é exclusiva com o pessoal do Oitis. Esse tipo de tema é sempre abordado nas reuniões socioeducativas que acontecem aqui no CRAS, com

várias faixas etárias, mas não é nada específico do Residencial dos Oitis (AP CRAS 3).

Ao longo desta pesquisa pode ser percebido que muitos agentes públicos que trabalham no bairro sentem insegurança ao trabalharem no residencial. Esse medo foi verificado junto aos agentes públicos do CRAS, mas sob perspectivas diferentes. A questão do respeito aos profissionais do CRAS foi mencionada como um fator atenuante da sensação de medo, conforme as falas destacadas a seguir:

[...] justamente por ser um ambiente dominado pela drogadição, da própria rejeição de certos moradores com a presença de agentes públicos lá dentro, então já teve vezes de questionarem: “Quem é você?”, “O que você está fazendo aqui?” É claro que justamente pelos moradores terem um vínculo estabelecido com o CRAS nós não temos tanta dificuldades assim, mas já houve situações dessa maneira, até de tentarem mexer no carro da prefeitura, tirar uma peça ou combustível porque o carro estava sozinho, então nós estabelecemos que nós não vamos até lá sem ter o mínimo de segurança profissional (AP CRAS 1).

[...] eu não vejo as coisas tão hostis como elas aparentam ser para quem não está no local e trabalha no local [...] (AP CRAS 3).

[...] as pessoas falam muito que lá é perigoso, mas eles respeitam a gente você entrando lá. Eu acho sim que é seguro (AP CRAS 2).

Porém em outro momento a mesma agente que proferiu a fala anterior afirmou que:

[...] às vezes eu me sinto insegura quando eu chego lá para fazer visita e têm adolescentes fumando maconha (AP CRAS 2).

O medo também foi relacionado a um tipo específico de população, que não foi nomeado pelo agente público em questão, mas que infere-se ter relação com a população pobre.

[...] mas o medo não está relacionado ao residencial ou a população que mora lá, o medo e a insegurança de nós profissionais, no caso, eu sinto é em relação ao risco que aquela população pode causar a mim ou não, independente da onde ela está morando (AP CRAS 3).

Já com relação ao bairro, dois dos agentes públicos o consideraram seguro e um agente público o considerou inseguro. A questão da segurança urbana apareceu como um problema social das cidades brasileiras e como uma responsabilidade dos serviços públicos. Também foram mencionadas as impotências e limitações do serviço de proteção básica perante a função de projetar a segurança urbana.

[...] sobre a questão da segurança urbana eu acho que como qualquer outra política pública é o grande desafio das políticas hoje, que eu vejo essa questão dá intersetorialidade. Então, se você não consegue essa parceria com

todas as demais políticas que influenciam na segurança urbana, sem segurança, saúde, educação, trabalho e renda, cultura, lazer, você não consegue ter uma ação definitiva (AP CRAS 1).

Um problema levantado com relação à atuação da política de Assistência Social enquanto responsável pela coprodução da segurança urbana foi a necessidade da atuação conjunta da rede onde situam-se os demais serviços de proteção social, como saúde, habitação e educação.

Quando questionados sobre as possibilidades de atuação no enfrentamento da insegurança urbana, os agentes públicos responderam que existe a necessidade da política pública estar mais próxima aos usuários que vivem em situações de vulnerabilidade social, de modo a orientar as famílias. Também existe uma questão de conformismo e da falta de reconhecimento pessoal dos moradores quanto às capacidades de enfrentar os problemas vivenciados. Segundo os dados das entrevistas as mulheres têm esse comportamento por terem uma baixa autoestima.

Através das entrevistas também ficou evidenciado que para um dos agentes públicos o serviço de proteção social básica cumpre seu papel, pois atua na questão do reconhecimento dos direitos que cada família tem, torna-as conscientes disso e também contribui no seu fortalecimento. Não houve uma resposta mais incisiva quanto as possibilidades de atuação dos agentes públicos do CRAS.

Quanto às políticas habitacionais, os agentes públicos disseram que existe um problema relacionado ao modo como são projetadas. O cadastramento foi mencionado como um método falho, pois utiliza informações autodeclaratórias:

[...] O que a gente vem observando também é que essa seleção é errada, essa seleção é errônea, não é o município que determina essa seleção, vem duma esfera maior, vinculando cadastro único a benefício social federal, nada a ver com a forma de seleção. É um método antigo, até acredito eu, porque você pega o cadastro único, onde todas as informações são autodeclaratórias, então ela fala o que ela quiser, não existe comprovação, não existe nada. Então você cria um cadastro de uma pessoa que você nem sequer tem a confirmação de tudo que está ali, e você coloca ela numa casa onde ela fala que vai morar com três filhos e ela coloca na casa o marido e mais uma penca de gente a mais. Eu acho que falta fiscalização, falta uma seleção melhor. Eu acho que isso, relacionado às políticas de habitação, é o que deveria existir e não existe (AP CRAS 3).

O mesmo agente segue:

Especificamente de lá, eu acredito que por ser um programa do governo, Minha Casa Minha Vida, isso facilita muito a abertura de todos os tipos de

benefícios, que aí causa a dificuldade de autonomia deles, digo isso bastante. Então, é como se fosse um paternalismo de suprir o tempo inteiro o que eles estão precisando (AP CRAS 3).

E conclui:

[...] o bairro não estava preparado, nenhum bairro está preparado pra uma demanda dessa de Programa Minha Casa Minha Vida, ninguém, nenhum bairro está, minha visão. Mexe mesmo com a estrutura, é um projeto muito grande. (AP CRAS 3).

Mais um tema levantado pelos agentes públicos, visto como um problema oriundo desse residencial é sua configuração arquitetônica realizada no molde de prédios com muitos apartamentos. Segundo os agentes públicos seria melhor que fossem construídas casas ao invés de apartamentos. A justificativa para essa compreensão por parte dos agentes públicos é a quantidade de brigas que ocorrem entre vizinhos.

[...] Talvez se o Oitis fosse como aquelas casinhas que tem no bairro, que são separadas. Talvez seria melhor, porque a maioria das brigas é tudo por causa de prédio. Um vizinho briga com o outro, o de baixo briga com o de cima. Então eu acho que se fosse separado, ou se tivesse grades como naqueles outros predinhos, acho que até melhorava. Porque é tudo junto, sai muita briga, sabe? (AP CRAS 2).

Existe ainda uma relação subjetiva das famílias no que diz respeito à aquisição desse imóvel próprio, identificada a partir das entrevistas com os agentes públicos do CRAS. Pelo modo como o programa habitacional está normatizado dentro das políticas públicas habitacionais do Minha Casa Minha Vida, as pessoas que são contempladas pelo sorteio têm dificuldades em estabelecer vínculos com as moradias porque essas ficam sob tutela do governo. Assim, os moradores não podem alugar ou vender o imóvel caso um dia precisem ou queiram. Essa imposição acaba impedindo que os moradores tenham autonomia no espaço urbano em que vão morar, e foi considerada como um preconceito contra a pobreza, uma forma de julgar. É como se a população pobre não fosse capaz de gerenciar ou exercer escolhas a respeito de sua própria casa.

[...] o residencial, ele tem uma certa vulnerabilidade do jeito que tá construído, do jeito que foram estabelecendo as relações. Então você tem, por exemplo, uma área comunitária no bairro de usufruto da população, essa área comunitária é sempre apedrejada, tem sempre uma questão de vandalismo, vira ponto de droga. Por que? Porque não é uma área que a população identificou como dela, [...] a população fecha sua casa com murinho e fala: “Só isso aqui é meu, e tenho que me esconder do resto do mundo, por conta da violência.” Ela não identifica mais essa questão comunitária, então as áreas vão ficando cada vez mais restritas e isso faz

com que outras situações dominem as áreas públicas, dominem a cidade entre aspas (AP CRAS 1).

A mesma agente segue argumentando:

[...] você quer resolver a questão, mas você fecha aquele programa num cubinho e a pessoa não tem a mínima autonomia de estar falando assim: “Não, essa casa aqui é minha eu posso fazer com ela o que eu bem entender.” Não existe essa autonomia, eu acho que isso é uma questão que dificulta muito o programa habitacional, ainda que falem assim: “Ah, mas se você for dar e deixar ele vender, ele vai vender e vai ficar na rua de novo.” Isso ainda acho que é preconceitos enraizados que a gente têm que o pobre não sabe lidar sozinho, então eu não vou ficar dando as coisas de graça, ele vai acabar com tudo. Então eu acho que o programa habitacional também tem essa questão, ele é muito fechado, ele é muito quadrado, a família não tem autonomia e aquilo acaba não sendo dela. Ela se sente apenas um usufruto temporário daquela residência, então não tem aquele vínculo: “Não, isso aqui é meu, eu vou cuidar, eu vou fazer.” Eu acho que seria mais nesse sentido (AP CRAS 1).

Outro aspecto mencionado por um agente público que também se relaciona com o modo de agir nos espaços urbanos é a questão de que a instalação de complexos de moradias em bairros periféricos causam impactos nos moradores dessa região, que recebem em seu bairro pessoas novas e com costumes diferentes. O mesmo impacto é também sentido pelos novos moradores, que têm os próprios costumes e passam a morar em um local diferente, com outros costumes.

Através das entrevistas realizadas tomou-se conhecimento de que o Residencial dos Oitis é também chamado de Carandiru¹⁸. Esta denominação ao residencial apresentou-se em muitos momentos durante a realização desta pesquisa e também apareceu na fala de um agente público do CRAS, que afirmou se tratar de um estigma.

[...] existe sim um estigma contra aquele local, então eu escuto muito: “Ah, lá é o Carandiru.” Justamente, até pela construção, pela imagem que o prédio, todo fechado, estigmatiza mesmo. As pessoas não gostam de identificar que são do Oitis, justamente porque elas são vistas como pessoas que não são do bem, que podem ser traficantes, que podem ter diversas relações, não agradáveis para o resto da sociedade [...] (AG CRAS 1).

Através das pesquisas realizadas foram obtidas informações a respeito da atuação dos agentes públicos do CRAS junto às famílias de moradores do Residencial dos Oitis. Os

¹⁸ Carandiru é o nome popular de um complexo penitenciário da cidade de São Paulo. A Casa de Detenção de São Paulo (nome oficial do presídio) era assim chamada por estar próxima a estação ferroviária que recebe o mesmo nome. A extinção desse presídio aconteceu após uma rebelião de presos que resultou na morte de 191 detentos, assassinados pela polícia Militar do Estado de São Paulo no ano de 1992 (RIBEIRO, 2013).

aspectos principais levantados mediante as entrevistas referem-se aos problemas que os agentes públicos identificam dentro desse conjunto habitacional e às condições de insegurança urbana. A partir disso foram mencionadas as formas de enfrentamento de tais problemas e estratégias de prevenção à violência urbana. As políticas habitacionais foram criticadas e tiveram falhas apontadas pelos agentes públicos. Aspectos relevantes que emergiram no decorrer das entrevistas foram as questões do estigma e da subjetividade em relação às moradias provenientes de programas habitacionais.

6.2 O serviço público de saúde

As entrevistas com os agentes públicos de saúde foram realizadas no Centro Municipal de Saúde Comunitária (CMSC) do Jardim Iguatemi, serviço responsável por atender as famílias de moradores do Residencial dos Oitis. Foram entrevistadas três enfermeiras que atuam neste serviço.

Os agentes públicos foram ouvidos a respeito da atuação do serviço de saúde. Todos disseram que no momento em que o Residencial dos Oitis surgiu no bairro aconteceram alterações relevantes, principalmente quanto à demanda de atendimentos do Centro de Saúde. Segundo os entrevistados, a chegada dos novos moradores ao bairro não foi precedida por reuniões com membros do Poder Público, que visassem planejar a atuação dos agentes de saúde perante a nova demanda que se instalaria no bairro.

De acordo com um dos entrevistados, antes do residencial surgir no bairro os profissionais de saúde atendiam cerca de cinco mil famílias, atualmente esse número passou para mais de seis mil e duzentas famílias. Todos os moradores são atendidos nesse serviço de saúde, com exceção de uma família que têm plano de saúde.

Foi destacado pelos três entrevistados que o número de crianças é grande, principalmente na idade entre zero e dez anos, e que os pediatras do Sistema de Saúde do bairro não conseguem atender a demanda de consultas. Por essa falta de vagas e demora nas consultas os agentes públicos que atuam no local relataram sofrer ameaças dos moradores do residencial.

[...] não tem consulta [...] principalmente pro pediatra. Como aumentou muito o número de crianças que vêm [...] são famílias que têm muitas crianças, né? Crianças, sobrinhos [...]. Pediatra é um problema que a gente mais enfrenta, porque não tem como atender todo mundo, é uma demanda muito grande (AP SAÚDE 3).

Sobre a dificuldade em atender a demandas de pediatria, um dos agentes públicos informou que esse problema foi amenizado após trocaram o horário dos atendimentos para o período da manhã, pois segundo mencionou, as mães não comparecem aos atendimentos matutinos. Conforme destaca-se na seguinte fala:

[...] nosso maior problema era com relação a pediatra mesmo [...] nossa pediatra faz atendimento de doze crianças, de segundas, quartas e sextas, e tinha épocas que vinha em torno de mais de vinte crianças passar em consulta com ela. E ela não conseguia atender, a demanda era muito grande [...]. Isso melhorou muito depois que a pediatra mudou o horário de atendimento do período da tarde pro período da manhã [...], porque o pessoal não acorda cedo, não adianta. As mães vinham muito porque elas acordavam depois do almoço, sabe? Dava meio-dia: “Ah, tem pediatra, vamos” (AP SAÚDE 1).

Foi dito pelos agentes públicos que as mães têm um comportamento mal-educado dentro do serviço de saúde e costumam ser agressivas com os funcionários. No início esse problema era mais proeminente, mas hoje em dia está amenizado.

A dificuldade quanto a demanda e a disponibilidade de atendimento da equipe de saúde foi relatada por todos os entrevistados. Os agentes públicos foram indagados sobre sua atuação nos casos em que não há vagas de atendimento, e um dos entrevistados respondeu que é feita uma verificação da prioridade dos casos. Aqueles que não são emergenciais são encaminhados para a unidade de pronto atendimento (UPA). Contudo, os moradores ficam insatisfeitos porque não têm condições de custearem o transporte para essa unidade de saúde situada longe de seu bairro.

[...] Vê qual que é o mais prioridade mesmo, que precisa mesmo passar e tem que encaixar, e o restante ela orienta ir pra UPA. [...] Geralmente eles não vão, porque eles falam que não têm condições, que não têm dinheiro de passagem, se for não têm como voltar [...] (AP SAÚDE 3).

Quando questionados sobre a existência de uma diferença nos atendimentos prestados a moradores do Residencial dos Oitis, os agentes públicos disseram que há uma diferenciação quanto ao comportamento dos moradores do residencial, que são mais agressivos e possuem dificuldades em compreender as normas do serviço de saúde. Nesse sentido, destaca-se a fala de um técnico de enfermagem:

[...] Geralmente eles são mais mal-educados [...]. Têm uns que vêm com um cheiro, assim, alcoolizado, então você percebe aquelas pessoas mais simples mesmo, né? Não que isso justifique nada [...]. Eles são mal educados, eles querem ser atendido quando eles vêm, no horário que eles vêm [...]. Eles não, não têm muita noção do que é triagem, o que é consulta marcada, então eles acham que eles têm o direito, que eles têm que passar, eles não respeitam, né? Não querem respeitar [...] (AP SAÚDE 3).

De acordo com a fala dos entrevistados, o perfil do bairro do Jardim Iguatemi mudou após a chegada dos novos moradores. Anteriormente a população era predominantemente idosa, e hoje é de adultos, jovens e crianças. A questão da mudança do perfil da população do bairro foi mencionada por dois agentes públicos, e um deles esclareceu que o número crescente de moradores do residencial se deve ao fato de as famílias costumarem trazer seus parentes para morarem juntos. Um dos entrevistados verbalizou que a população do bairro ficou mesclada e mais agressiva após a chegada das famílias que moram no Residencial dos Oitis.

Segundo os técnicos de enfermagem, os problemas que envolvem as famílias do Residencial dos Oitis são: violência sexual, negligência familiar, falta de higiene pessoal, prática de sexo e atos libidinosos em áreas comuns, violência doméstica, e o consumo e tráfico de drogas. O tráfico de drogas foi citado por um dos agentes públicos entrevistado como o responsável pela violência que se instalou no residencial, pois atrai jovens e crianças.

O acompanhamento pré-natal das gestantes que moram no residencial também foi um problema evidenciado através da fala dos técnicos de enfermagem entrevistados. Existe uma falta de comprometimento dessas mulheres com as consultas e exames agendados, havendo um alto índice de faltas aos atendimentos de saúde pré-agendados durante a gravidez.

Perante os problemas de violência relatados pelos agentes públicos, um dos entrevistados disse que os problemas graves envolvendo moradores do Residencial dos Oitis dizem respeito a uma minoria das famílias. A mesma constatação não foi feita pelos outros entrevistados, e um técnico de enfermagem apresentou uma visão contrária ao dizer que a maioria dos moradores são violentos.

Outro problema mencionado foi a dificuldade na coleta de lixo. Segundo um agente público entrevistado, o local reservado à coleta de lixo é impróprio, pois fica em um lugar aberto. Alguns moradores costumam ir ao centro de saúde para buscar materiais como máscaras e luvas para cuidarem do lixo. O agente público que discorreu sobre o problema do lixo não soube responder se o serviço de coleta não funciona corretamente, ou se são os moradores que não permitem a retirada do lixo. Conforme destacado nas falas a seguir:

[...] onde eles deixam o lixo deles o local é aberto, não tem porta, não tem proteção, não passa coleta de lixo, fica tudo jogado. Quem faz essa separação são os próprios moradores. Eles vêm pedir material pra gente, luva, máscara, essas coisas [...] (AP SAÚDE 1).

[...] tudo que passa por ali, eles controlam, entendeu? E então, por vezes a gente acredita também que eles não permitem a retirada do lixo (AP SAÚDE 1).

Quanto à segurança atribuída ao Residencial dos Oitis e ao bairro, todos os agentes públicos disseram que são regiões inseguras. Um dos entrevistados relatou que até a chegada do conjunto habitacional no bairro não haviam roubos, violência e mortes. Também foram mencionados casos envolvendo roubos dentro da unidade de saúde, e a presença constante da polícia na região.

A gente fica insegura [...] até dentro da unidade mesmo. A gente já teve roubo aqui na unidade já, por duas vezes [...]. Os moradores do condomínio falam que são eles que roubam a unidade. Então, assim, a sensação de insegurança é muito, porque, se eles roubam a própria unidade [...], imagine outras coisa (AP SAÚDE 3).

[...] depois que os Oitis mudou pra cá, ficou um tanto, assim, receoso, né? A segurança ficou um pouco abalada. Porque desde 90 [...] não via muito roubo, muita violência, muita morte, entendeu? E hoje não, hoje você vê [...] (AP SAÚDE 2).

[...] Têm aquelas visitas frequentes da polícia aí nos Oitis, né? O pessoal fala que é mutirão. De repente baixa viatura, helicóptero, tudo aí nos Oitis (AP SAÚDE 1).

Foi relatado por um agente público o caso de uma enfermeira que foi ameaçada de morte devido a uma intervenção que fez dentro do residencial junto ao Conselho Tutelar. Segundo o mesmo agente público que relatou o caso, os agentes do Conselho Tutelar foram proibidos de entrar no residencial pelos próprios moradores que comandam o local.

Apesar dessas constatações feitas pelos técnicos de enfermagem, todos relataram que atualmente não se sentem inseguros em trabalhar dentro da unidade de saúde, sendo o sentimento de insegurança associado ao território específico do Residencial dos Oitis. Entretanto, destaca-se que o CMSC não é uma unidade de Estratégia de Saúde da Família, pois os profissionais não fazem visitas domiciliares, indo até as casas apenas quando algum caso médico necessite de cuidados especiais e o paciente não consiga se locomover até a unidade de saúde. Vão também quando fazem campanhas de vacinação e a equipe se desloca para vacinar os moradores.

Os problemas envolvendo os atendimentos de saúde e os moradores do Residencial dos Oitis foram intensos no começo, mas atualmente a situação está mais controlada. Um dos agentes entrevistados relatou que quando a equipe se sente ameaçada chamam a guarda municipal.

Um dos técnicos de enfermagem mencionou que a maioria das famílias que moram no Residencial dos Oitis integra ex-presidiários. Quando questionado sobre a origem dessa informação, disse que são os próprios moradores que contam o fato. Ele disse ainda que o fato de tomarem conhecimento de que ali moram pessoas que cumpriram pena causa aos técnicos sensações de medo e insegurança.

As origens da violência no residencial foram atribuídas ao envolvimento de moradores com o tráfico, e também à pobreza evidenciada em regiões periféricas das cidades.

[...] eu acho que aqui no Iguatemi uniu o fato de ser pra baixa renda e ser periferia da cidade, sabe? A gente sabe que uma grande parte da violência é concentrada na periferia, Iguatemi, Selmi Dei, Hortências. Eu acho que foi uma junção mesmo. Antes do conjunto vir pra cá, o que a gente ouve dos moradores antigos é que o bairro era completamente diferente. Era um bairro seguro, um bairro tranquilo, de idoso mesmo, que você não tinha problema de segurança. Eles se queixam muito da vinda dos Oitis pra cá (AP SAÚDE 1).

Os problemas de violência no conjunto habitacional ainda foram associados ao abandono dos apartamentos por algumas famílias que não conseguiram permanecer no local devido à insegurança, o que resultou na invasão dos apartamentos abandonados. Nessa conversa surgiu o boato de que os apartamentos invadidos seriam desocupados, mas nunca houve a confirmação disso. Sobre o assunto destaca-se a seguinte fala:

[...] Teve até uma época que eles estavam falando que ia ter a desocupação dos apartamentos, porque muitos dos proprietários foram abandonando, porque cansaram da violência que tinha no local. Foram largando apartamento mesmo, não venderam, não alugaram, nada. Por que que aconteceu? Muita gente foi invadindo e teve até uma época que estavam falando que a polícia iria fazer a retirada desses moradores que tinham invadido. Nessa época a enfermeira cogitou até fechar o posto nesse dia. Porque eles são bem violentos, sabe? (AP SAÚDE 1)

De acordo com os entrevistados, o serviço de saúde do bairro não trabalha com políticas preventivas, inclusive de violência. A campanha de vacinação apareceu como a única estratégia preventiva praticada por esse serviço de saúde no bairro.

Os agentes públicos foram indagados sobre o que fazem nos casos específicos onde existem problemas identificados. Um dos agentes respondeu que as famílias boas devem ser orientadas, e que as demais devem ser trabalhadas de acordo com as queixas apresentadas.

[...] as famílias que a gente sabe que são famílias boas, que não aquela formação, assim, de mãe, pai, os filhos certinho, mas que é uma mãe [...]cuidadosa com as crianças [...], a gente sabe que não existe nenhum tipo de problema naquela família[...]. A gente tenta, assim, orientar sempre da melhor forma. Tanto que essas famílias sempre se queixam pra gente que elas querem outro lugar pra morar, que ninguém aguenta mais, que querem

sair de lá mesmo. Com relação às outras famílias problemáticas, o que a gente vai fazendo é atuando em cima das queixas, sabe? Ah, tem uma denúncia de negligência, liga no conselho e vai passando pra frente (AP SAÚDE 1).

Em outro momento inferiu que deveriam existir intervenções junto às crianças, pois os problemas existentes vão sendo passados de geração a geração:

Em reuniões de equipe a gente olha, para, pensa, e não vê uma solução para aquilo. E dá muita dó, porque cada vez mais a gente vê que tem famílias entrando lá, crianças nascendo e crianças crescendo naquele ambiente. Então isso vai se perpetuando. Esse modo de viver deles, os costumes, os hábitos, a falta de higiene, tudo vai dando continuidade. Porque as crianças vão vendo tudo aquilo, acham que é correto, acham que é correto usar droga. [...] E vendo o exemplo que eles têm dos mais velhos, eles vão achando que aquilo é correto e vão seguindo. Então dá dó, mas por causa das crianças mesmo. Se tivesse que intervir, eu acho que era alguma coisa nessa parte da infância mesmo (AP SAÚDE 1).

Em outro momento, um agente público discorreu sobre a necessidade dos moradores serem removidos da região, por causarem problemas ao bairro:

[...] Às vezes a gente pergunta, não sei como que, como que veio parar esse pessoal aqui nesse bairro, poderia ser em outro né? Num bairro mais distante [...], comprometeu muito nosso bairro [...]. Eu acho que até desvalorizou o bairro. Em relação a isso, houve desvalorização. Tem muita gente vendendo casa, indo embora daqui (AP SAÚDE 2).

E em outra entrevista, disse que seriam necessárias intervenções junto aos moradores quanto a cuidados em saúde:

[...] eu acho importante [...] que eles fizessem uma conscientização somente quanto à limpeza, à higiene. Precisava a gente tá sempre batendo na tecla, mas continua a mesma coisa. Pessoal vem pro médico, não toma banho, essas coisas todas. Então, se tivesse essa conscientização, se tivesse uma equipe que fosse lá, tal, conscientizar essas pessoas sobre como deviriam vir ao posto de saúde, aos médicos, ou mesmo manter sua casa limpa, por causa das doenças. [...] Só isso (AP SAÚDE 2).

Quando questionado sobre o que poderia ser feito, o mesmo agente respondeu que devido à demanda de atendimentos ser elevada, os agentes públicos que trabalham no serviço de saúde não têm tempo para trabalhar com os problemas do Residencial dos Oitis. Sobre isso destaca-se a passagem abaixo, correspondente à fala do agente de saúde entrevistado:

[...] não posso te falar o que poderia ser feito, isso aí já seria mais do poder público, né? Teria que tomar uma atitude em relação a isso, à conscientização, a essas coisas todas. A gente quase não tem tempo nem de lidar com nossos paciente, é muita coisa pra gente fazer em relação aos paciente, né? Muitos grupos de hipertenso, grupo de gestante. Então, pra

gente se envolver lá com o Oitis, é meio difícil [...], praticamente é impossível, né? A gente como agente de saúde aqui (AP SAÚDE 2).

Outro agente público discorreu que sente dificuldades em trabalhar no território do residencial por se sentir inseguro, e que considera a pergunta relacionada às possibilidades de atuação para ajudar a resolver os problemas difícil.

[...] É difícil responder, porque a gente tenta orientar, sabe, a gente tem até medo de chegar e falar certas coisas e abordar certos assuntos com eles, porque a gente não sabe qual é a resposta que eles vão dar pra gente. Então, assim, a gente fica [...] com receio, porque você sabe que tem usuários de droga, você sabe que tem violência dentro de casa, então a gente fica até meio com receio de abordar certos assuntos com eles [...]. O que fazer? É uma pergunta difícil. Pra tentar melhorar é difícil (AP SAÚDE 3).

A política habitacional foi outro tema abordado durante as entrevistas, e não recebeu críticas por parte dos agentes públicos entrevistados quando se referiram aos problemas existentes no residencial estudado. Um dos agentes entrevistados sugeriu que houvesse reuniões de conscientização no interior do residencial. Outro agente discorreu sobre a dificuldade de adaptação dos moradores a estruturas como a dos condomínios, e sugeriu que as moradias populares deveriam ser construídas sob a forma de casas ao invés de apartamentos.

[...] eu acho que não é tanto problema das políticas públicas de habitação. Eu acho que o problema mais é do tipo de população que entrou lá. A habitação, ela fez a parte dela, ela forneceu um, um local, que sim, dá pra se viver. O problema de estrutura começou por mau cuidado deles mesmo, sabe? (AP SAÚDE 1).

Outro também se manifestou

[...] se tivesse pessoas pra olhar melhor lá onde eles moram, né? Porque você vai lá e você vê que está tudo abandonado, praticamente, né? Eles estão “nem aí”, é tudo muito, muito, muito ruim lá. A gente vê que eram umas casas muito boas, eram uns apartamentos muito bons, mas tudo, assim, abandonado. Poderia ter uma equipe, assim, pra conscientizar, fazer reunião lá nos próprio predinhos, né? (AP SAÚDE 2).

Um terceiro emendou:

[...] Na verdade, ali, acho que quando abriu, eles falaram que era pra famílias de zero salários mínimos até três salário mínimos, uma coisa assim. Então são pessoas, assim, que têm uma baixa renda mesmo. [...] Eu acho assim, que nesse caso, condomínio pra eles, como eles não têm muita noção de respeito ou de higiene mesmo [...], eu acho que não deveria ser feito condomínios pra eles. Eu acho que eles deveriam morar em casas separadas, né? Porque ali você vê, fica um aglomerado de pessoas assim, que não têm normas, não seguem regras, não aderem a nada [...]. Eu acho que pra esse

tipo de pessoas assim não seria condomínio, onde vivem todo mundo junto, não seria o ideal (AP SAÚDE 3).

O controle que alguns moradores do Residencial dos Oitis exercem sobre o espaço urbano onde moram foi evidenciado na fala de um agente público, que expõe, no seu entendimento, uma relação de apropriação das famílias no território. Ele se referiu a esse fenômeno da seguinte forma:

[...] A maioria quer ficar, porque lá é uma terra deles, onde ninguém mais tem controle de nada lá dentro. Então polícia não tem controle, saúde não tem controle, educação não tem controle. Então ali é um lugar que eles acharam como se fosse pra se refugiar, e ali dentro mais ninguém manda. Só eles. É uma terra deles mesmo (AP SAÚDE 3).

As falas dos entrevistados permitiram identificar que não houveram reuniões com o Poder Público, nem com o serviço de saúde do bairro, antes e durante a implantação do conjunto habitacional do bairro do Jardim Iguatemi. Quando o referido residencial foi construído no bairro, o serviço de saúde sofreu algumas consequências negativas relacionadas ao comportamento dos moradores no que diz respeito à falta de atendimentos e às normas da instituição de saúde. Atualmente, as dificuldades foram superadas.

Os problemas apresentados pelas famílias do residencial que foram identificados pelos agentes públicos de saúde consistem, principalmente, na falta de cuidados com a higiene e no consumo de drogas. Diante dos problemas identificados constatou-se que não existem políticas públicas preventivas na área da saúde.

Sobre a questão da insegurança, os agentes públicos não conseguiram identificar possibilidades de sua superação, e nem de superação da violência a ela relacionada. A alternativa mencionada foi a conscientização das famílias acerca de assuntos como higiene e saúde.

6.3 O serviço público de educação

O bairro do Jardim Iguatemi possui uma creche municipal e uma escola estadual, e ambas são responsáveis por atender aos moradores do Residencial dos Oitis. Foram entrevistadas duas professoras da Creche do bairro e um membro da direção da escola estadual Professora Luísa Rolfsen Petrilli. As entrevistas foram realizadas nas referidas unidades dos serviços públicos de educação.

Segundo os agentes públicos entrevistados a chegada dos moradores do Residencial dos Oitis não foi precedida de reuniões com membros do poder público. No caso da escola, ocorreu apenas uma reunião emergencial com a diretoria estadual de ensino, com intuito de planejar a organização da escola para receber os novos alunos. A direção da escola precisou resolver o problema relacionado ao aumento do número de vagas e de material para conseguir atender a nova demanda que emergiu no bairro. Para isso foi necessário transformar uma sala que seria destinada à informática em sala de aula.

Já a creche do bairro foi chamada apenas a participar de reuniões do Orçamento Participativo¹⁹, que ocorreram após o residencial estar instalado na região. Elas trataram conjuntamente com os moradores e agentes públicos do serviço educacional sobre algumas possibilidades de investimento no bairro. Os agentes públicos da creche solicitaram o aumento do espaço da unidade, mas o resultado final da reunião determinou a implantação do CRAS no território. Desse modo, a creche teve problemas de espaço físico para receber a nova demanda de alunos, que dobrou com a chegada das novas crianças ao bairro. Outro problema mencionado foi o comportamento agressivo de algumas famílias com os agentes públicos que trabalham na creche, logo que chegaram ao bairro. No entanto, tais comportamentos não ocorrem mais com a mesma frequência. Um dos agentes públicos entrevistados expôs que as famílias foram orientadas inicialmente a procurar o serviço de creche pública do CECAP, o bairro vizinho, mas muitas famílias recusaram e quiseram ser atendidas no bairro em que moravam. Sobre as dificuldades enfrentadas pela creche do bairro destacam-se as seguintes falas:

[...] no início foi bem difícil porque eles mesmo colocam assim uma barreira, então eles vinham falar com a gente já de maneira agressiva, que era uma autodefesa, a gente acredita [...] (AP EDUCAÇÃO 1).

[...] a creche ficou superlotada [...], tinha dia que eles dormiam meio que no corredor, assim, sabe? Porque não tinha espaço e a prefeitura não teve esse planejamento, sabe? Então não só por isso a gente sentiu muita dificuldade, mas por conta da diferença também das outras famílias, às vezes por falta de material, falta de participação. E na creche é um lugar que a gente precisa muito de participação e parceria dos pais (AP EDUCAÇÃO 2).

[...] nós precisamos desfazer uma classe que estava montada, uma classe de multimídia e com computadores pra área da educação pros alunos usarem. E de um dia pro outro nós precisamos desativar aquela sala que tínhamos acabado de ganhar praticamente, pra colocar alunos (AP EDUCAÇÃO 3).

¹⁹ O orçamento participativo é um instrumento da democracia representativa que chama os cidadãos a tomarem decisões sobre a gestão da cidade. Para isso, escolhem qual será a prioridade dos investimentos e usos dos orçamentos das prefeituras. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/controlesocial/OrcamentoParticipativo.asp>

Quando ao problema de lotação da creche, um dos entrevistados asseverou que o problema permanece, conforme sua fala exposta a seguir:

[...] faz quatro anos, elas ainda estão em superlotação aqui na creche, tem um monte de criança junto, às vezes dificulta o trabalho porque é uma turma muito grande, falta espaço e eles... Não se tocou mais no assunto, e assim foi ficando, sabe? [...] Por exemplo [...], tem três salas, tem seis turmas, o dia que chove, por exemplo, são duas turmas de vinte e cinco alunos em cada sala, olha o tamanho dessas salas, são setenta alunos aqui dentro, e são crianças, entendeu? Olha o espaço externo. É grande? É, mas olha o sol que tá. Hoje, por exemplo, tem um espaço que tem sol, entendeu? E assim, as turmas são muito lotadas, tem muita criança no espaço, assim, a gente tem muita matrícula, são quatrocentas [...]. Então isso dificulta o nosso atendimento. Porque não houve planejamento. A gente foi simplesmente informada: “a partir do ano que vem vocês vão receber” (AP EDUCAÇÃO 2).

Os agentes públicos entrevistados disseram sentir diferenças entre as famílias residentes no conjunto habitacional e as demais famílias do bairro, que já eram atendidas nas unidades educacionais, principalmente com relação ao comprometimento dos pais em relação aos filhos e ao comportamento agressivo das crianças. Segundo um dos entrevistados, a escola do bairro passou a ser depredada após a construção do residencial. O comportamento agressivo e negligente de alguns pais perante o sistema educacional também foi ressaltado como uma dificuldade das famílias que residem do conjunto habitacional.

Quando indagados a respeito dos problemas que identificavam junto às famílias de moradores do Residencial dos Oitis, os agentes apontaram: falta de recursos materiais; negligência familiar; violência doméstica; problema com o lixo; atraso dos pais em buscarem os filhos na creche ou escola; falta de crianças às aulas; tráfico de drogas e uso de drogas pelos pais das crianças atendidas.

A questão da segurança no bairro e no Residencial dos Oitis é um problema para os entrevistados, que consideram os dois territórios inseguros. Um deles discorreu sobre o aumento de roubos no bairro e no comércio com a chegada dos moradores do residencial ao bairro.

[...] eu percebo de relato até das pessoas que moram no bairro ou de outros funcionários que moram no bairro [...]. Tem uma vizinha que [...] falava que não podia estender roupa porque as roupas sumiam do varal, sabe? Não podia lavar um tênis e colocar pra secar, porque a hora que fosse ver já não teria mais a cesta (AP EDUCAÇÃO 2).

Os agentes públicos foram questionados sobre suas compreensões acerca das origens dos problemas citados, e destacaram a dificuldade de convivência, a falta de estrutura e as condições de pobreza em que vivem muitas famílias. Um dos educadores mencionou a falta de estrutura do residencial como um fator que contribui para a insegurança no local, pois dificultaria a entrada da polícia. O mesmo agente público também fez referência à falta de serviços públicos no bairro e ao fato de o conjunto habitacional ser vertical como fatores que culminaram nos problemas ainda existentes:

[...] se fosse um conjunto de casas a polícia poderia estar passando nas ruas, a polícia não pode entrar ali sem um mandato, sem um motivo, entendeu? Então, assim, eu acredito que eles reclamam por isso, sabe? A falta de segurança [...], eles reclamam da falta de estrutura no bairro também, por exemplo, não aumentou um posto, não fez um posto de saúde a mais, não fez uma escola a mais. Então eles têm que aceitar do jeito que tá aqui, entendeu? O bairro não foi preparado pra receber um conjunto habitacional. Principalmente um conjunto habitacional vertical (AP EDUCAÇÃO 1).

A dificuldade de convivência entre as famílias de moradores foi outro fator mencionado por dois agentes públicos entrevistados, e contribuído para a insatisfação das famílias que moram no conjunto habitacional. Segundo eles, existe uma dificuldade de convivência entre os moradores e também entre famílias “boas” e “ruins”. As famílias boas, segundo os entrevistados, seriam as famílias que se preocupam com seus filhos, e as famílias ruins seriam as que são negligentes, desestruturadas e têm envolvimento com o uso ou tráfico de drogas. Como foi ressaltado:

[...] acredito que tem um choque entre os próprios moradores do condomínio. Tem diferença sabe, não só com as outras pessoas do bairro, mas ali dentro do próprio condomínio acontece isso. Porque têm muitas mães que reclamam, tem uma criança minha que mudou recentemente, a mãe falou assim: “Graças a Deus eu consegui sair dali, porque eu estou criando meus filhos lá no meio, é difícil você falar pro seu filho: ‘ó, não faça isso’, sendo que ali todo mundo faz.” Então eu percebo que têm boas famílias ali que tão tentando até, às vezes, sair. Porque não querem continuar naquela realidade (AP EDUCAÇÃO 2).

Os agentes públicos do serviço educacional disseram que tentam atuar na superação dos problemas identificados. Segundo as entrevistas realizadas, os casos graves de violações dos direitos da criança são encaminhados ao Conselho Tutelar. Quando os problemas são identificados, há uma busca para que sejam trabalhados através de conversas que tratem de temas que auxiliem na formação da cidadania das crianças. No entanto, existe uma dificuldade narrada pelos agentes públicos da creche em lidar com as crianças quando são expostos temas relacionados à violência. É demandada da escola uma atenção voltada às

crianças atendidas. Os professores são orientados a permanecerem atentos a sinais que possam significar algum tipo de problema com as crianças. Segue a mesma agente educacional:

É muito difícil. [...] Por exemplo, ano passado quando as crianças vieram me falar: “Ah tia, o Marcos rouba, ele fica pedindo as coisas no mercado”, muitas vezes você não sabe como reagir, sentar e conversar, porque às vezes você também fica insegura em relação a isso. No nosso caso, por exemplo, com as crianças, o que a gente tenta fazer é isso, fazer um projeto sobre valores, conversar, fazer uma roda de conversa, porque eu acho que o que cabe a nós é mais isso, entendeu? [...] Às vezes a gente mesmo não sabe o que fazer. São situações que deixam até a gente surpreso, sem reação (AP EDUCAÇÃO 2).

Ou como afirmou um terceiro agente educacional:

[...] nós aqui na escola procuramos deixar tanto os pais como as crianças sabendo dos direitos e deveres deles. Inclusive com relação à violência. As professoras estão sempre, assim, preocupadas com isso, com uma criança que parece um pouco triste. Faz algumas perguntas pra criança, pra ver se tem alguma coisa intrínseca nisso, né? Nós estamos muito atentos, sempre (AP EDUCAÇÃO 3).

Quando questionados sobre a existência de projetos ou ações do sistema educacional que visem, especificamente, trabalhar a prevenção da violência junto aos moradores do Residencial dos Oitis, os três agentes públicos responderam que não há. Na creche existe a reunião de pais onde alguns temas são abordados, mas nunca foi trabalhada essa temática de forma específica. A escola do bairro procura trabalhar temas que julgue pertinentes nas reuniões de pais, mas de acordo com a fala de um agente público entrevistado existem dificuldades em criar um momento específico para discutir com os moradores esses problemas que são identificados no local onde moram, com perspectivas de trabalhar a prevenção da violência. O mesmo agente também fez alusão à necessidade de serem estabelecidas parcerias com outras instituições para desenvolverem conjuntamente estratégias de enfrentamento dos problemas que acometem as famílias de moradores do Residencial dos Oitis.

[...] chamá-los todos pra falar a respeito de violência, isso nós ainda não conseguimos fazer [...]. Nós não temos condições de chamá-los todos, nós precisamos de parcerias, de outras instituições pra fazer um trabalho bem feito, entende? (AP EDUCAÇÃO 1).

De acordo com os entrevistados, as políticas habitacionais merecem críticas atribuídas à construção de conjuntos habitacionais sob a forma de prédios; ao planejamento do atendimento dos serviços públicos essenciais para atender as populações novas desde a chegada dos novos moradores aos bairros e à seleção das famílias que vão morar em um

mesmo local. Como muitas vezes certas famílias já detêm um quadro de vulnerabilidade social, os conjuntos habitacionais acabam agrupando em um mesmo território famílias vulneráveis, o que acarreta uma intensificação dos problemas sociais. Sobre isso, destaca-se a fala do agente público entrevistado que considera essa política habitacional como uma ação higienista e despreocupada com a qualidade de vida e garantia de direitos das famílias atendidas:

[...] Eu vejo muitas crianças [...] que têm uma família problemática e que a criança cresceu vendo que só na casa dela tinha polícia todo dia, só na casa dela tinha violência todos os dias; que a mãe de todo mundo trabalhava, todo mundo tinha comida em casa e eu vejo que aquele menino cresceu percebendo que as coisas na casa dele não estavam tão legais, e que ele foi buscando outros caminhos. Ali, infelizmente, tudo é normal para quase todas as crianças. O pai de quase todo mundo foi preso, quase todo mundo não tem comida [...]. Muitas vezes, eu vejo que eles não veem outra saída para a vida deles. Ali é normal, todo mundo faz isso, todo mundo fica na rua, todo mundo não tem ninguém em casa para olhar; a mãe de todo mundo usa droga, eles veem prostituição. Então, às vezes, o que eu fico pensando que ele [o governo local] juntou um monte de problemas e não deu para essas pessoas alternativas; talvez de socializarem [...] com outras famílias e verem outros exemplos para seguir. Meio que eles são fadados àquilo, porque ali é realidade para todo mundo, e eu vejo que têm crianças que estão saindo da creche e estão seguindo pelo mesmo caminho. Só que, infelizmente, para eles é o normal. [...] É outro mundo; é difícil de você compreender olhando de fora, assim. [...] Tem roubo, tem arma. As minhas crianças sabem nomes de armas, eu não sei, entendeu? Então, assim, eu penso que foi muito errado o que foi feito, eu acho que ele [o governo local] deveria, sim, ofertar residência para essas famílias, tem que ter um programa social, tem que ter programa de políticas públicas, mas não dessa maneira. Eu vejo que a administração quis se isolar de um problema; ele pegou um canto da cidade e juntou as famílias que davam problemas ali e meio que limpou os outros bairros da cidade; por exemplo, tinham famílias dando problemas nos outros bairros da cidade, ele aglomerou ali. Só que assim ele não resolveu o problema, eu acredito que ele só piorou. Mas eu acredito que, talvez, para ele tenha sido mais fácil, ele concentrou todo mundo ali. Ali tem polícia todo dia e meio que ele tenta controlar. Eu não consigo entender às vezes qual foi a estratégia (AP EDUCAÇÃO 2).

Por meio das entrevistas realizadas junto aos agentes públicos que atuam no serviço educacional do bairro Jardim Iguatemi foram identificadas situações em que ocorrem a violação dos direitos da criança envolvendo as famílias que moram do Residencial dos Oitis, como a negligência familiar. As origens dos problemas identificados, segundo os entrevistados, relacionam-se ao modo como o residencial foi implantado. A ausência de planejamento junto ao serviço público educacional se soma aos problemas estruturais que ocorrem em conjuntos habitacionais construídos sob a forma de prédios. A vulnerabilidade

social atribuída às famílias de moradores foi outro fator que surgiu como justificativa aos problemas apresentados.

Embora existam problemas graves acometendo as famílias de moradores do Residencial dos Oitis, o serviço educacional não realiza trabalhos especificamente voltados a essa população, que tenham a perspectiva de trabalhar a prevenção e superação da violência e insegurança urbana evidenciadas nesse território do bairro.

De acordo com as entrevistas realizadas, existe a necessidade de melhorar o planejamento das políticas públicas habitacionais e de investimento no sistema educacional que se encontra superlotado.

6.4 As famílias de moradores do Residencial dos Oitis

As entrevistas realizadas com os moradores do residencial dos Oitis ocorreram na unidade do CRAS. As primeiras entrevistas foram realizadas com mulheres que participavam dos grupos do Renda Cidadã²⁰ que aconteciam nessa unidade do CRAS e foram inicialmente acompanhados pela pesquisadora. A pesquisa em questão foi apresentada às mulheres no momento dos grupos, e as mulheres que aceitaram participar das entrevistas se prontificaram a chamar outros moradores para participarem. Sendo assim, as entrevistas também foram realizadas junto a moradores que não frequentavam as reuniões do CRAS.

A equipe de agentes públicos do CRAS auxiliou na indicação de famílias para participarem da pesquisa, comunicando-as sobre esta e fornecendo dados de contato para a pesquisadora, quando autorizado. Apenas um jovem do sexo masculino participou das entrevistas. Os demais sujeitos do sexo masculino convidados a participar não aceitaram serem entrevistados. Nota-se que há poucos homens moradores dos oitis que frequentam o CRAS, e que a maioria das famílias são chefiadas por mulheres.

Durante o período de realização das entrevistas existiram situações que impediram a pesquisadora de conviver com moradores do Residencial dos Oitis para realizar o trabalho de campo. Agentes públicos solicitaram que a pesquisadora não adentrasse no residencial e que as entrevistas fossem realizadas no CRAS. Também alguns moradores informaram à pesquisadora que não seria seguro entrar sozinha no residencial.

²⁰ O Renda Cidadã é um Programa estadual de transferência de renda que promove ações complementares e concede apoio financeiro direto às famílias (RENDA CIDADÃ).

Nessas condições, as entrevistas foram realizadas no espaço do CRAS, em uma sala disponibilizada exclusivamente à pesquisadora. Foram realizadas catorze entrevistas cujos principais conteúdos estão ressaltados neste subcapítulo.

Inicialmente as famílias foram questionadas sobre as condições que as levaram a tornarem-se moradoras do Residencial dos Oitis, e as respostas obtidas referem-se à impossibilidade de comprarem uma casa própria devido às más condições financeiras. As famílias participaram do Cadastramento Único junto à Secretaria de Habitação de Araraquara e então foram contempladas com os apartamentos do residencial em outubro de 2011.

Contudo, metade dos entrevistados mencionou que não queriam ir para apartamentos, pois tinham preferência por uma casa, onde teriam mais privacidade. A preferência por uma casa está destacada nas seguintes falas dos moradores entrevistados.

Porque a casa é tua, você faz teu muro, faz o teu portão, você aceita quem você quer dentro da sua casa, não é porta com porta. Eu moro no terceiro andar com três crianças e meus filhos não pode nem sair pra fora, ficam presos dentro de casa. E você anda dentro de casa fica sempre no mesmo quadrado. Então, uma casa tem um quintal para as crianças brincarem, não tem briga, não fica reunindo aquele monte de criança, eu nem deixo mais minhas crianças descerem lá embaixo. Então tá difícil ali. Eu quero sair de lá, mas não tenho esperança que eles tirem a gente de lá (MORADORA 2).

O depoimento de outra moradora:

[...] nunca quis morar num apartamento, mas aí foi o que apareceu pra mim [...], e aí consegui, aí estou lá, infelizmente estou lá. Através da Bolsa família e também do Minha Casa Minha Vida (MORADORA 7).

O desejo de mudar para uma casa esteve presente na fala da maioria dos entrevistados, que também afirmaram ser melhor morar em uma casa. Em outros momentos das entrevistas é notável a constatação de que a construção de um conjunto habitacional na forma de muitos apartamentos causa problemas como brigas e desentendimentos entre vizinhos, e falta de cidadania. Por falta de cidadania compreende-se a ausência de cooperação na partilha do que seriam responsabilidades coletivas.

[...] a gente merece uma casinha onde a gente possa fazer nosso muro e viver em família. Não tem como quatro famílias viverem na mesma área, é muito difícil, é muito difícil. Você não pode nem assistir uma televisão, você tá com a televisão ligada, seu vizinho liga um rádio e aí você acaba ficando nervosa, acaba perdendo as estribeiras, e vai lá e fala pro vizinho abaixar o rádio. O vizinho pega, ignora, é onde sai briga, que é o que mais tem ali, briga, facada, é tudo que tem ali, entendeu? (MORADORA 5).

Foi possível identificar que houve uma grande frustração dos moradores após certo período da mudança para o residencial, atribuída aos problemas que foram emergindo com o tempo.

[...] eu fui fazer a inscrição, aí queria ganhar uma casa, aí quando saiu, saiu um apartamento. No primeiro momento a gente ficou muito feliz, todo mundo, não só eu que ganhei, mas todo mundo que saiu na lista. A gente foi morar, tudo, só que a gente foi abandonado, esquecido lá [...] (MORADORA 11).

E:

[...] quando a gente ganhou aquilo ali era lindo, eu até cheguei a ajoelhar no chão e agradecer a Deus por ter ganhado aquilo ali. Mas com o passar dos meses, quando com 9 meses, 1 ano, o nosso sonho se transformou em pesadelo e até hoje é um pesadelo. Não fiquei nada feliz com aquilo ali [...]. Depois que eu mudei pra aquilo dali, quando eu mudei ali eu tinha uma cara tão novinha, depois que eu mudei para ali envelheci, de tanto desgosto (MORADORA 5).

[...] No começo era tudo limpinho, era tudo, sabe? Cada um na sua, tudo em ordem, agora não. Tinha porteiro, tinha interfone, tinha guarda, agora não tem nada, nem as escadas têm iluminação. É horrível [...] (MORADORA 7).

[...] no começo era bom, tinha portaria, tinha segurança. Era tudo arrumadinho, tudo limpinho, tinha luz, tudo, hoje não tem nada disso. Mudou pra pior, não tem portaria, não tem luz, não tem. Agora, como eu te falei, o esgoto está vazando, nas escadas não têm luz, tá uma escuridão, perigoso você descer e cair e se machucar ainda, tá feio. Fora o tráfico que tem lá, tá feio o negócio. Tá difícil, pra quem é do bem morar lá não é fácil não, não é fácil, muita gente já abandonou, foi embora. Só que ao invés de lá vai pra onde? Vai pagar aluguel? A gente não tem saída, né? Eu pago 43 reais, vou pagar um aluguel de R\$ 500? Não tem condição, né? Tem que ficar lá aguentando até a Prefeitura tomar providência, não sei quando (MORADORA 9).

No que diz respeito à sensação de insatisfação dos moradores, as entrevistas permitiram constatar que as famílias que participaram deste estudo gostariam de morar em outro local. Apenas um dos moradores entrevistados não gostaria de sair do Residencial dos Oitis, mas averiguou-se que a opção em continuar nesse território não é por preferência pelas condições que essa moradia oferece para sua família, mas por ser a única possibilidade de viver a vida conjugal, de acordo com sua história de vida que remete a dificuldades nesse aspecto.

Os moradores falaram de brigas entre vizinhos, abuso sexual, roubos, descaso do Poder Público, preconceito, moradores que detêm armas de fogo, desrespeito às normas do residencial (sobretudo com relação à dispensa do lixo) e falta de assistência das políticas

públicas. Os problemas mais destacados foram o uso de drogas nas áreas comuns do residencial e o tráfico de drogas. Todos os moradores entrevistados relataram problemas existentes no Residencial dos Oitis. Sobre os problemas mencionados destacam-se as seguintes falas:

[...] toda hora tem gente brigando, mulher, homem com homem, então é tudo, é faca, é arma, é tudo. Uma coisa que eu nunca vi na minha idade eu estou vendo agora [...] (MORADORA 1).

[...] não está tendo jeito de viver ali, não está tendo condições. Ali é briga, é faca, é revolver, é tudo, criança no meio, não tá tendo jeito (MORADORA 2).

[...] Eles fumam droga, sabe? Perto das crianças, jogam fumaça nos rostos das criança, andam armados com pedaço pau. A polícia vai lá, correm tudo, polícia saí, eles voltam tudo de novo, que tá que lá tá feio (MORADORA 3).

[...] tem muita droga ali dentro [...]. Pessoa usa maconha vinte e quatro horas, não é normal, né? Muita gente, todo mundo andando armado, só quer saber de droga, roubar. Tem traficante também que vem mora aí [...]. Não é seguro, fico preocupada. Meu filho, ele não sai pra fora. [...] Ninguém respeita ninguém [...] (MORADORA 4).

[...] roubo, é bastante coisa, coisas que a gente até não pode comentar, né? Tenho medo (MORADORA 5).

[...] é complicado, sabe? Tem bastante criança e aquele esgoto, sabe? Transbordou tudo, tá lá a céu aberto (MORADORA 6).

[...] é um tráfico de droga lá, esgoto tá horrível aquilo ali, lixo, muito lixo (MORADORA 7).

[...] não tem segurança. Entra gente ali que você não conhece, você não sabe quem mora, quem não mora, porque ali é assim, entra um num apartamento, daqui a pouco no outro dia no outro apartamento você já vê outra família, uns falam que vendeu, uns falam que não, e aí você não sabe quem mora ali, quem não mora (MORADORA 8).

[...] houve caso de estupro também, lá dentro. Parece que foram 11 meninos e uma menina de 13 anos, disseram que falaram que ela quis, né? Mas aí a gente não sabe, e a mãe estava trabalhando no momento, e aí mãe dela foi na delegacia, deu denúncia como estupro, a menina é “de menor”, ela nem está morando mais lá, mudaram de lá. Ali, acho que a única coisa que não aconteceu foi morte, porque, de resto, já aconteceu de tudo, de tudo. É o que está faltando acontecer, morrer alguém [...] (MORADORA 9).

[...] muita briga por causa de droga, por causa de espaço de droga lá no Oitis, por causa de ter muita gente bebendo [...]. Já começa a briga por causa dessas coisas. Muito barulho na janela dos outros que têm que acordar cedo pra trabalhar, os outros ficam bravos, têm que reclamar mesmo, têm que ligar pra polícia. Você fala, o povo não escuta, o povo não dá atenção, aí o povo liga pra polícia mesmo, fica ruim (MORADOR 10).

[...] ali tinha muito preconceito, né? A gente ia entregar currículo e não podia colocar o nome dali, se colocasse: “Ai, mora lá no Oitis?” Eu praticamente trabalhava no momento que eu mudei pra lá, aí todo mundo ficava falando: “Ah, ela mora no Carandiru”, tá difícil (MORADORA 11).

[...] apareceram uns problemas de rachadura, de estrutura [...] da rede dos esgoto [...]. Estoura tanto a rede de esgoto ali, que só Deus[...]. Vira e mexe estoura um pra frente, estoura um lá pro meio, no campo, que toma o campo todo, o gramado fica parecendo uma piscina [...]. A gente só via isso na televisão, infelizmente, agora eu moro bem ao lado. É, é bem difícil [...], que nem tem areia lá e fica contaminado, não fica? Então a gente solta a criança, fica difícil, né? Não dá (MORADORA 12).

[...] e a gente teve muito problema com lixo, né? As pessoas não tinham, nos blocos de cima, não tinham a decência de levar até lá na frente, jogar, pra tirar de cima [...]. Jogava em cima da caixa de gás, entrava tudo dentro dos quartos [...] (MORADORA 13).

[...] eu percebi que ali quase todo dia era briga, quase todo dia tinha polícia ali. E agora é mais por causa disso mesmo [...], porque os caras, eles não respeitam as crianças, os caras ficam fumando, aí tá passando com as crianças e eles tão ali, soltam aquela fumaça [...]. Você vai falar e eles não gostam. Então, o problema mais ruim que eu acho ali é as drogas. Têm muitas drogas. Porque tem criança de cinco, seis anos, no meio [...]. Eles já sabem que se a polícia vier você avisa. Então eles já veem a polícia, já saem correndo para avisar, entendeu? Fora que tem criança que fuma também. Então é difícil, o problema ali mais é o negócio das drogas [...] (MORADORA 14).

Os problemas envolvendo o descarte do lixo foram verificados com frequência nas entrevistas realizadas, e a explicação dos entrevistados foi que os próprios moradores do residencial jogam o lixo em lugares incorretos, o que dificulta a coleta do lixo. Quando questionados sobre o serviço de lixo, os moradores responderam que o serviço passa no Residencial dos Oitis periodicamente:

[...] o lixeiro faz essa parte, só que os outros não colaboram, né? Ao invés de pôr o lixo na lixeira, põem na porta, põem no chão. Aí, vai lá o cachorro e rasga, vira aquele lixão, é duro (MORADORA 9).

[...] Olha, eles não estão recolhendo direito porque as pessoas jogam o lixo aberto. Então fica jogado e os lixeiros não têm tempo pra isso, eles têm que pegar a sacola e sair (MORADORA 12).

Ainda sobre os problemas no residencial, moradores consideram que existem muitas famílias boas que moram ali, mas que há uma quantidade expressiva de moradores que causam problemas graves e acabam comprometendo todo o Residencial. Em um momento da fala, um dos moradores afirmou que não é a maioria das famílias que integram o conjunto habitacional que causam problemas:

[...] vou falar assim, de 100% de famílias, 80% são famílias boas. 20 são famílias que vêm, não sei se são problema social, sei lá, se é a falta de educação. São os próprios moradores mesmo. De 100%, 20 são os que badernam aquilo dali (MORADORA 5).

Porém, em outro momento asseverou que:

[...] Ali ninguém pode olhar pra ninguém que já estão querendo se esfaquear. Então, acho que o prefeito deveria olhar a maioria que são invadidos e tirar, ele vai ver quantos vai sobrar. De 256, acho que não vai sobrar 100 apartamentos, que são as pessoas que pagam tudo certinho, pra uma hora ver se consegue viver num lugar melhor[...] (MORADORA 5).

Sobre a distinção entre famílias consideradas boas ou ruins, também houve a fala de outro morador que referiu-se a metade das famílias como sendo “boas”.

[...] quando a gente foi fazer a inscrição, ele deu preferência para as mães solteiras e que tinham filhos, entendeu? Só que ele não viu as mães solteiras, quem que eram os maridos, os ex-namorados, ex-maridos, que são presos, traficantes. Aí ele misturou, ele fez uma mistura, ele pôs gente boa, tem muita gente boa que mora ali [...], ali 50% é gente boa. O resto, o resto não salva não (MORADORA 9).

A sensação de insegurança dentro do residencial também foi destacada pelos moradores entrevistados. Consideram o bairro seguro, mas percebem no Residencial dos Oitis um território de insegurança.

Falta segurança em tudo. A portaria fica a Deus dará, entra quem quiser. No fundo era tudo fechado e eles arrancaram tudo [...]. Dentro do meu apartamento, eu estando dentro do meu apartamento pra mim está bom. Mas depois que você vai lá fora, você fala assim: Meu Deus, me tira daqui que eu não aguento mais ficar aqui (MORADORA 1).

E a discriminação entre eles e elas se reproduz:

[...] na verdade é o pessoal dos predinhos que aterroriza o bairro, não é o bairro que aterroriza os predinhos (MORADORA 5).

Entretanto, um dos moradores mencionou a praça do bairro como território de insegurança, para além da presença do Residencial dos Oitis:

Na pracinha só tem gente que vende droga. Porque quando eu trago minha netinha pra gente dar uma volta, não adianta, porque tem também gente que vende droga também ali (MORADORA 3).

O problema com a portaria do residencial e com a falta de um porteiro foi verificado através da fala de muitos moradores. Além das dificuldades em manter um porteiro devido às ameaças sofridas por alguns moradores, um dos entrevistados discorreu sobre o problema com os interfonos, que desde a inauguração do Residencial nunca funcionaram. Outra questão que

apareceu como justificativa para a falta de um porteiro e demais serviços no residencial foi a inadimplência dos moradores com o condomínio.

No intuito de conhecer melhor os problemas evidenciados, foram questionadas junto às famílias de moradores do residencial as origens dessas violências. O tráfico de drogas e o seu consumo nas áreas comuns apareceram com mais frequência na fala dos entrevistados como os responsáveis pelos problemas que envolvem o conjunto habitacional. Também se destacam outras explicações, como a que relacionada à falta de espaço dentro dos apartamentos, que muitas vezes abrigam famílias numerosas. Esse apontamento foi feito por um morador:

[...] aqui você “malemá” pode abrir a porta, você já tá num quadradinho minúsculo. Eu não sei como é que tiveram cabeça pra fazer assim um negócio desse. Porque uma casa, você solta, tem lá já seu quadrado, mas mesmo que o vizinho incomode [...] você tem um espaço mais amplo, né? Aqui é bem reduzido, então a gente não consegue não, é uma jaulinha (MORADORA 12).

Ou ainda:

[...] eu acho que jogaram só os moradores lá. Então vamos supor: eu só tenho duas filhas, então na minha cabeça, dava certo, pelos quartos, um quarto só pras menina, um quarto meu [...]. Mas você vê gente lá que tem cinco, seis filhos, então cê já percebe que o espaço é muito pequeno. [...] A estrutura era boa pra uma família de quatro pessoas. Não pra dez pessoas. Aí gera conflito (MORADORA 13).

Em outro momento, um dos moradores mencionou que o material utilizado para a construção das paredes dos andares superiores é de uma qualidade ruim, que não isola o som externo. Desse modo, os barulhos efetuados nas escadas e em outros apartamentos chegam ao interior das residências e causam incômodos.

A dificuldade em pagar o condomínio foi outro fator que apareceu como um problema. Diz um morador:

[...] eles cobravam o condomínio. Eu acho assim que pra gente já tá ali é porque a gente necessita daquilo ali, que é pra baixa renda. Então a gente é baixa renda, então era muita coisa, a gente tem que pagar condomínio, pagar prestação da casa. Que nem eu, tenho quatro filhos, por comida dentro de casa, é remédio, é gás, é muita coisa, entendeu? Então, acharia que assim a Prefeitura teria que colocar guarda, porteiro, por conta deles, entendeu? Mas não aconteceu. Então, fica difícil porque tem muita gente lá que assim, é bem menos de vida que a gente, sabe? Não tem condições mesmo, aí ficou complicado (MORADORA 7).

Outra justificativa evidenciada através das falas dos moradores para explicar as origens dos problemas identificados no Residencial dos Oitis é a dificuldade de adaptação das

famílias ao mudarem-se para um ambiente com a estrutura de um condomínio de prédios, onde existem muitas pessoas convivendo juntas e compartilhando áreas em comum.

Exemplos das constatações dos moradores estão transcritas abaixo:

[...] todo mundo que está ali nunca morou desse jeito, morava em casa, então foi praticamente abandonado lá (MORADORA 11).

[...] as pessoas não têm noção, parece, de comportamento, pra poder viver assim. E no caso tinha que ser assim, sabe? As pessoas, pra irem pra lá, tinham que passar com um psicólogo, sabe? Você tinha que pesquisar bem. Acho que não é assim, você pega um que tá precisando e pronto, você viu lá no cadastro e joga. Tinha que pesquisar, porque não é qualquer um que consegue conviver, porque respeito é uma coisa difícil hoje em dia [...]. Ali parece um negócio primitivo, né? Direto da pré-história. Aí eu tenho um comportamento x, passo isso pros meus filhos, que não é pra jogar um papel [...]. Aí, já pensou se todos fossem assim? (MORADORA 12).

O tráfico e o consumo de drogas apareceram como causas prováveis para os problemas identificados pelos moradores. Devido aos problemas mencionados, muitos moradores abandonaram os apartamentos, gerando um problema de invasão dos apartamentos abandonados. Esta foi mais uma das justificativas encontradas nas entrevistas junto às famílias de moradores para a violência existente no interior do conjunto habitacional.

Teve muitos de bem que já foram embora porque não aguentam ficar lá. Pra mim, ir embora e pagar aluguel só com meu marido trabalhando. Eu não tenho como, senão, já tinha saído também, pelos meus filhos (MORADORA 1).

[...] as pessoas boas estão saindo tudo, fechando e saindo. Tem bastante gente que saiu de lá, e precisa de lá, mas tem que sair de lá, porque não está aguentando. Eu, se eu pudesse morar numa lona grande, eu preferia morar debaixo de uma lona do que morar lá. Tá difícil, difícil mesmo (MORADORA 3).

Pôde ser constatada a insatisfação dos moradores quanto à necessidade de interferência do Poder Público, que, segundo a fala de alguns, não demonstrou interesse em resolver os problemas que as famílias enfrentam no residencial. E o estigma junto aos moradores do Residencial dos Oitis foi outro tema de destaque nas entrevistas. Segundo alguns deles, o fato de morarem no residencial implica em julgamentos negativos por parte da população, o que constitui uma dificuldade para conseguirem empregos.

[...] questão de trabalho, a gente tem bastante discriminação, a gente inclusive quase não coloca o endereço dali, a gente coloca de alguém mais perto, alguém mais próximo (MORADORA 12).

Quanto aos serviços públicos de proteção social, as famílias entrevistadas foram indagadas sobre a atuação dos sistemas de saúde, educação e assistência social. O sistema de saúde do bairro foi considerado bom por todos os moradores entrevistados, exceto um que citou a falta de médicos. O mesmo morador também criticou a atuação de alguns agentes de saúde que costumam encaminhar certos casos para a UPA, e atribuiu a dificuldade dos moradores em se deslocarem até a UPA pelos problemas financeiros em custear o transporte.

[...] No começo estava pior, médico não tinha nenhum. Nós íamos no postinho, jogavam pra um, jogavam pra outro, tinha vezes que ia lá e eles mandavam pra UPA. É impossível nós irmos pra UPA, porque precisa de passagem. Tinha pronto socorro aqui, fecharam e fizeram um postinho, o postinho só fica aberto até as 17. Depois das 17, quem tem condução dá pra levar, quem não tem, até meia-noite ônibus passa, depois não passa mais. Ficou pior porque eles tiraram o pronto socorro daqui, colocaram postinho. O postinho ficou pior, bem mais do que tinha. Agora, por enquanto parece que têm dois médicos, mas atendem três vezes por semana. Têm vezes que não atendem, quando não atendem eles mandam pra UPA, chega lá também não tem médico, aí volta pra trás (MORADORA 8).

Outra moradora fez menção à existência de preconceito por parte de agentes públicos que atuam nos sistemas de proteção. Contudo, o serviço de saúde foi citado como isento a essa crítica.

Bom, já foi um pouco melhor, mas no posto eu não tenho o que reclamar [...]. Apesar de que [...] todo lugar teve um pouco de preconceito, porque aí acha que a gente é barraqueira tudo, né? Mas no posto de saúde não (MORADORA 12).

O sistema educacional também foi considerado bom pela maioria das famílias entrevistadas. Contudo, a fala de um morador menciona a demora em conseguir vagas na creche do bairro quando mudou-se para o Residencial dos Oitis

[...] vaga na creche eu demorei pra conseguir pro meu filho, mas eu consegui. [...] Não tinha vaga, aí eu fiquei lá na fila de espera, e sempre indo falar com a diretora, direto, ligando na secretaria da educação até que eu consegui a vaga (MORADORA 5).

Outra moradora mencionou que sempre existiram vagas no sistema educacional do bairro:

[...] sempre teve vaga, desde o começo. Tem mãe que não consegue porque não vai lá fazer inscrição antes, mas assim, nunca ficaram sem estudar não, da creche vão pra escola, tão estudando, sempre fui bem atendida, pelo menos essa parte de escola, de postinho. O problema é lá dentro do condomínio (MORADORA 9).

Com relação aos problemas mencionados, os moradores foram perguntados a respeito da existência de políticas ou projetos que trabalhem a prevenção da violência. As respostas foram unânimes quanto a ausência de tais políticas. Alguns moradores relataram que, no início, o CRAS ia até o residencial fazer alguns trabalhos e grupos de orientação com as famílias, mas que essa atuação dos agentes públicos de assistência social durou pouco tempo. Também foi feita menção de um professor de educação física que ia até o conjunto habitacional dar aulas de esporte para as crianças. Contudo, atualmente as atividades esportivas não acontecem.

Os moradores também discorreram sobre suas perspectivas de superação da violência e dos problemas instalados no Residencial dos Oitis, e propuseram a atuação mais presente do Poder Público como uma medida possível no sentido de resolver alguns dos problemas estruturais que estão presentes no residencial. Também mencionaram a necessidade do planejamento de políticas públicas voltadas, especificamente, à população de moradores. Grande parte das entrevistadas sugeriram que a Prefeitura fizesse um remanejamento das famílias moradoras para casas como solução para os problemas. Para a maioria dos moradores conjuntos habitacionais construídos em forma de apartamentos não são considerados uma boa alternativa para as políticas habitacionais populares.

[...] falaram que ia ter gente ajudando a gente e não tem, desde o começo não tem ninguém lá pra nos orientar (MORADORA 11).

[...] esqueceram da gente, Prefeito, principalmente, esqueceu da gente. Esqueceu porque a gente fala que vai na Habitação, eles falam que não é da parte deles, que eles não têm o que fazer. Aí, esses dias meu marido conversou com o vereador, meu ex-marido, conversou com o vereador e ele falou assim, “falei com o moço lá que é caso de polícia, que não tem o que fazer.” Como assim, ali é penitenciária? Que não tem o que fazer ali, então o que que nós vamos fazer, né? Fica difícil, né? [...] Sabe o que podia fazer ali? Dar uma casa para as pessoas que pagam em dia, como nós, gente do bem, e os que não pagam, os que invadiram, tira e pronto, e a destrói[...]. Porque casa é casa, né? Não vai ter esse tipo de problema se ele não fizer mais prédio, porque se ele fizer prédio assim não vai dá certo. Ah, não dá! Depende quem ele por lá dentro. Não é a culpa do prédio, é a culpa das pessoas. Se ele pusesse gente do bem lá, ou pagar um pouquinho a mais, entendeu? Selecciona, puxa a ficha da pessoa, ver quem que é, entendeu? Mas ele não fez nada disso, ele não fez nada disso, ele foi jogando lá, aí virou o que virou, né? [...] Eu e mais um monte de gente ali que merece mudar dali e os outros, os que invadiu, sei lá, eu não tenho o que falar, porque às vezes não tem pra onde ir também, né? Mas a gente não pode ajudar, mas tem gente ali que invadiu porque tem condição, invadir ali, ou invadir pra quebrar, pra destruir, pra tacar fogo. Agora tem que seleccionar ali. A Habitação até sabe quem é morador e quem não é, porque já foram lá, viram quem é morador, quem que não é, aí eles falam que você não pode alugar, você não pode vender, tem que morar lá. E aí, como faz? Vai ficar ali, tem que ficar presa ali [...]. Eu não queria mudar do bairro, porque o bairro é muito bom, mas se precisar. Porque ali era projeto pra ser casa, né? Eles

fizeram prédio pra por mais pessoas, só que aí não deu certo (MORADORA 9).

A fala dessa moradora sintetiza muitos aspectos relacionados à segurança urbana no Residencial dos Oitis. A experiência das famílias, até então, era de viver em casas separadas, não contíguas, de tal modo que as relações entre seus membros eram, de alguma maneira, equilibradas e privadas de interferência direta de vizinhos. Integrantes das famílias que trabalham e ganham salário para pagarem um valor maior do que a prestação desse projeto poderiam se deslocar, segundo ela, para casas em outros bairros. Grupos que invadiram os apartamentos do Residencial teriam que sair, por justiça. Seria fundamental que houvesse uma área livre de recreação para as crianças brincarem, ao invés de ficarem “fechadas” dentro de um apartamento de pouco mais do que quarenta metros quadrados. São referências, depoimentos, que deveriam chegar, ou que já chegaram ao conhecimento dos engenheiros responsáveis por esse projeto vertical. Um diálogo como o que tive com as moradoras entrevistadas, se fosse realizado com os engenheiros, arquitetos e outros gestores desse projeto antes de sua concretização, certamente provocaria alterações nos desenhos dos apartamentos e na concepção de verticalização de conjuntos habitacionais populares. Por isso registramos o que outra moradora denominou “falta de consideração”. Esta fala pode ser entendida com uma falta de respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros:

[...] eu acho que é uma falta de consideração, não sei nem se é social, acho que é da prefeitura mesmo, de fazer um projeto ali dentro. Ou tira todo mundo dali, ou então entra com recurso pra melhorar aquilo dali, porque também não é justo eu ter o apartamento aonde eu reformei, coloquei piso [...]. Eu acho que deveria tirar os invadidos, que a maioria dos invadidos são as famílias que não são de índoles boas, tirar de um modo geral tudo que não presta e dar uma reformada naquilo dali, murar aquilo ali, e colocar uma portaria lá na frente de novo, entendeu? Porque ali nem condomínio ninguém paga mais. Antigamente tinha um condomínio, aí tinha portaria, tinha como manter um funcionário na portaria, mas nem condomínio ninguém paga mais. Então eu acho que o prefeito deveria olhar um pouco mais pela gente ali, né? E já que, se não for assim [...], tirar as família boas dali e dá uma casinha pra gente, porque a gente merece uma casinha, onde a gente possa fazer nosso muro e viver em família (MORADORA 5).

O Prefeito citado representa a autoridade pública de referência dos moradores, talvez porque ele tenha estado presente no dia da distribuição das casas, ou da entrega das chaves para as mulheres chefes de família. No entanto, a moradora acima citada defende a moradia como direito na afirmação: “a gente merece uma casinha, onde a gente possa fazer nosso

muro e viver em família.” Na Constituição Federal essa expectativa já é lei, mas para os gestores municipais ela é considerada, talvez, sonho de pessoas ingênuas.

As entrevistas realizadas junto às famílias de moradores do Residencial dos Oitis permitiram conhecer a realidade dos problemas que são vividos por seus moradores. Dentre os problemas identificados nas falas dos moradores destacam-se o consumo e a venda de drogas no interior do residencial. Este é mais um aspecto importante e complexo que deve ser abordado nas discussões sobre segurança urbana em nosso país. Só que os serviços locais parecem estar alheios a ele. Mesmo assim, na consciência ingênuas dos moradores os serviços públicos como saúde, educação e assistência social foram considerados bons pelas famílias entrevistadas.

7. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE CONHECIMENTO SOBRE SEGURANÇA URBANA NO RESIDENCIAL DOS OITIS

Este capítulo reúne a análise das entrevistas semiestruturadas realizadas com os sujeitos da pesquisa, os dados obtidos sobre o Residencial dos Oitis e o diálogo teórico com as nossas referências, de modo a emergir a reflexão sobre a insegurança urbana no residencial. Tomamos como uma de nossas referências teóricas a metodologia do sociólogo português Telmo Caria, que preconiza a união dos saberes entre pesquisador e pesquisados, concebendo-a dentro de relações sociais de conhecimento.

A segurança urbana está compreendida neste estudo como o conjunto de aspectos objetivos e subjetivos que propiciam a uma família viver com qualidade de vida e ter suas necessidades básicas atendidas. Em um primeiro momento, esse modo de vida deve ser reconhecido num processo de integração das famílias em seus bairros e na cidade, pois são nestes territórios que os seus integrantes formam também a consciência do que seja uma cidade segura.

Um território de segurança urbana é aquele em que os atores sociais podem desempenhar suas atividades cotidianas, exercendo seus direitos constituídos: o direito de ir e vir, o direito de se expressar com liberdade, os direitos à saúde, educação, assistência social, trabalho e vida comunitária. Compreende-se que onde faltam direitos e atendimento às necessidades básicas desses moradores não há uma situação de segurança para o desenvolvimento pleno de uma família. Desse modo, a segurança urbana é coproduzida pelos serviços públicos e pela sociedade civil, cada um com seus deveres e responsabilidades a serem dispostos no dia a dia das cidades.

Os serviços de proteção que atuam no bairro do Residencial dos Oitis, como os que atuam nas áreas da saúde, educação e assistência social, são considerados pilares de produção da segurança urbana. Junto a eles estão as famílias de moradores, que também são responsáveis pela coprodução da segurança urbana. A unidade familiar pode tornar-se um importante elo de práticas de cidadania quando encontra condições de se estabelecer dignamente. Responsabilizar a família pela superação de muitos problemas que a atingem é possível, desde que sejam reconhecidas suas capacidades num contexto específico e que se confira a ela relevância política como unidade de exercício da cidadania (TEIXEIRA, 2013; SERAPIONI, 2015).

Para serem coprodutoras de segurança urbana as famílias devem ter condições de renda, educação e saúde. Uma família que vive em condições de pobreza encontra-se

debilitada na possibilidade de conferir a seus membros dignidade e qualidade de vida, o que justifica a necessidade de políticas públicas de transferência de renda (DOWBOR, 2015). Nesse contexto, a autonomia das famílias está diretamente ligada a superação da pobreza.

Segundo dados levantados junto à Secretaria de Assistência Social, cerca de 149 famílias de moradores do Residencial dos Oitis recebem benefícios governamentais de transferência de renda, como o Bolsa Família, Renda Cidadã, BPC e Ação Jovem, devido à situação de pobreza em que se encontram, e 54 famílias recebem mais de um benefício. As condições de baixa renda em que vivem mais da metade dessas famílias foram reconhecidas como a causa de problemas que as mesmas enfrentam no cotidiano, como a falta de dinheiro para transporte quando não há vagas no sistema de saúde e são encaminhadas a unidade de pronto atendimento (UPA); e também a impossibilidade de morarem em outro local, pois muitas famílias consideram o Residencial dos Oitis um ambiente ruim para se viver.

O Residencial dos Oitis foi considerado, neste estudo, um território de insegurança urbana, pois através da pesquisa de campo foi possível constatar que as famílias de moradores vivem no cotidiano experiências onde podem ser verificadas violações de direitos, falhas na atuação do sistema de proteção, e também a insegurança sob a forma do medo relacionado ao lugar em que moram.

As entrevistas realizadas com os sujeitos desta pesquisa, os agentes públicos e as famílias de moradores, permitiram identificar os problemas que acometem os moradores do Residencial dos Oitis: falta de recursos financeiros das famílias, negligência familiar, violência doméstica, abuso sexual, evasão escolar, problemas relacionados ao descarte do lixo, descaso do poder público, preconceito contra os moradores, brigas entre vizinhos, furtos, maus tratos aos animais, condições precárias de higiene, prática de sexo em áreas comuns, dificuldades de convivência entre os moradores e, sobretudo, o tráfico e o consumo de drogas no interior do conjunto habitacional. Estes foram os problemas mais destacados nas falas dos entrevistados.

No momento a seguir serão destacados alguns conteúdos das entrevistas, como o planejamento urbano, a insegurança e medo, a atuação do sistema de proteção e as questões de subjetividade relacionadas à moradia. Esperamos assim avançar na discussão sobre perspectivas de superação da insegurança urbana no Residencial dos Oitis.

7.1 A crítica à política habitacional de Araraquara

A política habitacional que deu origem ao Residencial dos Oitis foi alvo de interesse desta pesquisa, e sobre ela foram feitas questões aos agentes públicos do serviço de proteção social e aos moradores do residencial. Segundo os moradores entrevistados, a procura por auxílio da política habitacional Minha Casa Minha Vida ocorreu devido à necessidade que tinham de moradia própria, associada à dificuldade financeira para adquirir um imóvel. Este quadro os levou a fazerem inscrição no Cadastro Único da Secretaria de Habitação de Araraquara, pleiteando uma casa. O interesse prévio em obter uma casa, e não um apartamento, foi evidenciado na fala dos moradores entrevistados, sob a justificativa de que uma casa permitiria, segundo suas experiências, mais privacidade.

O Cadastramento Único, método que os gestores das políticas habitacionais do Minha Casa Minha Vida utilizam para obterem dados dos usuários, foi objeto de crítica por parte dos agentes públicos, pois se baseia em informações autodeclaratórias. Esta forma de colher os dados pessoais muitas vezes acarreta problemas decorrentes da prestação de informações inverídicas. Tal fato é um indício da necessidade de aperfeiçoamento do cadastramento.

Através da análise das entrevistas foi possível constatar que após serem contemplados com os apartamentos no residencial dos Oitis, muitos moradores sentiram-se insatisfeitos. O sentimento de insatisfação foi atribuído a problemas estruturais envolvendo o Residencial dos Oitis, como rachaduras, paredes muito finas que não isolam o som externo, interfones que não funcionam e vazamento de água na área externa. Também foi atribuído a problemas de convivência entre vizinhos e à instalação do tráfico de drogas no conjunto habitacional. Esse sentimento transformou-se em sensação de insegurança, sendo um de seus desdobramentos subjetivos.

Os entrevistados também identificaram problemas relacionados a política habitacional que deu origem ao Residencial dos Oitis, que desconsiderou aspectos importantes no seu planejamento, como o aumento do contingente populacional no bairro e nos serviços públicos de educação e saúde. Segundo os agentes públicos dos sistemas de saúde e educação, não houveram reuniões de planejamento junto ao poder público para a organização da chegada de um número expressivo de novos moradores ao bairro.

O aumento do número de famílias no bairro acarretou dificuldades nos serviços de saúde e educação, que passaram a ter uma maior demanda, sem planejamento prévio. Isso acarretou em deficiências no sistema de saúde, como a falta de médicos e de vagas em consultas. No sistema educacional houve uma superlotação de crianças atendidas e a

necessidade de adaptação do espaço, que não foi ampliado. Já o CRAS surgiu no bairro após o Residencial dos Oitis.

Sobre a questão dos projetos habitacionais de moradias populares, Newman (1972) aponta que edifícios verticais onde moram muitas famílias que compartilham os espaços em comum são considerados espaços mais inseguros. Outro fator que contribui para o quadro de insegurança são prédios que têm pontos sem visibilidade e distantes da rua (NEWMAN, 1972). O Residencial dos Oitis se encaixa nessa descrição de espaços inseguros por conta de sua arquitetura, que apresenta muitos pontos sem visibilidade da rua e um grande número famílias convivendo em um mesmo espaço.

Outro aspecto levantado pelos agentes públicos sobre essa modalidade de construção foi que ela dificulta a entrada na polícia. Sobre a constatação específica de que o conjunto habitacional cercado impede a entrada da polícia, verifica-se que há, por parte dos agentes, uma postura de criminalização da pobreza, e também a inferência de que os problemas identificados no interior do residencial devem ser resolvidos através da atuação do sistema punitivo e repressivo.

A teoria da segurança urbana destoa dessa compreensão de que segurança pública se produz unicamente através de ações policiais repressivas. De fato, o policiamento pode ser insuficiente para cumprir suas funções previstas em lei. Como foi verificado neste estudo, a ronda policial encontra dificuldades em circular no espaço urbano do Residencial dos Oitis. Contudo, o policiamento comunitário preventivo deve existir, tendo por base um diálogo entre a sociedade civil e as demais políticas públicas que atuam no território, e com o intuito de melhorar a sensação de segurança e qualidade de vida dos cidadãos. Para isso é fundamental que a sociedade civil seja ouvida e participe desse planejamento que, se realizado sob a luz de princípios democráticos, alcança o objetivo da segurança urbana (NETO 2006; TAGLE 2008).

Além disso, está o fato de que a segurança urbana só é promovida perante a atuação conjunta dos demais serviços públicos. Conceber a atuação da polícia como única estratégia de promoção de segurança e superação dos problemas enfrentados naquele conjunto habitacional é incorrer no mesmo erro que vem sendo reproduzido através da criminalização da pobreza e através da ignorância dos agentes públicos quanto às consequências da desigualdade social. Cabe mencionar que a compreensão de um policial a serviço da cidadania e da preservação da vida tornou-se dificultosa, principalmente após o período da ditadura militar. Desse momento em diante a violência policial vem ocorrendo em proporções

catastróficas, de modo que o papel da polícia como agente promotor de segurança urbana precisaria ser reescrito na sociedade brasileira (ENDO, 2009).

O fato de essa política habitacional colocar em um mesmo espaço famílias que detém baixa renda foi outro fator alvo de críticas, pois seria uma forma de concentrar famílias vulneráveis em um mesmo espaço, de modo a impedi-las de compartilhar modos de vida e conhecimentos com outras pessoas, ficando fadadas a compartilhar experiências e conhecimentos com grupos familiares também destituídos de cidadania. Isso acarreta uma caracterização desse território como um espaço reprodutor da violência, da vulnerabilidade, da desigualdade social e, por fim, da segregação.

Sobre a questão da segregação da população pobre em bairros periféricos são ótimas referências os estudos de Raquel Rolnik (2004) e Ermínia Maricato (2003), que apontam para uma crítica dos modos de produção dos espaços urbanos e dos conjuntos habitacionais que seguem os interesses do mercado imobiliário e de empresas de construção civil. Além disso, os aspectos socioculturais do modo de vida dos moradores dessas novas habitações populares não foram considerados. As moradias são produzidas de forma a desconsiderar a subjetividade existente entre pessoas e espaço, além das possibilidades de interação dos diversos grupos sociais, reproduzindo a mesma fórmula em todos os espaços urbanos, como se todos fossem iguais. E a segregação espacial de acordo com a renda continua a ser produzida pelas políticas habitacionais no Brasil (VIEIRA, 2002; BONDUKI, 2008).

A relação entre moradia e subjetividade foi também debatida por Tuan (1983), que considera existir uma relação sentimental entre as pessoas e os lugares em que moram. Esse sentimentalismo seria o resultado de uma construção histórica e simbólica, que vai se formando com o tempo, sendo, portanto, passível de reconstrução. Ou seja, as pessoas podem estabelecer relações com os lugares que costumam frequentar durante toda a vida, e esta relação possibilita criar algumas interações entre pessoas e espaço, que vão desde o cuidado com o mesmo até sentimentos de afeto e identificação.

Desse modo, os espaços possuem significados para os indivíduos, que constroem sua relação com eles através de experiências e emoções ali vivenciadas. O espaço passa a ser considerado um lugar quando se adere a significados importantes para o indivíduo. É desse modo que as relações subjetivas entre pessoas e lugares são construídas e interferem no modo de agir dentro do espaço ou do lugar. Assim, a subjetividade humana precisa ser considerada no âmbito das políticas habitacionais, porque é o que rege muitas das perspectivas de

superação de problemas que as inferências estritamente objetivas e carentes de subjetividade não dão conta.

O acúmulo de Lixo no interior do Residencial dos Oitis remete a uma manifestação simbólica do que pode ser um descontentamento dos moradores com relação às suas moradias e à forma como são vistos no bairro. Além disso, foi demonstrado que os problemas de segurança estão atrelados a problemas estruturais das habitações, como é o caso da falta de iluminação e do acúmulo de lixo em locais inapropriados (NETO, 2006; VIEIRA, 2002).

Ainda na continuidade do debate acerca da formulação de tais políticas públicas e da relação do grupo familiar com o espaço, outra crítica que apareceu tanto na fala dos agentes públicos, quanto na dos moradores, foi o fato de a moradia ficar tutelada pelo governo, impedindo que o morador dela usufrua com maior liberdade, ficando impossibilitado de vender ou alugar o imóvel. Isso implicaria na falta de autonomia do morador com relação à sua própria moradia, sendo uma dificuldade em se apropriar dela como sendo sua. Tal configuração faz com que a relação subjetiva com o espaço fique comprometida. Talvez a superação desses constrangimentos pudesse se realizar pela revisão dos termos de transmissão às famílias de moradores do residencial, permitindo a elas, após algum tempo, permutarem seu imóvel, com mediação dos gestores do conjunto habitacional, com vistas a adquirirem uma casa em outra região da cidade. Isso propiciaria a que se aproximassem de concepções de vida próprias, fundadas em suas experiências anteriores.

A discussão realizada permite compreender que as políticas habitacionais poderiam ser aperfeiçoadas, de modo a apreciarem a atuação do sistema de proteção como um fator a ser considerado nos momentos em que ocorrer o planejamento da criação de conjuntos habitacionais. Somada a isso está a necessidade de compreender as relações estabelecidas entre pessoas, grupos e espaço urbano, de forma que a construção das moradias populares leve em consideração necessidades subjetivas e objetivas.

7.2 Insegurança, medo e estigma

Dentre as situações que caracterizam condições de insegurança urbana no referido residencial está o medo relacionado a esse espaço urbano, que impede os atores sociais de circularem no espaço considerado inseguro. A segurança, ou a insegurança, aparece neste estudo sob dois significados: o primeiro é o conceito de segurança urbana, definido como o sistema de proteção e garantia de direitos; e o outro é a palavra segurança, entendida como sentimento ou sensação de proteção. O medo – ou a insegurança – relacionado a determinados

espaços urbanos também foi pensado, neste estudo, à luz dos conceitos de topofobia, do geógrafo Yi-Fu Tuan (1980), e de mixofobia, do sociólogo Zygmunt Bauman (2007; 2009), e pode ser aproximado ao conceito de segurança urbana, que abrange a sensação de insegurança como um fator importante para se pensar a segurança urbana e seus meios para se consolidar.

Bauman explica a mixofobia como o medo do outro, do que é estranho, refletindo no medo de misturar-se. Trata-se de uma reação generalizada nos estilos de vida das cidades modernas, que se reproduz em muitos lugares, dentre eles os considerados perigosos e violentos (BAUMAN, 2007). O sentimento de medo e insegurança no interior do Residencial dos Oitis foi constatado através das entrevistas com moradores. Muitas famílias discorreram sobre a impossibilidade de deixarem os filhos compartilharem a área comum do residencial por ficarem sujeitos a riscos, como o de serem influenciados por usuários de drogas. A sensação de medo e insegurança relacionada ao espaço específico do Residencial dos Oitis também foi verificada na fala dos agentes públicos que atuam nos sistemas de proteção do bairro, e que sentem medo de adentrar no residencial.

Em dado momento das entrevistas o medo foi atribuído ao “tipo de população” que reside no conjunto habitacional, remetendo à literatura crítica sobre a criminalização da pobreza. Essa relação de causa e efeito entre pobreza e violência já foi combatida por diversos estudos e autores que apontaram claramente que a manifestação da violência urbana nos espaços abertos é originada pela desigualdade social e pelas condições de vulnerabilidade em que as pessoas são cotidianamente inseridas. Onde há vulnerabilidade social, ausência do Estado, desintegração dos laços sociais e ausência de cidadania, há espaço para as mais diversas formas de violência se instalarem. Essa é a relação que deve ser estabelecida, e não aquela que culpabiliza a pobreza socialmente produzida pelas sociedades capitalistas e pelos infortúnios que esse mesmo sistema produz (ROLNIK, 1999; MARICATO, 1995).

O fenômeno de criminalização da pobreza traz à tona uma discussão importante sobre as relações subjetivas que são constituídas nas cidades modernas, e que pode ser desenvolvida à luz de uma reflexão sociológica que relaciona pobreza, espaço e estigma. Durante a realização do trabalho de campo, o Residencial dos Oitis foi nomeado por moradores e agentes públicos como Carandiru. A essa nomeação do território um agente público referiu-se como estigma.

Famílias narraram que sofrem preconceito na procura por empregos quando mencionam morar do Residencial dos Oitis. Ainda foi possível perceber que muitos

moradores sentem-se estigmatizados por morar no local, sendo considerados criminosos ou pessoas perigosas.

Ervin Goffman desenvolveu o conceito de estigma de forma aprofundada, o considerando como uma marca ou definição que categoriza as pessoas como normais ou estigmatizadas. As pessoas estigmatizadas seriam aquelas que possuem alguma característica, física ou não, que as fazem ser consideradas como anormais por um grupo ou pessoa que se compreende “normal”. “Construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social” (GOFFMAN, 1988, p. 15). O estigma atua de modo a segregar as pessoas, assim como a chamada mixofobia descrita por Bauman (2009). Em ambos os casos o medo, ou a inaceitação daquele que é considerado diferente podem causar sensações de inferiorização e humilhação, que são consequências da rejeição.

Goffman (1998) infere que existem três tipos de estigmas: as abominações do corpo, que consistem nas deformidades e deficiências físicas; as culpas de caráter individual, onde estariam incluídos os distúrbios mentais, vícios e desonestidades; e os estigmas tribais, de raça, nação ou religião, que cuidam de conferir caracterizações a grupos específicos de acordo com características que os definem. Os moradores pobres de periferias investigados são afetados pelo terceiro tipo de estigma.

Em todos esses exemplos de estigmas [...], encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ser facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus (GOFFMAN, 1988, p. 14).

Além do afastamento entre as pessoas, o estigma conferido a determinado grupo impede que aquele que o enxerga de forma estigmatizada o veja com respeito. É como se o estigma contaminasse os olhares, impedindo as pessoas da possibilidade de se conhecerem verdadeiramente. Isso ocorre porque o estigma traz consigo a existência de um conhecimento prévio, um preconceito formado sobre um grupo a partir de referências subjetivas pessoais (GOFFMAN, 1998).

O estigmatizado pode tomar consciência do estigma que recebeu e desenvolver comportamentos reativos, como manifestações agressivas ou de retraimento. O estigmatizado pode sentir cada fonte de mal-estar na interação com o outro. Inclusive, essa tensão nas relações pode causar um mal-estar em ambas as partes (GOFFMAN, 1988). Em diversos

momentos desta pesquisa, os moradores do Residencial dos Oitis foram considerados violentos e agressivos por agentes públicos que atuam nos sistemas de proteção e por alguns dos próprios moradores. De acordo com Goffman, essa poderia ser uma tensão existente entre estigmatizados e “normais”.

O estigma também é tratado por Norbert Elias na obra “Os Estabelecidos e os *Outsiders*”. Trata-se de um estudo sobre uma pequena comunidade da Inglaterra, em que foram investigadas as configurações sociais estabelecidas naquela cidade, que apresentava quadros de discriminação e exclusão entre diferentes grupos de moradores. Desse modo, Elias compreendeu os chamados estabelecidos e os *outsiders*, que seriam, respectivamente, os normais, que pertencem à sociedade, e os anormais, que estão fora da sociedade. Essas classificações estão pautadas em um processo de intensa diferenciação entre os grupos. Os *outsiders* são estigmatizados, na medida em que são relacionados à anomia, ou seja, quando os estabelecidos os consideram como outros, como destituídos das qualidades que possuem (ELIAS, 2000).

A descrição de uma comunidade da periferia urbana apresentada neste livro mostra uma clara divisão, em seu interior, entre um grupo estabelecido desde longa data e um grupo mais novo de residentes, cujos moradores eram tratados pelo primeiro como outsiders. O grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior – o carisma grupal distintivo – que o grupo dominante atribuía a si mesmo. Assim, encontrava-se ali, nessa pequena comunidade de Winston Parva, como que em miniatura, um tema humano universal. Vez por outra, podemos observar que os membros dos grupos mais poderosos que outros grupos interdependentes se pensam a si mesmos (se auto-representam) como humanamente superiores (ELIAS, 2000, p. 19).

Nota-se uma semelhança entre o Residencial dos Oitis e a comunidade estudada por Elias. É a mesma semelhança que pode ser evidenciada em diversas sociedades ao redor do mundo, segundo afirma o próprio autor. E a principal constatação do estudo do sociólogo alemão é que existe uma diferenciação fortemente pronunciada entre grupos de moradores de uma mesma cidade, que se traduz nas diferenças de poder entre eles. A pobreza e a atribuição de características definidoras a um grupo, como a desorganização e falta de hábitos de higiene, são modos de se estigmatizar um grupo. E para que ocorra o estigma, é necessário que um grupo esteja em situação de poder ou vantagem em relação ao outro. “Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído” (ELIAS, 2000, p. 23). Vem ao encontro da discussão

acerca das diferenças entre os grupos nas cidades devido às diferenças sociais a seguinte colocação de Endo:

O agravamento das formas de violência letal e a deterioração do espaço público ocorrem concomitantemente e se alimentam do mesmo fulcro que dissemina e institucionaliza desigualdades radicais, criando espécies populacionais diferentes na mesma cidade, no mesmo país (ENDO, 2009, p. 34).

O estigma social cuida de menosprezar a qualidade humana daqueles que estão fora do círculo dos estabelecidos. Porque é assim que pessoas se reconhecem como melhores ou superiores, detendo características ou condições que são por elas consideradas normais e atribuidoras de poder. Desse modo, os estigmatizados seriam os excluídos dessas situações. É o que pode ser evidenciado em conjuntos habitacionais destinados a famílias com baixa renda, que possibilitam essa diferenciação entre grupos que moram em um mesmo bairro, mas detém condições socioeconômicas e culturais distintas (ELIAS, 2000, p. 23).

Outra constatação do estudo de Norbert Elias foi que havia uma distinção entre os jovens que moravam em diferentes zonas da pequena cidade estudada. Os jovens mais rebeldes, os chamados “delinquentes”, possuíam uma condição social bastante adversa em comparação aos outros jovens que não recebiam essa nomeação (os jovens da “aldeia”). O apoio social e familiar era outro fator que diferenciava os jovens e seus comportamentos, tornando clara a influência que o ambiente social produz na formação dos atores sociais. Quanto mais poder e qualidade de vida, menos jovens delinquentes, e vice-versa (ELIAS, 2000).

Muitos desses jovens mais rebeldes, inclusive os que não eram presos, multados, mandados para a cadeia e chamados de “delinquentes”, pareciam esbarrar nos muros da prisão invisível em que viviam, gastando suas energias na tarefa de chatear e provocar todos aqueles que lhes davam a vaga sensação de serem seus carcereiros, numa tentativa de escapar ou de provar a si mesmos que a opressão era real. [...] Os padrões das frustrações que oprimiam os jovens dos dois bairros proletários eram bem diferentes em alguns aspectos. As pressões exercidas sobre os jovens da “aldeia” talvez fossem mais severas sendo mais difícil fugir delas, mas eram também mais firmes, mais constantes e regulares no modo como se exerciam e mais claramente definidas. Estavam ligadas a recompensas sociais claramente inteligíveis e a metas sociais e individuais reconhecíveis – ou seja, a recompensas concedidas por terceiros e a objetivos escolhidos pelos próprios indivíduos dentre a gama dos que lhes eram oferecidos em sua sociedade, conforme a posição que ocupassem nela. Além disso, numa comunidade como a “aldeia”, as frustrações da infância e da adolescência eram compensadas por um sentimento de pertença e de orgulho pelo próprio grupo (ELIAS, 2000, p. 141).

Diante dos malefícios sociais que os estigmas sociais e a mixofobia causam, como o medo do outro e a dificuldade de interação, cujo efeito é segregar as pessoas no dia a dia das cidades, estigmatizar territórios como perigosos e violentos de acordo com a situação socioeconômica de seus moradores, e impedir a convivência entre as pessoas, Bauman (2009) classifica a capacidade de interação com pessoas diferentes como mixofilia, que seria o oposto da mixofobia. Ele atribui a esse fenômeno a responsabilidade de aproximar os cidadãos. Se produzimos uma sociedade “mixofóbica”, talvez tenhamos a mesma capacidade de produzir uma sociedade “mixofílica.” Para o autor esse seria o caminho de superação para o comportamento segregador que opera nas cidades modernas.

7.2.1 A droga

O tráfico e o consumo de drogas no interior do Residencial dos Oitis foram destacados pelos moradores e agentes públicos como os principais problemas que atingem as famílias de moradores do conjunto habitacional, causando as sensações de medo e insegurança.

Segundo dados obtidos através das entrevistas, existe uma rede de delitos atuando no interior do residencial, e ela atualmente possui uma forma de controle sobre o território. Esse fato também foi confirmado por agentes públicos da secretaria de segurança pública, que consideram o espaço urbano do Residencial dos Oitis uma zona de domínio do crime organizado.

Para Misse (1993), o crime organizado optou por se instalar em zonas mais pobres das cidades, como favelas e conjuntos habitacionais para população de baixa renda, por serem locais onde é possível recrutar pessoas para participar de suas atividades. Desse modo, o crime passa a ser uma possibilidade de emprego e renda para a parte das famílias que detém baixa renda.

A presença do tráfico de drogas em conjuntos habitacionais já foi constatado por Raquel Rolnik (2014) em um estudo sobre o programa Minha Casa Minha Vida. O fato de o crime organizado se instalar com recorrência nas localidades pobres leva a pensar que nos lugares onde o Estado não cumpre o seu papel, como nas favelas e em muitas periferias urbanas, exista uma facilidade para a instalação do crime organizado. Nota-se que o crime organizado possui ramificações que atingem várias organizações políticas, privadas, e até mesmo corporações policiais corruptas. No entanto, é nos bairros pobres que seus integrantes aliciam menores para o trabalho de venda de drogas ilícitas.

O medo da violência oriundo do crime organizado está profundamente enraizado na sociedade brasileira, e cria um quadro de insegurança generalizada (ZALUAR, 1999; ADORNO, 2002). Mas torna-se importante destacar que não é a única violência que se inscreve nesses espaços urbanos. Muitas vezes a violência possui origens nos grupos familiares, como é o caso da violência doméstica, tão frequente e velada na sociedade brasileira. E essas violências se propagam no mundo social, nas formas sob as quais as pessoas se relacionam e produzem o espaço de convivência. Ou seja, um espaço onde há violência é um chamariz para outros tipos de violência (ROLNIK, 2014).

Desse modo, a ausência do Estado, a pobreza e a reprodução de violências diversas são fatores que contribuem para a instalação do tráfico de drogas em territórios considerados vulneráveis. A manifestação do crime organizado em determinadas regiões está profundamente relacionada à ausência de políticas públicas de segurança em regiões pobres das cidades (ZALUAR 2002).

O fato de espaços urbanos onde moram famílias pobres serem considerados perigosos por parte da população culminou em muitas intervenções higienistas ao longo da história brasileira, que retiraram famílias inteiras de suas casas para “limpar” o espaço daqueles que eram considerados os agentes causadores de problemas. Existe uma incapacidade, às vezes produto de má fé, do Poder Público e da sociedade civil como um todo em enxergar que o problema não são as famílias pobres, mas o modo como a desigualdade e os sistemas políticos que poderiam amenizá-la se manifestam.

No caso do Residencial dos Oitis, membros do Poder Público mencionaram que não existirá na cidade outro residencial como aquele. A culpabilização dos problemas que atingem essas famílias caminha no sentido de responsabilizá-las. No entanto, o que se verifica nos estudos sobre os temas da violência urbana e da vulnerabilidade habitacional é que a segurança urbana é também responsabilidade do Poder Público e dos sistemas de proteção (CIAFARDINI, 2008; MARICATO 1995; CACCIA-BAVA, 2004b). Desse modo, responsabilizar unicamente as famílias de moradores é a reprodução de outro tipo de violência, que talvez possa ser nomeada de negligência política.

Ou compreendemos o fenômeno da violência de forma mais ampla, como elemento que está entranhado na nossa sociedade e na nossa cultura, dentro e fora do Estado, em todas as classes sociais, na favela e nos condomínios de luxo, ou não conseguiremos enfrentar essa questão. A maior parte das vítimas, porém, continuará do lado mais fraco dessa corda (ROLNIK, 2014, p. 1).

O fato de o tráfico de drogas apontar para a possibilidade de aquisição de poder econômico o torna convidativo aos que vivem em mundos periféricos e excluídos, marcados pela desigualdade social e pelos demais fatores intimamente ligados à sociedade capitalista. Tal configuração demonstra a responsabilidade das políticas públicas em considerarem o enfrentamento desses problemas de cunho social como uma forma efetiva de lidar com a criminalidade e a violência. Assim, é necessário aumentar o espaço para as demais políticas que compõe o quadro da segurança urbana, em uma postura que vai além das políticas repressivas, ostensivas e punitivas (MACHADO 2008).

Junto às queixas sobre o tráfico de drogas presente do interior do Residencial dos Oitis esteve a questão do consumo de drogas ilícitas. A proximidade do mercado de drogas pode facilitar o consumo de drogas por crianças, jovens e adultos, porém, esse fenômeno demanda explicações mais aprofundadas. Segundo Birman (2006), a compulsão por drogas demonstra a repetição do mesmo, ou seja, a busca permanente do que nunca é alcançado. As drogas passam a amenizar as transformações advindas do mal-estar social através do gozo do próprio corpo. Assim, as pessoas que são possíveis usuárias se tornam um alvo ideal para o modo capitalista de produção, que compreende essa necessidade e fabrica esses objetos de consumo (COSTA-ROSA, 2012).

Em sua obra “O Mal Estar na Civilização”, Freud (1930) afirma que recorrer às substâncias psicoativas é uma medida que ocorre como resposta do sujeito para o mal-estar sentido. Isso é parte do processo de formação das sociedades e da constituição psíquica do ser humano. Um dos métodos mencionados por Freud para suportar o mal-estar gerado pelas construções das civilizações é o uso de substâncias tóxicas. Essas substâncias, quando em contato com o organismo humano, ocasionam sensações de prazer e culminam na incapacidade de receber impulsos desagradáveis. Birman (2006) trata essa obra de Freud como a crítica psicanalítica da modernidade e, a partir dessa visão, traz a reflexão de que os sujeitos modernos fazem parte de um contexto que abriga novas formas de subjetivação, remetendo assim à condição trágica do mundo moderno.

O uso de drogas, portanto, pode ser considerado um reflexo da modernidade líquida de Bauman, ou das chamadas sociedades de mal-estar social de Freud. Contudo, ambas simbolizam realizações sociais que culminaram em fragilidades, como a desintegração das relações de solidariedade, ou o descontentamento perante a realização de uma modernidade que não atende as expectativas humanas (BAUMAN, 1998; FREUD, 2006).

Caccia-Bava (1999), em sua reflexão sobre o conceito de sociabilidade na sociedade moderna, demonstra como ela reduz os indivíduos a vítimas do mercado capitalista. Ao trazer essa perspectiva para o comportamento grupal de consumidores de drogas, o autor permite compreender o uso de drogas como uma medida de viver a sociabilidade. Neste momento é possível questionar: quais seriam os modos de sociabilidade aprendidos e vivenciados pelos jovens e crianças moradores das periferias urbanas, a não ser a violência policial, a ausência de solidariedade e a ineficiência do Estado em projetar espaços urbanos seguros para os jovens? Talvez a resposta possa ser encontrada na realidade concreta de tantos jovens brasileiros, incluindo os moradores do Residencial dos Oitis.

As reflexões aqui desenvolvidas – que tiveram como base e apoio importantes estudiosos da violência e segurança urbanas – permitem notar uma relação direta entre ausência do Estado, ausência de segurança urbana e violência. Esta correlação possibilita a existência da criminalidade, que tem como uma de suas consequências o aliciamento de jovens e crianças. Assim são reproduzidas outras formas de violência que estão para além da violência matriz, ou seja, o abandono das populações vulneráveis pela sociedade civil e pelo Estado.

Sendo assim, a insegurança urbana não é unicamente uma consequência da criminalidade. As sensações de insegurança atualmente atingem a sociedade com o um todo. Em muitos casos, as causas da insegurança são relacionadas a um espaço urbano específico, impedindo a ampliação dos olhares para fenômenos que vão muito além dos problemas identificados em lugares como o Residencial dos Oitis (NETO, 2006).

A violência urbana relaciona-se com a criminalização da pobreza e com a desigualdade social exacerbada que é evidente na sociedade brasileira. Essa desigualdade é um dos fatores que movimenta a reprodução da criminalidade como modo de obter bens materiais que dificilmente seriam obtidos de forma lícita. Assim, políticas de segurança que se pautem apenas na punição e na repressão serão ineficientes para mudar o quadro da insegurança urbana no país, pois esta possui raízes mais profundas, como a desigualdade social e o desemprego (CACCIA-BAVA, 2004b; NETO, 2006; MACHADO, 2008; TAGLE, 2008).

Uma família miserável no Brasil não possui possibilidades de obter educação, moradia e renda sem auxílios do Estado. E mesmo quando ele atua, muitas vezes não é suficiente para proporcionar a muitas famílias as condições mínimas de superação de suas vulnerabilidades, conforme foi verificado a partir das entrevistas realizadas com moradores e agentes públicos.

Precisamos escapar da ilusão de que o Brasil é um país com oportunidades iguais para todos, e que através do trabalho e do esforço qualquer família pode superar suas condições de miséria, para compreender que a projeção de políticas públicas deve considerar a realidade de um país que possui matrizes históricas que fortalecem a falta de oportunidades, ao mesmo tempo que barram a justiça sem distinção de classe social.

Diante dos problemas expostos, que remetem às condições de insegurança e à presença da criminalidade em conjuntos habitacionais, é necessário buscar alternativas de enfrentamento. Através da literatura estudada foram percebidas algumas possibilidades de superação desses problemas. Um exemplo é a reformulação de projetos arquitetônicos destinados a moradias populares. Tais projetos devem considerar uma visão de segurança urbana que inclua não só a presença do sistema de proteção nos territórios de implementação de tais habitações, mas também as necessidades relativas às referências culturais das famílias que morarão nesses locais. Ainda cabe mencionar a necessária redução do número de famílias que compartilham as moradias e os espaços em comum nos conjuntos habitacionais (NEWMAN, 1972).

Foi verificado nesse estudo que os apartamentos do Residencial dos Oitis são muitas vezes ocupados por um número grande de pessoas, além de abrigar em um mesmo território 256 famílias vivendo em condições de vulnerabilidade social.

Outra medida exposta na literatura estudada é a promoção de programas sociais que trabalhem para a diminuição da desigualdade social e produzam moradias dignas, uma vez que faz parte do papel do Estado coproduzir a segurança urbana. Ele deve ir além da repressão policial, optando em projetar políticas preventivas da violência e insegurança urbana (NEWMAN, 1972; NETO, 2006; CIAFARDINI, 2008; TAGLE, 2008).

Dentro das estratégias de promoção de segurança urbana está o PRONASCI, que foi implantado em Araraquara no ano de 2009. Dentro do Pronasci existem programas destinados a trabalhar grupos específicos de pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade social, como mulheres e jovens. O programa “Mulheres da Paz” é uma das estratégias do PRONASCI, e objetiva a capacitação de mulheres moradoras de comunidades para atuarem em rede, como mediadoras de ações de prevenção de violências comuns dentro de suas comunidades. Uma das perspectivas desse programa é desenvolver o empoderamento feminino.

No caso do Residencial dos Oitis, a maioria dos apartamentos foram entregues a mulheres consideradas “arrimos de família” pelo cadastramento único, ou seja, mulheres que

cuidam e sustentam suas famílias sozinhas. São as mulheres do Residencial dos Oitis que frequentam o CREAS e que foram citadas pelos agentes públicos como vítimas de violência doméstica e insegurança, sendo detentoras de baixa escolaridade.

Esse aspecto envolvendo gênero e vulnerabilidade social demanda um questionamento perante as políticas públicas, que devem atuar com atenção a esse problema existente na sociedade brasileira, tendo em vista que tem sido demonstrada uma maior presença e participação da mulher ao longo dos últimos anos. A matricialidade sociofamiliar é evidenciada na Política Nacional de Assistência Social, que atribui especial importância para as famílias. Estas, ao estarem em situações ideais de qualidade de vida, são entendidas como instituições capazes de promover a cidadania e a proteção de seus membros (MEYER; KLEIN; FERNANDES, 2012).

Desse modo, o programa do PRONASCI que envolve o trabalho social direto com mulheres se faz extremamente importante. Contudo, as ações do PRONASCI em Araraquara foram restritas à implantação do Gabinete de Gestão Integrada, seguindo a linha das políticas públicas de segurança planejadas dentro da atuação do Sistema Penal e policial. Ou seja, o poder público municipal de Araraquara ainda não compreendeu as políticas públicas de segurança como estratégias de cooperação mútua entre os demais órgãos públicos da cidade. Nesta visão em que as políticas públicas são pensadas de maneira cooperativa é possível haver o fundamental envolvimento da sociedade civil no planejamento das medidas de prevenção e assistência a territórios urbanos considerados inseguros. Cabe destacar, no entanto, que o fato de a cidade possuir um vínculo com o PRONASCI é um importante avanço, e pode significar a implantação das demais políticas públicas desse programa, aquelas que atuam no sentido de produzir a segurança urbana através de ações preventivas e promotoras de cidadania.

Embora o poder público de Araraquara tenha privilegiado ações que também são importantes sob a ótica da segurança pública, elas reforçam um pilar da segurança que já é fortemente consolidado no país, deixando outros ainda muito frágeis. Tal configuração foi evidenciada dentro da Secretaria de Segurança Pública através de seus agentes que participaram de entrevistas informais. Ali estavam incluídos os responsáveis pelo serviço da guarda municipal, que demonstraram ter a compreensão da segurança pública como um desafio a ser tomado por muitos órgãos públicos e não somente pelas organizações policiais. A fala de membros das corporações policiais e responsáveis pela administração pública produziu o conhecimento de que os agentes públicos também trazem a questão da coprodução

da segurança urbana como algo fundamental ao avanço da promoção da segurança nas sociedades modernas. Isso significa que a ideia de a segurança pública ser uma responsabilidade de muitas esferas políticas também é uma compreensão dos agentes responsáveis pela segurança pública de Araraquara.

Conforme mencionado no capítulo sobre segurança urbana, a cidade de Bogotá apresentou um exemplo eficaz de promoção da segurança urbana. Na medida em que envolveu práticas pedagógicas de inserção da cultura em todos os âmbitos da cidade, houve uma diminuição dos altos índices de violência e criminalidade. Essa é a expectativa da segurança urbana e das demais estratégias que culminam na promoção de segurança através do preenchimento da vida nas cidades com cultura e cidadania. A cidadania é capaz de superar os sistemas punitivos através do pacto entre os cidadãos, que passam a participar efetivamente de ações em prol da qualidade de vida na cidade (BOHÓRQUEZ, 2008).

Essa afirmação, que em um primeiro momento pode soar repleta de idealizações e romanticismos diante de uma realidade violenta como a brasileira, remete a um dado da realidade em Bogotá. Ela também traz à tona o questionamento acerca dos aspectos sociais, políticos e simbólicos que preenchem os espaços urbanos quando um espaço é preenchido por desigualdade social, pobreza e carência de serviços públicos, e seus moradores enfrentam situações de violência. Por que não pensar em espaços preenchidos com igualdade social, condições dignas de moradia, cultura e cidadania como promotores do contraponto espaços urbanos seguros? Essa obviedade escapa à elaboração das políticas públicas habitacionais e de tantas outras, como retratado neste estudo, e por isso deve ser reiterada e exposta objetivamente.

Por fim, dadas as condições de vulnerabilidade social e insegurança a que estão submetidas as famílias de moradores do Residencial dos Oitis, cabe uma justificativa para a presença da violência no interior do residencial. Ela deve ser atribuída a falhas nas políticas públicas de segurança, assistência social e de planejamento urbano, visto que o perfil socioeconômico dessas famílias é de vulnerabilidade. Por isso elas necessitariam de uma presença mais acirrada do poder público e sociedade civil através de práticas de cidadania.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação cuidou de caracterizar as condições de insegurança urbana que se inscrevem no espaço urbano do Residencial dos Oitis, em Araraquara. Foi possível constatar que o conjunto habitacional é um espaço inseguro graças à análise dos documentos e das entrevistas semiestruturadas com moradores do referido residencial, e também pela análise das entrevistas com agentes públicos dos serviços de saúde, educação e assistência social que atendem ao bairro do Jardim Iguatemi.

Os sistemas de proteção social que integram os sistemas de saúde, educação e assistência social foram apresentados de modo a contribuir com a caracterização da insegurança urbana no residencial dos Oitis, e busca de perspectivas para a superação de tais conflitos. Apontamentos relevantes foram realizados pelos serviços de proteção social, como: críticas às políticas habitacionais, ao modelo de construção arquitetônica de conjuntos habitacionais horizontais e à ausência de agentes do Poder Público no planejamento urbano do bairro de modo permanente, para que contribuíssem na inclusão dos serviços de proteção.

A análise dos serviços de proteção do bairro Jardim Iguatemi permitiu estudar cada serviço de forma específica. Esperamos que as conclusões aqui expostas contribuam para a busca de estratégias alternativas de enfrentamento da realidade adversa que acomete o Residencial dos Oitis. Nesse sentido, queremos compartilhar da responsabilidade pública, como cientistas, de construir a projeção de um futuro melhor para seus moradores.

O SUS está presente no bairro do Jardim Iguatemi através de um Centro de Saúde. O Centro de Saúde é uma unidade de atendimentos que se abre para demandas da atenção básica e integral da população atendida nas especialidades básicas. A assistência dentro dessa unidade de saúde básica deve ser prestada por médicos generalistas ou especialistas nessas áreas (BRASIL, 2009).

Segundo dados obtidos através da análise das entrevistas realizadas junto a agentes públicos que atuam nesse serviço, quando o Residencial dos Oitis foi implantado no bairro o serviço de saúde ficou sobrecarregado com a nova demanda de atendimentos, que ainda hoje é superior à capacidade de atuação dos profissionais.

Um dos maiores problemas relacionados ao grande contingente populacional a ser atendido por esse serviço é a falta de médicos pediatras. Há um número elevado de crianças moradoras do Residencial dos Oitis que são atendidas na unidade de saúde e encontram

problemas com relação à disponibilidade de agendamento de consultas médicas. Essa carência fere o princípio constitucional que determina serem as crianças objeto de prioridade absoluta.

Sobre essa dificuldade nos atendimentos de pediatria, um dos agentes públicos informou que o problema foi amenizado após trocarem o horário dos atendimentos para a tarde, pois, segundo sua fala, as mães não compareciam aos atendimentos matutinos. Não foi discorrido sobre propostas de aumentarem o número de pediatras para atenderem à nova demanda de crianças do bairro.

Essa medida, que não aponta para uma solução do problema da falta de vagas, reflete um descompromisso com a saúde dos moradores do Residencial dos Oitis. No caso, os moradores passam a ser vistos como a causa de um problema relacionado ao aumento da demanda por atendimentos, e não como usuários com direito de serem atendidos no SUS. Outra medida adotada é o encaminhamento das famílias que não podem ser atendidas no Centro Municipal de Saúde Comunitária (CMSC) para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Tal medida foi criticada por moradores do residencial, que apontaram a falta de transporte e de recursos econômicos para se deslocar até um serviço de saúde distante como um grave impedimento.

Trata-se de medidas práticas que não consideram a realidade socioeconômica das famílias atendidas, e nem reconhecem o dever de atuar garantindo o direito das famílias de serem atendidas na unidade de saúde existente em seu bairro. O caminho percorrido para resolver o problema da falta de médicos e de consultas foi suprimir a demanda por atendimentos através de uma alteração no horário das consultas, ou encaminhando as famílias para uma unidade de saúde distante. Tais posturas demonstram que a resolução tomada caminhou no sentido contrário ao das necessidades dos moradores do residencial.

Conforme constatado nas entrevistas, os agentes públicos que atuam no serviço de saúde no bairro não têm tempo disponível para trabalhar especificamente os problemas que acometem as famílias do Residencial dos Oitis. Foi mencionado pelos técnicos de enfermagem que o Poder Público deveria estar mais presente no residencial e que deveriam existir políticas públicas de conscientização das famílias sobre temas relacionados aos cuidados básicos com a saúde e higiene. Atividades com as crianças também foram mencionadas como estratégias necessárias no interior do residencial, a fim de interferir na educação delas, de modo que lhes seja possível adquirir um repertório de conhecimentos que não fique restrito à realidade que vivem no residencial. Também foi relatada a dificuldade encontrada por esses agentes em obter um tempo disponível para trabalhar com essas famílias.

No âmbito da discussão sobre as dificuldades dos serviços de Saúde no bairro em atender as famílias de moradores do Residencial dos Oitis, emergiu a crítica sobre a ausência de uma unidade do Programa Estratégia de Saúde da Família, e também a proposta de que essa seria uma possível alternativa para que o seu papel como promotor de segurança urbana fosse cumprido. A unidade de Saúde da Família é destinada a atenção contínua em saúde e conta com o apoio de equipe multidisciplinar. Esse serviço de atenção básica detém uma preocupação mais voltada à prevenção de doenças e à promoção de saúde, com destaque para as famílias como objeto de atenção. A estratégia de Saúde da Família considera o local de moradia como alvo importante para atuação dos agentes públicos, que devem visitá-lo com regularidade.

O contato direto com a população, através de um olhar que se volta especificamente à unidade familiar como foco de promoção da saúde, é capaz de identificar diversos problemas que podem ser encaminhados para os demais serviços de proteção social, além de serem trabalhados no âmbito da saúde de uma forma mais próxima e educativa. A família é a instituição responsável não apenas pela sobrevivência de seus integrantes, mas também pela sua proteção e sociabilização. Desse modo, políticas públicas orientadas para as famílias são boas alternativas para a superação de alguns problemas que as acometem (CARVALHO e ALMEIDA, 2003).

Assim como ocorreu com o Sistema de Saúde, a rede educacional do bairro não passou por reuniões com o Poder Público durante o período estudado. Assim, não houve planejamento para a chegada das novas famílias ao bairro. Na escola estadual foram realizados remanejamentos do espaço interno da unidade para acomodar mais uma sala de aula, locada em um cômodo onde até então seria implantada uma sala de informática, que precisou ser suprimida dos planos da escola para dar espaço à nova classe. Atualmente a direção da escola conseguiu disponibilizar um novo espaço para a criação da sala de informática, que foi considerada um direito das crianças e uma forma de propiciar mais oportunidades de aprendizagem.

Tanto a creche como a escola não se adaptaram ao novo contingente de alunos, comprometendo suas capacidades pedagógicas. Os professores da creche que foram entrevistados fizeram críticas quanto à falta de espaço na unidade e discorreram sobre a necessidade do espaço ser ampliado para atender um maior número de crianças.

O sistema educacional não possui uma ação especificamente voltada a trabalhar a prevenção ou superação dos problemas identificados junto às famílias de moradores do

residencial. Mesmo assim, buscam trabalhar alguns temas relacionados aos problemas evidenciados no bairro nas reuniões de pais e nos momentos em que os professores intervêm junto aos alunos. Foi mencionada por agentes públicos do sistema educacional a necessidade de atuação conjunta com outros sistemas. A escola tem uma ação voltada ao preparo de professores para identificarem possíveis problemas que possam estar ocorrendo com os alunos, através de uma escuta e atenção qualificadas. Já os professores da creche relatam sentirem dificuldades quanto às formas de atuar junto a crianças vítimas de violência, mas demonstraram disposição e interesse em buscar alternativas que contribuam para a melhora das condições de vidas dessas crianças, dentro e fora do âmbito educacional.

A questão da falta de adesão dos pais em participarem de reuniões e atividades escolares dos filhos foi apontada como um problema. Existe uma caracterização de negligência familiar envolvendo algumas famílias de moradores do Residencial dos Oitis. Os casos considerados mais graves são encaminhados aos órgãos competentes, como o Conselho Tutelar. Mas há ainda uma dificuldade do serviço educacional local em trazer para perto algumas famílias, de modo a estabelecer um vínculo que permita um trabalho de prevenção e orientação mais próximo a elas.

Dentre os problemas verificados, a falta de espaço físico e a quantidade de crianças, que supera o limite de capacidade de atuação do sistema educacional, são os que sobressaem. A falta de planejamento urbano envolvendo a rede educacional sugere existir uma desatenção das políticas públicas com a qualidade do ensino a ser dispensado aos moradores das regiões.

Dessa forma verifica-se que os serviços educacionais do bairro poderiam ser repensados, de modo a contar com um espaço condizente com o número de alunos que atende. Essa medida também traria mais segurança urbana às famílias.

A baixa escolaridade das mulheres que frequentam grupos de convivência para fortalecimento de vínculos no CRAS foi considerada um fator que ocasiona a baixa adesão aos grupos e oficinas. Desse modo, existe uma relação entre a educação de adultos e a capacidade de intervenção do sistema de assistência social. Tal relação fortalece a afirmação de que a educação é um forte pilar para que as famílias tenham empoderamento para superarem suas condições de vulnerabilidade.

Por fim, no contexto da Assistência Social o Programa de Proteção Social Básica, através de seus núcleos o CRAS trabalha a prevenção dos riscos, utilizando-se de estratégias que colaborem com o desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos

familiares e comunitários. É o único sistema de proteção no bairro responsável por trabalhar com prevenção.

As políticas públicas da atenção básica da Assistência Social não acompanharam a implementação dessa uma nova política habitacional no bairro, o que sugere uma deficiência no planejamento urbano. Essa unidade de serviço da proteção básica possui uma área de abrangência de 13 bairros e atende 1.605 famílias. São responsáveis por essa atuação, em média, cinco agentes públicos, que estão situados na equipe técnica composta por psicólogo, assistente social e oficinairos responsáveis pelas oficinas socioeducativas. O CRAS atende as famílias de moradores do residencial dos Oitis dentro de sua unidade; atendimentos domiciliares são feitos quando necessário, e a estimativa dos agentes públicos entrevistados é que atualmente o CRAS atende com regularidade a 60% das famílias que moram em situação regular. Tomando como referência o relatório disponibilizado pela secretaria de Assistência Social em 2014, que expõe a situação habitacional do Residencial dos Oitis, existem 192 famílias morando em situação regular no residencial. Isso significa que o CRAS atende 115 famílias das 256 que moram no residencial em situação regular ou irregular.

Embora o serviço de proteção básica tenha “referenciadas” – na linguagem técnica – na unidade todas as famílias que moram no residencial em condição de legalidade, um pouco menos da metade das famílias aderem ao serviço de proteção básica da Assistência Social. No entanto há carência de uma política pública de caráter contínuo, especificamente voltada às famílias que passaram a morar no Residencial dos Oitis.

O interesse das famílias por programas considerados assistencialistas traz dificuldades da adesão das mulheres aos grupos que se reúnem no CRAS. A justificativa dada argumenta que os moradores vão para a unidade do CRAS com interesses em obter benefícios específicos.

As condições de baixa renda que persistem junto às famílias que moram em conjuntos habitacionais populares não são compreendidas por profissionais que atuam nessa área como um fator que demanda a intervenção do sistema de assistência, de modo a auxiliá-las na superação de situações de vulnerabilidade social e de pobreza. E existe um estigma negativo sobre os programas governamentais de benefícios como Bolsa Família e Renda Cidadã, reproduzido também por agentes públicos que trabalham nos serviços de assistência social.

Nesse momento também recai a crítica de que as políticas habitacionais necessitariam contar com o apoio de políticas públicas específicas dentro da assistência social, que

auxiliassem as famílias a superar as condições de vulnerabilidade, visto que programas de moradia e de renda, isoladamente, não têm dado conta de resolver a situação.

Todos os moradores entrevistados referiram-se ao serviço do CRAS como sendo satisfatório, contudo foi feita a sugestão de que os agentes públicos atuem no interior do Residencial para estarem mais próximos das famílias e dos problemas cotidianos.

Conforme constatado a partir das entrevistas com as famílias de moradores do Residencial dos Oitis e agentes públicos do CRAS, o sistema de proteção básica não consegue abarcar os problemas do Residencial dos Oitis de modo efetivo. São problemáticas que ultrapassam os limites da jornada de trabalho e de atuação dos agentes, que não conseguem dar conta da realidade do Residencial dos Oitis nos âmbitos da prevenção da violência e violação de direitos.

Tomando como referência o panorama das políticas públicas de segurança estudadas, e considerando que a cidade de Araraquara aderiu ao PRONASCI em 2009, infere-se que a cidade foi contemplada com um programa relevante, porém, restringido à implantação do Gabinete de Gestão Integrada e ao Centro o Centro Integrado de Controle de Operações. Nesse momento chamamos a atenção para a responsabilidade do Poder Público em agir de maneira mais eficaz nesse acordo com a União, no sentido de trazer à cidade os demais programas que estão inseridos nas diretrizes do PRONASCI e que estão mais relacionados à efetiva promoção da segurança urbana em regiões como a do Residencial dos Oitis.

As raízes da insegurança urbana estão fincadas em desigualdades sociais e na ausência cotidiana do exercício de direitos. Esse é o tom que acompanhou toda esta dissertação, e teve por intuito chamar a atenção para a visão que entende a segurança como um produto de cidadania.

As condições de pobreza em que vivem muitas famílias foi um fator que teve destaque nas considerações sobre o tema da segurança urbana. É impossível de se consolidar a segurança urbana em situações de carências. A maioria das famílias do Residencial dos Oitis possuem benefícios governamentais, como o Bolsa Família, BPC, Renda Cidadã e Ação Jovem. No entanto, não há um trabalho orientado e contínuo com todas essas famílias no sentido de conferir-lhes autonomia e um lugar no mercado de trabalho.

O enfoque preponderante deste estudo sobre segurança urbana é trazer à tona a compreensão de que tal segurança só pode existir em lugares onde há práticas efetivas de cidadania e de garantia de direitos. Isso significa a existência de serviços públicos essenciais

que funcionem adequadamente, e a ausência de quadros de pobreza envolvendo famílias inteiras, de modo a incapacitá-las de exercerem a cidadania. (DOWBOR, 2015).

Junto a isso está o questionamento sobre a responsabilidade da sociedade civil em projetar ações que promovam a segurança urbana. Como visto ao longo desta dissertação, as cidades brasileiras são permeadas por um modo de vida individualista, que fragmenta de maneira mecanicista as relações e o cotidiano pouco compartilhado no meio urbano, reproduzindo assim um padrão segregacionista. É esse modo de vida que deve ser combatido e recriado com linhas mais próximas e prósperas. A crítica ao cotidiano das cidades pode resultar no rompimento de alguns padrões de comportamento, assim como se deu com alguns sujeitos da pesquisa, que produziram um novo conhecimento após estarem nas fronteiras interculturais (CARIA, 1999).

Para além da necessidade de implantação de políticas públicas voltadas à superação das fragilidades e das vulnerabilidades das famílias de moradores do Residencial dos Oitis, e com vistas ao resgate da cidadania local, como é o caso das políticas do PRONASCI, é emergencial neste estudo a proposição de reflexões sobre a estrutura urbana das cidades, inclusive e principalmente fora do âmbito acadêmico. Como bem ressalta Caria, as Ciências Sociais devem estar próximas e em um diálogo permanente com os atores e contextos sociais que se dispõe a estudar (CARIA, 1999). Pois a grande transformação, ou busca pelo conhecimento, só é efetiva quando de fato toca o problema com as próprias mãos, de modo que sua textura e peso possam, minimamente, serem compreendidos. Desse modo esta dissertação não pretende esgotar o tema da insegurança urbana envolvendo as famílias do Residencial dos Oitis, mas busca indicar, de forma fundamentada, novas perspectivas para o enfrentamento dos problemas identificados.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- ALMEIDA, Â. M. O. Adolescentes em manchete (policial). In: PAVIANI, A.; FERREIRA, I. C. B.; BARRETO, F. F. P. (Org.). **Violência urbana em Brasília**. v.8. Brasília: Ed. da UnB, 2005. p.219-249.
- ARARAQUARA. Prefeitura Municipal. Prefeito entrega chaves dos apartamentos do Iguatemi sábado. São Paulo: Araraquara, 2011. Disponível em: <<http://prototipo.techs.com.br/prefeituraararaquara2012/Noticia/Noticia.aspx?IDNoticia=4865>>. Acesso em: 13 jun. 2015.
- ARARAQUARA. Prefeitura Municipal. **Assistência Social realiza mapeamento no Residencial Oitis. São Paulo: Araraquara, 2012a. Disponível em:** <<http://prototipo.techs.com.br/prefeituraararaquara2012/Noticia/Noticia.aspx?IDNoticia=5532>>. Acesso em: 20 de junho de 2015.
- ARARAQUARA. Prefeitura Municipal. **Ação social da Prefeitura reúne moradores do Oitis. São Paulo: Araraquara, 2012b. Disponível em:** <<http://prototipo.techs.com.br/prefeituraararaquara2012/Noticia/Noticia.aspx?IDNoticia=6338>>. Acesso em: 20 de junho de 2015.
- ARARAQUARA. Prefeitura Municipal. **Ação social no Residencial dos Oitis será neste domingo. São Paulo: Araraquara, 2012c. Disponível em:** <<http://prototipo.techs.com.br/prefeituraararaquara2012/Noticia/Noticia.aspx?IDNoticia=6296>>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- ARARAQUARA. Prefeitura Municipal. **Proteção Social Especial, 2015;** disponível em: <http://www.araraquara.sp.gov.br/Pagina/Default.aspx?IDPagina=3508>. Acesso em 02 jan. 2016.
- ARARAQUARA. Câmara Municipal. **Plano Diretor 2005**. Araraquara, 2005. Documento obtido pessoalmente na Câmara Municipal de Araraquara.
- AVRITZER, L. (Org.). **Sociedade Civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- BALLESTEROS, P.R. Gestão de políticas de segurança pública no Brasil: problemas, impasses e desafios Paula Rodriguez. **Revista brasileira de segurança pública**, São Paulo v. 8, n. 1, 6-22, 2014.
- _____. **Histórico das Políticas Nacionais de Segurança Pública**. Disponível em: <http://www.segurancacidadania.org.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=63&Itemid=97>. Acesso em: 21 dez. 2015.

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BARROS, R. P; HENRIQUES, R; MENDONCA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-142, 2000.

BECK, U. **Sociedade de Risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BECK, U. **O que é globalização?** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOHÓRQUEZ. Política Criminal e Segurança Urbana. Mesa redonda. **Revista Segurança Urbana e Juventude**, Araraquara, v.1, n.1, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/pma/Downloads/952-2623-1-PB%20(1).pdf >. Acesso em: 12 jan. 2016.

BIRMAN, J. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n.1, p. 71-104, set. 2008. Disponível em: <http://www.usjt.br/arb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Cadastro Único**. 2015. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN**. jun. 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2016.

BRASIL. Portaria Ministério das Cidades nº 363, de 12 de agosto de 2013. Dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV em municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/57722117/dou-secao-1-13-08-2013-pg-77>> Acesso em: 27 jun. 2015.

BRASIL. Portaria do Ministério das Cidades nº 168, de 12 de abril de 2013. Dispõe sobre o processo de habilitação de entidades privadas sem fins lucrativos. **Diário Oficial da União**,

Brasília, 12 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/68950665/dou-secao-1-11-04-2014-pg-82>>. Acesso em 18 de janeiro de 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 110 p.

BRASIL. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial da União**, Brasília, n.204, p.55, 24 out. 2011. Seção 1, pt1.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Política Nacional de habitação**. Brasil, 2010. 96 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios**. Ministério da Saúde, Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde. 3.ed. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2009. 480 p.

BRASIL. Lei federal nº 11.530, de 24 de Outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 de outubro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm>. Acesso em: 17 jan. 2016.

BRASIL. Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 jan. 2016.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social, n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acesso em: 17 jan. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Art .144, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 17 jan. 2016.

BRASIL. Lei federal nº **601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 set. 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em: 13 jun. 2015.

CACCIA-BAVA, A. Sobre as políticas locais de segurança para os jovens. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, Florianópolis, v.5, n.8, p.59-88, 2006.

_____. O lugar dos jovens na história brasileira. In: CACCIA-BAVA, A.; FEIXA, C.; GONZÁLEZ, Y. (Org.) **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras/Cebrij, 2004a.

_____. Direitos civis dos jovens e a insegurança urbana. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.16, p. 41-64, 2004b.

CALDEIRA, Teresa P. R. *City of Walls: crime, segregation and citizenship in São Paulo*. Berkeley, CA.: University of California Press, 2000.

CARDOSO, A. L. **O programa minha casa minha vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letras Capital, 2013.

CARIA, T. A reflexividade e a objectivação do olhar sociológico na investigação etnográfica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Vila Real, n.55, p. 5-33, 1999.

_____. A construção etnográfica do conhecimento em Ciências Sociais: reflexividade e fronteiras. In: CARIA, T. (Org.). **Experiência etnográfica em Ciências Sociais**. Porto: Afrontamento, 2003. p.9-20.

CARVALHO, I. M. M; ALMEIDA, P. H. Família e proteção social. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 109-122, 2003 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 jul. 2015.

CDES. Sistema de Proteção Social Brasileiro: Promovendo Equidade e Desenvolvimento. 30A Reunião do Pleno do CDES. Brasília, 2009. Disponível em: <[file:///C:/Users/pma/Downloads/Subs%C3%ADdios_para_o_debate-_Sistema_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_Social_Brasileiro_-_junho_2009_-_%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/pma/Downloads/Subs%C3%ADdios_para_o_debate-_Sistema_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_Social_Brasileiro_-_junho_2009_-_%20(1).pdf)>. Acesso em 15 jan. 2016.

CHAUÍ, M. **Simulacro e Poder Uma Análise da Mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

CHRISPIM, J. A. Autoridades se unem para combater violência no Condomínio dos Oitis. **Jornal O Imparcial**, Araraquara, 2013. Disponível em: <<http://www.jornaloimparcial.com.br/v2/?menu=&tpconteudo=artigo&id=5120&idc=9>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. Moradores do Residencial dos Oitis queimam colchões em protesto. **Jornal O Imparcial**, Araraquara, 2014. Disponível em: <<http://www.jornaloimparcial.com.br/v2/?menu=&tpconteudo=artigo&id=5727&idc=9>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

CIAFARDINI, M. Políticas Públicas de segurança numa sociedade democrática. **Segurança Urbana e Juventude**, Araraquara, v. 1, n. 2, 2008. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/seguranca/article/view/1373/0>. Acesso em 29 dez. 2015.

DOWBOR, L. A Economia da Família. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 15-26, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642015000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 jul. 2015.

ELIAS, N. Parte I: a sociedade dos indivíduos. In: _____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 11-60.

ELIAS, N; SCOTSON, J. L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ENDO, P. Violências, Sistemas Violentos e o Horizonte Testemunhal. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 29, p. 30-39, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n1/v29n1a04.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

ENRIQUEZ, E. O homem do século XXI: sujeito autônomo ou indivíduo descartável. **Revista de Administração de Empresas**, v. 5, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v5n1/29568.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

FELTRAN, G.S. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. 2008. 363f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000439781>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

_____. Vinte anos depois: a construção democrática brasileira, vista da periferia de São Paulo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n72/a04n72.pdf>>. Acesso em 05 out. 2014.

FERNANDO, F. Política Criminal e Segurança Urbana. **Revista Segurança Urbana e Juventude**, Araraquara, v.1,n.1, 2008.

FREUD, S. **O Futuro de uma Ilusão, o Mal-Estar na Civilização e outros trabalhos (1927-1931)**. 1.ed. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

GULLO, Á. A. S. Violência urbana: um problema social. **Tempo social**, São Paulo, v. 10, n. 1, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701998000100007&lng=p&t&nrm=iso>. Acesso em: 26 ago. 2015.

HARVEY, D. **A Produção capitalista do espaço**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2001.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 26, pp. 09 - 17, 2009. Disponível em: <http://www.geografia.ffe.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp26/09-18-HARVEY,David.pdf>. Acesso em 24 out. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Araraquara: Síntese das Informações**. 2014. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=350320&idtema=16&search=sao-paulo|araraquara|sintese-das-informacoes>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=350320&lang=>>. Acesso em 10 dez. 2015.

ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL [IPVS]. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social**. São Paulo: SEADE, 2010. Disponível em: <<http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/index.php?selLoc=0&selTpLoc=2&prodCod=2>>. Acesso em: 10 de jun. 2015.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MACHADO, A. A. Políticas Públicas de segurança numa sociedade democrática. **Segurança Urbana e Juventude**, Araraquara, v. 1, n. 2, 2008. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/seguranca/article/view/1381/1082>. Acesso em 20 set. 2015.

MARTUCCELLI, D. Reflexões sobre a violência na condição moderna. **Tempo social**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 157-175, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701999000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 jan. 2016

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. Ed. Ridendo Castigat Mores, 1999

MARICATO, E. Metrôpole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 de novembro de 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200013>.

MARICATO, E. O "Minha Casa" é um avanço, mas segregação urbana fica intocada. 2009. Carta maior. **Jornal Online**. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2016.

MARICATO, E. **Metrôpole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

MDS. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasil Ltda, 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_creas.pdf>. Acesso em: 27 out. 2015.

MDS. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004**. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, 2005.

MELLO, M.A.B.C. Política de habitação e Populismo: o caso da fundação casa popular. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, v.3, n.1, 1990. Disponível em:<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3105/2222>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

MELO, D. L. B. de; CANO, I. (Org). **Índice de homicídios na adolescência: IHA 2012**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014.

MEYER, D. E.; KLEIN, C.; FERNANDES, L. P. Noções de família em políticas de 'inclusão social' no Brasil contemporâneo. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 433-449, 2012. Disponível

em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 jul. 2015.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 dez. 2015.

_____. **Violência e saúde: temas em saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MINAYO, M. C. S (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Apresentação**. 2015. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/institucional/historia>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

MISSE, M. Violência: o que foi que aconteceu?. **Jornal do SINTURF**, ano XVII, n. 529, 2002. Disponível em: <

<http://necvu.tempsite.ws/images/1Viol%C3%AAnciaoquefoiqueaconteceu.pdf>>. Acesso em 23 out. 2015.

MISSE, M. Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil: uma abordagem crítica, acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas. **Série Estudos**, Rio de Janeiro, n.91, 1995a.

_____. Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas. In: VILLAS BOAS, G.; GONÇALVES, M.A. (Org.). **O Brasil na virada do século**. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 1995b. p. 79-89.

MORADORES do Residencial dos Oitis reclamam da falta de infraestrutura. **G1: São Carlos e Araraquara**, 18 jan. 2014. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2014/01/moradores-do-residencial-dos-oitis-reclamam-da-falta-de-infraestrutura.html>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

NEWMAN, O. **Creating defensible spaces**. U.S. Department of Housing and Urban Development, 1996.

POCHMANN, M. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2004. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 set. 2015.

NETO, T.D. Em busca de um conceito de nova prevenção. **Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas**, v.3, n.1, 2006. Disponível em:
[http://www2.mp.ma.gov.br/ampem/artigos/artigos2006/Baratta-Espanha%20artigo%20theodoro\[1\].pdf](http://www2.mp.ma.gov.br/ampem/artigos/artigos2006/Baratta-Espanha%20artigo%20theodoro[1].pdf). Acesso em 19 jul. 2015.

GIDDENS, A; BECK, U; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1997.

RICARDO, C. M.; SIQUEIRA, P. P.; MARQUES, C. R. Estudo conceitual sobre os espaços urbanos seguros. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo, vol. 7, n. 1, p. 200-216, 2013. Disponível em:<www.forumseguranca.org.br/produtos/revista-brasileira-de-seguranca-publica/12a-edicao>. Acesso em: 20 de agosto de 2015.

ROLNIK, R. **Violência e Moradia**. **Blog da Raquel Ronik, 2014**. Disponível em:
<<https://raquelrolnik.wordpress.com/2014/11/17/violencia-e-moradia/>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

_____. **10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo**. 2013. Blog da Raquel Rolnik. Disponível em:
<<https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/07/10-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

_____. **O que é periferia? Entrevista para a edição de junho da Revista Continuum /Itaú Cultural**. 2010. Blog da Raquel Rolnik. Disponível em:
<<https://raquelrolnik.wordpress.com/2010/06/14/o-que-e-periferia-entrevista-para-a-edicao-de-junho-da-revista-continuum-itaui-cultural/>>. Acesso em: 12 out. 2015.

_____. Exclusão territorial e violência. **São Paulo Perspec.**, São Paulo , v. 13, n. 4, p. 100-111, Dec. 1999. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 nov. 2015.

ROLNIK, Raquel et al. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Caderno Metrópole.**, São Paulo , v. 17, n. 33, p. 127-154, May 2015 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962015000100127&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 set. 2015.

ROLNIK, R; BONDUKI, N. Periferia da grande São Paulo. Reprodução do espaço como reprodução da força de trabalho. In: Maricato, E.T.M. (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa- OMEGA, 1979, p. 177-155.

ROSA, T. T. Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias, *GT 01 – A cidade nas ciências sociais: teoria, pesquisa e contexto*, Caxambu, 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009. Disponível em: <
http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1767&Itemid=229>. Acesso em 14 dez. 2015.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6.ed. São Paulo; Editora da USP, 2012.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EdUSP, 2008.

_____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: EdUSP, 2002.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Dados estatísticos do Estado de São Paulo. Produtividade Policial**. 2016. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/novaestatistica/Pesquisa.aspx>>. Acesso em: 19 de janeiro 2016.

SCHAFF, A. **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SERAPIONI, M. O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.10, p. 243-253, 2005. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0838.pdf>>. Acesso em 18 de jul. 2015.

SILVA, L. A. M. "Violência urbana", segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 Jan. 2016.

SOUZA, M. J. N.; COMPANS, R. Espaços urbanos seguros: a temática de segurança no desenho da cidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.11, n.1, p. 09-24, 2009. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/viewFile/207/191>>. Acesso em: 18 ago.

SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**, México, n. 54. p. 114-139, 2004.

TAGLE, F.T. Conferência de abertura do seminário internacional Segurança Urbana, Democracia e o Foro Latinoamericano para la Seguridad Urbana y la Democracia. **Segurança Urbana e Juventude**, Araraquara, v. 1, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/seguranca/article/view/941/809>>. Acesso em 21 set 2015.

TAGLE, F.T. Cultura, sistema penal y criminalidad. México: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Azcapotzalco, 2002.

TEIXEIRA, S. M. Sistema de proteção social brasileiro na contemporaneidade: “novas” relações entre estado e sociedade?. **Revista Fsa**, [s.l.], v. 10, n. 1, p.264-280, 2013. Disponível em: <<http://www4.fsanet.com.br/revista/index.php/fsa/article/viewFile/115/66>>. Acesso em 25 jan. 2016.

TELLES, V. S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

TFOUNI, L. V.; MORAES, J. A família narrada por crianças e adolescentes de rua: a ficção como suporte do desejo. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 65-84, 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642003000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jul. 2015.

TUAN, Y-F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

VAINER, C. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: Encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional, 14. 2011, Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro: Anpur, 2011. p. 1-15. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/downloads/carlos_vainer_ippur_cidade_de_excecao_refl_exoes_a_partir_do_rio_de_janeiro.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

VALE, A. R. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de araraquara (sp)**. 2005. 210 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista Instituto de Geociências e Ciências Exatas Campus de Rio Claro, Rio Claro, 2005. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/104387/vale_ar_dr_rcla.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 jan. 2016.

VIANA, A. L. D'Ávila; MACHADO, C. V. Proteção social em saúde: um balanço dos 20 anos do SUS. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 645-684, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312008000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jan. 2016

VIEIRA, L. B. **Influência do espaço construído na ocorrência de crimes em conjuntos habitacionais**. 2002. 265 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Vieira, Liése Basso, Vieira, Liése Basso, Porto Alegre -RS, 2002.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2015**: mortes matadas por armas de fogo. Brasília: UNESCO, 2015.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2014: os jovens do Brasil**. Brasília: FLACSO, 2014.

ZALUAR, A. Oito temas para debate: violência e segurança pública. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 38, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292002000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 ago. 2015.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300002&lng=en&nrm=iso Acesso em 30 nov. 2015

ZUAR, Alba. **Aumento da criminalidade está ligado ao tráfico de drogas**. 2001. Entrevista. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/entrevistas/albazualuar.htm>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas com moradores do Residencial dos Oitis.

Roteiro de entrevista com integrantes de famílias do Residencial dos Oitis: jovens maiores de 18 anos e adultos.

1. Quando e por que você se tornou um morador(a) do Residencial Dos Oitis?
2. Quais eram as suas expectativas quando chegou a esse conjunto habitacional? As expectativas foram atendidas?
3. Existem problemas de segurança neste residencial? Quais seriam?
4. Desde a construção do Residencial dos Oitis, as rádios e os jornais noticiaram ocorrências de violência ou de insatisfação dos moradores. Qual sua explicação sobre as origens desses problemas apontados?
5. O serviço de saúde do bairro atende bem os integrantes de sua família?
6. As escolas e creches do bairro atendem bem as crianças, os adolescentes e os jovens de sua família?
7. O CRAS local atende bem os moradores do residencial dos Oitis?
8. Você considera o bairro do Jardim Iguatemi e o Residencial dos Oitis como territórios de insegurança? Por que?
9. Os agentes públicos (profissionais das escolas, do posto de Saúde e do CRAS) atuam em conjunto com os moradores do residencial dos Oitis, para desenvolver estratégias de prevenção à violência urbana?
10. Você teria alguma coisa mais a dizer?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas com agentes públicos

Roteiro de Entrevista com Agentes Públicos: Psicólogos e Assistentes Sociais do CRAS local.

1. Você identifica problemas sociais através da sua atuação como integrante do CRAS, junto às famílias moradoras do residencial dos Oitis?
2. Ocorreram alterações relevantes no serviço que você realiza, quando o Residencial dos Oitis surgiu no bairro?
3. O CRAS da região consegue realizar os atendimentos diários previstos junto aos moradores do Residencial? Há diferenças com relação ao atendimento dos demais moradores do bairro?
4. A chegada dos novos moradores ao bairro foi precedida de reuniões dos integrantes do CRAS com representantes do Poder Público?
5. Qual a sua percepção da segurança, nesse bairro e no residencial dos Oitis?
6. Desde a consolidação do projeto habitacional do Residencial dos Oitis, a mídia local noticiou vários episódios de violência e insatisfação dos moradores. Qual sua percepção da origem dessa violência e da insatisfação expressa pelos moradores?
6. Existem limites, na sua atuação profissional, que se relacionam a sentimentos de insegurança, atribuídos à violência urbana nesse residencial?
7. Existem momentos em que profissionais do CRAS se reúnem com as famílias do residencial dos Oitis, para discutir estratégias de prevenção da violência urbana?
8. Os profissionais do CRAS que atuam nesse bairro costumam se confrontar com casos graves envolvendo moradores deste residencial, como violência doméstica, negligência familiar, criminalidade, entre outros?
9. Como atuar junto aos moradores que cotidianamente vivenciam situações de insegurança urbana?
10. As políticas públicas de habitação poderiam ser melhores? Se sim, em que aspectos?
11. Demais considerações.

Roteiro de Entrevista com Agentes Públicos: Diretores e coordenadores de creches e escolas do bairro.

1. Você identifica problemas sociais através da sua atuação como integrante da escola, junto às famílias moradoras do residencial dos Oitis?
2. Ocorreram alterações relevantes no serviço que você realiza, quando o Residencial dos Oitis surgiu no bairro?
3. A escola da região consegue realizar os atendimentos diários previstos junto aos moradores do Residencial? Há diferenças com relação ao atendimento dos demais moradores do bairro?
4. A chegada dos novos moradores ao bairro foi precedida de reuniões dos integrantes da escola com representantes do Poder Público?
5. Qual a sua percepção da segurança, nesse bairro e no residencial dos Oitis?
6. Desde a consolidação do projeto habitacional do Residencial dos Oitis, a mídia local noticiou vários episódios de violência e insatisfação dos moradores. Qual sua percepção da origem dessa violência e da insatisfação expressa pelos moradores?
6. Existem limites, na sua atuação profissional, que se relacionam a sentimentos de insegurança, atribuídos à violência urbana nesse residencial?
7. Existem momentos em que profissionais da escola se reúnem com as famílias do residencial dos Oitis, para discutir estratégias de prevenção da violência urbana?
8. Os profissionais da escola que atuam nesse bairro costumam se confrontar com casos graves envolvendo moradores deste residencial, como violência doméstica, negligência familiar, criminalidade, entre outros?
9. Como atuar junto aos moradores que cotidianamente vivenciam situações de insegurança urbana?
10. As políticas públicas de habitação poderiam ser melhores? Se sim, em que aspectos?
11. Demais considerações.

Roteiro de Entrevista com Agentes Públicos: Agentes comunitários, enfermeiros e médicos do programa estratégia de saúde da família que atuam no posto de saúde do bairro.

1. Você identifica problemas sociais através da sua atuação como agente de saúde, junto às famílias moradoras do residencial dos Oitis?
2. Ocorreram alterações relevantes no serviço que você realiza, quando o Residencial dos Oitis surgiu no bairro?
3. O posto de saúde consegue realizar os atendimentos diários previstos junto aos moradores do Residencial? Há diferenças com relação ao atendimento dos demais moradores do bairro?
4. A chegada dos novos moradores ao bairro foi precedida de reuniões dos integrantes do Posto de Saúde com representantes do Poder Público?
5. Qual a sua percepção da segurança, nesse bairro e no residencial dos Oitis?
6. Desde a consolidação do projeto habitacional do Residencial dos Oitis, a mídia local noticiou vários episódios de violência e insatisfação dos moradores. Qual sua percepção da origem dessa violência e da insatisfação expressa pelos moradores?
6. Existem limites, na sua atuação profissional, que se relacionam a sentimentos de insegurança, atribuídos à violência urbana nesse residencial?
7. Existem momentos em que profissionais do posto de saúde se reúnem com as famílias do residencial dos Oitis, para discutir estratégias de prevenção da violência urbana?
8. Os profissionais do posto de saúde que atuam nesse bairro costumam se confrontar com casos graves envolvendo moradores deste residencial, como violência doméstica, negligência familiar, criminalidade, entre outros?
9. Como atuar junto aos moradores que cotidianamente vivenciam situações de insegurança urbana?
10. As políticas públicas de habitação poderiam ser melhores? Se sim, em que aspectos?
11. Demais considerações.

ANEXOS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

DECRETO Nº 9.638 **De 09 de dezembro de 2010**

Dispõe sobre aprovação de Condomínio Residencial Popular de Interesse Social do Programa Minha Casa Minha Vida e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Considerando as conclusões administrativas constantes do Processo nº 007.440/2009 – Guichê nº 053.143/2009, **fica aprovado o plano de Condomínio Residencial Popular denominado “CONDOMÍNIO RESIDENCIAL DOS OITIS”, requerido por EDUARDO BENJAMIN ELIAS ABI RACHED E OUTROS**, CPF. nº 512.188.978-20, que objetiva o imóvel Matriculado sob o número 105.026, do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Araraquara, com a área de 16.933,73 metros quadrados, sendo a área construída de 12.374,12 metros quadrados, conforme Alvará de Construção nº 001.675/09, emitido em 08 de dezembro de 2009.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, aos 09 (nove) dias do mês de dezembro do ano de 2010 (dois mil e dez).

MARCELO FORTES BARBIERI
Prefeito Municipal

ALESSANDRA DE LIMA
Secretária de Desenvolvimento Urbano

Publicado na Secretaria Municipal de Governo, na data supra.

LUIZ GERALDO ZACCARELLI CUNHA
Secretário Interino de Governo

Arquivado em livro próprio número 01/2010. Guichê nº 053.143/2009 – (“PC”).
.Publicado no Jornal local “Folha da Cidade”, de Terça-Feira, 14/dezembro/10 – Exemplar nº 7.576.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Araraquara, 04 de dezembro de 2015

Referencia: guichê 065.636/2015

Requerente: Annie Rangel Kopanakis

O processo de seleção do Residencial dos Oitis segue as seguintes condições por se tratar de apartamentos (256UH): 64 apartamentos localizados no térreo serão destinados às famílias que possuem idosos ou deficientes, assim sendo as famílias que marcaram 3 pontos (com idoso/deficiente) no sistema de classificação foram distribuídas no andar térreo; as famílias que marcaram 3 pontos (com assentamento precário) ocuparão o restante do empreendimento junto com as famílias que marcaram 2 pontos.

Tipo de cobertura – Telha cerâmica – **Tipo de forro** - Lage

Tipo de Piso – cerâmico no banheiro e cozinha os demais cimentado

Nº pavimentos - 4 - 16 prédios

Área privativa – 43,03 m²

Endereço – Rua Pedro José Laroca , 2865 – Jd. Iguatemi

Centro Comunitário – 88,68m²

Endereço : Associação Desportiva da Polícia Militar – Rua Pedro José Laroca, 2956 – Jd. Iguatemi

Os 256 apartamentos devem ser entregues em outubro às famílias selecionadas a partir do cadastro no programa "Minha Casa, Minha Vida". O condomínio é formado por 16 prédios de quatro andares, com quatro apartamentos por andar. A área é de 20 mil metros quadrados e o investimento gira em torno de R\$ 11 milhões, viabilizado pelo Governo Federal. O projeto atende a famílias com renda total entre zero e R\$ 1.395

ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DOS APARTAMENTOS DO RESIDENCIAL DOS OITIS

